



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Bianca Ferreira Hernandez

Análise dos Estudos Retóricos de Gênero como abordagem para a Análise de Domínio

Florianópolis

2020

Bianca Ferreira Hernandez

Análise dos Estudos Retóricos de Gênero como abordagem para a Análise de Domínio

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Ciência da Informação da Universidade Federal de
Santa Catarina para a obtenção do título de mestre em
Ciência da Informação
Orientador: Prof.^a Luciane Paula Vital, Dr.^a

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Hernandez, Bianca Ferreira

Análise dos Estudos Retóricos de Gênero como abordagem
para a Análise de Domínio / Bianca Ferreira Hernandez ;
orientadora, Luciane Paula Vital, 2020.

200 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós
Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Ciência da Informação. 2. Organização do Conhecimento.
3. Análise de Domínio. 4. Estudos Retóricos de Gêneros. I.
Vital, Luciane Paula. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.
III. Título.

Bianca Ferreira Hernandez

Análise dos Estudos Retóricos de Gênero como abordagem para a Análise de Domínio

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Luciane Paula Vital, Dr.(a)

Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Natália Bolfarini Tognoli, Dr.(a)

Universidade Federal Fluminense

Prof.(a) Rodrigo de Sales, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Prof. Adilson Luiz Pinto, Dr.

Coordenador do Programa

Prof.^a Luciane Paula Vital, Dra.

Orientadora

Florianópolis, 2020.

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Ao meu amor, Luiz Roberto, por não medir esforços pra me fazer feliz e por todo o apoio nessa fase da pesquisa e na vida.

Aos meus pais e avó, Monalize, Rony e Olaide, a quem sou eternamente grata pelo carinho, suporte, exemplo e amor incondicional.

À minha orientadora, Luciane Paula Vital, sempre disponível, paciente e com generosa sabedoria para aplacar a minha ansiedade e orientar os rumos da pesquisa.

À Ezmir Elias, coordenadora do Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo exemplo de gestão eficiente, ética e humana e pelo incentivo à minha qualificação profissional.

À professora Marisa Brascher, grande incentivadora e inspiração.

Aos amigos e colegas de trabalho, pelo apoio e compreensão.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e a todo o corpo docente, pelo aprendizado e oportunidade a mim proporcionados, para que eu pudesse desenvolver competências necessária à pesquisa científica.

Aos membros da banca de exame de qualificação da pesquisa, Luciane Paula Vital, Natália Bolfarini Tognoli, Rodrigo de Sales e Camila Monteiro de Barros, que trouxeram valiosas contribuições para que eu pudesse desenvolver esta pesquisa.

Aos membros da banca de defesa de dissertação, Luciane Paula Vital, Natália Bolfarini Tognoli, Rodrigo de Sales, Graziela Martins de Medeiros e Eva Cristina Leite da Silva, pelo aceite e por fazer parte da minha trajetória acadêmica.

“Of what a strange nature is knowledge!”

(Mary Shelley, 1831)

RESUMO

Esta dissertação objetiva analisar os Estudos Retóricos de Gênero como abordagem para a Análise de Domínio. Para tanto, propõe como objetivos específicos: Identificar e descrever aspectos conceituais e metodológicos relativos à Análise de Domínio; Identificar e descrever aspectos conceituais e metodológicos relativos aos Estudos Retóricos de Gênero; e Interpretar e discorrer sobre o lugar teórico e metodológico ocupado pelos Estudos Retóricos de Gênero na Análise de Domínio. Tem-se o pressuposto de que os Estudos Retóricos de Gênero são uma área pouco explorada pela Ciência da Informação, de modo que suas potencialidades são ainda pouco conhecidas. A justificativa para realização da pesquisa consiste na perspectiva da renovação nas pesquisas e práticas de organização do conhecimento, para benefício dos usuários da informação e o avanço da ciência; sendo assim um argumento de cunho técnico, social e acadêmico-científico. A pesquisa é caracterizada como qualitativa, básica, exploratória, indutiva e pragmática. Como estratégia de investigação, utiliza-se da Teoria Fundamentada, no sentido de que fundamenta o estudo na produção científica dos autores Birger Hjørland, da Ciência da Informação, e Carolyn Miller, da Comunicação e da Retórica. Ademais, utiliza a Análise de Conteúdo como método para a coleta e análise de dados. O percurso metodológico consiste nas etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados a partir da categorização dos aspectos conceituais e metodológicos previstos no primeiro e segundo objetivo específicos; seguido de interpretação e inferências para o cumprimento do terceiro objetivo específico. A pesquisa tem como fontes de pesquisa bases de dados da Ciência da Informação, da Linguística e Multidisciplinares, visando ao atendimento ao critério de homogeneidade; como também os currículos dos dois autores utilizados, visando ao atendimento dos critérios de exaustividade e pertinência. Analisa o conceito de domínio, nas suas dimensões epistemológica, ontológica e sociológica; além de comunidade discursiva e dentro dela os conceitos de discurso/comunicação e assunto; e a metodologia em Análise e Domínio a partir da produção científica de Birger Hjørland. Analisa os conceitos de gênero e dentro dele os conceitos de situação retórica ou pragmática, recorrência, exigência, substância/conteúdo semântico, forma/conteúdo sintático, contexto e estrutura; além de comunidade retórica/comunidade discursiva; e a metodologia em Estudos Retóricos de Gêneros a partir da produção científica de Carolyn Miller. Identifica interlocuções entre os autores a partir de uma epistemologia compartilhada; da importância atribuída por eles ao contexto e a noção de relevância em ambas teorias; relaciona os conceitos de estrutura e domínio enquanto sistemas de atividade e o gênero como meio e produto do sistema; localiza os Estudos Retóricos de Gêneros no escopo da Análise de Domínio, além de apresentar limitações e sugestões de uso do método pela Ciência da Informação. Conclui positivamente sobre a viabilidade com adaptações dos Estudos Retóricos de Gênero como abordagem para a Análise de Domínio. A abordagem mostra interlocuções profícuas com a teoria da Análise de Domínio inserida em uma Ciência da Informação pragmática e social, além de promover a interdisciplinaridade desta ciência com a Retórica e Linguística.

Palavras-chave: Organização do Conhecimento. Análise de Domínio. Estudos de Gêneros. Estudos Retóricos de Gêneros.

ABSTRACT

This dissertation analyzes Rhetorical Genre Studies as an approach to Domain Analysis. Therefore, it proposes as specific objectives: Identify and describe conceptual and methodological aspects related to Domain Analysis; Identify and describe conceptual and methodological aspects related to Rhetorical Genre Studies; and Interpret and discuss the theoretical and methodological place occupied by Rhetorical Genre Studies in Domain Analysis. It assumes that Rhetorical Gender Studies are an area little explored by Information Science, so that its potentials are still barely known. The justification for conducting the research is the perspective of renewal in knowledge organization research and practices, for the benefit of information users and the advancement of science; thus being an argument of technical, social and academic-scientific nature. The research is characterized as qualitative, basic, exploratory, inductive and pragmatic. As a research strategy, it uses Grounded Theory, in the sense that it bases the study on the scientific production of the authors Birger Hjørland, from Information Science, and Carolyn Miller, from Communication and Rhetoric area. In addition, it uses Content Analysis as a method for data collection and analysis. The methodological course consists of the stages of pre-analysis, exploration of the material and treatment of results as from the categorization of conceptual and methodological aspects provided for in the first and second specific objectives; followed by interpretation and inferences for the fulfillment of the third specific objective. The research has as sources Information Science, Linguistics and Multidisciplinary databases, aiming at fulfilling the criterion of homogeneity; as well as the curriculum of the two authors used, aiming to fulfill the criteria of exhaustiveness and relevance. It analyzes the concept of domain in its epistemological, ontological and sociological dimensions; besides the discursive community and, within it, the concepts of discourse / communication and subject; and the methodology in Domain Analysis from Birger Hjørland's scientific production. It analyzes the concepts of genre and within it the concepts of rhetorical or pragmatic situation, recurrence, exigence, substance / semantic content, form / syntactic content, context and structure; besides rhetorical / discursive community; and the methodology in Rhetorical Genre Studies from Carolyn Miller's scientific production. Identifies interlocutions between the authors in a sense of a shared epistemology; the importance they perceive to the context and the notion of relevance in both theories; relates the concepts of structure and domain as activity systems and genre as means and product of the activity system; locates the Rhetorical Genre Studies within the scope of Domain Analysis, and presents limitations and suggestions for using the method by the information scientists. It concludes positively on the feasibility with adaptations of Rhetorical Genre Studies as an approach to Domain Analysis. The approach shows fruitful interlocutions with the theory of Domain Analysis embedded in a pragmatic and social Information Science, and promotes interdisciplinarity of this science with the Rhetoric and Linguistics.

Keywords: Knowledge Organization. Domain Analysis. Genre Studies. Rethorical Genre Studies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-Organização do Conhecimento em sentido amplo e estrito.....	20
Figura 2-Organização do Conhecimento X Organização da Informação.....	35
Figura 3 - Principais combinações de abordagens para Análise de Domínio	64
Figura 4- Processo de Análise de Domínio	65
Figura 5- A lógica indutiva na pesquisa em um estudo qualitativo.....	79
Figura 6 - Modelo UNISIST de comunicação científica proposto em 1971	113
Figura 7 - Modelo UNISIST reformulado em 2003, de acordo com o paradigma domínio-analítico	115
Figura 8 - Componentes de gênero.....	134
Figura 9 - O gênero em uma hierarquia de níveis de significado.....	135
Figura 10- Relações hierárquicas de substância, forma e significado-come-ação	137
Figura 11- Componentes da situação comunicativa e direcionalidade da função comunicativa.....	144
Figura 12 ERG no Modelo UNISIST de comunicação científica de acordo com paradigma domínio-analítico.....	182

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Principais teóricos e contribuições à CI	37
Quadro 2- Critérios para a avaliação de relevância de pesquisa de acordo com escolas epistemológicas definidas por Hjørland (2013).....	42
Quadro 3- Características do Construtivismo, Coletivismo e Construcionismo	43
Quadro 4-Abordagens da Organização do Conhecimento	45
Quadro 5- Categorias de aspectos conceituais / metodológicos a serem analisados.....	82
Quadro 6- Corpus da Pesquisa relativo às publicações de Birger Hjørland.....	84
Quadro 7-Corpus da pesquisa relativo às publicações de Carolyn Miller.....	86
Quadro 8 - Duas conceitualizações de gênero.....	164
Quadro 9 - Síntese dos Resultados da Pesquisa relativos ao objetivo específico “a”	189
Quadro 10 - Síntese dos Resultados da Pesquisa relativos ao objetivo específico “b”	190
Quadro 11 - Síntese dos Resultados da Pesquisa relativos ao objetivo específico “c”	191

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC Análise de Conteúdo

AD Análise de Domínio

ADI *American Documentation Institute*

AI *Artificial Intelligence* (Inteligência Artificial)

APA *American Psychological Association*

ASIS *American Society for Information Science*

ASLIB *Association of Special Libraries and information Bureaux*

CC *Colon Classification*

CDD Classificação Decimal de Dewey

CDU Classificação Decimal Universal

CNPQ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CRG *Classification Research Group*

EIS *Environmental Impact Statement*

ENANCIB Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

FID Federação Internacional de Documentação

IIB Instituto Internacional de Bibliografia

ISKO *International Society for Knowledge Organization*

ISTA *Information Science & Technology Abstracts*

KO *Knowledge Organization* (Organização do Conhecimento)

LISA *Library and Information Science Abstracts*

LSP *Language por Specific Purposes* (Linguagens para Propósitos Específicos)

MLA *Modern Language Association International Bibliography*

NEPA *National Environmental Policy Act*

OC Organização do Conhecimento

OCSA Organização do Conhecimento no sentido amplo

OCSE Organização do Conhecimento no sentido estrito

OI Organização da Informação

ORI Organização e Representação da Informação

POC Processo(s) de Organização do Conhecimento

RI Recuperação da Informação

SOC Sistema(s) de Organização do Conhecimento

SRR Situação Retórica Recorrente

TREC *Text Retrieval Conferences*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	17
1.2	JUSTIFICATIVA	18
1.3	OBJETIVOS.....	19
1.3.1	Objetivo Geral.....	19
1.3.2	Objetivos Específicos	19
2	ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO	20
2.1	DEMARCAÇÕES HISTÓRICAS	21
2.2	DEMARCAÇÕES CONCEITUAIS	31
2.2.1	Informação e conhecimento	31
2.2.2	Organização da Informação e do Conhecimento.....	33
2.3	CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS À ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO.	36
2.3.1	Teorias da Organização do Conhecimento: uma proposta Hjørlandiana	40
2.3.1.1	<i>Visões Epistemológicas</i>	40
2.3.1.2	<i>Abordagens em Organização do Conhecimento</i>	44
2.4	Desafios e possibilidades à Organização do Conhecimento.....	48
3	ANÁLISE DE DOMÍNIO	51
3.1	ORIGEM DA ANÁLISE DE DOMÍNIO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO...	52
3.2	OBJETOS DA ANÁLISE DE DOMÍNIO	57
3.3	METODOLOGIA EM ANÁLISE DE DOMÍNIO.....	62
4	ESTUDOS DE GÊNEROS.....	67
4.1	ESTUDOS RETÓRICOS DE GÊNEROS	69
4.2	GÊNERO RETÓRICO	72
4.3	GÊNERO E A RELAÇÃO COM A COMUNIDADE.....	75
5	PERCURSO METODOLÓGICO.....	77

5.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	77
5.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	80
5.3	FONTES DA PESQUISA	82
6	DISCUSSÃO E RESULTADOS.....	88
6.1	ASPECTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS DA ANÁLISE DE DOMÍNIO	88
6.1.1	DOMÍNIO	88
6.1.1.1	<i>DIMENSÃO ONTOLÓGICA</i>	96
6.1.1.2	<i>DIMENSÃO EPISTEMOLÓGICA.....</i>	97
6.1.1.3	<i>DIMENSÃO SOCIOLÓGICA</i>	101
6.1.2	COMUNIDADE DISCURSIVA.....	105
6.1.2.1	<i>DISCURSO/COMUNICAÇÃO</i>	110
6.1.2.2	<i>ASSUNTO</i>	116
6.1.3	METODOLOGIA PARA ANÁLISE DE DOMÍNIO	122
6.1.4	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS SOBRE OS ASPECTOS CONCEITUAIS E E METODOLÓGICOS DA ANÁLISE DE DOMÍNIO.....	130
6.2	ASPECTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS DOS ESTUDOS RETÓRICOS DE GÊNEROS	131
6.2.1	GÊNERO	132
6.2.1.1	<i>SITU(AÇÃO) RETÓRICA/ PRAGMÁTICA</i>	138
6.2.1.1.1	RECORRÊNCIA	142
6.2.1.1.2	EXIGÊNCIA.....	143
6.2.1.2	<i>SUBSTÂNCIA/CONTEÚDO SEMÂNTICO.....</i>	146
6.2.1.3	<i>FORMA/CONTEÚDO SINTÁTICO</i>	148
6.2.1.4	<i>CONTEXTO.....</i>	150
6.2.1.5	<i>ESTRUTURA</i>	157
6.2.2	COMUNIDADE RETÓRICA/ COMUNIDADE DISCURSIVA.....	159

6.2.3	METODOLOGIA EM ERG.....	165
6.2.4	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS SOBRE OS ASPECTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS DOS ESTUDOS RETÓRICOS DE GÊNEROS	173
6.3	O LUGAR TEÓRICO E METODOLÓGICO DOS ERG NA AD	174
6.3.1	EPISTEMOLOGIA COMPARTILHADA	174
6.3.2	A IMPORTÂNCIA DO CONTEXTO E A NOÇÃO DE RELEVÂNCIA ...	177
6.3.3	ESTRUTURA E DOMÍNIO ENQUANTO SISTEMA DE ATIVIDADE E O GÊNERO COMO SEU MEIO E PRODUTO	179
6.3.4	ERG COMO MÉTODO PARA ANÁLISE DE DOMÍNIO	181
6.3.5	LIMITAÇÕES DO USO DA ABORDAGEM DE ERG PARA A AD	184
6.3.6	SUGESTÕES DE USO DA ERG COMO ABORDAGEM PARA AD.....	185
6.3.7	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS SOBRE O LUGAR TEÓRICO E METODOLÓGICO DOS ERG NA AD	187
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
	REFERÊNCIAS.....	194

1 INTRODUÇÃO

Desde a segunda metade do século XX a sociedade passou por um processo de reestruturação impulsionado por novas tecnologias de informação e comunicação e o estabelecimento de uma forma dominante de capitalismo informacional. A informação consolidou-se como principal insumo da nova sociedade, modificando as dimensões econômica, empresarial, cultural e individual da vida em sociedade. Ao mesmo tempo, a profusão da produção informacional representou desafios à sua organização e representação, culminando com a criação de novas disciplinas, como a Ciência da Informação (CI), campos como a Organização do Conhecimento (OC) e o desenvolvimento de novas teorias pelos acadêmicos e profissionais atuantes em unidades de informação, como a Análise de Domínio (AD).

A Organização do Conhecimento, para os fins desta pesquisa, é o campo de ensino e pesquisa afiliado principalmente à Biblioteconomia e Ciência da Informação, destinado às questões relativas à produção e representação do conhecimento a partir de sistemas e processos, como subsídio para a geração de conhecimentos científicos em todas as áreas do conhecimento.

A Análise de Domínio é uma teoria e metodologia aplicada à pesquisa em Ciência da Informação e ao campo da Organização do Conhecimento que emergiu em meados da década de 1990, sob a égide do paradigma social que passaria a nortear os estudos em informação a partir de então. Introduzida na CI por Hjørland e Albrechtsen, a Análise de Domínio trata de munir os profissionais da informação com uma ferramenta para compreender e delimitar variados domínios de conhecimento existentes entre diferentes comunidades discursivas envolvidas com a produção, uso, transmissão e disseminação da informação. A compreensão desses domínios implicaria em uma visão mais contextual e apurada do conhecimento compartilhado, contribuindo para o desenvolvimento de sistemas de organização da informação e do conhecimento especializados. Em 2002, Hjørland alargou o horizonte da Análise de Domínio, que até então era mais teórico, ao elencar 11 abordagens possíveis para analisar um domínio. O autor dotou a CI e o campo da OC de um aporte metodológico de importância singular; contudo, pouco mais de uma década depois, algumas destas abordagens ainda não receberam o devido aprofundamento. Entre as 11 abordagens propostas, destacam-se aqui os estudos de gênero, uma metodologia ainda em estágio embrionário de identificação de suas reais potencialidades de aplicação para a organização do conhecimento.

Apesar de pioneira na proposição de metodologias para analisar um domínio, a própria publicação de Hjørland é vaga no que diz respeito aos Estudos de Gênero e, seis anos após o estudo, Jack Andersen (2008) reafirmou a necessidade de se aprofundar a temática; tendo empreendido, ao que aparece, uma tentativa de retomar o tema na perspectiva da Análise de Domínio dentro da Ciência da Informação.

A transmissão e disseminação de conhecimentos na sociedade se deu, desde os primórdios da comunicação humana, por meio de gêneros orais e textuais em suas mais variadas formas, como cantigas, poesias, parábolas, mapas, livros, receitas, *blogs*, entre outros; no entanto, estas formas de comunicação só passaram a ser estudadas na Grécia Antiga. Podemos dizer que estas categorias de comunicação são parte constituinte da estrutura das comunidades culturais e científicas, decorrendo daí a importância de organizar este aparato comunicacional e de poder fazê-lo por meio da Análise de Domínio.

A título de desambiguação, os Estudos de Gênero que serão abordados nesta pesquisa tratam de abordar gênero como ações sociais recorrentes em determinada comunidade ativa de membros, que negociam e compartilham significados comuns e os comunicam por meio da materialização oral ou escrita, havendo leve distinção entre diferentes abordagens de estudos de gênero. Conforme Andersen (2008), os estudos de gênero conduzidos pela Escola Norte Americana constituem a vertente que mais tem a contribuir para a CI, tendo em vista que não focam somente no texto, mas principalmente no contexto que envolve a produção e uso do conhecimento.

O gênero dentro da teoria dos Estudos Retóricos de Gênero, que tem como pioneira a autora Carolyn Miller (1984; 1994; 2012), possui algumas características básicas, dentre as quais destacam-se: refere-se a categorias do discurso que atuam e derivam de situações retóricas tipificadas e recorrentes; é composto por forma e substância e interpretável por meio de regras convencionadas e do contexto; é meio e produto da interação entre o indivíduo e o coletivo; além de reproduzir uma estrutura virtual compartilhada pelos membros de uma comunidade retórica. Os Estudos Retóricos de Gênero permitem identificar não somente formas comunicativas, mas propósitos, e compreender situações regidas pelo “agir conjuntamente”. Assim, os gêneros podem servir como um índice de padrões culturais, e como “chave para entender como participar das ações de uma comunidade” (MILLER, 2012, p.41)

Acredita-se que possa ser útil para a CI e a OC compreender os Estudos Retóricos de Gênero como uma forma de comunicação não somente focada no texto mas na atividade, na produção e no uso, enfim, no processo comunicacional desses gêneros como formas tipificadas

derivadas diretamente do discurso de um grupo socialmente organizado, ou comunidade discursiva, com propósitos, linguagens e traços comuns.

Acredita-se na hipótese de que esse conhecimento está alinhado à tendência de pesquisa social e sua apreensão pode fornecer subsídios para a teoria da Análise de Domínio, como instrumental para organização e representação da informação e do conhecimento. Esta dissertação visa, portanto, analisar os Estudos Retóricos de Gênero como abordagem de Análise de Domínio.

1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Os estudos atualmente empreendidos na CI e na OC têm se voltado para o viés pragmático e social da teoria e da prática com a informação. Um exemplo de teoria que emergiu nas últimas duas décadas neste sentido foi a Análise de Domínio, que tem como uma de suas abordagens os estudos de gênero. Os estudos de gênero ou Estudos Retóricos de Gênero (admitindo-se essa principal vertente dos estudos de gêneros como objeto da pesquisa) ainda compreendem uma área pouco explorada pela CI. Esta afirmação decorre de a autora ter verificado relativa escassez na literatura especializada em Ciência da Informação a respeito da abordagem de Estudos de Gêneros em meados de 2018, a partir de busca preliminar nas bases de dados LISA e ISTA, corroborada por estudo conduzido por Andersen (2008), de maneira que a potencialidade de uma intervenção interdisciplinar para realização de Análise de Domínio, aliando-se a CI aos Estudos Retóricos de Gênero, é, conseqüentemente, pouco conhecida. Logo, percebe-se a existência de uma lacuna científica a ser preenchida, que diz respeito a um tema (os Estudos Retóricos de Gênero como abordagem de Análise de Domínio) até então pouco abordado pelos estudiosos da Ciência da Informação.

Optou-se por realizar um recorte teórico ao deslocar a análise dos Estudos de Gêneros para Estudos Retóricos de Gênero, tendo em vista que esta Escola pode representar maior contribuição para a Ciência da Informação, conforme preconizado por Jack Andersen (2008). Considerando ainda o interesse da autora da pesquisa pela noção de gêneros textuais, decorrente de sua formação em Arquivologia, e a relação desses gêneros com a organização da informação e do conhecimento contidos em documentos e também na concepção da comunidade produtora dessas unidades de informação como subsídio à organização, deflagrou-se o problema de pesquisa. Embora a área da Arquivologia não esteja no recorte teórico proposto por este estudo, espera-se que a presente análise abra precedente para que, numa pesquisa futura, seja possível

adicionar as características da informação arquivística como elemento de discussão em relação aos estudos de gêneros para análise de domínios arquivísticos. Por ora, ressalta-se novamente, a problemática da pesquisa se insere na Ciência da Informação e no campo da Organização do Conhecimento, sendo, neste sentido, uma análise mais horizontal.

1.2 JUSTIFICATIVA

O estudo se justifica, no seu aspecto técnico, dentro da Ciência da Informação por trazer o viés da renovação social e pragmática. Há contribuição para o campo da Organização do Conhecimento à medida que busca soluções para otimizar a organização e representação da informação e do conhecimento às demandas contemporâneas e para aprofundar as discussões sobre o assunto que se fazem necessárias. Para Dahlberg (1993) é desejável para a ascensão do campo da OC, entre outras questões, que a pesquisa científica e a comunicação sejam desenvolvidos a partir de terminologias e domínios variados; assim, resta ao campo aprimorar sua técnica neste sentido. No caso concreto, a dissertação propõe analisar os Estudos Retóricos de Gênero como Análise de Domínio, de modo a verificar se esta linha de estudo representa um horizonte interdisciplinar produtivo para Análise de Domínio em CI, principalmente para o campo da OC. Tem-se como pressuposto para a presente pesquisa que o aprofundamento a respeito da questão pode auxiliar a esclarecer caminhos possíveis para o desenvolvimento de investigações científicas na área.

A pesquisa também tem um contributo no aspecto social, haja vista que na Sociedade da Informação o desenvolvimento de pesquisas que visam à otimização da organização e representação de um conteúdo informacional podem espelhar uma melhoria na comunicação, não só entre a comunidade de profissionais da informação, que usa a produção científica como meio para refinar o conhecimento, a metodologia e a terminologia do campo, como também no uso da informação pelos usuários, tendo em vista que o objetivo pragmático do estudo é proporcionar uma reflexão que crie subsídios à intervenção na organização do conhecimento. A posição teórica de que a CI deverá ser desenvolvida sob o paradigma social, com observância das comunidades que desempenham funções diferentes na sociedade, interpretam valores de informação em seus contextos e aplicações situadas, é defendida pelos autores Tefko Saracevic, Patrick Wilson, Robert Taylor, Thomas Froelich, Terry Winograd e Fernando Flores, Birger Hjørland e Hanne Albrechtsen e outros, desde meados de 1990 (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995; CAPURRO; HJØRLAND 2007). Perspectivas mais sociais da

organização do conhecimento, com enfoques genealógicos, pragmáticos, culturais e éticos também são endossadas no campos da Organização do Conhecimento pelos autores Birger Hjørland, Bernd Frohmann, Hope Olson, Clare Beghtol, José Augusto C. Guimarães e Antonio García Gutiérrez (ARBOIT, 2014). Além de ser uma tendência na disciplina e no campo, também é uma posição assumida pela autora deste trabalho.

Justifica-se ainda, ao contribuir sob os aspectos acadêmico e científico com uma pesquisa original, com o compromisso do avanço da Ciência da Informação e do campo da Organização do Conhecimento.

1.3 OBJETIVOS

Nas seções abaixo estão descritos o objetivo geral e os objetivos específicos desta dissertação.

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa consiste em:

- a) Analisar os Estudos Retóricos de Gênero como abordagem para a Análise de Domínio

1.3.2 Objetivos Específicos

Para cumprimento do objetivo geral deste estudo, propor-se-á os seguintes objetivos específicos:

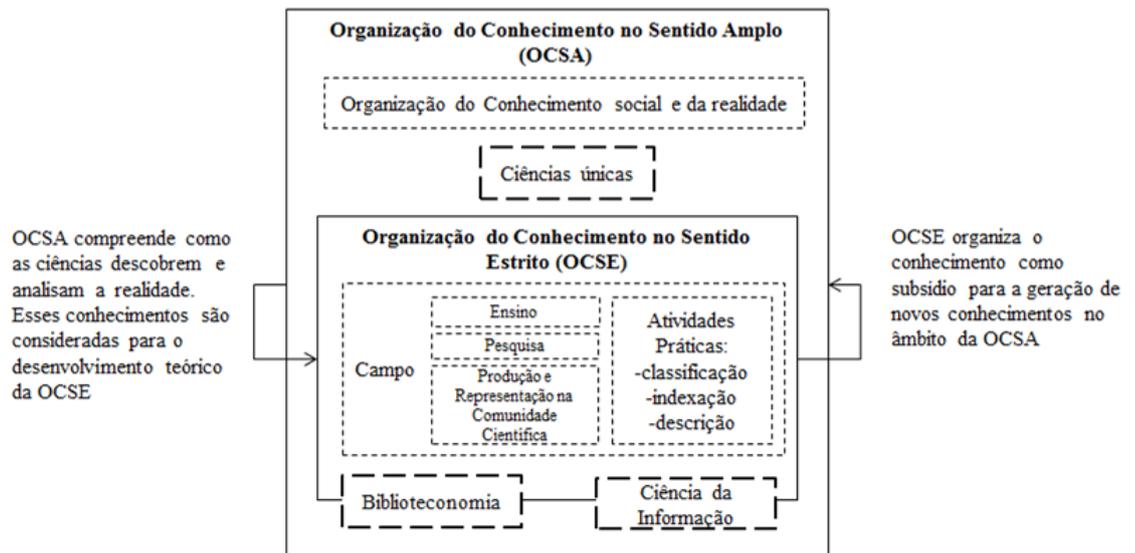
- b) Identificar e descrever aspectos conceituais e metodológicos relativos à Análise de Domínio.
- c) Identificar e descrever aspectos conceituais e metodológicos relativos aos Estudos Retóricos de Gênero.
- d) Interpretar e discorrer sobre o lugar teórico e metodológico ocupado pelos Estudos Retóricos de Gênero na Análise de Domínio.

2 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

O conceito de Organização do Conhecimento (OC) se apresenta nas acepções ampla ou estrita. No sentido amplo, Organização do Conhecimento abrange como o conhecimento social e a realidade são organizados em nível de organizações, disciplinas, profissões, mídia e da transmissão e disseminação do conhecimento. Como, por exemplo, as ciências descobrem realidades sob suas perspectivas e as classificam, tal qual a química com a sistematização dos elementos em uma tabela periódica própria. Assim, este sentido amplo possui afiliação com a sociologia do conhecimento, as ciências únicas, a metafísica e ontologia. (HJØRLAND, 2008).

No sentido estrito, OC refere-se a um campo de pesquisa, ensinamento e prática que trata da descrição, representação e organização de documentos e de representações documentais, assuntos e conceitos e também às atividades como classificação, descrição e indexação, realizadas em unidades de informação. Para tanto, estuda o desenvolvimento de regras, padrões e sistemas. Tendo em vista esse espectro de atuação, a OC encontra maior afiliação na Ciência da Informação e Biblioteconomia. A OC como campo encontra-se institucionalizada em programas de pesquisa, no ensino superior e na comunidade científica em geral, de modo que as perspectivas centrais do campo são os Processos de Organização do Conhecimento (POC) e os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC). (HJØRLAND, 2008, 2016). A respeito das acepções, tem-se a figura abaixo.

Figura 1-Organização do Conhecimento em sentido amplo e estrito



Fonte: elaboração própria, baseada em Hjørland (2008, 2016).

A OC no sentido estrito (OCSE) desenvolve-se a partir da análise da OC no sentido amplo (OCSA). Isto é, não existe um único universo fechado do conhecimento a ser estudado pela OC como campo; em vez disso, a OC como campo opera em conjunto com as outras ciências, disciplinas e organizações da OC no sentido amplo, em um movimento holístico que permite o desenvolvimento de um corpo teórico consistente para a OC como campo. Por estas razões, o presente trabalho é desenvolvido na OC no sentido estrito, e toma a OC no sentido amplo como pano de fundo indispensável à primeira.

Cabe enfatizar que esta sistematização da OC em sentido amplo e estrito é realizada por Birger Hjørland (2008). Como o autor, há outros que apresentam diferentes maneiras de compreender a OC. Concorde-se com o autor ao assumir esta posição sobre a OC, que distingue e relaciona o trabalho de organização do conhecimento social e o trabalho dos profissionais da informação, pois admite-se que esta visão serve aos propósitos do presente estudo e é uma maneira elegante de situar o leitor a respeito da abrangência de atuação e possibilidades da OC como campo.

Para uma compreensão aprofundada da OC como campo, sugere-se, em seguida, o estudo das demarcações históricas, conceituais, contribuições teóricas, paradigmáticas e dos desafios atuais à OC, assuntos que serão abordados nas seções a seguir.

2.1 DEMARCAÇÕES HISTÓRICAS

A Revolução Cognitiva permitiu ao *homo sapiens* há algumas dezenas de milhares de anos o desenvolvimento dos conceitos, que são as ferramentas com que os humanos pensam e pretendem acessar à realidade. Palavras e conceitos, segundo García-Gutierrez (2011), não significam o que achamos que significam, nem o que pretendemos significar por meio da linguagem. Isso porque a compreensão é permeada pelo contexto e circunstância e obtida mais através da generosidade estabelecida entre emissor e receptor que do entendimento racional da linguagem; assim, a compreensão é sujeita às parciaisidades do discurso. No discurso, os conceitos se combinam para fazer sentido e também seu sentido oposto, pois o inventário de conceitos é limitado: precisam ser modificados em um malabarismo linguístico a fim de controlar os fluxos de sentido. Assim, a organização conceitual do conhecimento na forma de classificação parece tarefa naturalizada pelo homem. Ela se constitui numa tentativa pragmática de estabelecimento seletivo de pontos de estabilidade em meio a entidades instáveis que deseja-

se tornar objeto da comunicação ou com as quais deseja-se lidar no cotidiano. (GARCÍA-GUTIERREZ, 2011)

Deste modo, a história da Organização do Conhecimento flutua entre, por um lado, a busca pelo desenvolvimento de uma ontologia ideal e macro do conhecimento humano, que é naturalizada pelo homem e ao desenvolvimento da ciência; e por outro lado, o desenvolvimento de soluções práticas para a organização dos registros de informação, numa perspectiva micro. (GARCÍA-MARCO, 2016). Há que se falar, portanto, na história das classificações do conhecimento humano e na história das classificações dos suportes de informação. Adicionalmente, conforme sugere Hjørland (2016) é salutar que se estude a história do desenvolvimento da OC enquanto disciplina para que se chegue à compreensão da OC como campo. Ressalta-se, todavia, que não é intuito deste trabalho aprofundar questões sobre o surgimento da Organização do Conhecimento, mas apresentar algumas demarcações que auxiliem no entendimento do surgimento do campo, de modo amplo, para que se possa compreender o pano de fundo do estudo.

Para Pombo (1998), a busca pela origem histórica das classificações, aqui entendidas como manifestações da organização do conhecimento, costuma dispensar o período anterior às formas humanas de comunicação, porque, ao homem, essas classificações primordiais parecem inquestionáveis.

Apoiada em Diemer, Pombo (1998) traçou o desenvolvimento histórico do problema da classificação a partir de quatro fases: classificação dos seres, das ciências, dos livros e das informações. Segundo a autora, a classificação dos seres é aquele problema que interessa aos filósofos e domínios que lidam com taxonomias, isto é, refere-se à classificação nas ciências, como a Biologia. A classificação das ciências ou dos saberes interessa particularmente àqueles que têm as ciências como produto de sua atividade, principalmente a filosofia das ciências que se desenvolve a partir do século XIX. Os níveis de classificação dos livros e das informações, por sua vez, desenvolvem-se no entorno da atividade classificatória pragmática e da teoria da classificação, diretamente afiliados à OC no sentido estrito.

Depreende-se que em alguns momentos da história as categorias de classificação das ciências e dos livros e das informações se encontram, como veremos a seguir. Estes pontos de coalizão para a compreensão da história da OC e mais os de sua institucionalização serão destacados nesta seção.

O pensamento em OC teve como marco inicial, segundo Gomes (2017), a invenção da escrita pelos sumérios, que permitiu a ordenação do universo. Para Guimarães (2017), a origem

da disciplina OC remonta à organização dos suportes informacionais, da qual, como a escrita, se tem registro desde a Antiguidade Clássica. O primeiro registro de um instrumento que continha uma organização bibliográfica data de 2000 a.C., no Egito, constituindo-se de listas de catálogos; o que especulou-se que tenha sido comum também nos templos hebreus. Richardson (1912 apud GOMES, 2017) defendeu que a organização bibliográfica teve início com Calímaco, no século III a.C. Pai dos sistemas bibliográficos, Calímaco foi responsável pela organização na biblioteca de Alexandria, registrada no catálogo então chamado *Pinakes*, e pelo arranjo dos volumes em ordem alfabética, características que seriam transmitidas às primeiras bibliotecas europeias. As bibliotecas permaneceram restritas aos mosteiros do período medieval até a criação das primeiras universidades (séc. XI e XII). A partir de então, as bibliotecas passaram a ser objeto de classificação dos homens letrados, os quais difundiram a criação de esquemas pessoais e com finalidade de organização do saber.

O segundo marco histórico da Organização do Conhecimento segundo Gomes (2017) foi a imprensa no século XV. A invenção de Gutenberg permitiu a publicação em escala de obras bibliográficas, o que tornou possível o aumento no número de bibliotecas e impulsionou a profissionalização do especialista em organização destas unidades.

Assim, a organização da informação em unidades de informação passou a satisfazer à transmissão e disseminação de informações. Em vez de depósitos individuais do conhecimento, passou-se a ter depósitos coletivos do conhecimento, como arquivos e bibliotecas. Estas entidades não se pautaram somente no arranjo físico dos suportes, mas recorreram a substitutos do conteúdo armazenado, um registro do conteúdo intelectual armazenado. A importância dos substitutos em oposição aos próprios itens do conhecimento residia em reunir em um único lugar os registros de itens fisicamente separados, usando critérios variados que iam além de autor e título para fins de acesso, referência, conservação, dentre outros. Em geral, estes substitutos do conhecimento podiam ser divididos em fatores que identificam os itens a que se referem (um único identificador por item) e fatores que não identificam (por exemplo, o assunto, que serve a uma gama de itens). (FOSKETT, 1973).

Konrad Gesner publicou em 1545 a *Biblioteca Universalis*, uma bibliografia crítica na qual teceu comentários a respeito de obras com as quais teve contato em bibliotecas na Suíça, Alemanha, Áustria e França. Inicialmente organizada por autor, uma versão posterior da obra trouxe o esquema dividido em 20 tópicos, o que revelou uma preocupação para além da identificação, isto é, como fonte de informação. No século XVII o filósofo Francis Bacon influenciou a criação de sistemas bibliográficos baseados em disciplinas. A proposta de Bacon

foi adaptada por William Torrey Harris e, posteriormente, serviu de influência a Melvil Dewey (LEIDECKER, 1946, apud GOMES, 2017; FOSKETT, 1973). No mesmo Século, também foram influenciadores da classificação o bibliotecário francês Gabriel Naudé e o filósofo alemão Gottfried Wilhelm Leibniz. O primeiro publicou em 1627 um manual para a organização de bibliotecas, baseado em disciplinas, no qual firmou a classificação como função necessária e prévia ao acesso e sem a qual uma biblioteca não pode ser considerada uma biblioteca. O segundo, especialista em direito e bibliotecário da nobreza, empreendeu estudo de classificações bibliográficas de seus antecessores, tendo originado como produto um esquema de classificação das ciências. Leibniz foi crítico da classificação lógica e introduziu a noção de índice onomástico como complementar ao catálogo. (GOMES, 2017)

Outro marco na história da Organização do Conhecimento, conforme Gomes (2017), foi a Revolução Francesa. Nesse período se estabeleceram as bibliotecas municipais. Apesar da bandeira do acesso ao público como exercício da cidadania, as bibliotecas municipais ainda eram dirigidas por homens eruditos e conservadores. As obras eram oferecidas em catálogos impressos periodicamente. Destaca-se nesse período o desafio de organizar as bibliografias de forma sistemática, prevendo novos assuntos, a popularização da ordem alfabética e a experimentação de modelos compostos (alfabético-por-classes). O conceito de catálogo foi alçado à discussão: um estudo de 1955 do *Royal College of Physicians* revelou que a catalogação de assuntos era usada como sinônimo de indexação; o mesmo estudo sugeria que o catálogo fosse formado por várias obras e o índice de assuntos pertencente a uma única. Influenciados pelo ideal de educação da Revolução Francesa, os Estados Unidos também realizaram movimento de liberar o acesso aos acervos bibliográficos, transicionando a função das atividades de informação dos eruditos para profissionais da informação.

A partir de meados do século XIX, o bibliotecário norte-americano ganhou projeção e com ele a biblioteconomia desenvolveu-se no Ocidente. Foi também neste período, consoante a Gomes (2017), que tiveram início os primeiros marcos teóricos da Organização do Conhecimento, principalmente relacionadas à classificação e derivadas da filosofia. De acordo com Silva e Freire (2012), Melvil Dewey destacou-se ao contribuir com o sistema de classificação bibliográfica que leva seu nome, tendo proposto uma organização bibliográfica do conhecimento no ramo da Filosofia, a partir da lógica, e visando transformá-la em serviço. Foskett (1973) afirmou que Dewey inaugurou a classificação bibliográfica em seu sentido moderno; à época, havia a premissa de que a ordem das classes era uma característica primordial do sistema (posteriormente as atenções se voltariam ao desenvolvimento de classificações

especializadas, com Ranganathan e o *Classification Research Group*). Dewey introduziu a ideia de uma localização relativa na unidade de informação em oposição a uma localização fixa no sistema de classificação. Apesar da já mencionada influência baconiana da teoria filosófica das disciplinas e da estrutura decimal, Dewey não prescindiu de uma classificação utilitária, com instruções para fazer um bom uso das classes vagas. Dewey fez uso de uma notação simples, que proporcionava um detalhamento crescente, sem muitas mudanças no esquema básico. Algumas classes do bibliotecário refletiam o espírito da época, por exemplo, a separação entre a classe Linguística e a classe Literatura; o que demonstra, conforme Foskett (1973), que as classificações podem deixar de ser válidas à medida que o tempo passa.

Gomes (2017) também elencou no período as contribuições de Charles Cutter, James Duff Brown (*subject classification* – classificação de assunto) e o trabalho conjunto de James Henry Quinn e James Duff Brown (*adjustable classification* – classificação ajustável) e, no início do século XIX, Henry Bliss (*bibliographic classification* – classificação bibliográfica), todos autores influenciados pela filosofia das ciências de Augusto Comte e Herbert Spencer.

Foskett (1973) destacou como principal contribuição de Brown ter introduzido o princípio de agrupamento de uma ciência com sua tecnologia dependente; por exemplo, a Engenharia Elétrica dependente da Eletricidade; enquanto Dewey as mantinha em classes separadas. Apesar do interesse histórico, o sistema de Brown não é mais utilizado. E como contribuição fundamental de Bliss, Foskett (1973) ressaltou a ideia de um consenso educacional e científico como base para o sistema organizativo. Isto é, a classificação deveria refletir uma estrutura do saber reconhecidamente válida. Para tanto, o autor lançou mão de três princípios fundamentais: a reunião de assuntos correlatos; a subordinação de um assunto específico a um assunto genérico; e a gradação em especialidades. Neste sentido, o trabalho de Henry Bliss, segundo Guimarães (2017), foi o primeiro a usar Organização do Conhecimento como área de estudo. Contudo, conforme relata Hjørland (2016), uma vez que Bliss intencionou desenvolver um novo Sistema de Classificação Universal à parte do Sistema Decimal de Dewey, este passou a ter reprovação dos discípulos de Dewey e seus trabalhos foram recebidos com apatia pela comunidade internacional. De acordo com Foskett (1973), uma outra baixa na teoria de Bliss foi que, embora reconhecesse a mudança do conhecimento – e, conseqüentemente, da classificação – o sistema não reconhecia a velocidade com que este processo poderia acontecer.

Gomes (2017) identificou a Segunda Revolução Industrial como outro marco histórico da Organização do Conhecimento, dado o desenvolvimento de atividades de informação técnico-científica. Julius Otto Kaiser publicou o *Systematic Indexing* (Indexação Sistemática),

possivelmente, segundo a autora, a primeira obra que estabeleceu princípios para a indexação, com as categorias concreto, processo e lugar.

Em fins do século XIX, Paul Otlet e Henri La Fontaine desenvolveram a Documentação, disciplina que caminhou como ramo paralelo à Biblioteconomia. A criação do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) (em 1931, Instituto Internacionald e Documentação e, em 1937, Federação Internacional de Documentação) marcou o início da documentação, que ganhou consistência com a publicação do Tratado da Documentação. A disciplina teve como principal preocupação sintetizar e organizar a informação para facilitar o acesso, enquanto a biblioteconomia estava desenvolvendo habilidades para gerir e organizar acervos de bibliotecas. Além de lançar uma nova identidade para os estudos da informação, Otlet previu influência de novas tecnologias e mudou noções sobre informação. (SILVA; FREIRE, 2012)

Essa utopia da Documentação sobre o valor e a universalidade da documentação pode ser interpretada como marco identitário da origem da Ciência da Informação. Para Paul Otlet, documentação era toda gama de produtos que se expande com a Revolução Industrial e não é bibliográfico. A organização mundial dessa informação teria potencial para formar uma opinião pública internacional e democrática. Em termos práticos, Otlet e La Fontaine pediram autorização a Melvil Dewey para pormenorizar o esquema por ele criado e adaptá-lo a uma estrutura que depois viria a se tornar a Classificação Decimal Universal (CDU) e que ficaria condicionada à Federação Internacional de Documentação (FID), sistema que teve ampla aceitação (FOSKETT, 1973). Ainda foi uma inovação da Documentação, segundo Freire (2006) o fato de centrar seus esforços no conteúdo dos documentos mais do que nos próprios documentos.

Na década de 1940, o cientista Vannevar Bush propôs a criação do *memex*, máquina capaz de resolver problemas relativos à organização e gerenciamento da informação independente do suporte, prevendo a possibilidade de associar ideias. Assim, Bush implementou o uso das tecnologias da informação e condicionou a CI a atuar a partir de qualquer suporte. Bush contribuiu ainda para o desenvolvimento da interdisciplinaridade e valorizou a informação de forma a inseri-la no rol de instrumentos relevantes para a sociedade. (SILVA; FREIRE, 2012)

Durante a II Guerra atingiram-se as condições de produção econômica e cultural da sociedade antevistas por Paul Otlet. Isso porque os países autodenominados aliados empregaram pessoas em processos de coleta, processamento e disseminação de informações relevantes para o conflito. O período que sucedeu a Segunda Guerra foi marcado pelo

desenvolvimento tecnológico e a continuidade da abertura das unidades de informação para o público e a comunidade acadêmica e dos serviços especializados em Informação, como consequência da Segunda Revolução Industrial. (FREIRE, 2006; GOMES, 2017)

A Recuperação da Informação (RI) surgiu em meados do século XX como fator que priorizava a interação sistema-usuário. A Recuperação da Informação até hoje influencia procedimentos de organização e representação na ciência (SILVA; FREIRE, 2012), de tal forma que pode ser considerado um marco para o período, conforme Gomes (2017), juntamente com a institucionalização da Ciência da Informação e a mecanização dos serviços de informação. Conforme Araújo (2014b), a Organização e Representação da Informação (ORI) desenvolveu-se como uma subárea atrelada à Recuperação da Informação, ao passo em que a primeira era pensada visando a otimização da transferência de informação proporcionada pela segunda, além de economia de recursos, aplicação de lógica e a diminuição de ruídos no processo. A diferença entre as duas áreas reside, de acordo com Novellino (1996), no enfoque que dão ao processo comunicativo. Sob o ponto de vista da Recuperação, a ênfase é a saída do sistema, a interface e a interferência do usuário na linguagem do sistema. Já no que diz respeito à ORI, o enfoque é a entrada de elementos descritivos no sistema, metodologias de análise de assunto visando a elaboração de instrumentos, sistemas e linguagens.

O reconhecimento da crise oriunda da proliferação de informações de periódicos científicos e documentação técnica decorrente do esforço da guerra levou à constatação de que os métodos de processamento dos registros já não eram suficientes ou lhes faltava um componente científico. Em 1948, em Londres, foi organizado o *International Conference on Scientific Information* (Conferência Internacional em Comunicação Científica) da *Royal Society* que discutiu o modelo de produção, distribuição, registro e recuperação da informação científica, inclusive o treinamento de especialistas em informação, indexação e classificação. A Conferência também teve como fruto a instituição do *Classification Research Group* (CRG), atuante no Reino Unido. O CRG teve notória importância na sedimentação de uma Teoria da Classificação, tendo em vista ter sido a primeira iniciativa de um grupo de pesquisa voltado ao desenvolvimento metodológico da organização da informação especializada. A agenda de discussões do CRG podia ser acompanhada no periódico *Journal of Documentation*. Entre as principais discussões encontravam-se aquelas referentes ao desenvolvimento do método de classificação analítico-sintético ou facetado, baseado na sistemática da *Colon Classification* ou Classificação Dois Pontos, do indiano Shiyali Ranganathan. Tratava-se de uma classificação que não se daria por subdivisões temáticas, mas pela decomposição analítica de categorias de

assuntos em facetas, devendo haver posterior recombinação das facetas no momento da recuperação, com o diferencial de trabalhar com assuntos especializados. (GOMES, 2017; GUIMARÃES, 2017; CAFÉ; SALES, 2010)

Segundo Fosket (1973) a Classificação Dois Pontos revelava uma tendência pró-oriental: algumas tabelas auxiliares de assuntos são mais detalhadas em tópicos como livros sagrados hindus, o que não acontecia com outras classes importantes. A carência de detalhes e a notação mista e complexa teriam sido fatores que contribuíram contra sua propagação. Apesar disso, a análise das facetas foi endossada pelo CRG.

O CRG definiu doze categorias para representação de assuntos: tipos de produto final, partes, todo, materiais, constituintes, processos, propriedades, operações, agentes, espaço (lugar), tempo e formas de apresentação. Os progressos da CRG na organização do conhecimento se davam no sentido de que não se baseavam em classes que emulavam as áreas do conhecimento, mas atravessavam estas fronteiras disciplinares e acomodavam assuntos interdisciplinares. Além disso, a classificação do CRG propunha pensar além dos sistemas manuais de classificação; mas em regras simples, facilmente aplicáveis à programação e a um sistema mecanizado. (FOSKETT, 1973)

Em 1962 ocorreu na Georgia Institute of Technology a *Conferences on training science information specialists* (Conferências sobre Formação de Especialistas em Informação Científica). O evento buscou alavancar a Ciência da Informação, mas suas bases já se encontravam fincadas. Na Biblioteconomia, houve um movimento de deslocamento da informação bibliográfica para informação ou análise de assunto e uma tendência de aproximação da Biblioteconomia com a CI. No mesmo período, o tratamento de bibliografias deu lugar à preocupação com o tratamento de base de dados, havendo assim a introdução da computação em atividades de informação.

Para Silva e Freire (2012) e Gomes (2017) a CI surgiu com o propósito de condensar os estudos científicos sobre informação e aprimorar disciplinas em seu trato com informação e documentos. Em termos culturais e científicos, estudiosos principalmente dos Estados Unidos e Europa passaram a compartilhar seus entendimentos, diante do que se atestou o contexto de uma identidade partilhada na proposta de criar a CI, por vezes referida como *Library and Information Science* (Biblioteconomia e Ciência da Informação). Ainda no final da década de 1960 o *American Documentation Institute* (ADI) tornou-se o *American Society for Information Science* (ASIS).

Contudo, em locais como o Reino Unido, França e Alemanha a comunidade de bibliotecários, documentalistas e cientistas da informação encontrou atritos no movimento de agregar as atividades profissionais, tendo o conflito perdurado pela década de 1970; em outros países dura até hoje, por razões corporativas e políticas. (SILVA; FREIRE, 2012).

No que se refere ao desenvolvimento terminológico que apoiou a Organização do Conhecimento como campo, destaca-se a Teoria do Conceito de Ingetraut Dahlberg, de 1978. Dalhberg teorizou sobre elementos que compunham e ajudavam a descrever um conceito a partir de suas características naturais e/ou acidentais e os relacionamentos possíveis entre os conceitos, de maneira a produzir hierarquias que por sua vez poderiam originar sistemas de organização do conhecimento. É, pois, referida por Gomes (2017) como sendo o marco teórico mais recente da Organização do Conhecimento e tendo estreita relação com o método analítico-sintético, tendo em vista ambos partirem de uma unidade de significado.

De acordo com Gomes (2017) e Guimarães (2017) a Organização do Conhecimento foi um aspecto significativo para a união das áreas Biblioteconomia/Documentação e Ciência da Informação. Isso porque a tendência de discussão da organização de assuntos se mostrava prolifera mesmo no meio digital, sob a forma de construção de sistemas de organização do conhecimento. A Organização do Conhecimento estabeleceu-se a partir de uma dimensão interdisciplinar permeada por várias áreas a partir das quais são esperadas discussões para o desenvolvimento de conhecimento, processos e produtos que, uma vez socializados, geram novos conhecimentos, processos e produtos.

Guimarães (2017) e Café e Sales (2010) também destacaram a atuação de Dalhberg na criação da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO), em 1989, na Alemanha, a partir do já formado *Society for Classification* existente desde a década de 1970.

Segundo Arboit (2014), a dissolução da *Society for Classification* se deu devido a divergências entre os associados, que não prescindiam de uma abordagem matemática da classificação, voltada a taxonomias alfabéticas, numéricas e automatizadas, não havendo respaldo para discussões que possuíam como núcleo o conceito e uma abordagem analítico-sintética para a criação de tesouros, defendidas por um número menor de associados. A criação da ISKO representou, assim, a emancipação do segundo grupo.

A nova composição da Sociedade, integrada por cientistas da informação, cientistas da computação, filósofos e linguistas, voltou-se a uma perspectiva mais epistemológica do campo Organização do Conhecimento, com o intuito de progredir no aspecto teórico, mas sem dispensar as contribuições metodológicas nas unidades de informação. Assim, tornou-se um

representativo fórum internacional para o desenvolvimento do campo da Organização do Conhecimento. (GUIMARÃES, 2017; CAFÉ; SALES, 2010)

Arboit (2014) empreendeu análise da produção científica da ISKO em eventos promovidos entre 1990 a 2010, tendo a dividido nos grupos temáticos: questões teóricas (paradigmáticas, epistemológicas e interdisciplinaridades); questões de linguagem (terminologia, comunicação e abordagens linguísticas); sistemas, processos, produtos e instrumentos; aplicações tecnológicas; organização do conhecimento em mídia não textuais; em ambientes corporativos e gerenciais; e contextos culturais e de uso. Dos grupos mencionados, em uma análise geral, houve maior produção da temática sistemas, processos, produtos e instrumentos; seguida por questões teóricas, aplicações tecnológicas e contextos culturais e de uso. Contudo, uma análise do ponto de vista cronológica revelou que o grupo temático questões teóricas foi o que desde 2010 teve maior notoriedade nos eventos; destacando ainda o grupo temático sistemas, processos, produtos e instrumentos, que mantém certa estabilidade e relativa notoriedade ao longo dos anos. A autora destacou ainda uma migração das abordagens mais técnicas, com enfoque nos trabalhos de Ranganathan e Dahlberg, para perspectivas mais sociais da organização do conhecimento, com enfoques genealógicos, pragmáticos, culturais e éticos e tendo como principais representantes os autores Hjørland, Frohmann, Olson, Beghtol, Guimarães e García Gutiérrez. Além disso, percebeu a gradativa transição dos sistemas universais de organização calcados em questões linguísticas e terminológicas para uma postura crítica desses sistemas e posterior suplantação por sistemas contextuais, éticos e culturais, permeados pela interdisciplinaridade.

Assim, a ISKO tem se destacado na produção científica relativa à Organização do Conhecimento a partir de uma estrutura rizomática, que conta com uma unidade internacional e 14 nacionais ou regionais, cada uma incumbida de organizar congressos e publicar anais nos anos ímpares (nos pares, cabe à unidade internacional). As temáticas abordadas nos congressos dizem respeito a questões epistemológicas, atributos, contextos, desafios e perspectivas para o campo. No compromisso da disseminação do conhecimento produzido, a ISKO orienta a publicação da série *Advances in Knowledge Organization* (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento) e o periódico *Knowledge Organization* (Organização do Conhecimento), de periodicidade octomestral. A Organização ainda mantém bibliografia corrente de tudo o que é publicado no seu âmbito de atuação por meio da *Knowledge Organization Literature* (Literatura em Organização do Conhecimento). Todo o material mencionado encontra-se disponível para consulta dos membros associados (GUIMARÃES, 2017).

2.2 DEMARCAÇÕES CONCEITUAIS

Os termos e conceitos no discurso científico são construções planejadas que visam cumprir a determinado papel, conforme apontam Capurro e Hjørland (2007). Conceitos e termos não são verdades absolutas, mas tornam-se elementos referenciais em um domínio do conhecimento, servindo de ponto de partida para a produção do conhecimento científico, razão pela qual se espera que estejam bem delimitados. O uso real dos termos pode variar em relação aos seus usos formais na academia. Assim, diferentes concepções para os termos documento, informação, conhecimento e organização da informação e do conhecimento podem ser encontradas em relação aos diferentes embasamentos que os suportam.

Apoiado em Chalmers (1999 apud CAPURRO; HJØRLAND, 2007), Capurro e Hjørland concordam que a terminologia faz parte da estrutura de uma teoria científica, sendo tão precisa quanto a própria teoria; de maneira que os conceitos se apresentam, de início, com grande amplitude, e à medida que a teoria avança, os conceitos acompanham seu amadurecimento.

Assim, para os fins desta pesquisa, esta seção se propõe a realizar demarcações conceituais com afinidade com os campos da Ciência da Informação e da Organização do Conhecimento, considerando-se as funções que são dadas aos conceitos nas teorias que os embasam.

2.2.1 Informação e conhecimento

O termo informação possui variáveis mesmo dentro do campo da CI, que acompanharam teorias da informação e paradigmas científicos. Não é raro encontrar o termo informação associado em algum nível ao termo conhecimento, em relacionamentos que passam por implicação (um conceito contido em outro), intersecção (coincidindo em algum elemento) ou até mesmo identidade (conceitos coincidentes). (CAPURRO; HJØRLAND, 2007).

Conforme relatam Capurro e Hjørland (2007), em 1948 a Teoria da Informação de Claude Shannon e Warren Weaver teve impacto nos campos da Biblioteconomia e da recente Ciência da Informação. Achou-se que essa teoria poderia ser utilizada como um forte modelo conceitual. A teoria pressupunha que a informação podia ser mensurada, refletindo um

paradigma físico de transmissão de sinais. Nesta teoria, informação era usada para significar o conteúdo da comunicação, em nível sintático.

À medida que a CI foi se institucionalizando, houve um movimento a partir da década de 1970 em que a informação gradativamente substituiu o termo documentação ou passou a acompanhar o termo Biblioteconomia (de *Library Science* para *Library and Information Science*), no campo de estudo; nas associações profissionais, como o *American Documentation Institute*, que mudou de nome para *American Society for Information Science*; nas escolas de educação superior e currículos. Uma visão cognitiva da Informação foi defendida por Brookes, Ingwersen e Belkin na CI, segundo os quais a informação se referia a um estado estruturado de conhecimento comunicado. A abordagem de Brookes é associada à ontologia de Karl Popper, que consiste de três mundos: o dos objetos físicos; o da consciência ou estados psíquicos; e o dos conteúdos intelectuais, como documentos. O terceiro mundo é o da informação ou do conhecimento, aquilo que é passível de ser comunicado e interpretado. Diferentemente da visão física da informação na Teoria da Informação, a visão cognitiva introduziu o componente subjetivo à informação. (CAPURRO; HJØRLAND, 2007).

Buckland (1991), por sua vez, propôs três sentidos para a informação: processo, conhecimento e coisa. Informação como processo referia-se ao ato de informar e ao fato de ser comunicado; informação como conhecimento referia-se ao próprio sentido de conhecimento comunicado, intangível, que precisaria ser representado para ser transmitido; e informação como coisa referia-se à representação tangível informação em objetos informativos.

Uma visão hermenêutica da informação foi trazida à disciplina com a noção da Análise de Domínio. Para esta abordagem, a informação seria subjetiva e dependente do pré-entendimento do usuário. Um objeto poderia conter diferentes informações, não sendo possível por um sistema mapear todas elas. Usuários com distintas bagagens culturais e que desempenham funções diferentes na sociedade interpretariam valores de informação do objeto em seus contextos, os mapeariam e representariam dentro de seus domínios. (CAPURRO; HJØRLAND, 2007).

Na visão de Capurro e Hjørland (2007), compartilhada pela autora deste trabalho, é mais produtivo para a CI manter a distinção entre informação como coisa (aquela registrada em algum objeto) e informação como um conceito subjetivo, dependente de um agente cognitivo que o interprete, e que lidere no campo o estudo de como os mecanismos cognitivos compreendem os atributos (informação) das coisas, relativamente ao contexto em que se encontrem.

Quanto à diferença de informação e conhecimento, Brascher e Café (2008), apoiadas em Fogl, fizeram o exercício de compreender cada um desses conceitos, motivadas pela necessidade de esclarecimento dos conceitos de organização da informação e do conhecimento no âmbito de sua atuação no grupo de pesquisa Representação e Organização da Informação e do Conhecimento da Universidade de Brasília, registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Para as autoras, informação estaria relacionada a aspectos semânticos, pragmáticos e relacionados à fixação de um conhecimento. O conhecimento, por sua vez, seria o resultado da cognição humana a partir de um processo de reflexão consciente sobre a realidade, podendo ser materializado em informação. De certa forma, é uma visão que corrobora com o entendimento de Capurro e Hjørland (2007), apresentado anteriormente, se pensarmos a informação como informação-como-coisa e o conhecimento como conceito subjetivo, dependente de processo hermenêutico. As formas de organização da informação e do conhecimento neste sentido serão discutidas na sequência.

2.2.2 Organização da Informação e do Conhecimento

A problemática semântico-terminológica natural a todas as ciências também se aplica ao campo da OC, no que se refere ao uso dos termos Organização da informação e Organização do Conhecimento. Segundo Café, Barros e Fonseca (2014) e Brascher e Café (2008), apesar de OC ser termo amplamente utilizado na Ciência da Informação, não é sempre com o mesmo sentido. Ademais, o termo organização da informação (OI) é usado, eventualmente, como sinônimo de organização do conhecimento (OC). Nesta seção, serão apresentados alguns elementos que permitem caracterizar a OI e a OC no Brasil e no exterior. Cabe enfatizar, contudo, que o presente trabalho não procura problematizar essa diferenciação.

De maneira pragmática, Brascher e Café (2008), apresentaram uma proposta conceitual para delimitar estes termos em relação a seus conceitos. As autoras escrevem na perspectiva de um grupo de pesquisa em Organização do Conhecimento dentro de um Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Entende-se portanto, haver afinidade entre os conceitos e o seu uso dentro dos dois campos (CI e OC), o que justifica a opção por apresentar este recorte.

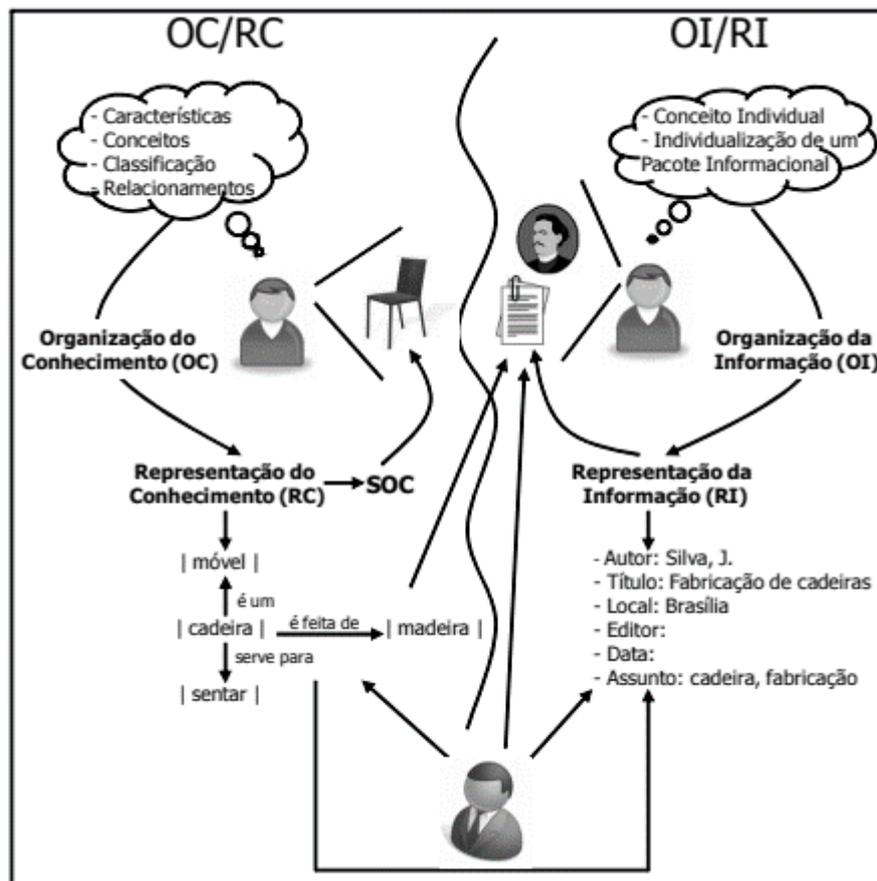
Brascher e Café (2008) propõem que a Organização da Informação é o termo que se refere à descrição de um objeto informacional quanto às suas propriedades físicas e conteúdo,

e os relacionamentos com outros objetos. O objetivo da OI é permitir o acesso ao conhecimento contido no objeto informacional a partir de características como origem e conteúdo. Assim, quando se fala em OI, refere-se ao mundo dos objetos físicos registrados, oposto ao mundo das ideias e dos conceitos. O produto da organização, ou o conjunto de elementos descritivos compõem a Representação da Informação. Algumas representações apresentam-se na forma de linguagens documentárias, que podem descrever a informação e/ou o objeto informacional. Na OI a escolha dos termos leva em conta a intenção do produtor e a forma como ele expõe as ideias.

A Organização do Conhecimento e sua Representação, por sua vez, dizem respeito ao mundo dos conceitos, no nível cognitivo. A representação do conhecimento é o resultado de uma análise conceitual e abstrata de um domínio ou modelo de mundo. Dessa forma, a organização do conhecimento não está pautada na visão do autor do objeto informacional, mas na visão compartilhada pelos membros interagentes em relação a um domínio, com o objetivo de modelá-lo para aplicações práticas. Para as autoras, os processos de descrição de conteúdo baseados em resumos, classificação e indexação lidam com conceitos contidos nos documentos, não como os objetos propriamente ditos. Assim, estes processos são exemplos de organização do conhecimento, e seus produtos, representações do conhecimento. Dá-se o nome de Sistema de Organização do Conhecimento (SOC) aos sistemas conceituais criados para representar um domínio, dentre os quais podemos citar: cabeçalhos de assunto, arquivos de autoridade, redes semânticas, ontologias, dicionários, tesouros, taxonomias e tesouros. Os SOC cumprem, nas unidades de informação, a função de padronizar a representação do assunto do documento, o que tem especial implicação nas formas de identificação e recuperação destes e instrumentaliza as atividades de organização da informação. (BRASCHER; CAFÉ, 2008)

A figura 2 apresenta uma síntese da diferença entre OI e OC no entendimento de Brascher e Café (2008).

Figura 2-Organização do Conhecimento X Organização da Informação



Fonte: Brascher e Café (2008, p.7)

Ressalta-se que, no entanto, o esquema apresentado acima serve a fins didáticos. Na prática, os processos de organização da informação e do conhecimento não são lineares e completamente independentes um do outro.

Café, Barros e Fonseca (2014) realizaram estudo do emprego do termo organização do conhecimento no sentido proposto por Brascher e Café (2008) em publicações do Grupo de Trabalho 2 (GT2) – Organização e Representação do Conhecimento no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) entre 1994 e 2012. As autoras impuseram como atributos necessários aos trabalhos dentro dessa delimitação conceitual que fizessem referência a) ao processo de modelagem conceitual para o estabelecimento da posição de cada conceito em um domínio e b) às representações do conhecimento concretizadas como Sistemas de Organização do Conhecimento.

Dos trabalhos analisados 76% fizeram referência a pelo menos um dos atributos acima mencionados; 24% não referenciaram qualquer destes atributos; e 37,25% referenciaram ambos. As autoras concluíram que o montante de 76% dos trabalhos, que referenciaram pelo

menos um dos atributos, reflete um movimento dos autores da Ciência da Informação no Brasil em direção à aceitação do entendimento do conceito de Organização do Conhecimento, no sentido proposto por Brascher e Café (2008).

Cabe ainda evidenciar que esta visão reflete uma perspectiva brasileira sobre a matéria. Em nível internacional, também há o entendimento de Organização do Conhecimento de Ingetraut Dahlberg (1993, 2006). Na visão da autora alemã, OI e OC estão integradas sob a denominação da última, sendo a OC um campo autônomo, localizado como subárea da Ciência das Ciências e que independe da CI, embora guarde forte interlocução com esta. Assim, enquanto no Brasil costuma haver uma distinção didática, quando trata-se da OC no contexto da comunidade internacional da ISKO o termo abarca todos os processos e sistemas de organização da informação e do conhecimento.

Este trabalho enfoca a OC, sem uma forte distinção ou independência do conceito de OI, de modo que a OC possa ser compreendida como uma organização dos conceitos que compõem o conhecimento de comunidade sem dispensar que esta comunidade pode materializar seu conhecimento em informação; e também que a OC possa auxiliar nos processos que seriam de OI.

2.3 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS À ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

No contexto da comunidade internacional da OC, Conforme aponta Smiraglia (2014), há aspectos em que a teoria em Organização do Conhecimento encontra-se bem definida, obtidos a partir de estudo com a aplicação da lei de Lotka, são eles: produtividade dos autores, instanciação (ou a capacidade de verificar a extensão do domínio) e validade externa. Apesar desses aspectos, não há uma teoria absoluta dentro do campo. Há, por outro lado, contribuições expressivas de alguns teóricos que se destacam no campo, conforme aponta o mesmo autor: Ingetraut Dahlberg, Patrick Wilson, Elaine Svenonius e Birger Hjørland.

O ponto de vista de Ingetraut Dahlberg, fundadora da noção de domínio como hoje se conhece, fornece o pano de fundo para as outras três teorias, quais sejam: de Patrick Wilson, que propôs critério teórico de eficácia para avaliar aparatos bibliográficos; Elaine Svenonius, no que se refere ao agrupamento de documentos por atributos em sets; e Birger Hjørland, que contribuiu teoricamente revisitando a Teoria da Atividade e a Análise de Domínio em relação à CI e à Organização do Conhecimento.

Quadro 1- Principais teóricos e contribuições à CI

Teórico	Principais contribuições teóricas
Ingetraut Dahlberg	Noções básicas (domínio, conhecimento, organização, conceito, SOCs) Organização da comunidade científica em torno da ISKO
Patrick Wilson	Critério teórico de eficácia Domínios conceituais descritivo e exploratório
Elaine Svenonius	Agrupamento de documentos em sets Terminologia bibliográfica
Birger Hjørland	Teoria da atividade e Análise de Domínio aplicadas à CI e à OC

Fonte: elaboração própria, baseada em Smiraglia (2014)

A filósofa alemã Ingetraut Dahlberg empreendeu o esforço de transformar classificações pragmáticas em ciência. Além de estar por trás da fundação da ISKO, em 1989, conforme já mencionado neste estudo, publicou ao longo da vida acadêmica ensaios nos quais submetia suas ideias inovadoras à comunidade científica, tendo em 2006 submetido no ensaio *Knowledge organization: a new science?* (Organização do Conhecimento: uma nova ciência?) a definição de alguns princípios básicos da organização do conhecimento. Por conhecimento, Dahlberg (2006, p.12, tradução nossa) compreendia “aquilo que é conhecido” e por organização “a atividade de construir algo de acordo com um plano”. O conhecimento poderia ser transferido e seria dependente de uma linguagem, portanto uma prerrogativa humana. O conhecimento em Dalhberg (2006) poderia ser percebido enquanto unidade (conceito), elementos (características de conceitos), unidades maiores de conhecimentos (combinações entre conceitos) e sistemas de conhecimento (nos quais o conhecimento se encontraria coeso e estruturado). Para a mesma autora, a criação de sistemas de organização do conhecimento é a essência da Organização do Conhecimento, no seu sentido estrito.

Patrick Wilson se destacou ao descrever a relação das pessoas com serviços de informação. A partir da obra *Two Kinds of Power* (Dois Tipos de Poder), um tratado sobre controle bibliográfico, influenciou pesquisadores ao apresentar ensaio filosófico bibliográfico sobre a dinâmica entre controlar e produzir conhecimento. O bibliotecário estadunidense concebe o universo bibliográfico como espacial, orbitado por objetos informacionais, de modo

que trata da OC no sentido amplo e estrito como um único conceito convergente (WHITE, 2019). Wilson vislumbra especificamente a informação registrada, agrupando-se em *clusters*, atraindo-se ou repelindo-se num sistema multidimensional e relacional. Nesse macrocosmo, dois domínios conceituais ou poderes emergem: descritivo e exploratório. O primeiro refere-se à dimensão em que as pessoas descrevem e organizam a informação registrada existente; o segundo, refere-se à dimensão em que os estudiosos criam novos conhecimentos a partir da síntese dos conhecimentos já existentes, seja pela busca de informação consciente ou pela serendipidade. Assim, a organização que torna possível a dimensão exploratória é considerada eficaz, e o conceito de eficácia é posto como parâmetro para a confiabilidade do aparato bibliográfico, passando a ser utilizado como referencial teórico por acadêmicos da área. O aparato de Wilson, portanto, fornece um ponto de vista para a OC na Biblioteconomia e na CI. Após a publicação de *Two Kinds of Power*, a comunidade viu florescer duas linhas de pesquisa, uma de cientistas da informação preocupados em encontrar respostas para como organizar e recuperar resultados semelhantes em detrimento da ambiguidade; e um fluxo de pesquisa em torno de como gerar aparatos bibliográficos confiáveis, liderado por autores como Svenonius e Hjørland. (SMIRAGLIA, 2014, WHITE, 2019).

A terceira autora que teria contribuição ímpar para a Organização do Conhecimento como teoria é a bibliotecária norte-americana Elaine Svenonius. Em 2000 Svenonius publicou o *The Intellectual Foundations of Information Organization* (As fundações intelectuais da Organização da Informação); e, ainda que tenha se referido à “informação” no título, apresentou na obra os fundamentos de uma teoria própria para a compreensão Organização do Conhecimento. Svenonius apresentou o conceito de *sets* ou conjuntos, que seriam entidades bibliográficas compostas por um agrupamento de documentos. Os documentos de um *set* possuiriam atributos equivalentes; da mesma forma, os atributos poderiam ser critério para a determinação do agrupamento de documentos em *sets* (por exemplo, os atributos autoria, assunto, etc.). Além deste conceito, Svenonius também contribuiu teoricamente em relação à terminologia bibliográfica. Para organizar e desambiguar os resultados semelhantes, ela sugeriu considerar o domínio da organização do conhecimento como composto por um *set* de vocabulários; considerando autoria, título, assunto, local e outros atributos como “linguagens” (em sentido metafórico). Svenonius diferencia a linguagem de trabalho da linguagem de documentos, ao passo que a primeira estaria relacionada ao controle intelectual e a segunda ao controle do inventário físico. É interessante ressaltar que o controle bibliográfico proposto por Svenonius diz respeito a uma busca pela excelência do aparato bibliográfico, preconizado por

Wilson, só que, neste caso, valendo-se de um controle linguístico. Também como Wilson, apresenta parecer sobre as atividades de descrição e exploração, argumentando que a descrição deve ser limitada ao inventário de documentos, podendo ser automática, e a exploração sim é a atividade na qual o profissional da informação deve concentrar esforços, expandindo sua concepção sobre os objetos informacionais e atributos inerentes a eles. (SMIRAGLIA, 2014)

Por fim, Smiraglia (2014) destaca o bibliotecário e cientista da informação Birger Hjørland como influenciador de uma visão pragmática, ao mesmo tempo que teórica no campo. No final da década de 1990, Hjørland publica o *Information seeking and subject representation: an activity-theoretical approach to information science* (Busca de informação e representação de assunto: uma abordagem teórico-prática da ciência da informação). A obra do autor dinamarquês demarca a continuidade do documento como artefato, que deve ser compreendido não só pelo seu conteúdo mas pelos usos que dele podem ser feitos. Para Hjørland, a CI se revolve em torno do problema-chave “busca da informação”, relegando a segundo plano a organização. A OC seria a principal tarefa a ser empreendida, contudo, seu propósito seria tornar possível aos usuários que identificassem o conhecimento mais relevante a eles. Assim, a organização do conhecimento deveria apoiar o comportamento informacional de busca e a Teoria de Comportamento Informacional de Busca poderia se apresentar como base da CI (ALBRECHTSEN; HJØRLAND, 1997). Hjørland também introduz a *Activity Theory* (Teoria da Atividade) como abordagem para a CI. A Teoria da Atividade, conforme Albrechtsen e Hjørland (1997), seria uma teoria psicológica afiliada ao pragmatismo filosófico e realismo científico. Segundo essa perspectiva, a busca de informação pelos pesquisadores deve se dar nos locais em que a atividade que gera essa informação é conduzida. A função do conhecimento não deve ser estudada individualmente, focando-se o ser humano de forma isolada, mas holisticamente, tanto individual como coletivo, isto é, o indivíduo é visto como o membro de uma comunidade discursiva; estas, por sua vez, criam os próprios documentos para servirem às atividades que desenvolvem (ALBRECHTSEN; HJØRLAND, 1997).

Hjørland foi um dos pioneiros em introduzir e desenvolver na CI a Análise de Domínio. Hjørland teorizou sobre como o domínio pode se desenvolver a partir de uma divisão social do trabalho, tendo como principais atores no processo usuários e produtores de conhecimento (noções essas ainda decorrentes da Teoria da Atividade como prisma para o comportamento de busca). Hjørland apresentou para o termo organização do conhecimento uma proposição de significado estrito e amplo, estando o estrito mais ligado a uma noção de

descrição e o amplo ligado a uma ecologia complexa de produção e comunicação da informação, que requer a contabilização da divisão social do trabalho e a estrutura social.

2.3.1 Teorias da Organização do Conhecimento: uma proposta Hjørlandiana

Dado que os objetos informacionais podem ser descritos a partir de um universo de possibilidades corretas, a organização do conhecimento depende de teorias que os determinem e assim embasem o trabalho. Esta afirmação na Organização do Conhecimento, por exemplo, é uma proposição dentre tantas outras, fundamentada no pragmatismo e na Teoria da Atividade, que busca fornecer um paradigma para a compreensão da OC. Para Hjørland (2013), teórico mais citado em OC segundo Smiraglia (2014), há uma correlação entre a forma de organização do conhecimento e as atividades que o originam. Assim, a avaliação de uma classificação envolve avaliar ideais epistemológicos (como empirismo, racionalismo, historicismo ou pragmatismo) sobre os quais a pesquisa para classificação é construída, e, atreladas às visões epistemológicas, abordagens e tradições a serem consideradas.

2.3.1.1 Visões Epistemológicas

Se a Organização do Conhecimento é sobre conceitos e as relações semânticas entre eles, como saber o que representa cada conceito e como este conceito está relacionado a outros? Ou ainda, que termo utilizar para se referir ao conceito?

Conforme Hjørland (2013), Charles Peirce e Karl Popper refletiram sobre o princípio do falibilismo da ciência, isto é, a alegação de que o conhecimento científico pode ser vulnerável e providencial. No que se refere à taxonomia no domínio da Biologia, por exemplo, as classes peixes e répteis, que um dia foram amplamente aceitas, são hoje categorias inconsistentes; no domínio da Astronomia, a redefinição do conceito de planeta excluiu Plutão do rol de planetas do sistema solar. Também não são raras as situações em que os profissionais da informação precisam descrever os elementos de um domínio científico em que não há consenso, assim, o classificador precisa tomar decisões a partir de visões concorrentes no campo e teorias ontológicas (aquelas que reivindicam as coisas que fazem parte de um domínio e as que não fazem). Logo, o trabalho do classificador não é neutro, mas reflete a carga teórica dos objetos a serem classificados. Quanto às bases epistemológicas para as classificações, pode-se dizer:

Algumas classificações são baseadas na lógica (por exemplo, que números pares são números). A escola filosófica da “análise conceitual” é uma tentativa de generalizar o uso de uma análise a priori para classificação (Hanna, 1998).

Algumas classificações são baseadas em estudos empíricos. Um medicamento, como um tranquilizante, por exemplo, é classificado com base em experimentos médicos.

Algumas classificações são baseadas em convenções humanas (por exemplo, as fronteiras geográficas de um país, ou quem é uma pessoa da realeza).

Algumas classificações são baseadas em heranças (por exemplo, quem pertence a uma determinada família). [...]

Algumas classificações têm base funcional (por exemplo, ferramentas para cozinhar).

Algumas classificações são baseadas em uma mistura de critérios (por exemplo, critérios lógicos, empíricos, historicistas e pragmáticos combinados).

Métodos lógicos, empíricos, historicistas e pragmáticos podem ter cada qual aplicações para as quais são especialmente relevantes. (HJØRLAND, 2013, p.173, tradução nossa)¹

O esquema acima demonstra que não há uma única forma correta de se fazer pesquisa, corroborando para o entendimento de que não há uma única classificação possível. Um composto fármaco à base de benzodiazepina pode ser classificado benzodiazepínico se forem considerados seus ativos químicos; ansiolítico se considerarmos os estudos empíricos ou “medicamento para agir na diminuição de stress e ansiedade”, se considerarmos o seu propósito. Para avaliar qual a melhor classificação a ser utilizada, há que se pensar na pesquisa por trás da classificação. Hjørland (2013) determina quatro teorias principais que servem de base epistemológica para a ciência (e, por consequência, para a classificação dela decorrente): empirismo, racionalismo, historicismo e o pragmatismo. Para cada teoria, também define critérios que a teoria utiliza para determinar relevância e baixa prioridade na tarefa de avaliar uma pesquisa.

¹ “Some classifications are based on logic (e.g., that even numbers are numbers). The philosophical school of “conceptual analysis” is an attempt to generalize the use of a priori analysis for classification (Hanna 1998). Some classifications are based on empirical studies. A drug, e.g., a tranquilizer, is classified as based on medical experiments. Some classifications are based on human conventions (e.g., the borders of a country, who is a royal person). Some classifications are based on heritage (e.g., who belongs to a certain family). [...]. Some classifications are based on purpose (e.g., tools for cooking). Some classifications are based on a mixture of criteria (e.g., combined logical, empirical, historicist, and pragmatic criteria). Logical, empirical, historicist, and pragmatic methods may each have applications for which they are especially relevant” (HJØRLAND, 2013, p.173).

Quadro 2- Critérios para a avaliação de relevância de pesquisa de acordo com escolas epistemológicas definidas por Hjørland (2013)

Critérios Escola Epistemológica	Para determinar Relevância	Para determinar baixa Prioridade
Empirismo	Observação, sentidos, dados, etc.	Especulações, suposições, conhecimentos emanados de autoridades,
Racionalismo	Pensamento puro, lógica, modelos matemáticos, modelagens por computador, axiomas, definições e teoremas	Dados empíricos, porque precisariam ser organizados de acordo com princípios que não advêm da experiência
Historicismo	Pano de fundo de conhecimentos prévios, contextualizações, desenvolvimento histórico, perspectivas evolucionárias	Dados descontextualiza-dos, pois não podem ser interpretados, ou dados enviesados.
Pragmatismo / Teoria da Atividade	Informações sobre metas e valores e suas conseqüências face ao sujeito e o objeto de pesquisa	Informação neutra ou sem valor (por exemplo, tendo outro sujeito ou objeto que não os da pesquisa).

Fonte: adaptado de Hjørland (2013, p.174)

Para o autor, as questões mais importantes em algumas dessas críticas, são negligenciadas por outras, como por exemplo no caso do empirismo, que considera como critérios de alta relevância aspectos que para o historicismo careceriam de contextualização histórica ou poderiam estar enviesados. Essas visões, contudo, não podem estar completamente separadas de uma visão técnica e instrumental.

Com isso, Hjørland que não há uma única forma de produzir e avaliar o conhecimento. Não é intuito desta pesquisa se aprofundar na Epistemologia em OC e CI, apenas enfatizar o ponto de vista de Hjørland a respeito do assunto, tendo como premissa que as concepções filosóficas do autor servem como base para a pesquisa proposta. Contudo, cabe observar que outros autores na OC e na CI também identificaram ou categorizaram escolas filosóficas sob outros critérios e inclusive Hjørland teria sido influenciador de algumas delas. Talja, Tuominen e Savolainen (2005) concordam com Hjørland (1998) no sentido de que mesmo as soluções de recuperação mais rudimentares são baseadas em alguma assunção epistemológica. Estes autores analisaram o Construtivismo, Coletivismo e Construcionismo e apresentaram sob o nome de

metateorias. Estas teorias foram apresentadas por Gergen (1999 apud TALJA; TUOMINEN; SAVOLAINEN, 2005) nos campos da Psicologia e Educação, mas segundo o trio de autores, também representam importantes perspectivas a serem estudadas pelo campo da Organização do Conhecimento. O Construtivismo seria uma visão na qual um indivíduo constrói uma relação a partir de relação sistemática com o mundo externo, sendo esta metateoria também presente na CI como ponto de vista cognitivo. O Coletivismo (ou social construtivismo) é usado para se referir na CI a uma reorientação de seu objeto de estudo, do nível individual para o social, organizacional ou de comunidade. Este ponto de vista viria a ser na CI o domínio-analítico. O Construcionismo seria a epistemologia na qual a ênfase recai sobre o discurso como veículo, por meio do qual o “eu” e o mundo se articulam. Um esquema com as principais características de cada Metateoria segue desenhado no quadro 3.

Quadro 3- Características do Construtivismo, Coletivismo e Construcionismo

Metateoria	Construtivismo (construtivismo cognitivo)		Coletivismo (social construtivismo)	Construcionismo
Características				
Origem do conhecimento	Criação individual de estruturas de conhecimento e modelos mentais através da experiência e observação	Criação individual de estruturas de conhecimento e modelos mentais; influenciado pela história e pelas relações sociais	Conhecimento é social na origem; o indivíduo em um mundo que é fisicamente, socialmente e subjetivamente construído; constituição mútua das estruturas de conhecimento individuais e ambiente sócio-cultural	Produção de conhecimento em conversas contínuas; conhecimento e identidades são construídos em discursos que categorizam o mundo e evidenciam fenômenos
Influências filosóficas	Kelly Piaget	Bruner	Bruner Vygotsky	Bakhtin Foucault Garfinkel Gergen Wittgenstein Volosinov
Representantes	Brookes Todd	Belkin Ingwersen Kuhlthau	Hjørland e Albrechtsen Rosenbaum Taylor	Blair Frohmann Given McKenzie Savolainen Talja Tuominen

Fonte: Talja, Tuominen e Savolainen (2005, p. 82)

A respeito da metateoria coletivista ou social-construtivista, que seria o fundamento filosófico da teoria hjørlandiana, Talja, Tuominen e Savolainen (2005) escrevem que se trata de um ponto de vista que critica o construtivismo cognitivo e pretende ir além da diferenciação entre mente e linguagem. Influenciado pela Teoria da Atividade, de Vygotsky, segundo o qual tanto o meio como os processos cognitivos importam na formação do conhecimento, esta corrente estuda a dialética entre o indivíduo e o sócio-cultural na formação desse conhecimento, que é mediado por idioma e influenciado pelas condições do domínio. O coletivismo pode ser menos aplicável no estudo de áreas trans-epistêmicas, isto é, que não estão necessariamente comprometidas com uma posição filosófica.

Além das visões epistemológicas, outros aspectos que permeiam a Organização do Conhecimento são as abordagens relacionadas à teoria de conhecimento.

2.3.1.2 Abordagens em Organização do Conhecimento

As abordagens em Organização do Conhecimento, conforme Hjørland (2016, 2013) são tradicionalmente divididas em orientadas a humanos e orientadas a computador. Essa categorização pode ser infrutífera, para o mesmo autor, tendo em vista que algumas abordagens podem ser aplicadas em ambas categorias, como no caso de basear classificações em índices bibliométricos de citações. Além disso, tanto as indexações humanas como as do computador (que mimetizam as classificações do programador) podem estar baseadas nas escolas epistemológicas definidas por Hjørland (2013). Como alternativa, tem-se sugerido uma categorização baseada em oito tradições relacionadas a teorias do conhecimento, com base em organização proposta por Broughton *et al.* (2005, apud HJØRLAND, 2008). São elas, dentro da OC: Abordagens práticas; Abordagens baseadas em consenso; Abordagens analítico-facetadas; Abordagens cognitivas e baseadas no usuário; Abordagens domínio-analíticas. Há, contudo, abordagens externas à OC, que também podem ser consideradas, como: Abordagens bibliométricas; abordagens de Recuperação da Informação; e Outras Abordagens.

Quadro 4-Abordagens da Organização do Conhecimento

Internas à Organização do Conhecimento	Abordagens Tradicionais	Abordagens Práticas
		Abordagens de Consenso
	Abordagens Analítico-facetadas	
	Abordagens Baseadas no Usuário	
	Abordagens Domínio-analíticas	
Externas à Organização do Conhecimento	Abordagens Bibliométricas	
	Abordagens de Recuperação da Informação	

Fonte: baseada em Broughton *et al.* (2005 apud HJØRLAND, 2008) e Hjørland (2016, 2013).

As Abordagens Práticas e Abordagens Baseadas em Consenso podem ainda ser aglutinadas na categoria de Abordagens Tradicionais da OC. As abordagens Práticas visam à objetividade prática na aplicação de classificações, ao passo em que refletem-se em opções por modelos estáveis e conservadores, como a Classificação Decimal de Dewey (CDD), para evitar ao máximo uma reclassificação; sem, contudo, deixar de manter o sistema atualizado. Geralmente são utilizadas em unidades de informação e bancos de dados. Os sistemas de classificação variam entre si e mesmo um único sistema, como a CDD, pode utilizar vários princípios classificatórios diferentes. As principais críticas a essas abordagens se referem ao esvaziamento de substância acadêmica e semântica, posto que trabalham em um nível mais sintático. As Abordagens Baseadas em Consenso fundamentam-se na concepção positivista de Henry Bliss, segundo o qual as classificações em bibliotecas deveriam estar de acordo com um consenso científico e educacional, que era possível de ser detectado por meio da literatura acadêmica; isto é, a ordem natural seria refletida na teoria científica, que por sua vez seria mimetizada na classificação das bibliotecas. Essa concordância e a noção de uma ordem inata e permanente das ciências refletia uma visão positivista de mundo, que posteriormente viria a ser questionada por críticos que a consideravam utópica, dado que a ciência não é sólida, mas está permanentemente em construção. Dentro da perspectiva da Abordagem Baseada em

Consenso, os profissionais da informação deveriam ter a competência de saber sobre o desenvolvimento científico. As Abordagens Tradicionais da OC ainda possuem como princípios atrelados o vocabulário controlado (que consiste, grosso modo, na utilização de termos controlados para evitar sinonímia e homonímia); o princípio do geral para o específico; a regra de Cutter sobre especificidade (segundo a qual, as expressões mais específicas são em geral mais apropriadas para a recuperação, devendo fazer parte das notações nos sistemas bibliográficos); e o princípio de garantia literária de Hulme (segundo o qual as classes devem se basear na bibliografia existente e que tiver sido compilada a respeito de um tema, de maneira a descrever com precisão os conteúdos nos cabeçalhos de assuntos). As principais críticas às Abordagens Tradicionais, ainda bastante presentes na OC, se referem às imprecisões em sua base teórico-metodológica, e a sua tendência ao conhecimento, em detrimento da competência informacional, ou às classificações sintáticas, desmerecendo as classificações semânticas. (HJØRLAND, 2008)

A Abordagem Analítico-facetada (ou Analítico-sintética) é inaugurada com a obra *A Classificação Colon* (1933), de Shiyali Ranganathan, e aprofundada pelo *British Classification Research Group*, conforme relatado anteriormente na seção de demarcações históricas. Fundamentado na lógica aristotélica e no racionalismo, a abordagem analítico-facetada ou analítico-sintética consiste em uma fase de análise, que constitui-se em decompor as informações em conceitos básicos (as “facetas”), e uma fase de síntese notacional, que constitui-se na combinação das facetas no momento da recuperação, gerando classes exclusivas para satisfazer às exigências da busca. Os assuntos são analisadas em categorias, sendo as principais: personalidade, matéria, energia, espaço e tempo. A abordagem analítico-facetada supõe que todos os assuntos podem ser decompostos, no mínimo, nessas cinco categorias/facetas. Cada categoria depois recebe símbolos e listagens próprias. Esta abordagem é essencialmente teórica e carece de um desenvolvimento metodológico consistente, na visão de Hjørland (2016, 2008), que ainda critica a presunção de que o sistema poderia antever novas categorias de assuntos simplesmente ao combiná-los: na visão de Hjørland, isso revela, na verdade, uma falta de contato com o mundo real. (HJØRLAND, 2008)

As Abordagens Cognitivas e Baseadas no Usuário referem-se a uma família de abordagens empíricas que defendem o desenvolvimento de Sistemas de Organização do Conhecimento a partir de dados coletados de ou sobre os usuários, por meio de estudos de usuários, não sobre a bibliografia (garantia literária, conforme proposta por Hulme) ou índices bibliométricos, por exemplo. As abordagens orientadas ao usuário costumam ser contrastadas

àquela orientadas a sistemas, que, por sua vez, baseiam-se na relevância dos resultados recuperados, avaliada por especialistas. Tanto as classificações orientadas aos usuários como as baseadas em sistemas relegam a segundo plano as teorias epistemológicas e as questões contextuais, de maneira que compartilham o ideal positivista de que um resultado é objetivamente neutro e servirá a um usuário-padrão da unidade de informação, o que constitui a principal crítica à abordagem (HJØRLAND, 2008).

Por fim, as Abordagens Domínio-analíticas também contrastam com as Abordagens Baseadas em Consenso e, no aspecto sociológico-epistemológico, com todas as anteriores. O paradigma domínio-analítico assume haver uma infinidade de perspectivas corretas para se descrever um objeto, sendo a mais adequada aquela que supre as necessidades de certa tarefa a ser realizada dentro de um certo domínio. A análise de um domínio impacta na organização dos objetos, métodos, teorias e processos a ele relacionados para melhor atender aos usuários nele interagentes. Uma vez que a análise de domínio trabalha com diferentes domínios conceituais do conhecimento, tanto se aproxima da Organização do Conhecimento entendida como uma subdisciplina da Ciência das Ciências. A Análise de domínio pode estar relacionada a mais de uma escola epistemológica, ou seja, ao empirismo, racionalismo, historicismo ou ao pragmatismo. As posições filosóficas a serem adotadas pelo indexador devem ser compatíveis com a subjetividade da comunidade discursiva, para que os objetos recuperados sejam relevantes ao público que dele necessita. A opção por uma das escolas evidenciará uma profunda e delimitada perspectiva, bem como trará à tona seus dilemas e virtudes. Em outras palavras, a delimitação de um domínio não é tarefa objetiva e nenhuma descrição é neutra. Para compreensão desta abordagem, diretamente ligada aos objetivos da presente pesquisa, será reservada uma seção posterior própria (HJØRLAND, 2016, 2013, 2008).

Em relação às Abordagens Externas à OC, Hjørland (2016) destaca as Abordagens Bibliométricas e as Abordagens de Recuperação da Informação. A primeira estreitamente ligada à Biblioteconomia e Ciência da Informação, desenvolve mapas com base em análise de citações, co-citações e outros indicadores passíveis de mensuração, servindo como subsídios à organização e recuperação da informação. Trata-se essencialmente de uma abordagem empirista, mas que representam fenômenos sociais, de maneira a também se relacionar com abordagens historicistas e sociais. As vantagens das abordagens bibliométricas incluem fazer uso de uma indexação realizada por especialistas; em geral, profunda e específica; principalmente utilizada na comunicação científica, sob formatos que acabam por fazer parte da interpretação dos descritores (*papers*, artigos). Como pontos fracos, não fornece uma

estrutura lógica e semântica clara entre os termos; a relação entre os termos e os assuntos é indireta, podendo haver ruído e imprecisões; e os mapas bibliométricos ficam dependentes da metodologia para extração dos dados. Segundo Hjørland (2008), métodos bibliométricos podem ser usados como complementares a outras abordagens quando se utilizam, por exemplo, redes de autores para complementar tesouros e ontologias, estes últimos construídos a partir de abordagens tradicionais da OC.

As Abordagens de Recuperação da Informação, tendo forte afiliação com a Ciência da Computação e Ciência da Informação, são uma família de abordagens bem-sucedidas que estudam relações estatísticas entre termos e objetos informacionais. Tradicionalmente, Organização da Informação e Recuperação trabalham, respectivamente, com a descrição e a busca da informação, ambas com o objetivo de garantir que o usuário encontre resultados relevantes às suas necessidades informacionais. Importantes à RI foram os experimentos de Cranfield na década de 1950 e os do *Text Retrieval Conferences* (TREC) em 1992. Os experimentos em Cranfield introduziram as medidas de precisão e revocação para mensuração de eficácia dos sistemas. As críticas de Hjørland (2008) à abordagem de RI referem-se a ela assumir que os objetos informacionais contêm toda a informação necessária para sua recuperação, não sendo necessária intervenção humana em forma de organização prévia, somente o feedback de relevância. O autor também argumenta que o *feedback* de relevância baseia-se em que o usuário tenha conhecimento do assunto para saber distinguir um resultado relevante de um não relevante. Além de o *feedback* de relevância não estabelecer claras relações semânticas entre as informações contidas nos objetos; ele negligencia a possibilidade de representações diferentes para a cobertura de necessidades difusas. (HJØRLAND, 2008)

2.4 DESAFIOS E POSSIBILIDADES À ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Conforme Guimarães (2017) o cenário de crescimento da produção científica em OC, principalmente após a criação da ISKO, acarreta nos desafios de se aprofundarem as questões epistemológicas a partir da demarcação de escolas de pensamento. Este desafio também pode representar a perspectiva de consolidação da OC, evidenciando-se, ainda, as relações transdisciplinares que existem nesse bojo. Dalhberg (1993) argumenta que só recentemente a OC tem sido reconhecida como campo autônomo na sociedade; contudo, demanda-se que seja reconhecida no sistema das ciências.

No aspecto aplicado, a OC tem como desafios tratar o lixo informacional e apresentar interfaces e soluções mais amigáveis aos usuários, de maneira a provê-los com eficiência e sem dispensar aspectos culturais envolvidos na organização, representação e recuperação da informação. Justamente devido ao componente cultural ser um elemento considerado na equação, também a OC não pode prescindir de evitar a dominação cultural e o preconceito; contornando essas influências na mediação informacional de maneira ética. (GUIMARÃES, 2017)

Ainda no exercício de vislumbrar o potencial da OC, Gnoli (2008) argumenta que é produtivo para um campo de pesquisa que os pesquisadores parem e considerem reflexões relevantes para o campo a partir de uma perspectiva de longo prazo. O autor propõe dez reflexões, dentro das quais destacam-se aqui três relacionadas a essa pesquisa.

Com o questionamento “Podem os princípios em OC ser estendidos para um escopo mais amplo?” Gnoli (2008) atenta que várias disciplinas focam em diferentes problemas, usando diferentes abordagens, mas a OC pode ser capaz de ver e trabalhar com analogias, beneficiando-se da inter e multidisciplinaridade para tal. Neste sentido, a OC poderá ter grande impacto nos domínios do conhecimento e no cotidiano social, agindo na pesquisa, educação e na elaboração de sistemas, de forma híbrida ou personalizada, consideradas as necessidades do domínio.

A partir do questionamento “Qualquer fundamento ontológico pode ser identificado?”, Gnoli (2008) coloca a OC no centro da discussão entre, por um lado, o relativismo cultural, que insiste no desenvolvimento de adaptações locais para o acesso de usuários de domínios multiculturais específicos, e, por outro lado, uma estrutura genérica, que promova a interoperabilidade e a pesquisa interdisciplinar e funcione como um terminal para diferentes pontos de vista. Assim, permanece como desafio à OC o mapeamento de esquemas para diferentes propósitos e a manutenção da garantia de que o usuário, na sua autonomia, possa acessar e alternar entre os esquemas através de relacionamentos apropriados.

Outro questionamento de Gnoli (2008), que diz respeito a como a OC deve lidar com a mudança do conhecimento e a obsolescência dos esquemas de organização, perpassa pela discussão e entendimento de que a natureza da classificação reflete o espaço, o tempo e o lugar em que é criada, além do uso de documentos por determinados usuários, práticas comunicacionais, etc.

Em relação às possibilidades da ascensão da OC, Dahlberg (1993) descreve três grupos principais que, além de bibliotecários e cientistas da informação, podem se beneficiar de seu

desenvolvimento: qualquer um disposto a adotar modos de vida mais conscientes (supõe-se que o conhecimento em OC torne o usuário mais competente em buscar e filtrar informação, assim influenciando em todas as áreas de atuação do indivíduo); estudantes de educação, tendo em vista que o conhecimento em OC é essencial à profissão de educador à medida que o ofício requer competência para mediação e transferência de conhecimento; e todos aqueles envolvidos com lideranças políticas, industriais e sociais.

É desejável que a ascensão da OC seja acompanhada pelos fatores: representação da ISKO em cada país, para fornecer bases de atuação profissional alinhadas aos objetivos da entidade; produção e tradução de textos teóricos e metodológicos em OC; treinamento de professores em OC em nível nacional/regional/internacional; encontros regulares disseminados a membros da ISKO; pesquisa científica e comunicação com terminologistas de domínios variados, para a manutenção de SOCs atualizados; estabelecimento de centros para a coordenação de SOCs genéricos, em razão de facilitarem o intercâmbio de conhecimento conceitual; pesquisas com a comunidade da OC, incluindo membros e não membros da ISKO; produção bibliográfica divulgando o estado da arte do campo; um sistema de classificação indexado que facilite a pesquisa no campo pela literatura especializada em OC. (DALHBERG, 1993)

3 ANÁLISE DE DOMÍNIO

O paradigma cognitivo dualista da informação, voltado ao usuário e ao sistema, desempenhou importante papel para tratamento da informação durante o século XX, até que novas visões apontaram para uma lacuna a ser preenchida no processo informacional, a do contexto. (HJØRLAND, 2005).

Partindo-se do pressuposto de que a informação não existe em um sistema fechado, em que somente são considerados usuário e sistema, mas sim em relação a coisas, pessoas, lugares, situações e valores, e que estes elementos influenciam na percepção de relevância que a comunidade atribui à informação, há escopo para a Ciência da Informação e o campo da Organização do Conhecimento estudá-la numa perspectiva sociocultural. Conforme verifica Orom,

Nos anos noventa, um número de teorias alternativas, perspectivas ou propostas de metateorias foram introduzidas, discutidas ou desenvolvidas. Num contexto nórdico, Hjørland [1996; 1997], Albrechtsen e Hjørland [1997], Wikgren [1998], Ginman [1995] e Brier [1996; 1997] estão entre os autores mais prolíficos. Outros podem ser adicionados. Embora não exista um denominador comum desses pesquisadores, eles têm, até certo ponto, algumas similaridades em suas perspectivas. Uma é que eles estudam, analisam ou conceituam processos de informação e comunicação do conhecimento em nível macro, isto é, em um contexto sociocultural. Seus pontos de vista teóricos também têm afinidades, mas não mais que isso. Eles entendem a área da Ciência da Informação do ponto de vista da sociologia da ciência, hermenêutica, semiótica ou discurso-analítico. (OROM, 2000, p.18, apud HJØRLAND, 2018B, p. 323-324, tradução nossa)²

Assim, Hjørland (2000) é partidário de que a informação deve ser observada numa perspectiva sociológica a partir das estruturas informacionais pertencentes às comunidades discursivas que compartilham um determinado domínio, que pode ser científico ou não, no qual se organizam as práticas informacionais e de registro e transmissão de conhecimento dessa comunidade.

A Análise de Domínio é uma abordagem que foi trazida como paradigma ao bojo das ciências que estudam a informação por Hjørland e Albrechtsen (1995), tendo sido

² “In the nineties a number of alternative theories, perspectives or proposals for metatheories have been introduced, discussed or developed. In a Nordic context Hjørland [1996; 1997], Albrechtsen and Hjørland [1997], Wikgren [1998], Ginman [1995] and Brier [1996; 1997] are among the most prolific. Others could be added. Though there is no common denominator of these researchers they do have, to a certain degree, some similarities in their perspectives. One is that they study, analyse or conceptualise information processes and communication of knowledge at a macro level, i.e. in a socio-cultural context. Their theoretical viewpoints do have affinities as well, but not much more than that. They understand the subject area of information science from a sociology of science, hermeneutic, semiotic or discourse analytic point of view” (OROM, 2000, p.18, apud HJØRLAND, 2018B, p. 323-324).

posteriormente desenvolvida por Hjørland, em textos complementares, sendo que o autor permanece até hoje como o mais citado e proeminente na temática (GUIMARÃES *et al.*, 2017).

A Análise de Domínio defende que a melhor forma de se compreender a informação é estudar as "comunidades de discurso", que decorrem tão (mas não somente) da sociedade do trabalho. Essas comunidades refletem sua estrutura, padrões de cooperação, linguagem e formas de comunicação, canais e critérios de relevância por meio do discurso. Neste sentido, a Análise de Domínio é uma estratégia para contextualizar o domínio e caracterizar uma comunidade discursiva, permitindo assim, ulteriormente, que o profissional da informação reúna informações coletivas e, a partir delas, realize intervenções mais socialmente significativas.

Esta seção visa trazer subsídios para a compreensão do estatuto de formação do paradigma domínio analítico na CI e servirá para a posterior compreensão das dinâmicas contemporâneas de organização da informação no âmbito das comunidades discursivas e os desafios aos Estudos Retóricos de Gênero enquanto abordagem da Análise de Domínio. A seção está subdividida nos tópicos: Origem, na qual são evidenciadas as origens históricas do surgimento da Análise de Domínio na Ciência da Informação (3.1); Objeto, que se ocupa de contextualizar o assunto e o domínio como conceitos centrais dentro da Análise de Domínio (3.2); e Metodologia, que apresenta aspectos metodológicos gerais da Análise de Domínio em CI (3.3).

3.1 ORIGEM DA ANÁLISE DE DOMÍNIO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A Análise de Domínio foi introduzida às disciplinas que têm como escopo a informação por Hjørland e Albrechtsen (1995). Para os autores, a AD representava uma nova base epistemológica que poderia proporcionar à Ciência da Informação uma estrutura para que o campo se desenvolvesse da melhor forma possível, estando em sintonia com algumas tendências de pesquisa social que estavam surgindo na CI.

A Análise de Domínio aparece como uma alternativa crítica ao tratamento da informação sob as perspectivas física e cognitiva, consideradas reducionistas à medida que negligenciavam o contexto social e cultural no estudo dos processos informacionais.

Referenciada em 1995 como um paradigma emergente, era, pois, definida como:

O paradigma domínio-analítico é, portanto, primeiramente, um paradigma social, concebendo a CI como uma das ciências sociais, promovendo uma perspectiva social psicológica, sociolinguística, uma sociologia do conhecimento e uma sociologia da ciência em CI. O paradigma domínio-analítico é, secundamente, uma abordagem

funcionalista, tentando entender as funções implícitas e explícitas da informação e comunicação e traçar os mecanismos subjacentes ao comportamento informacional a partir desta compreensão. Terceiramente, é uma abordagem filosófico-realista, tentando encontrar a base para a CI em fatores que são externos às percepções subjetivas individualistas dos usuários em oposição a, por exemplo, os paradigmas comportamentais e cognitivos. (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995, p.400, tradução nossa)³

A definição de Hjørland e Albrechtsen (1995) preocupa-se em caracterizar o paradigma como social, funcionalista e filosófico-realista: propõe um estreitamento dos laços da CI com a ciência social, considera elementos internos e externos no estudo do comportamento informacional e do processo informacional dele derivado e busca uma base epistemológica para a CI que se oponha naturalmente a um paradigma mais formal e computacional que dominara a CI na década de 1980 e também ao limitado paradigma cognitivo. Mais recentemente, Smiraglia (2014, p.85, tradução nossa), definiu a Análise de Domínio como sendo “a atividade ou metodologia por meio da qual o conteúdo conceitual e o ordenamento heurístico ou natural podem ser descoberto e mapeado em domínios”.

Há que se fazer uma ressalva quanto ao uso da Análise de Domínio como um Paradigma ou uma Atividade/Metodologia. Isso nos leva a crer que um dia pode ter havido uma dupla significação da Análise de Domínio, isto é, um uso para o sentido amplo e um uso para o estrito, respectivamente. Contudo, insistir na diferenciação não parece salutar. A bibliografia especializada parece ter mudando o entendimento para considerá-la tanto teoria, que suporta epistemologicamente os estudos no paradigma sociocultural, como também abordagem metodológica dentro da Ciência da Informação e do campo da Organização do Conhecimento, como pode ser visto em Smiraglia (2014) e Hjørland (2002, 2017), de modo que o status de paradigma é pouco usado nos textos mais recentes.

Ainda em meados da década de 1990, Hjørland e Albrechtsen (1995) empreenderam revisão de literatura para avaliar a hipótese de que a Análise de Domínio representaria um horizonte produtivo para a CI. Num primeiro momento, identificaram os autores que teriam contribuído para o aparecimento de perspectivas alinhadas ao (então) paradigma domínio-analítico, ainda que não houvesse menção explícita ao paradigma. Entre os autores,

³ “The domain-analytic paradigm is thus firstly a social paradigm, conceiving of IS as one of the social sciences, promoting a social psychological, a sociolinguistic, a sociology of knowledge, and a sociology of science perspectives on IS. The domain-analytic paradigm is secondly a functionalist approach, attempting to understand the implicit and explicit functions of information and communication and to trace the mechanisms underlying informational behavior from this insight. Thirdly it is a philosophical-realistic approach, trying to find the basis for IS in factors that are external to the individualistic subjective perceptions of the users as opposed to for example the behavioral and cognitive paradigms” (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995, p.400).

mencionaram Patrick Wilson, para quem a CI estaria fazendo uma abordagem da comunicação centrada em especialidades em vez de em indivíduos; Robert Taylor, que desenvolveu pesquisas em CI sob a perspectiva psicológica dos ambientes de uso da informação, influenciando posteriormente Rosenbaum a integrá-la a uma teoria de viés sociológico; Tefko Saracevic, que argumentou sobre a importância da revisão de literatura de assunto e conhecimento de assunto como elementos capazes de aumentar a efetividade da comunicação; Rowley sobre a estrutura do conhecimento como base para a construção de instrumentos de recuperação; Thomas Froehlich, segundo o qual a base da CI precisa estar na epistemologia social; Winograd e Flores, que procuram na hermenêutica e na dimensão social a solução para problemas em sistemas de informação; e a própria abordagem de análise de domínio de Albrechtsen e Hjørland, debatida em painel durante o encontro da *American Society for Information Science* em 1993.

Posteriormente, Hjørland e Albrechtsen (1995) abordaram no mesmo trabalho investigações que precederam o desenvolvimento do paradigma domínio-analítico em CI. Citam, por exemplo, os trabalhos de Henry Bliss, no sentido de defender que era possível mapear uma estrutura de assuntos que refletisse um consenso entre especialistas da área. Mencionaram a teoria da classificação facetada, de Shialy Ranganathan, baseada em cinco categorias fundamentais (Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo) para organização de assuntos e que o principal mérito do trabalho de Ranganathan teria sido seu pioneirismo, já que se provaria, na prática, estar mais preocupada uma combinação artificial de estruturas. Os autores ainda evidenciaram os estudos métricos da informação e os estudos de usuários como técnicas que auxiliam no levantamento de tendências e práticas empíricas, carecendo de uma interpretação dos dados como a que pode ser oferecida pela metodologia da Análise de Domínio. Por fim, levantaram o questionamento das abordagens universais *versus* abordagens domínio-especializadas na construção de sistemas para organização do conhecimento.

Os trabalhos acima mencionados fizeram parte de um movimento intelectual iniciado na década de 1990, que indicou uma tendência de aproximação da CI com as ciências cognitivas, conforme explicam Hjørland e Albrechtsen (1995).

De maneira geral, identificou-se que a linguagem e os processos cognitivos associados mudaram seu enfoque, depois de um longo período encarregado do estudo de domínios genéricos⁴, e considerando um padrão universal e lógico da mente humana; para, nas últimas

⁴ Historicamente, a Ciência da Informação e as disciplinas que a originaram, notadamente a Biblioteconomia e Documentação, possuíam profissionais da informação que se especializavam em determinados campos do

décadas do século XX, uma tendência de estudos sobre o funcionamento cognitivo em domínios específicos. Essa mudança implicou em que o raciocínio humano não fosse mais abordado independentemente do conteúdo racionalizado e sob regras formais imutáveis, mas adaptado a um ambiente específico, no qual este indivíduo desempenha um papel social em uma divisão social do trabalho que o leva a apropriar-se de conceitos específicos. Nesse sentido, teorias como hermenêutica, realismo científico e construtivismo social também haveriam de figurar no campo da CI.

Paralelamente, segundo a dupla de autores, na teoria das ciências teria havido o abandono da visão positivista e racionalista, para as quais a ciência é construída sob verdades absolutas, derivadas do empirismo ou do pensamento, respectivamente. Em substituição a este paradigma, despertaria uma epistemologia da ciência sob uma perspectiva holística. Não só os sentidos, mas a linguagem, nas suas dimensões histórica, social e cultural, cumpriria papel fundamental na percepção da realidade. Assim, linguagem e comunicação, possuindo estreitos laços com a CI, influenciariam na forma como se organiza, processa e transmite a informação e a pesquisa científica em informação.

Com base nas premissas previamente levantadas, os autores inferiram que o paradigma domínio-analítico teria em 1995 uma quase-existência, porque embora estivesse presente em pesquisas e abordagens de várias ciências, não teria sido desenvolvido um corpo teórico que o institucionalizasse. À época, a utopia da consolidação do paradigma domínio-analítico representaria para a CI, como elencam Hjørland e Albrechtsen (1995), esclarecer questões como a relação entre princípios que regem domínios genéricos e domínios específicos e principais estratégias associadas para organização e representação de diferentes padrões de informação geradas por ciências *hard* (naturais) e *soft* (sociais); conceitos empregados da filosofia poderiam ser explorados em relação a domínios específicos, tais como subjetivismo, hermenêutica, relativismo, dentre outros; estruturas do processo comunicativo poderiam ser investigadas sob esta ótica, como quem são os grupos de usuários da informação, os canais, fluxos e padrões utilizados por esses grupos; além das linguagens utilizadas para a produção de informação em diferentes domínios e refletindo nos metadados e conteúdo relacionados ao registro.

conhecimento (domínios genéricos e amplos) como estratégia para melhorar a comunicação científica e acadêmica em relação aos usuários desses campos.

Sobre o arcabouço de aplicação da Análise de Domínio, Hjørland (2005, p. 132, tradução nossa)⁵ esclareceu que

A Análise de Domínio explora relações ontológicas, por exemplo, relações genéricas em tesouros e sistemas de classificação. Também estuda grupos sociais como cientistas, profissionais, estudantes ou o público infantil. Por fim, estuda epistemologias, paradigmas, tradições e teorias, o que é importante porque as pessoas tendem a se organizar de acordo com suas visões de mundo.

Smiraglia (2014), por sua vez, enfatizou que a análise de domínio tem especial imbricação na organização do conhecimento, posto que estuda principalmente o conhecimento de assuntos, podendo ser usado para gerar Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) que posteriormente auxiliarão aos próprios domínios. Assim, a Análise de domínio traz rigor científico e fundamenta operações informacionais, sendo de especial interesse para as ciências que têm a informação e o conhecimento como seu núcleo.

Até o presente momento, conforme explicita Hjørland (2004a), parece não haver argumentação séria contrária à Análise de Domínio como teoria na Ciência da Informação. Adicionalmente, a AD foi responsável por impor na disciplina um senso de criticismo que levou à adaptação da visão cognitivista.

Uma análise bibliométrica da produção científica internacional a respeito do tópico Análise de Domínio, realizada por Guimarães *et al.* (2017), compreendendo a produção científica entre os anos de 1995 e 2016, nas bases de dados LISA, *Scopus e Web of Science*, identificou 200 autores de trabalhos na temática. Os autores mais produtivos na área foram considerados Moya-Anegón, com 13 Artigos; Herrero-Solana, com 9 Artigos; Vargas-Quesada e Smiraglia, 7 Artigos; Chinchilla-Rodríguez, 6 Artigos; Chen, Corera-Alvarez, Hjørland, Muñoz-Fernández e Robinson, com 4 Artigos cada. Os três primeiros autores citados estão relacionados à Universidad de Granada, na Espanha, e juntamente com o ponto de vista da Análise de Domínio, a cabo dos autores Smiraglia e Hjørland, formam dois núcleos de produtores predominantes em Análise de Domínio. O idioma predominante nas publicações é o inglês e os autores ainda marcam que a produção ganhou impulso a partir do ano de 2008, e uma nova forte concentração a partir de 2015.

Um índice dos autores mais citados nestas produções, obtido pelos autores por meio da Lei de Elitismo de Price, identificou que Hjørland é o autor mais referenciado na temática, com

⁵ “Domain analysis explores ontological relations, e.g., generic relations in thesauri and classification systems. It also studies social groups such as scientists, professionals, students, or children. Finally, it studies epistemologies, paradigms, traditions, and theories, which is important because people tend to organize themselves according to their views” (HJØRLAND, 2005, p. 132).

151 citações; seguido por Albrechtsen, H. (49 citações); McCain, K.W. e White, H.D. (39 citações); Small, H. (36 citações); Leydesdorff, L. (32 citações); Garfield, E. (30 citações); sendo o restante citado menos de 30 vezes.

De toda a produção analisada, 96,1% se constitui de artigos publicados em 53 periódicos científicos. O periódico mais recorrente é o *Knowledge Organization*, da ISKO, responsável por publicar 19% do total de publicações analisadas, seguida pelo *Scientometrics* (17%); *Journal of the American Society for Information Science and Technology* (13%); e o *Journal of Documentation* e o *Information Processing & Management* (11% cada). Estes números revelam que a Organização do Conhecimento tem especial interesse no estudo da Análise de Domínio, estudando tradicionalmente envolvida com as questões mais teóricas do campo; seguida por revistas que abordam o tema sob uma perspectiva bibliométrica e tecnológica.

Esta assunção é coerente com a afirmativa de Hjørland (2005) de que a Análise de Domínio tem o potencial de integrar disciplinas, como a bibliometria, a representação e recuperação da informação, dentre outras, e se reflete, ainda, na metodologia flexível que será estudada em seção posterior.

3.2 OBJETOS DA ANÁLISE DE DOMÍNIO

A Análise de Domínio estaria, portanto, sincronizada com as tendências que se têm visto nas agendas de pesquisa focada em informação e com a própria transformação da Ciência da Informação no sentido de uma perspectiva sociocultural. Sinalizando uma primeira caracterização dos elementos que constituem o paradigma domínio-analítico, Hjørland e Albrechtsen escrevem:

A abordagem domínio-analítica reconhece que comunidades discursivas compreendem atores, que têm visões de mundo, estruturas individuais do conhecimento, vieses, critérios subjetivos de relevância, estilos cognitivos particulares, etc. Em outras palavras, há uma interação entre os níveis individual e social.(HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995, p.409, tradução nossa)⁶

Para a CI, isto não significa focar o indivíduo, mas domínios de conhecimento, trocas, negociações contínuas e o indivíduo enquanto membro de um grupo ou comunidade discursiva,

⁶ “The domain-analytic approach recognizes that discourse domains comprise actors, who have worldviews, individual knowledge structures, biases, subjective relevance criteria, particular cognitive styles, etc. In other words, there is an interplay between domain structures and individual knowledge, an interaction between the individual and the social level” (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995, p.409).

na posição que lhe cabe enquanto ciência social, valendo-se de inter ou transdisciplinaridade, sendo esse paradigma capaz de transformar positivamente o status da área (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995).

Considerando que o assunto é elemento principal na comunicação e mediação do conhecimento, as unidades de informação empregaram equipes interdisciplinares compostas por especialistas em vários assuntos, como o Departamento de Catalogação Sistemática Russo, que chegou a ter 130 especialistas no corpo funcional em 1990. Na Ciência da Informação, a importância do assunto levou a incluir nos currículos espécies de formações complementares em outras áreas, como literatura de humanidades, ciências sociais e ciência geral. Para Hjørland (2017), a qualificação em assunto não deve ser uma obrigação ao profissional da informação nem a diversidade de especialistas é mais benéfica a uma unidade de informação que ter uma equipe composta por profissionais da informação generalistas e portanto desprovidos de vieses. (HJØRLAND, 2017).

Na visão domínio-analítica, os cientistas da informação não devem ser especialistas em assunto. Os especialistas em assunto são aqueles que empregam esforços em conhecer tacitamente um domínio para que possam, a partir deste ponto, ampliar suas competências, numa perspectiva de baixo para cima. Os cientistas da informação seriam aqueles com competências gerais em relação à informação, recursos informacionais e fontes, podendo a partir deste ponto se especializar em alguma delas, numa perspectiva de cima para baixo. Não se pode subestimar a importância do conhecimento de assunto, mas é possível questionar se o conhecimento de assunto dos especialistas em assunto é salutar ou suficiente às tarefas cotidianas em uma unidade de informação. Para o paradigma domínio-analítico, um cientista da informação deve ser especialista em recursos da informação, com uma especialidade adicional, a de ter estudado domínios individual ou comparativamente. Logo, o cientista da informação tem o potencial de cobrir a lacuna do conhecimento de assunto, utilizando métodos da CI, e de fazê-lo do ponto de vista sociocultural. (HJØRLAND, 2005)

Há muitos conceitos que se assemelham ao de domínio, como comunidades de prática, comunidades epistêmicas e ecologia do trabalho, podendo ainda ser assemelhada a uma área de expertise, um corpo de literatura ou uma comunidade discursiva. Esses conceitos semelhantes ajudam a compreender a noção de domínio, mas não a defini-lo (TENNIS, 2003). Segundo Smiraglia (2014) os conceitos comunidade discursiva, disciplinas, colégios invisíveis e ecologias de trabalho têm sido, por vezes, referidos como espécies de domínios. Consoante a Hjørland (2005; 2017), um domínio pode ser teoricamente coerente ou estar socialmente

institucionalizado; pode ser uma disciplina ou uma não-disciplina, como um hobby, uma religião ou um partido político; enfim, pode ser uma área de interesses ou qualquer outra forma de reunião de atores em um grupo com uma linha de atuação e objetivos bem definidos, que utilize-se da comunicação para atingir esses objetivos. Para Shapere (1977), domínio é o corpo informacional formado em resposta a um problema, que deve ocupar-se de formular uma teoria no sentido da resolução do problema.

Para Hjørland (2005), os domínios possuem ainda as dimensões ontológica, epistemológica e sociológica; isto é, são construídos a partir do amálgama de objetos, teorias e componentes sociais.

Uma teoria de quais objetos existem no mundo é chamada teoria ontológica, isto é, abrange o que podemos conhecer, a primeira dimensão do domínio. Implicitamente, os domínios são determinados por teorias ontológicas, visto que ao definir um domínio está-se delimitando quais objetos fazem parte dele ou não. Como o conhecimento está em constante mudança, igualmente estão as teorias ontológicas e, por consequência, os conceitos e estruturas sociais e acadêmico-científicas. Os conceitos epistemológicos, da segunda dimensão dos domínios, referem-se à maneira como conhecemos as coisas que existem, se por meio do empirismo, racionalismo, historicismo, pragmatismo/Teoria da Atividade, ou outra teoria epistemológica. Todo conhecimento humano é influenciado por teorias epistemológicas, que relacionam-se mutuamente às ontológicas, não só na ciência mas na aquisição cotidiana de conhecimento. Quando se escolhe um ponto de vista epistemológico para definir como conhecer a realidade, limita-se automaticamente o conjunto do que pode ser conhecido (dos conceitos ontológicos). A última dimensão dos domínios, referente aos conceitos sociológicos, diz respeito aos grupos organizados de estudiosos ou atores que atuam em campos do conhecimento, institucionalizados ou não. Todas as três dimensões são relevantes para a Análise de Domínio e indissociáveis e entre si. (HJØRLAND, 2005)

Um mesmo conceito pode aparecer sob diferentes denominações em diferentes domínios, pois os conceitos possuem, além do componente terminológico e lexical, um conhecimento embutido; conhecimento este que será comunicado e interpretado no âmbito das comunidades discursivas, a partir do seu uso concreto em situações recorrentes. Portanto, o potencial de conhecimento dos conceitos relaciona-se a uma interpretação de um membro de comunidade, a uma situação real e a uma intencionalidade ou pré-compreensão que tem como base um determinado domínio.

Assim, para Thellefsen e Thellefsen (2004) um domínio do conhecimento é uma demarcação de um dado conhecimento, de caráter profissional ou não, de maneira que se constroem quadros conceituais e significados potenciais a partir de um ponto de vista compartilhado. Os discursos na comunidade discursiva ativam os potenciais significados, sendo o domínio do conhecimento o conjunto desses significados potenciais, que carregam consigo objetivos e fundamentam atividades. Um domínio é criado, no entendimento de Thellefsen e Thellefsen (2004) de maneira análoga à maneira como Peirce compreende a fixação de uma ideia: quando possui uma qualidade intrínseca que a difere de outras; além de uma energia com a qual afeta outras ideias e uma tendência a trazer consigo outras ideias. A sobreposição de ideias eventualmente, torna-se um domínio do conhecimento. (THELLEFSEN; THELLEFSEN, 2004)

Dam Christensen (2007) arremata o entendimento de domínio ao trazer a discussão sobre sua instabilidade. Para o autor, os domínios não são estáveis, mas caracterizados pela processualidade, isto é, encontram-se em constante mudança e maturação. No que diz respeito à natureza instável, Hjørland (2007) argumenta que para a CI e a Organização do Conhecimento, os domínios, para serem bons candidatos à análise, devem ser dotados de uma estabilidade mínima, em razões de otimização da transmissão de informação e conhecimento.

Para Hjørland e Albrechtsen, domínio é também “comunidade de pensamento ou comunidade discursiva, que são partes da divisão social do trabalho” (1995, p.400, tradução nossa). E, nesse sentido, algumas confusões podem acontecer na delimitação dos conceitos de domínio e comunidade discursiva. Para Guimarães (2014) a comunidade discursiva seria caracterizada pela integração de membros ativos que compartilham uma epistemologia e uma ontologia, sendo que as fronteiras de atuação de uma comunidade discursiva determinam o domínio. Ou seja, a comunidade discursiva diria respeito à dimensão sociológica do domínio, conforme Hjørland (2005), mas também seria o motor e entidade continuamente modificada pelos conceitos epistemo-ontológicos.

Em *The concept of discourse community* (O conceito de comunidade discursiva), o linguista John Swales (1990) realizou uma análise do conceito de comunidade discursiva, sob uma perspectiva construtivista e social, que ainda encontra muita ressonância entre os estudiosos de comunidades discursivas. Primeiramente, teorizou que o termo comunidade discursiva (*discursive communities*) surgiu de comunidades do discurso (*speech communities*), termo comum aos sociolinguistas e especialistas em comunicação oral. Os estudiosos teriam passado a usar comunidade discursiva em algum momento entre as décadas de 1980 e 1990

quando as comunidades estudadas passaram a abranger outras características que destoavam das características clássicas de uma comunidade do discurso, como a comunicação escrita, descentralizada, de característica mais funcional e menos solidária que nas comunidades do discurso.

Apoiado em Herzberg, Swales (1990) admite comunidade discursiva como sendo o centro de um conjunto de ideias. Nela, o discurso é um comportamento social, constitutivo do conhecimento do grupo, que opera de acordo com convenções estabelecidas pelo grupo e, assim, mantém ou dissemina o conhecimento do grupo.

Algumas comunidades não se encaixam no conceito de comunidade discursiva porque não possuem condições necessárias para a geração de discursos comunitários. Swales (1990) propõe uma lista de critérios que, por exclusão, ajudam a identificar o que não é uma comunidade discursiva. Todas as seguintes seis características devem estar necessariamente presentes para identificar um grupo como uma comunidade discursiva:

- 1) Possui um conjunto de objetivos comuns e explícitos. A comunidade caracteriza-se mais por um objetivo compartilhado do que por um objeto compartilhado. Em um Senado, por exemplo, pode haver uma comunidade discursiva de membros de partidos contrários a favor de um objetivo comum. Pode-se admitir que os objetivos contenham algum nível de abstração.
- 2) Possui mecanismos para a intercomunicação entre seus membros, como reuniões, telecomunicações, boletins, periódicos, etc., e uma comunidade engajada em fazer uso desses mecanismos.
- 3) Usa mecanismos participativos para gerar informações e feedback, como um meio para atingir objetivos comuns.
- 4) Usa e possui gêneros no avanço comunicativo de seus objetivos. Os gêneros articulam as operações das comunidades discursivas e referem-se a como a linguagem é utilizada para atingir objetivos. Uma comunidade se apropria de tópicos, formas e funções dos elementos discursivos para desempenhar papéis. Os textos também são decisivos na angariação de novos membros e no estabelecimento de potenciais comunidades discursivas.
- 5) Adquire algum léxico ou terminologia específica, como um vocabulário especial ou técnico.
- 6) Possui um mínimo de membros com um grau adequado de especialização e experiência discursiva, admitindo uma taxa de proporção razoável de membros novatos, pelo bem de sua própria existência.

Ainda sobre as características das comunidades discursivas, Smiraglia (2014) parece ter condensado as características de Swales quando teorizou que o domínio é formado por uma comunidade sob a qual recaem três propriedades: a) compartilha uma ontologia; b) empreende um trabalho comum; e c) encontra-se engajado em uma ação comunicativa ou discurso.

Como apontado por Amorim e Café (2014), o consenso relativo é fundamental na Análise de Domínio de base hjørlândia, pois dele deriva a noção de comunidade discursiva. A comunidade discursiva constrói o consenso por meio da negociação que utiliza-se, por sua vez, da linguagem, numa operação demarcada por aspectos sociais e históricos.

Na seção seguinte, discutiremos os métodos pelos quais se torna possível identificar e delimitar os conceitos acima expostos.

3.3 METODOLOGIA EM ANÁLISE DE DOMÍNIO

Em termos metodológicos, a Análise de Domínio consiste em um conjunto de abordagens cuja combinação pode oferecer informações para a delimitação de um domínio. Hjørlândia (2002) preocupou-se em elencar 11 abordagens que tornaram-se clássicas à medida em que se tornaram o primeiro instrumental metodológico para a análise de domínio.

Elas consistem na produção, pesquisa ou estudo dos seguintes itens:

- 1) Guias de Literatura organizam fontes de informação em um domínio de acordo com os tipos e funções a que servem. Eles enfatizam as descrições de assunto em fontes de informação e descrições de como as fontes se complementam, quase sempre em uma perspectiva de sistema.
- 2) Classificações especializadas e tesouros (especialmente as abordagens baseadas em facetas) organizam as estruturas lógicas de categorias e conceitos em um domínio, bem como as relações semânticas entre os conceitos.
- 3) A indexação e recuperação da informação especializada organizam documentos únicos ou coleções para otimizar a recuperação e a visibilidade dos "potenciais epistemológicos" relativos às especialidades.
- 4) Estudos empíricos de usuários podem organizar domínios de acordo com preferências, comportamentos ou modelos mentais de seus usuários.
- 5) Estudos bibliométricos organizam padrões sociológicos de reconhecimento explícito entre documentos individuais.
- 6) Estudos históricos organizam tradições, paradigmas, documentos e formas de expressão e suas influências mútuas.
- 7) Estudos de gêneros e tipologias documentais revelam a organização e a estrutura de diferentes tipos de documentos em um domínio.
- 8) Estudos epistemológicos e críticos organizam o conhecimento de um domínio em "paradigmas" de acordo com suas premissas básicas sobre conhecimento e realidade.

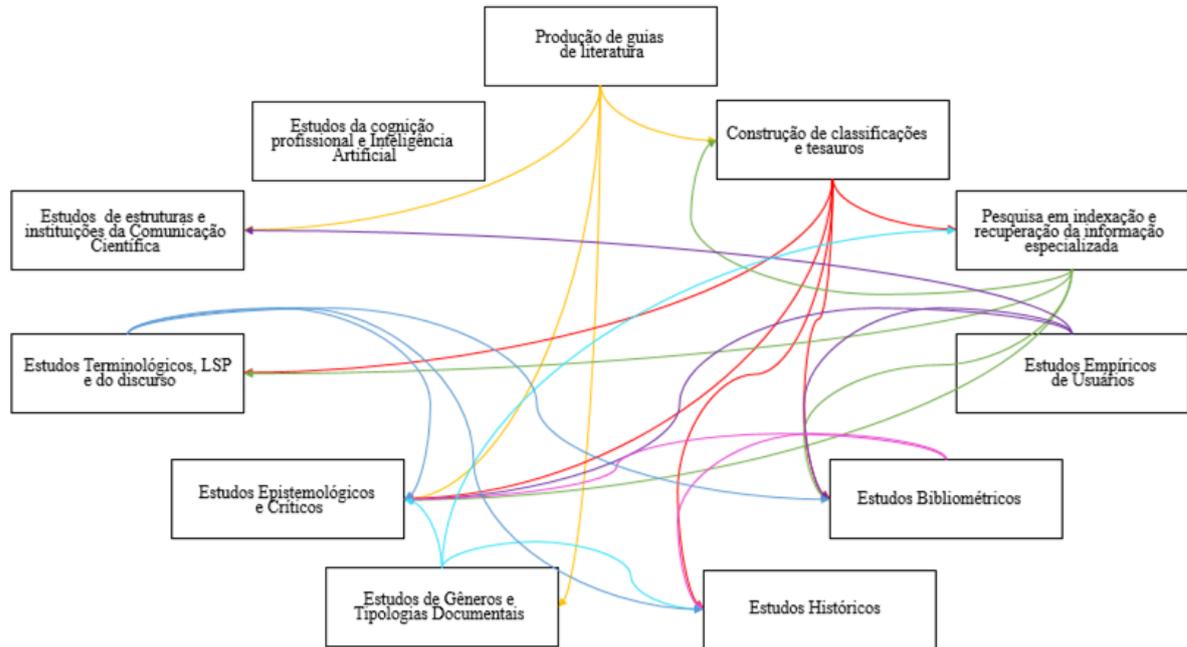
- 9) Estudos terminológicos, LSP (linguagens para propósitos específicos) e do discurso organizam palavras, textos e enunciados em um domínio de acordo com critérios semânticos e pragmáticos.
- 10) Estudos de estruturas e instituições na comunicação científica organizam os principais atores e instituições de acordo com a interna divisão do trabalho no domínio.
- 11) A análise de domínio na cognição profissional e inteligência artificial fornece modelos mentais de um domínio ou métodos para o conhecimento em criação de software, a fim de produzir sistemas especialistas. (HJØRLAND, 2002, p.450-451, tradução nossa)⁷

As onze abordagens de Hjørland (2002) consistem em atividades de competência de especialistas da informação ou de outros profissionais (no caso dos estudos históricos e epistemológicos), de maneira que devem ser combinadas em grupos de ao menos duas, e quando combinadas, incrementam a competência do profissional da informação. (HJØRLAND, 2017)

O autor sugere combinações conforme a figura 3 para gerar os melhores benefícios na Análise de Domínio.

⁷ “1) Literature guides organise information sources in a domain according to types and functions served. They emphasize idiographic descriptions of information sources and descriptions of how the sources supplement each other, often in a kind of systems perspective. 2) Special classifications and thesauri (especially the facet-based approaches) organise the logical structures of categories and concepts in a domain as well as the semantic relations between the concepts. 3) indexing and retrieving specialties organise single documents or collections in order to optimise the retrievability and visibility of their specific "epistemological potentials". 4) Empirical user studies may organise domains according to preferences or behaviour or mental models of their users. 5) Bibliometric studies organise sociological patterns of explicit recognition between individual documents. 6) Historical studies organise traditions, paradigms as well as documents and forms of expression and their mutual influences. 7) Document and genre studies reveal the organization and structure of different kinds of documents in a domain. 8) Epistemological and critical studies organise the knowledge of a domain in "paradigms" according to their basic assumptions about knowledge and reality. 9) Terminological studies, LSP (languages for special purposes) and discourse studies organise words, texts and utterances in a domain, according to semantic and pragmatic criteria. 10) Studies of structures and institutions in scientific communication organise the major actors and institutions according to the internal division of labour in the domain. 11) Domain analysis in professional cognition and artificial intelligence provides mental models of a domain or methods for knowledge elicitation in order to produce expert systems.” (HJØRLAND, 2002, p.450-451).

Figura 3 - Principais combinações de abordagens para Análise de Domínio

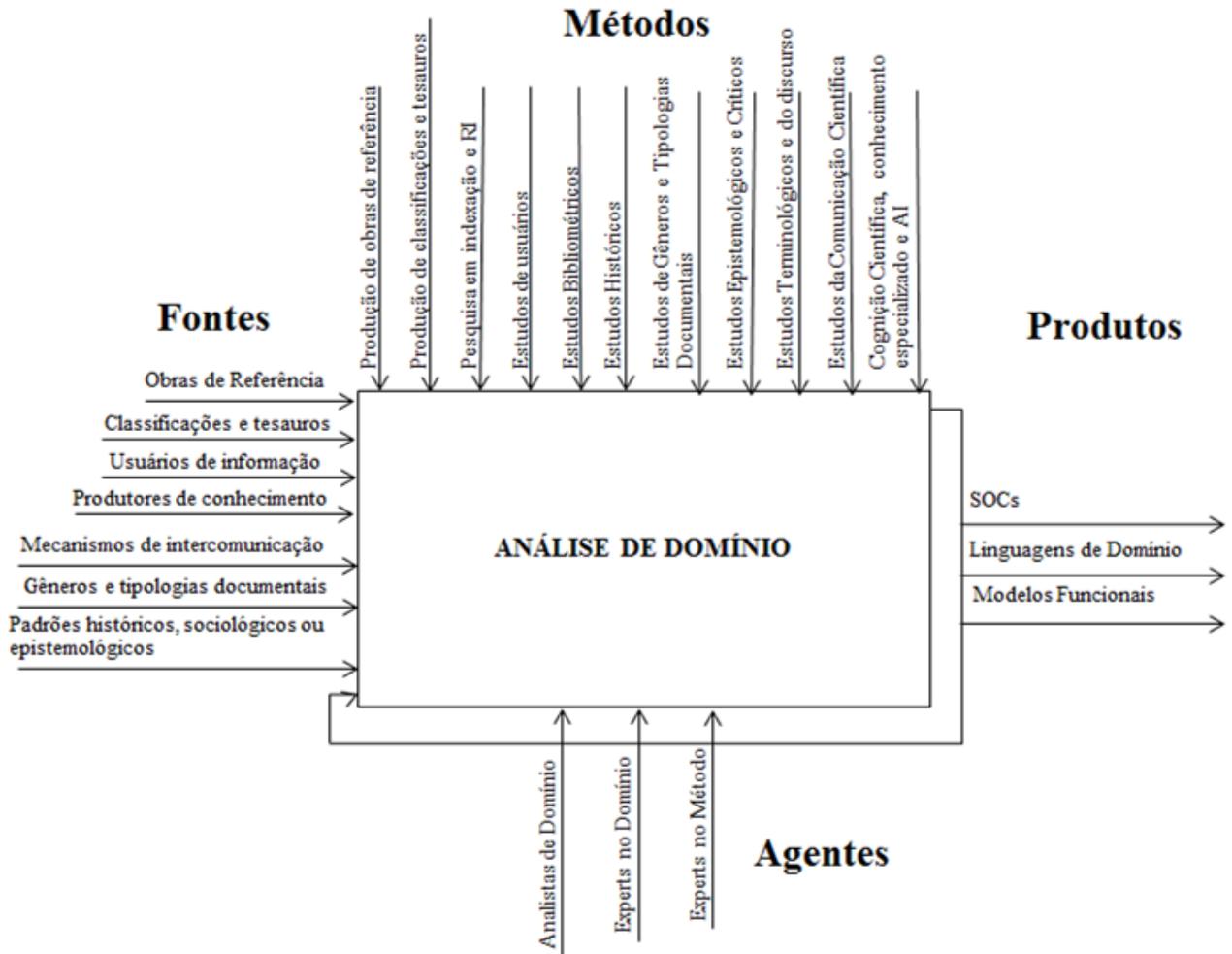


Fonte: elaborado pela autora com base em Hjørland (2002)

Ressalta-se que as abordagens previstas por Hjørland (2002) não excluem a possibilidade da combinação de outras abordagens. Smiraglia (2014), por exemplo, elencou como possíveis técnicas para o mapeamento de domínios: análise de citações; análise de co-palavras; análise de co-citação de autores; análise de redes; e a *Cognitive Work Analysis* (CWA). Segundo Hjørland (2017), Smiraglia teria proposto a exclusão das abordagens “indexação e recuperação da informação” e “comunicação científica”; e Guimarães e Tognoli teriam proposto em 2015 acrescentar a “Proveniência” como abordagem para análise de domínio em domínios de informação arquivística.

Assim, a Análise de Domínio é um processo que segue o diagrama de acordo com a figura 4.

Figura 4- Processo de Análise de Domínio



Fonte: adaptado de Arango; Prieto-Diaz (1989 apud DE CAMPEAUX; LEA; FAURE, 1993)

A partir deste modelo pode-se inferir que são utilizadas fontes formais e informais que registram o conhecimento a ser coletado sobre o domínio e vários métodos como parte do processamento da Análise de Domínio. Isso corrobora com a afirmação de Hjørland (2008) de que a Análise de Domínio tem o potencial de agregar métodos a princípio distantes, como os estudos epistemológicos e os estudos bibliométricos. Da mesma forma, poderão resultar como produto da Análise formatos variados de sistemas de organização do conhecimento, padrões, linguagens e modelos para uso em campos para além da organização do conhecimento. No meio do processo, são requeridas intervenções de agentes como analistas de domínio, experts no domínio, na execução dos métodos e outros profissionais.

Tennis (2003) sugeriu um incremento à metodologia em Análise de Domínio propondo dois eixos para operacionalizar a definição de um domínio: área de modulação e graus de especialização.

O eixo área de modulação compreende nomear e definir a extensão do domínio, podendo contextualizá-lo, a exemplo da Análise de Domínio de Hjørland em 1998, tendo como domínio a Psicologia Transpessoal, contextualizada em relação à Psicologia. Deve haver uma declaração explícita desses dois fenômenos, no sentido a esclarecer o que está e o que não está incluído no domínio.

O eixo graus de especialização diz respeito à intensão do domínio. Ora, porque um determinado domínio pode ser definível mas muito amplo para ser analisado. Ao qualificá-lo determinando um enfoque ou intersecção específicos, diminui-se sua extensão (abrangência) e aumenta-se a intensão (intensidade). Determinar o foco compreende dividir o domínio em áreas de especialização para melhor manejar a análise de domínio. O domínio Judaísmo, por exemplo, pode ter o enfoque comunidades judaico-cristãs. Outro grau de especialização pode ser a intersecção entre dois domínios, como no caso da Psicologia Animal. Há que se responder onde a intersecção encontra-se localizada, se há um nome oficial, entre outras questões básicas.

Tennis (2012) pesquisou com o que uma análise de domínio se parece em forma, função e gênero. O autor identificou dois principais tipos de análise de domínio, um tipo descritivo e um instrumental. O primeiro corresponde à pesquisa básica e é regida pelo interesse de pesquisadores. O segundo visa à criação de Sistemas de Organização do Conhecimento e é principalmente utilizada pelos desenvolvedores desses sistemas.

O gênero Análise de Domínio compreenderia que os pesquisadores desenvolvessem para cada análise os tópicos: Definições; Escopo e Alcance; Propósito (descritiva ou instrumental). Deve-se ainda levar em conta a função do tempo e as posturas epistêmicas empregadas na definição de um domínio isto é, o contexto.

4 ESTUDOS DE GÊNEROS

Esta seção visa a uma apresentação geral dos estudos de gêneros, de sua origem na Grécia Antiga até o desenvolvimento das correntes ou escolas que os estudam na contemporaneidade, com foco na Escola Norte-Americana. Na subseção 4.1 Apresentaremos a perspectiva desta escola, também conhecida como Estudos Retóricos de Gênero; a subseção 4.2 traz um vislumbre do Gênero Retórico e a 4.3 apresenta a relação do gênero como comunidade, de modo a estabelecer bases para um possível diálogo com a Análise de Domínio.

Não é raro que as pessoas associem o termo gênero a formas literárias (como romances, ensaios e poemas) ou cinematográficas (terror, ação, comédia) e elas não estão erradas quando o fazem. Contudo, os gêneros vão além das categorizações de produções ficcionais. Os gêneros estão diretamente relacionados às atividades humanas do cotidiano, e ao complexo que envolve a organização e comunicação sociais. Tendo empreendido o trabalho de redefinir um conceito de gênero, com uma base comum entre várias tradições, Silva (2014) compreende, apoiado principalmente em Jean Michel Adam, que gêneros são construções sociais, partilhadas por uma comunidade sociodiscursiva, que possibilitam a comunicação em sociedade e se apresentam tanto de modo oral como textual.

O termo gênero surgiu na Antiga Grécia, a partir da fusão das partículas *genos* e *eidōs*, sendo o sentido destas partículas variável, como veremos a seguir. A primeira discussão de gênero parece estar presente de modo embrionário n'A República, de Platão. A obra foi escrita na perspectiva de Sócrates, que distinguiu duas espécies (*eidē*) de discurso: verdade e mentira; e três espécies de enunciação: em primeira pessoa (*dithyramb*), em terceira pessoa (drama) e uma mistura de ambos (épico). Por meio do discurso socrático, Platão fez referência a uma forma (*eidōs*, no sentido de “aquilo que é visto”) utilizada pelos homens bons para narrarem o que quer que seja, e uma outra forma que seria utilizada por homens com características opostas ou nascidos em outro local. Aristóteles, por sua vez, na obra Poética, foi o primeiro a propor uma sistematização de gênero. Para este pensador, *eidōs* se referia a espécies de poética que diferem entre si a partir da aplicação dos critérios: forma de representação, objeto representado e meio de representação. A vasta combinação desses três critérios permitiria a determinação de várias espécies de poética. Em A Retórica, Aristóteles propôs a sistematização de gêneros da retórica/oratória nas categorias deliberativo, forense, e epidítico. Nesta obra, ora Aristóteles usa *genos* para se referir a um nível mais amplo de classe (no sentido de similaridades materiais) e *eidōs* a uma espécie nele inserido (no sentido de similares formais), ora utiliza *genos* como

exato sinônimo de *eidos*. A Retórica enquanto disciplina que estuda a linguagem natural e o discurso, geralmente se reporta a estes estudos. Embora Aristóteles tenha contribuído pouco com uma teorização sobre gênero, pois dava mais valor a persuadir pela mensagem retórica que compreender suas várias formas de apresentação, as noções por ele propostas no mundo antigo reverberam até os dias atuais nos estudos de gêneros. (MILLER; DEVITT; GALLAGHER, 2018; MILLER, 2016, 2018).

O trabalho de Aristóteles influenciou pensadores como Isócrates, que viria a propor uma outra sistematização de gêneros, desta vez não baseada em similaridade de conteúdo, mas a partir da noção de *kairós*, isto é, adaptado a diferentes situações oportunas. Miller (2018) discorre que os pensadores da Grécia Antiga tornaram possível visualizar a essência desses gêneros clássicos; e que este “poder essencializante” seria retomado na Renascença do século XVIII, período em que aqueles textos antigos foram traduzidos, difundidos e exaltados. Mais recentemente, com o advento da internet, um novo interesse acadêmico pelo estudo de gênero estaria surgindo.

Talvez não seja coincidência que os gêneros e a teoria dos gêneros se tornem notáveis e controversos durante os tempos de mudança cultural, quando novas relações sociais, novas tecnologias, novas forças econômicas possibilitam (e às vezes produzem) novos padrões de ação social; o Renascimento Europeu foi um desses períodos e a era atual parece ser outra. (MILLER, 2018, p.195)⁸

Os estudos de gêneros costumam ser divididos em dois grandes grupos: uma abordagem formalista-temática e uma pragmática. A primeira prevaleceu da Antiguidade Clássica até a década de 1970, tendendo à discriminação de categorias com base em elementos textuais ou linguísticos, sendo principalmente de uso na Literatura. A abordagem pragmática, por sua vez, vem ganhando espaço desde então, respaldada pelos trabalhos desenvolvidos pela Retórica e Linguística, e tendo como base os padrões de uso dos gêneros. Os Estudos Retóricos de Gêneros (*Rhetorical Genre Studies*) (RGS) (ou Escola Norte-Americana, ou ainda, Nova Retórica) são uma de três correntes que vem se desenvolvendo dentro da abordagem pragmática nos Estados Unidos, sendo as outras duas correntes *English for Specific Purposes* (ESP), e a *Systemic Functional Linguistics* (SFL)/Escola de Sydney, na Austrália. (MILLER, 2016).

A despeito de Miller (2016) ter sistematizado as correntes norte-americanas, Ramirez (2005) distingue os estudos de gênero em três correntes principais no mundo: a visão de gêneros

⁸ “It is, perhaps, no coincidence that genres and genre theory become salient and controversial during times of cultural change, when new social relations, new technologies, new economic forces, enable (and sometimes produce) new patterns of social action; the European Renaissance was one such period and the current era seems to be another” (MILLER, 2018, p.195).

de Bakhtin, que teria servido de base para todos os estudos de gêneros; a Escola Norte-Americana ou *Rhetorical Genre Studies*; e Escola de Genebra, com Bernard Schneuwly, Joaquim Dolz e Jean-Paul Bronckart. Silva (2014), por sua vez, sintetiza as principais teorias de gêneros como sendo: Abordagem sócio histórica e dialógica (equivalente à Escola de Bakhtin); Abordagem de orientação discursiva; Abordagem sócio retórica e cultural (equivalente à Escola Norte-Americana); Abordagem sócio retórica de caráter etnográfico; e Abordagem interacionista e sócio discursiva de caráter psicolinguístico (equivalente à Escola de Genebra). Por fim, Andersen (2008), apoiado em Freedman e Medway, identifica duas correntes principais, a Escola Norte-Americana e a Escola Australiana.

Este trabalho propõe enfatizar e aprofundar a Escola dos Estudos Retóricos de Gênero, tendo em vista que, segundo Andersen (2008), é a vertente que mais pode auxiliar a Ciência da Informação na direção do paradigma social, visto que enfoca a natureza social da comunicação. Adicionalmente, é a única corrente de destaque presente em todas as sistematizações acima mencionadas. Acrescenta-se também que parece ser a mais relevante para o campo da Organização do Conhecimento e mais especificamente para a Análise de Domínio, tendo em vista a existência de objetos de estudo coincidentes, notadamente o contexto e a comunicação no âmbito das comunidades discursivas.

4.1 ESTUDOS RETÓRICOS DE GÊNEROS

Os Estudos Retóricos de Gêneros nascem no contexto dos estudos da comunicação retórica nos Estados Unidos. Um gênero é considerado retórico “quando captura padrões de interação simbólica em larga escala, padrões que se tornam significativos [...] à medida que categorizam a ação retórica, refletindo e moldando as experiências retóricas compartilhadas das comunidades relevantes.” (MILLER; DEVITT; GALLAGHER, 2018 , p.270, tradução nossa)⁹. O interesse dos estudos retóricos reside ao mesmo tempo no antigo e no moderno, na forma e na função, na reprodução e na invenção, na estabilidade e na mudança dos gêneros.

Os estudos críticos de gênero no contexto norte-americano teriam começado com a publicação *Rhetorical Criticism* de Edwin Black em 1978, obra esta que propôs expandir os estudos retóricos para além da oratória política. Na sequência, outros autores da área teriam se

⁹ “when it captures large-scale patterns of symbolic interaction, patterns that are taken as meaningful [...] as it categorizes rhetorical action, reflecting and shaping the shared rhetorical experiences of the relevant communities” (MILLER; DEVITT; GALLAGHER, 2018, p.270).

destacado nas décadas de 1970 e 1980, sendo os principais nomes Karlyn Campbell e Kathleen Jamieson (MILLER, 2014), Carolyn Miller e Mikhail Bakhtin - os dois últimos com ênfase em aspectos sociais do gênero (MILLER, 2016).

A ERG é por vezes denominada Nova Retórica, numa tentativa de se contrapor a uma Retórica Antiga

[...] rejeitando a ideia de que retórica é comunicação necessariamente deliberada ou estratégica que efetivamente apresenta propósitos ostensivos sobre as pessoas e, portanto, é entendida como manipuladora. A nova retórica, pelo contrário, envolve a compreensão de que [...] nem sempre estamos totalmente conscientes do que ou por que estamos fazendo e (esta é a percepção de Kenneth Burke) de que essa retórica pode ser subconsciente, inconsciente, de que a comunicação, a linguagem em uso, sempre contém uma dimensão persuasiva que pode não estar inteiramente sob nosso controle. [...] quem fala em nova retórica tenta distinguir em relação à retórica antiga é a inclusão de formas de comunicação que vão além do falante público prototípico, o político poderoso que faz um discurso para as massas sem poder nas ruas [...] trata-se da abertura da retórica para uma variedade de possibilidades de comunicação simbólica e uma abertura da retórica para além do uso deliberado, consciente ou estratégico da linguagem. (MILLER; BAZERMAN, 2011, p.57-58)

Esta nova corrente, que se coloca criticamente ao essencialismo aristotélico, reconhece a multiplicidade dos gêneros retóricos contemporâneos, suas funções e dinâmica próprias. Ela também tende a compreender o gênero mais ligado à partícula *genos* (no sentido de origem) que à *eidós* (no sentido de uma ideia estática).

Carolyn Miller foi professora de Retórica e Comunicação Técnica na Universidade Estadual da Carolina do Norte (EUA), por quarenta e dois anos, instituição na qual também fundou o programa de pós-graduação em nível de Mestrado em Comunicação Técnica em 1988 e de Doutorado em Comunicação, Retórica e Mídia Digital em 2005. Destarte, foi editora do periódico *Rhetoric Society Quarterly* e atuou principalmente na área da retórica digital, teoria retórica, e estudos de gêneros. Carolyn diz-se influenciada por Aristóteles e sua noção de gênero na sociedade e na política ateniense, à qual, naquele contexto se mostrou muito produtivo, mas que atualmente requer reformulação; pelos representantes da Nova Retórica Kenneth Burke, Chaim Perelman e Stephen Toulmin que a levaram a compreender o gênero como uma ação persuasiva; além da teoria dos atos de fala, fenomenologia e a tipificação de George Mead. (MILLER; BAZERMAN, 2011, p.49)

O diferencial de Miller em relação a seus pares foi ter apostado em uma perspectiva de gênero voltada à ação. Miller desenvolveu uma teoria própria a partir das discussões sobre “tipificação” de Schutz (SCHUTZ; LUCKMANN, 1973, apud MILLER, 2016); “situação” de Bitzer (1968, apud MILLER, 2016, 1984) e “motivo” (ao qual chamou “exigência”) de Burke (1969, apud MILLER, 2016, 1984).

Em suma, a noção de gênero defendida por Miller é a seguinte:

Considero os gêneros como tipificações sociais, padrões de interação social-simbólica recorrente e socialmente reconhecíveis. Assim, os padrões aos quais damos nomes e sobre quais atores sociais comentam são culturalmente significativos. Em outras palavras, é instrutivo ver os gêneros como categorias de construtos vernaculares, em vez de teóricas, que têm significado para quem cria e se envolve, em vez de para observadores externos que procuram explicá-los. (MILLER, 2012b, p.129-130, tradução nossa)¹⁰

Em seu trabalho seminal em 1984, *Genre as Social action*, as relações com linguística e teoria social fizeram-se evidentes. As publicações de Miller ressoaram entre os estudiosos desta e de outras áreas, como a Pedagogia. Quase dez anos depois, na ocasião da Conferência de Gênero em Ottawa, o movimento viria a ser reconhecido como Estudos Retóricos de Gêneros Norte-americanos e o entendimento de Carolyn Miller a respeito dos gêneros, viria a ser aceito pelos estudiosos da RGS como cerne da Nova Escola.

No início do século XX, a internet deu um novo fôlego aos estudos retóricos de gênero: novas formas de se produzir o discurso social, novas exigências e audiências e se fizeram presentes. Só para citar alguns exemplos, a invenção da câmera frontal nos *smartphones* inaugurou o gênero fotográfico *selfie* (MILLER, 2018); e a facilidade de carregar vídeos caseiros em uma plataforma de streaming de vídeos inaugurou gêneros como o *unboxing* e o *reacting to*.

Aliás, Miller (2018, 2012b, 2017) verifica que o interesse pelo estudo dos gêneros cresceu nos últimos trinta anos. Com a profusão de informações também aumentou a necessidade e a complexidade de se organizar o conhecimento. A discussão de gênero se tornou figura permanente nos formulários que preenchemos, nas categorias dos sites que acessamos e também despertou maior interesse acadêmico. No que se refere aos estudos científicos, também houve um momento de se estudar os gêneros em relação aos processos de inovação, estabilização e emergência a que se encontram relacionados.

Atualmente, os estudos de gêneros cumprem finalidades descritivas e prescritivas e fazem parte de uma infinidade de disciplinas. As disciplinas que fazem um uso mais descritivo

¹⁰ “I take genres to be social typifications, patterns of recurrent social-symbolic interaction that as socially recognizable. Thus, patterns to which we give names and about which social actors comment are culturally significant. In other words, it's instructive to see genres as vernacular rather than theoretical constructs, categories that have meaning to those who create and engage them rather than to external observers who seek to explain them”. (MILLER, 2012b, p.129-130).

dos estudos de gêneros são a Retórica e a Literatura, Linguística e Antropologia, conforme Miller (2016, p.280-281, tradução nossa) menciona no trecho:

Estudiosos da retórica e literatura, interessados em análises culturais e históricas, estudam gêneros para entender a reprodução de tradições e suas relações e valores intrínsecos e para avaliar o poder e a influência de textos específicos. Os linguistas buscam entender os processos de aprendizagem, produção e interpretação dos padrões de linguagem e sua adequação situacional. Os antropólogos usam a análise de gênero para entender o uso da língua situada como um constituinte da cultura. Esse tipo de análise cultural-histórica-discursiva é principalmente descritiva, embora as críticas retóricas e literárias geralmente incluam uma margem de avaliação.¹¹

Outras disciplinas que fazem um uso mais prescritivo dos estudos de gêneros envolvem a Ciência da Informação e Biblioteconomia, e outras disciplinas aplicadas

Outros campos visam usos mais práticos, que geralmente se tornam prescritivos: a Ciência da Informação e a Biblioteconomia usam a análise de gênero para melhorar a classificação e a pesquisa; especialistas em organização e gerenciamento visam projetar operações comerciais eficientes e eficazes (MILLER, 2016, p.281, tradução nossa)¹²

Independendo do seu uso descritivo ou prescritivo, os estudos de gêneros retóricos têm como ponto central compreender o gênero como ação social ou ação retórica, ideia que será desenvolvida na seção a seguir.

4.2 GÊNERO RETÓRICO

Genre as social action (Gênero como ação social) é um artigo de 1984 derivado de um capítulo teórico da tese de doutorado de Carolyn Miller e central para Escola Norte-Americana dos Estudos Retóricos de Gênero ou Nova Retórica. Nele, a pesquisadora do campo da comunicação oral e da retórica se volta para a noção de gênero como recurso para ação social e produto, sendo articulado para o atingimento de propósitos no âmbito social. A teoria ganhou substância e força com as contribuições do estudioso da escrita Charles Bazerman e do linguista

¹¹ “Rhetorical and literary scholars, interested in cultural and historical analysis, study genres to understand the reproduction of traditions and their relationships and embedded values and to evaluate the power and influence of particular texts. Linguists aim to understand the processes of learning, producing, and interpreting language patterns and their situational appropriateness. Anthropologists use genre analysis to understand situated language use as a constituent of culture. This kind of cultural-historical-discursive analysis is primarily descriptive, though rhetorical and literary criticism often include an evaluative edge” (MILLER, 2016, p.280-281).

¹² “Other fields aim at more practical uses, which often turn prescriptive: information and library science use genre analysis to improve classification and searching; organization and management specialists aim at designing efficient and effective business operations” (MILLER, 2016, p.281).

John Swales, e com publicações posteriores reforçando a posição do gênero em relação às comunidades de que faz parte.

Miller (1984) teve como ponto de partida para a realização de seu primeiro estudo a ausência de consenso na Retórica a respeito do conceito de gênero. Havia estudiosos da crítica de gênero que o definiam a partir de estratégias no discurso, audiências aos quais estavam voltados, modelos de pensamento, situações retóricas e ainda os que acreditavam que definições não faziam parte do escopo de atuação dos estudiosos do campo, por se tratarem de um artifício reducionista. Certa de que definir o conceito de gênero retórico é fundamental e necessário à linguagem, a autora se propõe a fazer dele um conceito classificatório válido e estável. Dois objetivos norteiam a tese da autora: o primeiro desenvolver uma perspectiva de gênero que tenha respaldo em áreas consensuais e trabalhos prévios no campo; e sugerir um entendimento de gênero que possa explicar como são criados, interpretados e como se reage a textos particulares. Miller fundamenta-se principalmente nos trabalhos de Karlyn Campbell e Kathleen Jamieson, que, segundo ela, enfatizaram aspectos sócio históricos do gênero.

Estudiosos de vários campos têm se voltado à classificação de discursos que passam a ser adotadas pelos retóricos como classificação de gêneros. Tem-se percebido, contudo, que as classificações herdadas da literatura e escrita costumam se basear em sistemas fechados e apoiados em elementos formais, relegando o pragmatismo da ação retórica. O discurso pode ser classificado de mais de uma maneira, contudo, para a Retórica, a classificação só é considerada relevante se contribuir para o entendimento de como funciona a população que o cria e interpreta. Do ponto de vista semiótico, os princípios classificatórios podem se basear na substância retórica do discurso (semântica), forma do discurso (sintática) ou na ação retórica desempenhada por ele (pragmática). Para Miller, um princípio baseado na ação retórica parece melhor refletir a prática retórica. A ação, por sua vez, só é interpretável num contexto ou situação e depende de um motivo para acontecer. (MILLER, 1984)

Para Campbell e Jamieson (1978, apud MILLER, 1984), um gênero possui várias formas reconhecíveis (convencionais) e características substantivas, estilísticas e situacionais, interligadas por uma dinâmica própria. A fusão destes elementos dá-se em resposta a uma demanda situacional, dita exigência. Para as autoras, o gênero como forma retórica a uma situação torna-se “mais que uma entidade formal; ele se torna pragmático, completamente retórico, um ponto de ligação entre intenção e efeito, um aspecto da ação social” (MILLER, 2012, p. 24). Assim, configura-se uma abordagem de classificação de gêneros, tendo como princípio organizativo uma dinâmica resultante da interação de formas e situações (e não modos

de pensar definidos a priori, como podem ser encontrados nas teorias de Harrel e Linkugel e Walter Fisher). O método de Campbell e Jamieson não é taxonômico ou dedutivo, mas crítico, visa oferecer uma explicação de aspectos da realidade social através dos gêneros. Ressalta-se que o conjunto de gêneros, segundo as autoras, é um sistema aberto, ou seja, está em constante mutação.

Neste mesmo sentido, Miller (1984) propõe um método de classificação de discursos ou gêneros do discurso na Retórica. Uma classificação aberta, pragmática, e que procura explicar um conhecimento de comunidade. Para tanto, discorre principalmente sobre a noção de situações retóricas recorrentes (SRR). Uma situação é um evento real, objetivo ou histórico; a recorrência da situação retórica marca a teoria de gêneros. São recorrentes situações comparáveis, análogas e similares e a recorrência é um fenômeno intersubjetivo e interpretativo, assim, dá-se no contexto social. Miller (1984), apoiada na explicação de tipos de Alfred Schutz, argumenta que nosso estoque de conhecimento nos é útil à medida que o utilizamos em novas experiências: reconhecemos similaridades relevantes entre o antigo e o novo e assim tornamos o novo mais familiar. Em outras palavras, este estoque se baseia em tipos, um novo tipo é formado a partir de tipificações existentes e que já não são adequadas para uma nova situação. (MILLER, 1984)

Sumarizando essas premissas, Downey (1982, apud MILLER, 1984) sustenta que gêneros retóricos seriam classificações do discurso retórico com regras recorrentes sobre como fundir forma e substância para que façam sentido dentro de um contexto, para a ação social. Uma mesma ação seria interpretável segundo regras de contextos em diferentes amplitudes (como religião e política). Como diferentes culturas podem reconhecer uma SRR de diferentes maneiras, por consequência, gênero será aplicado a diferentes classes do discurso nestes contextos.

Em suma, as características da compreensão de gênero de Miller (2012, p.39) são as seguintes:

- 1.O gênero se refere a uma categoria convencional de discurso baseada na tipificação em grande escala da ação retórica; como ação, adquire significado da situação e do contexto social em que essa situação surgiu.
- 2.Como ação significativa, o gênero é interpretável por meio de regras; regras de gênero ocorrem num nível relativamente alto de uma hierarquia de regras para interações simbólicas.
- 3.O gênero é distinto de forma: forma é o termo mais geral usado em todos os níveis da hierarquia. O gênero é uma forma num nível particular, que é a fusão de formas de níveis mais baixos e a substância característica.
- 4.O gênero serve como a substância de formas em níveis mais altos; como padrões recorrentes do uso linguístico, os gêneros ajudam a constituir a substância da nossa vida cultural.

5. Um gênero é um meio retórico para a mediação das intenções privadas e da exigência social; ele é motivador ao ligar o privado com o público, o singular com o recorrente.

Uma década após a publicação de *Genre as social action*, Miller publicou *Rhetorical community: the cultural basis of genre* (Comunidade Retórica: a base cultural do gênero) em que aprofundou a discussão sobre gênero em relação às ações retóricas de uma comunidade, sobre a qual abordaremos na seção a seguir.

4.3 GÊNERO E A RELAÇÃO COM A COMUNIDADE

Miller (1994) reafirmou que o gênero estaria localizado em algum nível hierárquico intermediário em um sistema semiótico de regras. Nesse sistema, a ação é construída a partir da fusão da substância e da forma, em um arranjo cumulativo, e o gênero serve de substância para a forma nos fenômenos de níveis mais altos, ajudando a construir a substância da vida cultural. Diferentes gêneros aparecem em diferentes tempos e espaços, estando relacionados às culturas em que se encontram. Mas também é possível gêneros semelhantes aparecerem em situações espaciais e temporais distintas. Como exemplo, Miller (1994) cita a pólis ateniense, onde havia um conjunto de gêneros do discurso deliberativo, jurídico e epidíctico, que recorria, guardadas as devidas proporções, em SRR nas relações comerciais, diplomáticas e religiosas. O mesmo gênero “jurídico”, apesar de análogo ao discurso jurídico atual em sua função social, não caberia para classificar o discurso atual, que é substancialmente e processualmente diferente. Da mesma forma, a autora recorre à Charles Bazerman (1988, apud MILLER, 1994) para exemplificar como o artigo científico modificou sua estrutura nos últimos 300 anos, porque acompanhou o desenvolvimento da natureza da pesquisa científica.

O gênero como artefato cultural incorpora conhecimento e reflete padrões recorrentes do discurso, que dizem muito sobre a cultura em que estão inseridos.

Fazemos inferências a partir de artefatos específicos, ou de ações específicas, sobre a cultura como um todo. Assim, parece-nos possível caracterizar uma cultura por meio de seu conjunto de gêneros - quer seja judicial, deliberativo e epidíctico, quer seja um artigo científico, uma proposta de financiamento, um pôster, um parecer por pares, e assim por diante. O conjunto de gêneros representa um sistema de ações e interações que possui funções e lugares sociais específicos, assim como valor ou função repetitiva ou recorrente. Isso sugere uma relação entre particularidades materiais, instanciações de um gênero em atos individuais e sistemas de valor e significação. (MILLER, 2012, p.47)

Para o entendimento da relação entre, por um lado, as ações particulares de um indivíduo e por outro, a influência da comunidade em que está inserido, Miller (1994) recorre à Teoria da Estruturação, de Anthony Giddens. A teoria em questão funciona no sentido de se entender a relação entre mentes e instituições, sujeito e sociedade, privado e público, a concretude do individual e a abstração das instituições coletivas. A Estruturação, que dá nome à teoria, refere-se a como as relações sociais estão estruturadas no tempo e espaço, balizadas por regras e recursos (meios para realizar as regras).

A noção de gênero de Miller (1994) opera em conjunto com a noção de comunidade retórica proposta pela mesma autora. Trata-se da comunidade constituída por ações retóricas e gêneros característicos que nela estão articulados. Essas comunidades herdam da Teoria da Estruturação a característica de serem virtuais, ou seja, não são criadas do zero mas a partir das memórias humanas e de um complexo de instanciações. As comunidades retóricas obedecem a uma hierarquia discursiva, como os gêneros. Também são palco para o encontro entre forças centrífugas (no sentido do desacordo e do embate) e centrípetas (no sentido da ordem social, disponibilizadas para que uma comunidade se mantenha estável), entre o individual e o coletivo, portanto, um local onde não há conforto e sim, construção contínua; construção essa que só é possível pela articulação dos gêneros.

Cabe ressaltar que enquanto a Análise de Domínio tem o domínio e a comunidade discursiva como alguns de seus conceitos teóricos principais, o gênero se ocupa de mediar a comunicação presente neste domínio e entre os membros da comunidade. As inter-relações entre a ERG e a Análise de Domínio mostram-se prósperas na fala de Hjørland (2004b), que elenca os estudos de gêneros e documentos como parte da AD, de modo a, a partir do estudo do próprio processo comunicativo, tornar o sistema de comunicação mais adaptável ao grupo de usuários.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

A procura por causas e explicações para além do uso cotidiano, isto é, para a resolução de questões relativas à pesquisa social, conduz ao desenvolvimento de estudos científicos. O desenvolvimento das pesquisas científicas compreende um processo de expressão e testagem de relações, baseado em métodos sistemáticos, supostamente isentos de pressão para agir, e que possuem como objetivo a geração de conhecimentos concretos (FLICK, 2013; SILVA; MENEZES, 2005).

Os processos ou operações empregados na condução da pesquisa científica correspondem ao método científico. Conforme Silva e Menezes (2005), os métodos científicos refletem o raciocínio utilizado no processamento da pesquisa e permitem contemplar os objetivos da pesquisa. Além disso, proporcionam transparência necessária à reprodutibilidade do estudo e mecanismos para validar suas conclusões.

Esta seção objetiva caracterizar a pesquisa desenvolvida (5.1), descrever os procedimentos metodológicos empregados para atingimento dos objetivos geral e específicos (5.2) e as fontes utilizadas para a coleta de dados (5.3).

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa caracteriza-se com o sendo do tipo qualitativa, conforme categorização proposta por Creswell (2010) e por Silva e Menezes (2005), do ponto de vista da forma de abordagem do problema.

A pesquisa qualitativa é um meio para explorar e entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve as questões e os procedimentos que emergem, os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados. [...] Uma maneira de encarar a pesquisa que honra um estilo indutivo, um foco no significado individual e na importância da interpretação da complexidade de uma situação. (CRESWELL, 2010, p.26)

Recebe essa classificação pois tem como intuito explorar e compreender o significado atribuído a um problema social ou humano, no caso, a problemática da carência de estudos de gêneros como abordagem dentro da Teoria da Análise de Domínio. Trata-se de uma questão que tem como cerne a interpretação de um fenômeno e a atribuição de significados, confrontando-se o mundo objetivo (pragmático) e a subjetividade de dados coletados em um

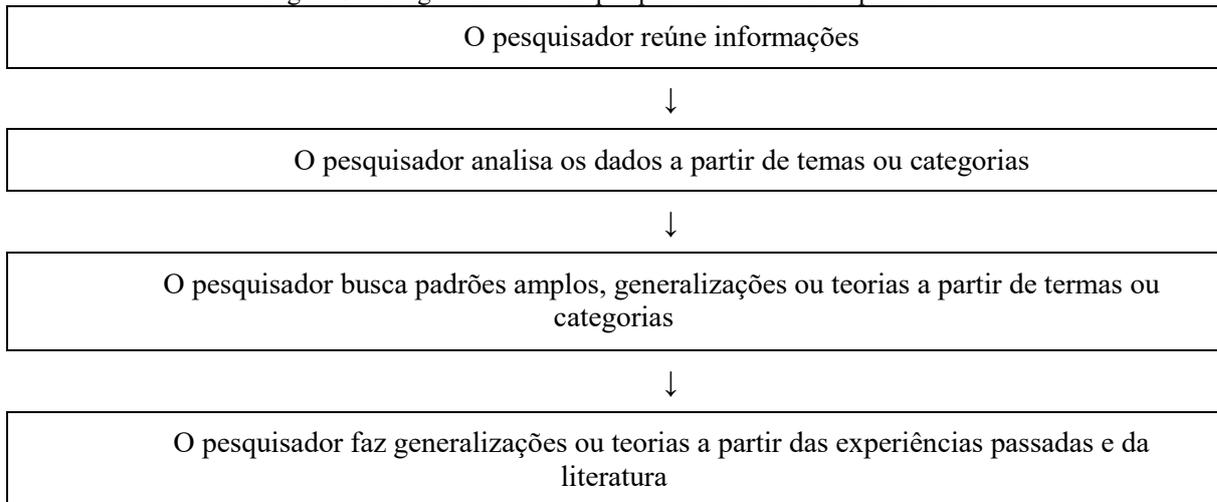
sistema social de informação. A coleta de dados, por consequência, é concebida de maneira mais aberta e abrangente.

Do ponto de vista de sua natureza, segundo Silva e Menezes (2005) e do ponto de vista das áreas de Pesquisa Social segundo Flick (2013), trata-se de uma Pesquisa Básica. Assim sendo, tem como objetivo produzir conhecimento a partir do desenvolvimento de teorias que sirvam para o avanço do campo e da ciência. Em um primeiro momento, não visa a aplicações práticas ou específicas que poderão ser geradas, mas representam um contributo teórico que servirá de fundamento para outras pesquisas.

Do ponto de vista do tipo de questão de pesquisa, conforme Flick (2013), configura-se como exploratória. Isso porque tem como intuito explorar a temática para explicitar a questão de pesquisa e a partir disso desenvolver familiaridade com o tema e formular hipóteses que conduzam a uma apreciação científica das questões. Isso acontece, segundo Morse (1991, p.120, apud CRESWELL, 2010, p.129) quando “o conceito é ‘imaturado’ devido a uma evidente falta de teoria e pesquisa prévia”. Como outras pesquisas dentro dos mesmos critérios, possui forte ancoragem na bibliografia a respeito do tema.

Do ponto de vista do método empregado, conforme Silva e Menezes (2005), a pesquisa pode ser considerada como indutiva, método esse proposto pelos empiristas Bacon, Hobbes, Locke e Hume. Isto é, a partir de constatações particulares sobre os dados coletados e do processo de interpretação, visa à elaboração de generalizações teóricas a respeito do funcionamento dos estudos de gêneros como abordagem de Análise de Domínio. Essas constatações não são consideradas conclusões verdadeiras, mas conclusões prováveis que obedecerão aos passos básicos de análise do fenômeno, descoberta de relações entre os fenômenos e generalização a partir das descobertas identificadas.

Figura 5- A lógica indutiva na pesquisa em um estudo qualitativo



Fonte: adaptado de Creswell (2010, p.92)

A indução nesta pesquisa qualitativa pauta-se em três componentes que são naturais à pesquisa, conforme Creswell (2010) e que serão caracterizados na sequência: concepções filosóficas envolvidas, estratégias de investigação e métodos selecionados.

No que se refere à concepção filosófica envolvida na presente dissertação, infere-se que esteja relacionado à concepção pragmática. A pesquisa pragmática não difere essencialmente da pesquisa empírica em se tratando dos métodos empregados; varia, contudo, em termos de doutrina. O pragmatismo, conforme William James (1976), não está preocupado em estabelecer princípios ou alcançar a uma verdade absoluta, como o empirismo. Ao contrário, pretende alcançar um valor prático para a modificação de uma realidade, enfatizando a finalidade de conhecer, com um uso utilitarista dos métodos e sendo especialmente relevante na aplicação da pesquisa social.

No que se refere às estratégias de investigação, esta pesquisa configura-se como pautada em estudos de teoria fundamentada. A abordagem da teoria fundamentada prioriza dados e um campo de estudo a fim de se desenvolver um corpus teórico. As pessoas a serem estudadas não são selecionadas aleatoriamente para constituir uma amostragem e sim escolhidas arbitrariamente segundo sua relevância. Assim, o “objetivo não é reduzir a complexidade fragmentando-a em variáveis, mas sim aumentar a complexidade incluindo o contexto” (FLICK, 2013, p.62). Neste sentido, o estudo priorizará a Teoria da Análise de Domínio desenvolvida por Birger Hjørland, tendo em vista a contribuição teórica do autor para aplicação da teoria analisada no campo da Organização do Conhecimento e, dentro desse contexto, analisará os Estudos Retóricos de Gênero da forma como foram propostos pela autora Carolyn

Miller. A teoria fundamentada concentra-se na interpretação, mas não define como será realizada a coleta dos dados; esta etapa se refere à escolha do método de pesquisa.

Relativamente ao método selecionado para a coleta e análise de dados, optou-se pela utilização da metodologia da Análise de Conteúdo (AC), de Laurence Bardin (1977). A Análise de Conteúdo é uma metodologia que tem como polos um desejo de se apor rigor na pesquisa e a necessidade de descobrir e explorar uma temática para além das aparências. A AC compreende um

[...] conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O factor comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas - desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até à extracção de estruturas traduzíveis em modelos- é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos do rigor da objectividade e ela fecundidade da subjectividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atracção pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem [...]. O maior interesse deste instrumento polimorfo e polifuncional que é a análise de conteúdo, reside -para além das suas funções heurísticas e verificativas- no constrangimento por ela imposto de alongar o tempo de latência entre as intuições ou hipóteses de partida e as interpretações definitivas. (BARDIN, 1977, p.9)

A AC segue a um roteiro específico composto pelas fases de 1) Pré-análise, na qual se realiza uma leitura flutuante, escolhe os documentos que serão submetidos à análise, formula hipóteses e objetivos para a pesquisa, e elabora indicadores fundamentais à análise; seguida por uma fase de 2) Exploração do Material, aplicando-se técnicas específicas para codificá-lo; e uma fase de 3) Tratamento dos Resultados, Inferências e Interpretações, que consiste em confrontar os resultados ao relativo escopo teórico e a partir de então realizar inferências que constituirão as conclusões prováveis da pesquisa. A AC pode analisar significados, como temáticas, e ou significantes (análise léxica, análise dos procedimentos) e pode utilizar resultados obtidos por associações de palavras, respostas a questões abertas, entrevistas, etc. (BARDIN, 1977)

5.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tal qual explicitamos na seção anterior, os procedimentos metodológicos seguiram as fases da Análise de Conteúdo preconizadas por Bardin (1977) e o recorte teórico, amparado na teoria fundamentada, tem como delimitações a Teoria da Análise de Domínio, na perspectiva de Birger Hjørland, e os Estudos Retóricos de Gênero, na perspectiva de Carolyn Miller. Ambos

os autores foram escolhidos como objeto desta pesquisa devido às suas representatividades em cada área de estudo, conforme demonstrado na fundamentação teórica desta pesquisa.

Para cada objetivo específico estipulado para este estudo foram aplicadas as fases: 1) Pré-análise, 2) Exploração do Material, 3) Tratamento dos Resultados, Inferências e Interpretações.

Na fase de pré-análise e exploração do material foi realizado contato com a bibliografia selecionada para consulta. Foi utilizada como referência a literatura dos autores Birger Hjørland e Carolyn Miller a respeito dos temas específicos Análise de Domínio e Estudos Retóricos de Gênero. Os documentos que compuseram a análise foram definidos com base nas regras de A) Exaustividade, uma vez que foram analisados todos os documentos que atenderem aos critérios definidos na seção Fontes da Pesquisa; B) Homogeneidade, tendo em vista que os documentos obedecem aos mesmos critérios e não foram selecionados aleatoriamente; e C) Pertinência, isto é, compuseram a pesquisa aqueles com potencial informativo alinhados aos objetivos específicos da pesquisa, adequados do ponto de vista de servirem como fontes de informação. O corpus da pesquisa e o atendimento aos critérios de exaustividade, homogeneidade e pertinência estarão explicitado na seção Fontes da Pesquisa.

Na fase de 3) tratamento dos resultados obtidos e interpretação foram utilizadas operações de codificação. A codificação corresponde à transformação dos dados brutos via operações de recorte (escolha das unidades), agregação (escolha de categorias) e enumeração (escolha de regras de contagem), que permitam representar o conteúdo. A unidade de registro analisada foi o tema, isto é, núcleos de sentido relacionados aos objetivos específicos escolhidos, que tivessem sido identificados na literatura consultada: no caso do objetivo específico “a)”, os aspectos conceituais e metodológicos desejáveis relativos à Análise de Domínio; no caso do objetivo específico “b)”, os aspectos conceituais e metodológicos nos Estudos Retóricos de Gênero.

A partir da consulta à literatura que compõe a fundamentação teórica desta pesquisa, foi possível identificar as seguintes categorias e subcategorias a serem analisadas:

Quadro 5- Categorias de aspectos conceituais / metodológicos a serem analisados

Objetivo Específico	Categorias de aspectos a serem analisados (sendo 1,2,4 e 5 aspectos conceituais e 3 e 6 metodológicos)
a)	1. Domínio <ul style="list-style-type: none"> a. Dimensão Ontológica b. Dimensão Epistemológica c. Dimensão Sociológica 2. Comunidade Discursiva <ul style="list-style-type: none"> a. Discurso/Comunicação b. Assunto 3. Metodologia para análise de domínio
b)	4. Gênero <ul style="list-style-type: none"> a. Situ(ação) retórica/ pragmática <ul style="list-style-type: none"> 1. Recorrência 2. Exigência b. Substância/Conteúdo semântico c. Forma/Conteúdo sintático d. Contexto e. Estrutura 5. Comunidade Retórica/ Comunidade Discursiva 6. Metodologia em ERG

Fonte: elaborado pela autora

As categorias acima elencadas foram previamente escolhidas. A Análise consistiu em identificar “o quê” Hjørland e Miller escrevem em relação a cada categoria ou subcategoria definida; com isso, esperou-se delinear o arcabouço conceitual (relativo aos itens 1,2,4 e 5 do quadro 5) e metodológico (relativo aos itens 3 e 6 do quadro5) dos autores em suas teorias. Com isso, obteve-se uma sistemática para delinear o aporte teórico e metodológico dos autores contido em suas teorias.

Ainda na fase de interpretação, fez-se a interpretação e discussão dos resultados analisados para cumprimento do objetivo específico c), verificando-se a união ou disjunção dos conceitos e métodos, tendo, por fim, um apanhado de diálogos teóricos e metodológicos possíveis, com força para utilização no campo da Organização do Conhecimento.

5.3 FONTES DA PESQUISA

A pesquisa bibliográfica para cumprimento do objetivo específico “a” foi realizada na literatura de Birger Hjørland, conforme motivos já explicitados na seção Caracterização da

Pesquisa. O *corpus* da pesquisa foi formado por publicações recuperadas em base de dados e no currículo informado pelo autor.

Em 07 de abril de 2019 foi realizada busca nas bases de dados da área da Ciência da Informação *Library and Information Science Abstracts* (LISA) e *Information Science and Technology Abstracts* (ISTA), e na coleção *Clarivate Analytics* da base de dados multidisciplinar *Web of Science* das publicações do autor entre os anos de 1995 (ano que inaugura a Análise de Domínio aplicada aos estudos dos processos da informação) e 2018.

Em todos os casos, procurou-se pelo termo “Hjørland” no campo “autor” e o termo “*domain*” (domínio) no campo “texto completo” ou “qualquer lugar” (conforme particularidade de cada base), além de aplicarem-se os filtros para resultados no período 1995-2018. Note-se que a busca levou em conta o termo *domain*, não *domain analysis* (análise de domínio). Isto porque entende-se que o assunto poderia aparecer como o substantivo *domain analysis* ou o adjetivo *domain-analytic* (domínio-analítico), quando relativo, por exemplo, a um paradigma ou abordagem (*domain-analytic paradigm, domain-analytic approach, etc.*). Esperou-se, com esta estratégia de busca atender ao critério de homogeneidade da Análise de Conteúdo.

Na LISA foi utilizada a *string* de busca “au(HJØRLAND) AND DOMAIN”, totalizando 31 resultados. NA ISTA, buscou-se pela *string* “AU HJØRLAND AND TX DOMAIN”, totalizando 18 resultados. Na *Web of Science*, utilizou-se a busca AUTOR:(HJØRLAND) AND Todos os campos:(DOMAIN), totalizando 9 resultados.

Os resultados foram exportados em formato RIS para análise no software *Mendeley Desktop*. Após a de-duplicação dos resultados repetidos, obteve-se um total de 30 resultados. Contudo, após uma etapa de *Screening*, que consistiu na leitura dos resumos dos 30 trabalhos, foram considerados elegíveis para comporem a pesquisa 12 publicações. Esperou-se, assim, atender ao critério de pertinência e homogeneidade da Análise de Conteúdo. Além da busca em base de dados, foi realizada uma busca complementar das publicações no currículo informado por Hjørland.(2019), considerando as publicações entre 1995 e 2018. 7 publicações consideradas pertinentes foram acrescentadas às 12 a serem estudadas. A complementaridade da busca nas bases de dados com o currículo do autor auxilia no atendimento ao critério de exaustividade da Análise de Conteúdo, visto que tem como finalidade verificar eventuais resultados pertinentes que não tenham sido apontados pelas bases de dados. Por fim, o *corpus* da pesquisa relativo às publicações de Birger Hjørland, contendo 19 publicações, foi sistematizado no quadro a seguir.

Quadro 6- Corpus da Pesquisa relativo às publicações de Birger Hjørland.

Tipo de Fonte	Referência
Publicação em periódico	<p>HARTEL, J.; HJØRLAND, B. Afterword: ontological, epistemological and sociological dimensions of domains. Knowledge Organization, Würzburg, Germany, v. 30, n. 3/4, p. 239–245, 2003.</p> <p>HJØRLAND, B. Domain analysis in information science: Eleven approaches - traditional as well as innovative. Journal of Documentation, London, United Kingdom, v. 58, n. 4, p. 422–462, abr. 2002.</p> <p>HJØRLAND, B. Domain Analysis. Knowledge Organization, Würzburg, Germany, v. 44, n. 6, p. 436–464, 2017.</p> <p>HJØRLAND, B. Domain Analysis: a socio-cognitive orientation for information science research. Bulletin of the American Society for Information Science & Technology, [Estados Unidos], v. 30, n. 3, p. 17–21, 2004.</p> <p>HJØRLAND, B. Epistemology and the socio-cognitive perspective in information science. Journal of the American Society for Information Science and Technology, North Carolina, United States, v. 53, n. 4, p. 257–270, 2002.</p> <p>HJØRLAND, B. Library and Information Science (LIS), Part 1. Knowledge Organization, Würzburg, Germany, v. 45, n. 3, p. 232–254, 2018.</p> <p>HJØRLAND, B. Library and Information Science (LIS), Part 2. Knowledge Organization, Würzburg, Germany, v. 45, n. 4, p. 319–338, 2018.</p> <p>HJØRLAND, B. 'Subject (of documents)', Knowledge Organization, Würzburg, Germany, v. 44, n. 1, 2017, p. 55-64.</p> <p>HJØRLAND, B. 'The classification of psychology : a case study in the classification of a knowledge field', Knowledge Organization, Würzburg, Germany, v. 25, 1998, p. 162-201.</p> <p>HJØRLAND, B. Theories of Knowledge Organization-Theories of Knowledge. Knowledge Organization, Würzburg, Germany, v. 40, n. 3, p. 169–181, 2013.</p> <p>HJØRLAND, B. Towards a theory of aboutness, subject, topicality, theme, domain, field, content... and relevance. Journal of the American Society for Information Science and Technology, North Carolina, United States, v. 52, n. 9, p. 774–778, 2001.</p> <p>HJØRLAND, B. . The paradox of atheoretical classification. Knowledge Organization, Würzburg, Germany, v. 43, n. 5, 2016, p. 313-323.</p> <p>HJØRLAND, B. Domain analysis in information science. <i>In</i>: DRAKE, M. (Ed.) Encyclopedia of library and information science. New York: Marcel Drekker, p. 1-7, 2004.</p> <p>HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: Domain-analysis. Journal of the American Society for Information Science, North Carolina, United States, v. 46, n. 6, p. 400-425, 1995.</p> <p>HJØRLAND, B.; CHRISTENSEN, F. S. Work tasks and socio-cognitive relevance: A specific example. Journal of the American Society for</p>

	<p>Information Science and Technology, North Carolina, United States, v. 53, n. 11, p. 960–965, 2002.</p> <p>HJØRLAND, B.; HARTEL, J. 'Introduction to a special issue on domain analysis'. Knowledge Organization, Würzburg, Germany, v. 30, n. 3/4, 2003, p. 125-127.</p> <p>NIELSEN, H. J.; HJØRLAND, B. Curating research data: the potential roles of libraries and information professionals. Journal of Documentation, London, United Kingdom, v. 70, n. 2, p. 221–240, 2014.</p>
Capítulo de livro	<p>HJØRLAND, B. The socio-cognitive theory of users situated in specific contexts and domains. <i>In</i>: FISHER, K.; ERDELEZ, S.; MCKECHNIE, L.E.F. (ed.) Theories of information behavior. Medford, N.J: Information Today, 2005, p. 339-343.</p> <p>HJØRLAND, B.; ANDERSEN, J.; SØNDERGAARD, TF. UNISIST model and knowledge domains. <i>In</i>: Encyclopedia of library and information science. New York: CRC Press, 2005, p. 129 – 135.</p>

Fonte: elaborado pela autora

Já a pesquisa bibliográfica para o cumprimento do objetivo específico “b” foi realizada na literatura de Carolyn Miller, também aliando os resultados obtidos em bases de dados e no currículo da autora.

Em 06 de maio de 2019 foi realizada busca pelas publicações da autora na base de dados da área da Linguística *Modern Language Association International Bibliography* (MLA), e nas bases de dados multidisciplinares *Scopus*, *Web of Science* (coleção *Clarivate Analytics*) e Portal de Periódicos da CAPES.

Em todos os casos, procurou-se pelo termo “Miller” no campo “autor” e o termo “*genre*” (gênero) no campo “texto completo” ou “tópico”. Quando o resultado retornou alguma publicação de autor de sobrenome Miller que não fosse Carolyn Miller, foi refinada a busca pelo material produzido só por esta autora.

Na MLA foram identificados 7 resultados (4 publicações em periódico e 3 capítulos de livro); Na *Web of Science*, 2 publicações em periódico; na *Scopus*, 9 resultados (1 livro, 3 capítulos de livro e 5 publicações em periódico); e no Portal de Periódicos da CAPES 3 publicações em periódico. Os resultados foram exportados em formato RIS para análise no software *Mendeley Desktop*. Após a de-duplicação dos resultados repetidos, obteve-se um total de 16 resultados. Após etapa de *Screening*, que consistiu em uma leitura exploratória dos 16 trabalhos, foram considerados elegíveis para comporem a pesquisa 10 publicações. Esperou-se, assim, atender ao critério de pertinência e homogeneidade da Análise de Conteúdo. Além da busca em base de dados, foi realizada uma busca complementar das publicações no currículo

informado por Miller (2018). 6 publicações consideradas pertinentes foram acrescentadas às 10 publicações previamente selecionadas.

A complementaridade da busca nas bases de dados com o currículo da autora auxilia no atendimento ao critério de exaustividade da Análise de Conteúdo. Por fim, o corpus da pesquisa relativo às publicações de Carolyn Miller, com um total de 16 publicações, foi sistematizado no quadro a seguir.

Quadro 7-Corpus da pesquisa relativo às publicações de Carolyn Miller.

Tipo de Fonte	Referência
Publicação em periódico	<p>MILLER, C.R.; DEVITT, A. J.; GALLAGHER, V.J. Genre: Permanence and Change. Rhetoric Society Quarterly, [Estados Unidos], v. 48, n.3, p. 269-277, 2018</p> <p>MILLER, C.R.; FAHNESTOCK, J. Genres in Scientific and Technical Rhetoric. Poroi: An Interdisciplinary Journal of Rhetorical Analysis and Invention, [Estados Unidos], v.9, n. 1, Artigo 12, 2013</p> <p>MILLER, C.R.; SHEPERD, D. Questions for Genre Theory from the Blogosphere. <i>In</i>: GILTROW, J.; STEIN, D. (ed.). Genres in the Internet: Issues in the Theory of Genre. Amsterdam: John Benjamins, 2009. p. 263–290.</p> <p>MILLER, C.R. Genre as Social Action. Quarterly Journal of Speech, [Estados Unidos], v.70 , n. 2, p. 151-167, mai.1984.</p> <p>MILLER, C.R. Genre as Social Action (1984), Revisited 30 Years Later (2014). Letras & Letras, Uberlândia, v. 31, n. 3, p. 56–72, 2014. (edição especial da IV SIELP conference)</p> <p>MILLER, C.R. Genre Innovation: Evolution, Emergence, or Something Else? Journal of Media Innovations, Oslo, Norway, v. 3, n. 2, p. 4-19, 2016</p>
Capítulo de livro	<p>MILLER, C.R.; KELLY, A.R. Discourse Genres. <i>In</i>: ROCCI, A.; SAUSSURE, L. (ed.). Verbal Communication. Handbooks of Communication. Berlin: DeGruyter Mouton, 2016. p. 269–286.</p> <p>MILLER, C.R. Where Do Genres Come From?. <i>In</i>: MILLER, C.R.; KELLY, A.R. (ed.). Emerging Genres in New Media Environments. London: Palgrave Macmillan, 2017. p. 1–34.</p> <p>MILLER, C.R. Genre in Ancient and Networked Media. <i>In</i>: KENNERLY, M.; PFISTER, D.S. (ed.). Ancient Rhetorics & Digital Networks. Tuscaloosa, AL: University of Alabama Press, 2018. p. 176–204.</p> <p>MILLER, C.R. New Genres, Now and Then. <i>In</i>: HULAN, S.; MCARTHUR, M.; HARRIS, R.A. (ed.). Literature, Rhetoric, and Values. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2012. p. 127–149.</p> <p>MILLER, C.R. Gêneros evoluem? Deveríamos dizer que sim?. <i>In</i>: DIONÍSIO, A.P.; CAVALCANTI, L.P. (ed.). Gêneros na Linguística e na Literatura: Charles Bazerman: 10 anos de incentivo à pesquisa no Brasil. Recife, Brasil: Editora Universitária UFPE e Pipa Comunicação, 2015. p. 23–61.</p>

	MILLER, C.R. Genre Change and Evolution. <i>In</i> : ARTEMEVA, N.; FREEDMAN, A. (ed.). Genre Studies around the Globe: Beyond the Three Traditions . Edmonton, AB: Inkshed Publications, 2016. p. 154–185.
Livro	<p>MILLER, C.R.; KELLY, A.R. (ed.). Emerging Genres in New Media Environments. London: Palgrave Macmillan, 2017. p. 1–308.</p> <p>MILLER, C.R. Estudos sobre Gênero Textual, Agência e Tecnologia. Recife, PE: Editora Universidade Federal de Pernambuco, 2009.</p> <p>MILLER, C.R.; DEVITT, A.J. (ed.). Landmark Essays in Rhetorical Genre Studies. New York: Routledge, 2018.</p> <p>MILLER, C.R.; BAZERMAN, C. Gêneros Textuais. Recife, PE: NIG, 2011. (Série bate-papo acadêmico, v. 1)</p>

Fonte: elaborado pela autora.

6 DISCUSSÃO E RESULTADOS

Esta seção se destina a apresentar a discussão e os resultados da pesquisa e está dividida da seguinte forma: a subseção 6.1 se destina ao atendimento do objetivo específico “a” desta dissertação, qual seja: identificar e descrever os aspectos conceituais e metodológicos relativos à Análise de Domínio; a subseção 6.2 tem o intuito de atender ao objetivo específico “b” proposto nesta dissertação, que se refere a identificar e descrever os aspectos conceituais e metodológicos relativos aos Estudos Retóricos de Gênero; e por fim, a subseção 6.3 se ocupa de interpretar e discorrer sobre o lugar teórico e metodológico ocupado pelos Estudos Retóricos de Gênero na Análise de Domínio, relativamente ao objetivo específico “c” proposto.

6.1 ASPECTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS DA ANÁLISE DE DOMÍNIO

A partir da fundamentação teórica, foram eleitos aspectos da Análise de Domínio a serem estudados conceitualmente: o domínio (subseção 6.1.1), aprofundando-se suas dimensões ontológica (6.1.1.1), epistemológica (6.1.1.2) e sociológica (6.1.1.3); e a comunidade discursiva (6.1.2), em especial o processo discursivo/ comunicativo (6.1.2.1) e o assunto (6.1.2.2). Na subseção 6.1.3 apresentaremos aspectos metodológicos da Análise de Domínio. A subseção 6.1.4 traz um resumo de toda a seção 6.1.

6.1.1 DOMÍNIO

Até meados da década de 1990 a Análise de Domínio estava latente nas disciplinas encarregadas do tratamento da informação, apresentando-se em vários estudos, mas sem que esses estudos ousassem teorizar profundamente sobre os domínios e sem que tivessem chegado a conclusões claras (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995, HJØRLAND, 2004a). Em parte, isto pode ser entendido pelo cenário por que passava a CI. Segundo Hjørland (2004a), havia duas ideologias brigando entre si, mais no sentido de uma disputa profissional do que no sentido de alavancar a disciplina em direção às questões relacionadas ao conhecimento. A computação foi apresentada às ciências humanas e não houve o mesmo esforço em direção contrária, no sentido de trazer a natureza das humanidades e do comportamento informacional para a recuperação da informação. A CI precisaria, assim, desenvolver e apropriar-se de teorias do

conhecimento tanto quanto de teorias sobre a natureza de diferentes domínios. (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995)

No mesmo período, no campo da Educação, Alexander (1992 apud HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995) abordou o tópico conhecimento de Domínio. A autora diferenciou disciplina de domínio: para ela, a disciplina possui como elementos um domínio, um conjunto de regras e uma história. A autora também diferenciou as estratégias domínio-genéricas e domínio-específicas como duas estratégias opostas. Neste sentido, Hjørland e Albrechtsen (1995) e Hjørland e Hartel (2003) parecem concordar ao afirmar que o ponto de vista do paradigma domínio-analítico é uma tendência que veio contrastar com um ponto de vista individual ou cognitivista da ciência, segundo o qual a mente humana era percebida como uma calculadora universal, bastando que se estudasse a mente humana para compreender os processos informativos inatos de busca e organização da informação.

O termo conhecimento de domínio foi utilizado pelos teóricos da Ciência da Informação até 1995 somente quando havia um domínio facilmente identificável. Muito frequentemente, ainda à sombra do paradigma cognitivo, um único usuário era denominado autoridade cognitiva e considerado como parâmetro para a representação da informação alusiva a um domínio. Esta diferença entre optar por um parâmetro universal ou por um construído, conforme apontam Hjørland e Albrechtsen (1995), dizia muito sobre a diferença entre a ciência da computação e a CI: enquanto a primeira estava preocupada com a automatização de processos baseada em consenso, a segunda estava preocupada em oferecer conhecimento selecionado, adequado e relevante aos usuários potenciais, “isto é, fornecer aos usuários uma visão o mais completa possível das teorias, tópicos e abordagens de um determinado assunto e tornar possível que fossem informados e selecionados de acordo com suas necessidades”(HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995, P.415, tradução nossa)¹³. Assim, uma meta para a CI seria trabalhar a qualidade da informação e a perspectiva social da mediação (HJØRLAND, 2004b). Quanto a essa questão do conhecimento selecionado, Hjørland (2002a) chegou a comparar o atendimento de um médico, cujo sucesso se relaciona à cura de um paciente, a um sistema de informação, cujo sucesso se relaciona à identificação e comunicação de conhecimento necessário a uma finalidade, não a simples recuperação descontextualizada.

¹³ “that is to provide users with as complete a view as possible of theories, topics, and approaches to a given subject and make it possible for them to be informed and to select according to their needs” (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995, P.415).

A premissa de que os seres humanos raciocinam conforme uma lógica independente de conteúdo retraiu na literatura partir das décadas de 1970 e 1980 por um conjunto de pesquisas, dentre as quais a de Wason (1966 apud HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995), que constatou que as buscas de informação são guiadas pelo conteúdo da tarefa, não por estruturas formais. Hjørland e Albrechtsen (1995) parecem concordar com Gigerenzer & Hug (1992), ao postular que, se o raciocínio humano é adaptado ao ambiente, então é indispensável analisar a ecologia dos mecanismos de raciocínio como adaptações a essas estruturas ambientais (e por ambiente, nos referimos também às características culturais e sociais que permeiam o ambiente).

O paradigma domínio-analítico na CI visa à otimização das infraestruturas de informação e uso do conhecimento em diferentes domínios, entre domínios e dos domínios para o público, logo, o conceito de domínio é central à teoria. Ao definir domínio para a Enciclopédia de Biblioteconomia e Ciência da Informação Hjørland (2004b, p.131-132, tradução nossa) diz que

[...] pode ser uma disciplina científica ou um campo acadêmico. Também pode ser uma comunidade discursiva conectada a um partido político, uma religião, um comércio ou um *hobby*. [...] A análise de domínio explora relações ontológicas, por exemplo, relações genéricas nos sistemas de tesouros e de classificação. Também estuda grupos sociais como cientistas, profissionais, estudantes ou crianças. Por fim, estuda epistemologias, paradigmas, tradições e teorias, o que se faz importante porque as pessoas tendem a se organizar de acordo com suas visões.¹⁴

Domínios, portanto, são campos coletivos do conhecimento que constituem unidade de análise da CI e encontram coesão teórica ou são socialmente instituídos (HJØRLAND; HARTEL, 2003a; HJØRLAND, 2017). Os domínios não estão sempre prontos, esperando para serem descritos. Ao contrário disso, em Hjørland (2017), diz-se que os domínios são dinâmicos e dependentes de teoria, epistemologia e de um vínculo social, que os torna relativamente estáveis. Concordando ainda com Albrechtsen (2015, apud HJØRLAND, 2017) o autor dinamarquês conclui que os domínios podem ser tanto “dados”, a partir de estruturas sociais e históricas já consolidadas e aceitas, como também criados, numa perspectiva construtivista, a partir de estruturas mais moldáveis. Assim, para o teórico, quanto menor for o consenso entre

¹⁴ “[...] may be a scientific discipline or a scholarly field. It may also be a discourse community connected to a political party, a religion, a trade, or a hobby. [...] Domain analysis explores ontological relations, e.g., generic relations in thesauri and classification systems. It also studies social groups such as scientists, professionals, students, or children. Finally, it studies epistemologies, paradigms, traditions, and theories, which is important because people tend to organize themselves according to their views” (HJØRLAND, 2004b, p.131-132).

os atores do domínio sobre o próprio domínio e seus componentes, o papel do analista de domínio (o profissional que realiza a análise de domínio) será mais dominante e ativo na construção do domínio, podendo chegar a superar o papel de um simples pesquisador do próprio domínio.

Até 2003, Hjørland e Hartel (2003a) afirmam que uma das principais críticas à AD era a impressão de alguns estudiosos de que os domínios tinham caráter estritamente acadêmico. Porquanto, Hjørland e Hartel reforçaram que os domínios também podem ser compostos por *hobbies* e demais dimensões e estruturas da cultura popular, entre outros tipos de agrupamentos. (HJØRLAND; HARTEL, 2003a).

Este mesmo entendimento está presente em Hjørland (2004b, p.21, tradução nossa) no excerto:

A análise de domínio é uma abordagem da ciência da informação que abrange todos os tipos de usuários da informação. [...] Campos, como arte e música, são discutidos. Os sistemas de classificação, sistemas de terminologia e todas as outras partes dos sistemas de informação são influenciados por visões de arte e música, por exemplo. Usuários comuns também são influenciados por visões diferentes, e o sucesso de sistemas de informação, como bibliotecas públicas, depende da capacidade da instituição de lidar com diferentes "paradigmas" na arte e na música. Pode-se dizer, por exemplo, hobbies como domínios, e os processos cognitivos das crianças em diferentes domínios são uma importante área de estudo na psicologia infantil moderna [...]; Portanto, qualquer afirmação de que a análise de domínio se preocupe apenas com assuntos acadêmicos não é verdadeira.¹⁵

Portanto, há que se falar que domínios não são necessariamente científicos, mas que comumente se usa a comunidade científica de exemplo, por se tratarem de domínios relativamente estáveis e de fácil compreensão da teoria de Análise de Domínio.

Hjørland e Albrechtsen (1995) chegam a se aprofundar no estudo da comunidade científica como exemplo de domínio. Eles apresentam o domínio como sendo, dentro de uma ecologia da informação, um estágio de organização anterior ao desenvolvimento de uma ciência. Os autores fazem alusão a Shapere, que na obra *Reason and the Search for Knowledge*, de 1984, dedica capítulo aos conceitos de domínio e campo e apresenta uma nova perspectiva

¹⁵ “Domain analysis is an approach to information science that covers all kinds of information users. [...] Fields such as art and music are discussed. Classification systems, terminology systems and all other parts of information systems are influenced by their views of, for example, art and music. Ordinary users are influenced by different views, too, and the success of information systems such as public libraries depends on the institution's ability to cope with different "paradigms" in, for example, art and music. One can say, for example, hobbies as domains, and children's cognitive processes in different domains are an important area of study in modern child psychology [...]; Thus any claim that domain analysis is only concerned with academic subjects is not true” (HJØRLAND, 2004b, p.21).

para entender a ciência em relação aos domínios do conhecimento. Para Shapere, nos estágios primitivos de formação de uma ciência, pressuposições gerais e empíricas geralmente determinam se certos itens da experiência serão considerados como constituintes de um domínio. Esses elementos são colocados sob criticismo e, à medida que a ciência progride, as pressuposições generalizadas regridem e dão lugar a argumentos do conhecimento mais polidos, revisados, com elementos acrescentados *a posteriori* e outros refutados. Corrobora para este entendimento o trecho em que Shapere (1984, p.324 apud HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995, p. 409) conclui que “[...] à medida que a ciência avança, a conexão entre argumentos do conhecimento, agrupamentos de domínio e descrições (e geralmente nomeação) tende a se tornar cada vez mais rígida”.¹⁶

Hjørland e Albrechtsen (1995) também citam Whitley, que, ao escrever em 1984 sobre uma classificação das ciências, do ponto de vista da sociologia da ciência, toma por parâmetro a dinâmica entre, por um lado, um grau de consenso em um campo e, por outro, uma relativa liberdade do pesquisador em fazer escolhas. Hjørland e Albrechtsen (1995) citam e consideram estes parâmetros relevantes para a CI, porque instigam linhas de pesquisa a serem investigadas, como: uso da linguagem no âmbito dos domínios, padronizações a partir de aspectos culturais compartilhados, consequência de valores do domínio para a recuperação da informação, estudo de tendências e de mudanças de auto-entendimento do próprio domínio.

Hjørland (2017) também parece apropriar-se de características de domínio que foram sugeridas por Mai (2008 apud HJØRLAND, 2017), segundo o qual a designação de um domínio depende arbitrariamente dos objetivos e do propósito da análise de domínio. Ainda complementando esta característica, Hjørland (2017) cita Shapere (1977, p.528, apud HJØRLAND, 2017, p. 439, tradução nossa)¹⁷, ao evocar que

O domínio é o corpo total de informações pelas quais, idealmente, é esperado que responda a um problema. Em particular, se o problema exige uma "teoria" como resposta, o domínio constitui o corpo total de informações que devem, idealmente, ser explicadas por uma teoria que resolve esse problema.

¹⁶ “[...] as science proceeds, the connection between knowledge-claims, domain groupings, and descriptions (and often naming) tends to become tighter and tighter” (SHAPER, 1984, p.324 apud HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995, p.409).

¹⁷ “The domain is the total body of information for which, ideally, an answer to that problem is expected to account. In particular, if the problem is one requiring a ‘theory’ as answer, the domain constitutes the total body of information which must, ideally, be accounted for by a theory which resolves that problem” (SHAPER, 1977, p.528 apud HJØRLAND, 2017, p. 439).

Desse modo, o autor compreende que o domínio possui um objetivo ou então uma problemática a solucionar e este é um elemento que tanto o motiva como é crucial para sua definição. O tamanho da problemática ou do conjunto de objetivos em jogo influenciarão na determinação do domínio, que poderá ser mais ou menos abrangente, sendo essa uma opção a ser feita e documentada pelo analista de domínio. Hjørland (2013) ratifica este entendimento ao escrever que todo domínio necessita de serviços de informação e que a CI deve ser encarada sob a perspectiva de como servir aos propósitos de um domínio específico.

Parece salutar relacionar a determinação do domínio aos objetivos para os quais ele está sendo analisado, tendo em vista que uma outra questão bastante pontuada por Hjørland no *corpus* de pesquisa consultado consiste no valor informativo e nos critérios de relevância julgados pertinentes a um domínio.

O valor informativo de um ponto de acesso que remeta a um conhecimento é um problema central da CI. O uso da linguagem difere entre as áreas de assunto: as ciências sociais, por exemplo, usam mais palavras metafóricas nos títulos de suas publicações se comparadas às ciências naturais. A citação nas disciplinas científicas é um fenômeno humano, apresentado dentro de um padrão de escrita acadêmica que reflete cada domínio no qual esteja inserida. Igualmente, os pontos de acesso que remeterão a cada trabalho terão peso e se apresentarão de forma diferente entre as disciplinas. (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995)

Em tempo, desenvolveremos a discussão a respeito dos critérios de relevância no tópico “Assunto” (6.1.1.2) desta dissertação. Por ora, voltar-nos-emos aos aspectos do domínio que são de interesse do profissional da informação.

Sobre a análise de domínio como metodologia de trabalho do profissional da informação, Hjørland ratifica em trabalho com Nielsen:

[...] cada domínio deve ter voz para esclarecer suas necessidades em relação a infraestruturas de pesquisa. Esse projeto está intimamente relacionado a estudos de domínios e ao que tradicionalmente tem sido o trabalho de bibliotecários de referência e especialistas em informação: prover uma visão geral da produção de conhecimento para proporcionar acesso às informações necessárias aos usuários - uma função que pode ser comparada à de manter parte de uma infraestrutura de pesquisa mais ampla. Uma tarefa tradicional também tem sido a de produzir guias de fontes de informação para usuários que chegam de diferentes domínios. Este trabalho será tão necessário no futuro quanto no passado e deverá basear-se em estudos firmemente fundamentados e rigorosamente conduzidos nos campos acadêmicos relevantes. Sugerimos aqui que especialistas em informações que também sejam especialistas em domínio possam ser parceiros importantes no fornecimento de informações sobre pesquisa e necessidades de dados em diferentes domínios. Os especialistas em informação devem ajudar os pesquisadores a articular suas infraestruturas de pesquisa e necessidades de curadoria de dados. Essa atividade deve ser baseada em pesquisa e o tipo de pesquisa a ser

realizado é um estudo domínio-analítico. (NIELSEN; HJØRLAND, 2014, p.237, tradução nossa)¹⁸

Evidencia-se que na visão domínio-analítica o conhecimento de domínio implica na prática do profissional da informação, que passa de especialista da informação a estudioso do domínio e de seus recursos informacionais, individual ou comparativamente. (HJØRLAND, 2004a) Corrobora para este entendimento a seguinte citação:

O foco específico da Biblioteconomia e da Ciência da Informação em um determinado domínio é o fornecimento de serviços de biblioteca e informação, como a seleção de documentos, facilitando a recuperação de documentos, a arquitetura de sistemas de classificação, índices documentais para a comunidade pertencente ao domínio, bem como quais sejam os propósitos ideais aos quais o domínio deve servir na sociedade. (HJØRLAND, 2004a, p.130)¹⁹

Assim, são de interesse do profissional da informação os seguintes aspectos relacionados a um domínio: sistemas de comunicação e de organização/configuração social do domínio, natureza, documentos produzidos e seus gêneros, linguagens especializadas, funções desempenhadas, atores envolvidos (produtores, usuários, e mediadores de conhecimento), e critérios utilizados por esses atores para qualificar, selecionar, indexar e recuperar documentos. Mas isso não significa que a AD deve pulverizar a atenção dos profissionais da informação em estudos diversos de domínios diversos. A CI deve se desenvolver em relação a domínios tanto quanto em relação a processos, tipos de sistemas, abordagens, etc.(HJØRLAND, 2004a)

Sobre as visões de como focar um domínio, Hjørland (2004b, p.132, tradução nossa) admite que há duas possíveis, uma realista e uma antirrealista. Quanto a esta matéria, o autor argumenta que

A filosofia realista considera as entidades ontológicas influenciando a linguagem e o pensamento humano e, posteriormente, organizando grupos de pessoas que estudam

¹⁸ “[...] each domain be given a voice to make clear its needs in relation to research infrastructures. Such a project is closely related to studies of domains and to what has traditionally been the job of research librarians and information specialists: To provide an overview of knowledge production in order to provide access to information needed by users – a role that can be compared to that of maintaining part of a broader research infrastructure. A traditional job has also been to produce guides to information sources for users arriving from different domains. This work will be as needed in the future as it has been in the past and will need to be based on firmly grounded, rigorously conducted studies of the relevant scholarly fields. We suggest here that information specialists who are also domain specialists could be important partners in providing information about research and data needs in different domains. Information specialists should help researchers articulate their research infrastructures and data curating needs. This activity should be research-based, and the kind of research should be domain-analytic studies” (NIELSEN; HJØRLAND, 2014, p.237).

¹⁹ “The specific focus of library and information science on a given domain is the providing of library and information services, such as selecting documents, facilitating the retrieving of documents, design classification systems, index documents for the community belonging to the domain as well as the ideal purposes which the domain is meant to serve in society” (HJØRLAND, 2004a, p.130).

essas entidades. [...] No entanto, a teoria oposta é influente hoje. Ou seja, a visão construtivista social de que a organização social é o principal determinante e que as entidades ontológicas não são descobertas pela ciência, apenas inventadas. Diferentes disciplinas e outras formas de organizações sociais e relações de poder interpretam seus próprios objetos. Essa posição não reconhece a existência de uma realidade independente da mente: ela é antirrealista. Assim, temos duas visões muito diferentes e conflitantes sobre o que constitui um domínio: a visão realista e a anti-realista.²⁰

Para a CI, domínios vistos por uma perspectiva realista tendem a focar no que é objetivo e domínios sob uma perspectiva antirrealista, no subjetivo.

Essa visão realista da CI implica que os documentos têm potencialidades informativas, sejam reconhecidas pelos usuários ou pela comunidade do discurso. A relevância não se refere a apenas o que os usuários acreditam ser relevante. Os usuários podem alterar seus critérios de relevância quando encontram uma nova informação. A implicação é que os critérios de indexação e recuperação de informações não podem se basear apenas em "estudos de usuário", mas estão relacionados principalmente a normas metodológicas e epistemológicas. A CI deve, portanto, opor-se a visões diferentes e ajudar os usuários a identifica-las nos sistemas de informação. "(HJØRLAND, 2004B, p. 20)²¹

Claramente adepto da visão antirrealista como a mais adequada para os ideais da CI enquanto uma ciência social, Hjørland admite que domínios são dinâmicos porque o conhecimento é dinâmico e move estruturas de mundo, conceitos e agentes: o que se imaginava dissociado, de repente é interdisciplinar, e vice-versa. Em consequência, a CI e a OC devem considerar, para a AD, que os domínios são constituídos, fundamentalmente, por três dimensões interagentes (HJØRLAND; HARTEL, 2003 a, 2003b; HJØRLAND, 2004a): epistemológicas, ontológicas e sociológicas, que vão, respectivamente, se ocupar dos objetos da atividade humana, das formas de se investigar e obter conhecimento, e da relação com os grupos que se ocupam desses conhecimentos, como será visto na sequência.

²⁰ “The realist philosophy regards ontological entities as influencing human language and thinking and subsequently organizing groups of people studying those entities. [...]. However, the opposite theory is influential today. That is, the social constructivist view that the social organization is the primary determinant and that the ontological entities are not discovered by science, just made up. Different disciplines and other forms of social organizations and power relations construe their own objects. This position does not recognize the existence of a mind-independent reality: It is antirealist. Thus we have two very different and conflicting views of what constitutes a domain: the realist and the antirealist view” (HJØRLAND, 2004B, p.132).

²¹ “This realistic view of IS implies that documents have given informative potentialities wheter these are recognized by users or by the discourse community. Relevance is not just what users believe is relevant. Users may change their relevance criteria when they encounter a new information. The implication is that criteria of indexing and retrieval of information cannot rely just on "user studies" but are primarily related to methodological and epistemological norms. IS should thus be ope to different views and help users to identify then in information systems” (HJØRLAND, 2004B, p. 20).

6.1.1.1 DIMENSÃO ONTOLÓGICA

Ontologia pode ser definida como “a ciência daquilo que é, dos tipos e estruturas dos objetos, propriedades, eventos, processos e relações em cada área da realidade” (SMITH, 2004, p. 155, apud HJØRLAND; HARTEL, 2003b, p., tradução nossa)²². Nesse aspecto, incluem-se estudos sobre os objetos que constituem a realidade, os quais encontram-se, segundo Hjørland (2002c), intimamente relacionados ao conhecimento e como o documentamos.

Porque nosso conhecimento e documentos são desenvolvidos para nos ajudar a nos adaptar a problemas específicos do mundo, sua relevância está intimamente ligada à relevância de objetos físicos. Esse é o caso porque ferramentas e significados físicos são desenvolvidos conjuntamente como mediadores da atividade humana (cf. Karpatschof, 2000, p. 200 apud HJØRLAND, 2002C, online, tradução nossa).²³

A Ontologia preocupa-se com questões metafísicas, mas principalmente com questões envolvendo tipo e natureza dos objetos científicos e um aparato de suposições filosóficas que acabaram sendo por muito tempo sufocadas pelo positivismo. A teoria ontológica

[...] nos compromete a identificar e classificar vários fenômenos de uma maneira específica - e vice-versa; uma lista e classificação de vários fenômenos pode revelar a perspectiva teórica de seu criador (“mostre-me sua classificação e eu direi em que teoria você se inscreveu”). Nem toda teoria científica pode implicar ontologias diferentes, no entanto. As teorias concorrentes de que o aquecimento global é causado por atividades humanas versus atividades solares podem compartilhar o entendimento geral de quais fenômenos existem e de suas relações. Teorias ontológicas são teorias que implicam reivindicações das coisas que existem em um domínio (como gatos, peixes e planetas, átomos, antimatéria, informações ou necessidades de informações) - e essas teorias são na maioria das vezes consideradas teorias acadêmicas fundamentais ou “paradigmas”. (HJØRLAND, 2013, p.171)²⁴

Hjørland e Hartel (2003b) esclarecem que as teorias ontológicas não se limitam às suposições *a priori*: são ontológicos, por exemplo, o estudo dos elementos químicos e físicos

²² “[...] the science of what is, of the kinds and structures of objects, properties, events, processes, and relations in every area of reality” (SMITH, 2004, 155, apud HJØRLAND; HARTEL, 2003b, p.).

²³ “Because our knowledge and documents are developed to help us to adapting to specific problems in the world, their relevance is tightly connected with the relevance of physical objects. This is the case because physical tools and meanings are developed together as mediators of human activity” (cf. Karpatschof, 2000, p. 200 apud HJØRLAND, 2002C, online).

²⁴ “[...]commits us to identifying and classifying a number of phenomena in a specific way—and vice versa; a listing and classification of a number of phenomena may reveal the theoretical outlook of its creator (“show me your classification and I’ll tell what theory you subscribe to”). Not every scientific theory may imply different ontologies, however. The competing theories that global warming is caused by human activities versus by activities on the sun may both share the overall understanding of what phenomena exist and their relations. Ontological theories are theories that imply claims of the things that exist in a domain (such as cats, fish and planets, atoms, antimatter, information, or information needs)—and such theories are mostly considered fundamental scholarly theories or ‘paradigms’” (HJØRLAND, 2013, p.171).

que compõem as substâncias que formam o mundo, dos órgãos que compõem a anatomia e a *psique* humana, etc. A respeito do conceito de compromisso ontológico, Hjørland (2013, p.171, tradução nossa) cita:

Segundo Craig (1998): A noção de compromisso ontológico ganhou destaque na segunda metade do século XX, principalmente através do trabalho de [Willard Van Orman] Quine [1908-2000] [...] Na visão de Quine, o guia correto para o que existe é a ciência, de modo que nosso melhor guia para o que existe é nossa melhor teoria científica atual: nossa visão do que existe é comprometida pela aceitação dessa teoria.²⁵

Assim, o compromisso ontológico é aquele princípio segundo o qual o rigor científico define e constantemente investiga seus próprios objetos.

A dimensão ontológica é fundamental na análise de domínio, principalmente se considerarmos os domínios científicos, quando os objetos de estudo cumprem papel crítico na sua caracterização, até mesmo influenciando na etimologia de campos como a zoologia (estudo dos animais), museologia (estudo dos museus) e a própria ontologia (estudo da natureza dos seres).

À medida que uma ciência amadurece seus postulados epistemológicos, teorias e objetos ontológicos também mudam, influenciando na estrutura conceitual dos domínios. Não há que se falar, portanto, em um aparato ontológico definido *a priori* e imutável em qualquer domínio. (HJØRLAND, 2004a). Em AD, a dimensão ontológica do domínio geralmente está ligada à explicação de áreas, domínios, elementos, campos, tipos, objetos, problemas, assuntos (substância / diferenciação substancial), tópicos e similares que compõem os domínios. (HJØRLAND; HARTEL, 2003b).

Portanto, ao analisarmos estes componentes em um universo que delimitamos como sendo o domínio, estamos nos deparando com a sua dimensão ontológica.

6.1.1.2 DIMENSÃO EPISTEMOLÓGICA

Os estudos de uso da informação empreendidos pela *American Psychological Association* (APA) na segunda metade da década de 1960 em muito contribuíram para a CI. Mas a execução de estudos empíricos não seria o bastante se não estivessem inseridos em uma

²⁵ “According to Craig (1998): The notion of ontological commitment has come to prominence in the second half of the twentieth century, mainly through the work of [Willard Van Orman] Quine [1908-2000] [...] On Quine’s view the right guide to what exists is science, so that our best guide to what exists is our best current scientific theory: what exists is what acceptance of that theory commits us to” (HJØRLAND, 2013, p.171).

teoria coerente. O mesmo vale para a Bibliometria, que não deve só ser aplicada como técnica: precisa ter um embasamento filosófico/teórico para que a aplicação possa ser considerada como estratégia válida e relevante para a coleta de dados e para a aplicação social ou mesmo o avanço científico. Na CI, conforme Hjørland e Albrechtsen (1995), também não é suficiente aplicar uma metodologia ou ter conhecimento de teoria. O *métier* da CI é contribuir para identificar e resolver problemas; submeter as teorias e práticas aplicadas ao domínio ao criticismo da ciência, para o desenvolvimento de práticas e teorias mais refinadas ou adequadas. Também é importante considerar teorias relacionadas a domínios específicos para que a CI torne-se capaz de elaborar princípios de relevância aplicáveis à OC. (HJØRLAND, ALBRECHTSEN, 1995)

Neste sentido, Hjørland (2016) manifesta-se no artigo *The Paradox of Atheoretical Classification*, no qual discorre sobre se as classificações deveriam ou não ter fundamento teórico. Ele faz alusão à literatura de Hope Olson, exemplificando duas teses da autora, uma segundo a qual classificação guiada pela filosofia ocidental privilegia visões dominantes na sociedade e outra na qual a autora afirma que a atribuição de um assunto a um documento nunca é ato neutro e isento. Hjørland (2016) parece concordar com a autora e vai além, estendendo o pensamento à pesquisa atórica e às práticas de informação atóricas. Para o autor, estas práticas científicas de objetos da realidade supostamente “neutros” refletem um paradigma positivista, em que a realidade é descoberta pelos sentidos e não pela teoria, sendo um método que origina taxonomias insatisfatórias. Para se referir a esta condição, o autor empresta de Wilfrid Sellars a expressão “o mito do dado”. Em oposição a este mito, emergem escolas filosóficas como o Pragmatismo e o Historicismo, que vão considerar a linguagem como mediadora da percepção humana sobre a realidade, portanto parte integrante da maneira como a realidade é percebida, de modo que a pesquisa nunca estará totalmente desvinculada de uma linguagem e teoria. De certa forma, esta escola epistemológica (Pragmática) é a que guia a própria teoria de Hjørland sobre Análise de Domínio. A hipótese de que todo conhecimento, seja científico ou o conhecimento usado no cotidiano, é influenciado por teorias epistemológicas, é amplamente defendida por Hjørland (2002b, p.262, tradução nossa), para quem paradigmas e hipóteses *sempre* estão operando em algum nível, “[...] e que esse nível é o que pode ser generalizado sobre as necessidades de informação e os critérios de relevância entre os domínios”.²⁶

Voltando ao significado de Epistemologia, Hjørland e Hartel (2003b) fazem um pequeno exercício sobre os modos de se chegar ao conhecimento. Os autores apresentam um

²⁶ “[...] and that this level is what can be generalized about information needs and relevance criteria across domains” (HJØRLAND, 2002b, p.262).

pressuposto Platônico segundo o qual o conhecimento verdadeiro constitui uma correspondência entre um argumento e uma realidade perceptível. Em contraponto, também apresentam um pressuposto Popperiano, segundo o qual a ciência produz teorias que são colocadas ao criticismo por outras ciências, não havendo que se falar em conhecimento verdadeiro. A partir desta inquietação proposta pelos autores é possível compreender como, de uma teoria para outra, divergem as formas de se conduzir a ciência e obter a compreensão do que seria o conceito de conhecimento, sendo, portanto, uma discussão epistemológica.

Continuemos na discussão sobre o conhecimento a partir de diferentes escolas filosóficas. Para teorias empiristas clássicas, o conhecimento deriva dos sentidos, logo, discorrer sobre o que não pode ser percebido é desnecessário e anti-científico. O empirismo implica na existência de um método científico universal (aplicável às ciências naturais e sociais) e *a priori*, que invariavelmente reduz-se ao mundo físico, devendo a realidade ser analisada pelas ciências para que suas leis sejam enunciadas em afirmações. Nesse sentido, a epistemologia tem forte vinculação com a ontologia e o antirrealismo (no sentido de que trata a realidade como é percebida pelo pesquisador, com as escolhas arbitrárias e tentando encaixar a realidade em estruturas pré-concebidas pelo pesquisador). (HJØRLAND; HARTEL, 2003b)

Há uma dependência mútua entre teoria ontológicas e epistemológicas porque se você define as regras epistemológicas pelas quais o conhecimento deve ser adquirido, então você delimita o que é possível conhecer da natureza do domínio. A AD deve, portanto, resultar em um acumulado do conhecimento em uma perspectiva ontológica e epistemológica(s) do domínio. (HJØRLAND; HARTEL, 2003 b, HJØRLAND, 2004b)

Hjørland empresta palavras de Martínez-Ávila e Fox (2015, p. 16 apud HJØRLAND, 2016, p.319, tradução nossa) para justificar a complementaridade dos estudos ontológicos e epistemológicos:

A existência de diferentes esquemas categoriais e as divergências sobre a “natureza” dessas categorias evidenciam a importância da epistemologia como um complemento à ontologia, e não como uma entidade separada. Embora se possa reivindicar um arranjo ontológico singular de conceitos, as objeções filosóficas a esse arranjo ontológico devem ser entendidas no sentido de justificar argumentos.²⁷

²⁷ “The existence of different categorial schemes and the disagreements about the “nature” of those categories highlights the importance of epistemology as a complement to ontology rather than as a separate entity. Though one might claim a singular ontological arrangement of concepts, the philosophical objections to this ontological arrangement must be understood in order to justify one’s claims” (MARTÍNEZ-ÁVILA e FOX, 2015, p.16 apud HJØRLAND, 2016, p.319).

A Epistemologia deve ser uma preocupação central da AD para Hjørland e Hartel (2003b), uma vez que visões epistemológicas estão diretamente relacionadas às teorias fundamentais que fazem parte dos domínios, às terminologias utilizadas, a como foram percebidos e selecionados os objetos que compõem o domínio, às técnicas que o domínio se apropria para continuar a desenvolver suas atividades, ao sistema de validação e comunicação dos resultados do domínio, etc.

Estudos epistemológicos, portanto, estão relacionados ao conhecimento e metodologias para obtê-lo ou percebê-lo ou, ainda, podem ser entendidos como generalizações da experiência coletiva de cientistas (2002b). Logo, a dimensão epistemológica dos domínios pode ser facilmente identificada na prática do profissional da informação quando este se preocupa com abordagens, metateorias, movimentos, paradigmas, filosofias, regimes, escolas do pensamento, sistemas do pensamento, tradições, tendências e pontos de vista relacionados a um domínio específico (HJØRLAND; HARTEL, 2003b). Um único domínio que tenha várias teorias epistemológicas adjacentes deve ser descrito pelo profissional da informação considerando pelo menos as visões epistemológicas básicas a ele, sob o risco de realizar uma análise ingênua e/ou tendenciosa. Ou seja, o analista de domínio deve estar meta-teoricamente bem informado e não descrever conforme um critério próprio, mas epistemológico, determinado pelas circunstâncias de cada domínio. Uma análise bem construída reflete dilemas do campo, traz a possibilidade de múltiplos caminhos teóricos e, inclusive, revela mazelas do domínio (HJØRLAND, 2004b, 2013).

Embora o trabalho científico esteja sempre embasado em uma epistemologia, Hjørland (2002b) menciona que na prática nem sempre o estudioso encontra-se engajado em fazer considerações de ordem epistemológica, tendo em vista que essas questões só chegam a ser explicitadas quando os cientistas encontram alguma crise teórica a ser solucionada. Esse caso pode representar um ponto positivo e um ponto negativo para a CI. O ponto negativo é convencer os usuários da importância de se compreender o viés epistemológico como pano de fundo da pesquisa e em atendimento a uma necessidade informacional. O ponto positivo consiste em uma lacuna de oportunidade para que estes profissionais desenvolvam uma *expertise* que combine as metodologias de pesquisa epistemológica para a busca, recuperação e uso da informação. A AD nada mais é do que uma tentativa de se aprimorar essa *expertise*.

Nenhuma epistemologia ou teoria da interpretação pode substituir o conhecimento de assunto de, por exemplo, textos a serem indexados. No entanto, o conhecimento epistemológico forma uma base interdisciplinar para teorias gerais sobre organização do conhecimento, recuperação de informações e outras questões básicas em CI. Este pode ser o único fundamento geral que é possível estabelecer! Se essa análise estiver

correta, os estudos de epistemologia e ciência se tornam o campo mais importante relacionado à Ciência da Informação. (HJØRLAND, 2002b, p.268, tradução)²⁸

Ainda que uma abordagem epistemológica pareça difícil e problemática, conforme reconhece Hjørland (2002b), esta pode ser também na visão do autor uma das mais importantes aliadas aos estudos da informação.

6.1.1.3 DIMENSÃO SOCIOLÓGICA

Perspectivas sociais nas ciências já existiam na década de 1970 e foram abrindo seu próprio espaço, como no caso da Epistemologia Social de Egan e Shera. Quanto a essa corrente, Hjørland comenta (2018b, p.324, tradução nossa):

Uma abordagem sociológica significa que o foco está na produção, mediação e utilização de conhecimento / informação / documento, entendida através de perspectivas sociais e culturais. Essa perspectiva inclui a análise dos papéis de todos os atores, instituições, sistemas, mídia e documentos. Isso também significa que as explicações para os fenômenos empiricamente observados são buscadas em condições sociais e não em processos cognitivos universais. Em segundo lugar, a epistemologia social de Shera implica a importância do conhecimento de assunto para a Biblioteconomia e CI e, portanto, também uma perspectiva da teoria do conhecimento (epistemologia). A relação de Shera (1951, 82) com a classificação da epistemologia predominante e a negação de uma "ordem fundamental da natureza" é uma posição teórica importante.²⁹

Outro ponto de partida sociológico da AD para Hjørland e Albrechtsen (1995) é o Manifesto para uma Percepção Pragmática e Funcionalista do Conhecimento de Sarvimäki, (1988, p. 58-59 apud HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995, p.407, tradução nossa) a saber:

1. O homem é principalmente um ator, vivendo e atuando em um mundo biofísico, sociocultural e subjetivo.
2. Viver e agir nos três mundos constitui o a priori do conhecimento humano.

²⁸ “No epistemology or theory of interpretation can replace subject knowledge of, for example, the texts to be indexed. However, epistemological knowledge form an interdisciplinary foundation for general theories about knowledge organization, information retrieval, and other basic issues in IS. This may be the only general foundation that it is possible to establish! If this analysis is correct, epistemology and science studies become the most important field related to information Science” (HJØRLAND, 2002b, p.268).

²⁹ “A sociological approach means that the focus is on knowledge/information/document production, mediation and utilization, understood through social and cultural perspectives. This perspective includes the analysis of the roles of all actors, institutions, systems, media and documents. It also means that explanations for empirically observed phenomena are sought in social conditions rather than in universal cognitive processes. Secondly, Shera’s social epistemology implies the importance of subject knowledge for LIS, and therefore also a perspective of the theory of knowledge (epistemology). Shera’s (1951, 82) relating classification with the prevailing epistemology and the denial of a “fundamental order of nature” is an important theoretical position” (HJØRLAND, 2018b, p.324).

3. Visto que viver e agir constituem a priori do conhecimento, o conhecimento é construído de tal maneira que uma aplicação de conhecimento bem construído servirá direta ou indiretamente à vida e à ação.
4. Quando o conhecimento se torna parte de um sistema de atuação, ele funciona como um determinante interno da ação.
5. Existe uma interação contínua entre conhecimento e ação, para que o conhecimento seja criado na e pela ação e para que as experiências que o ator adquire através da ação influenciem a ação seguinte.
6. Conhecimento de valor, conhecimento factual e conhecimento processual são três tipos de conhecimento conectados aos três tipos de determinantes da ação interna. Ter conhecimento de valor significa saber o que preenche os critérios de bons valores. Ter conhecimento factual significa ter crenças verdadeiras sobre os três mundos em que se vive. Ter conhecimento processual significa saber como executar um ato ou seqüência de atos específicos.
7. O conhecimento pode ser desarticulado ou articulado. O conhecimento não articulado é, por exemplo, conhecimento tácito, familiaridade, conhecimento conhecido. O conhecimento pode ser articulado na linguagem cotidiana, na ciência e na arte.³⁰

O manifesto explicita como o homem enquanto ser vivente e atuante é influenciado por aspectos físicos e sócio-culturais do mundo e toda a construção do conhecimento é resultado e motor para que o homem viva ou atue sobre esse ambiente. Assim, o conhecimento é compreendido como um fenômeno adaptativo e social.

De certa forma, a Epistemologia Social de Egan e Shera e o Manifesto de Sarvimäki constituem pano de fundo para a teoria de Hjørland. O diferencial de Hjørland (2018b) em relação a esses antecessores será evidenciar como interesses competem em campos do conhecimento e como paradigmas influenciam tarefas no âmbito de uma comunidade discursiva ou domínio, de modo a influenciar nos sistemas de informação e comunicação desses domínios, que são fenômenos sociais.

Em Hjørland (2001), o domínio também é um conceito considerado moderno: diferentemente de perspectivas positivistas que procuraram resolver problemas a partir de

³⁰ “1. Man is primarily an actor, living and acting in a bio-physical, a socio-cultural and a subjective world.
 2. Living and acting in the three worlds constitutes the a priori of human knowledge.
 3. Since living and acting constitutes the a priori of knowledge, knowledge is constructed in such a way that an application of well constructed knowledge will directly or indirectly serve living and acting.
 4. When knowledge becomes part of an acting system, it functions as an internal action determinant.
 5. There is a continuous interaction between knowledge and action so that knowledge is created in and through action and so that experiences that the actor acquires through action influence subsequent action.
 6. Value-knowledge, factual knowledge, and procedural knowledge are three types of knowledge connected to the three types of internal action determinants. Having value-knowledge means knowing what fulfil the criteria of good values. Having factual knowledge means having true beliefs about the three worlds in which one is living. Having procedural knowledge means knowing how to carry out a specific act or act sequence.
 7. Knowledge can be unarticulated or articulated. Unarticulated knowledge is, for instance, tacit knowledge, familiarity, knowledge by acquaintance. Knowledge can be articulated in everyday language, science and art” (SARVIMÄKI, 1988, p.58-59 apud HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995, p.407).

regras e soluções universais, as teorias modernas tendem a utilizar os domínios específicos, contextualmente situados, como um parâmetro a ser considerado na resolução de problemas de toda a natureza.

O que no final constitui um domínio na ciência cognitiva é uma questão empírica. Alguns mecanismos cognitivos parecem inatos, o que significa que os domínios cognitivos podem ser diferentes dos domínios sócio-culturais ou científicos. No entanto, na medida em que o raciocínio das pessoas é determinado pelo aprendizado de conhecimentos disciplinares específicos (por exemplo, matemática), o domínio deve refletir uma construção social. (HJØRLAND, 2001, p.777, tradução nossa)³¹

Ao se referirem ao paradigma domínio-analítico em 1995, Hjørland e Albrechtsen (1995) já o introduziram como sendo primeiramente um paradigma social, com vistas a conceber a CI como uma das ciências sociais “de forma a promover uma perspectiva social psicológica, sociolinguística, uma sociologia do conhecimento e da ciência na CI” (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995, p.400, tradução nossa)³²

Assim, Hjørland e Albrechtsen (1995) contribuíram em meados da década de 1990, para o entendimento de que a AD é um paradigma que representaria uma virada epistemológica na CI, no sentido de uma ciência social. Disciplinas como a Psicologia e a Linguística passaram pela mesma virada, de uma posição estruturalista para uma mais funcionalista e pragmática. Neste aspecto, os autores exemplificaram como a Psicologia teria sido influenciada pela filosofia de John Dewey, que descreveu a maneira como fatores socioeconômicos (como a divisão social do trabalho) influenciavam no cotidiano humano nos modos de satisfação, nos padrões de sucesso e fracasso, consumo, atribuição de valores e o interesse coletivo voltado a determinadas matérias, etc. Na Linguística, esta virada teve maior resistência: a visão estruturalista era e continua sendo, para alguns, mais atrativa, porque isola o sistema linguístico de fenômenos sociais, tornando o sistema mais limpo e livre de fatores externos; todavia, pensadores como Bazerman e Swales teriam começado a desenvolver estudos da linguagem voltada a domínios específicos. O mesmo estaria ocorrendo com a AD em CI, na década e 1990, e, por consequência, motivando os autores a explorarem uma dimensão sociológica do domínio. Segundo Hjørland e Albrechtsen (1995), havia uma necessidade de que a CI investisse em

³¹ “What in the end constitutes a domain in cognitive science is an empirical question. Some cognitive mechanisms seem to be inborn, which mean that cognitive domains could perhaps be different from socio-cultural or scientific domains. However, to the degree that people’s reasoning is determined by the learning of specific disciplinary knowledge (e.g., mathematics), domain should reflect a social construction” (HJØRLAND, 2001, p.777).

³² “[...] promoting a social psychological, a sociolinguistic, a sociology of knowledge, and a sociology of science perspectives on IS” (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995, p.400).

investigações e teorias mais holísticas, incorporando conhecimento de cultura, e deixasse gradativamente abordagens mais mecanicistas.

Hjørland e Albrechtsen (1995) também identificaram no profissional da informação alguns aspectos a serem observados para capacitá-lo a identificar a dimensão social do domínio. Eventualmente, deliberaram sobre o dilema entre o profissional da informação tornar-se especialista em assuntos ou em computadores sem conhecimento de assunto e concluíram que este profissional deve, na verdade, tornar-se um sociólogo do conhecimento e da ciência. Isso quer dizer que na AD os indivíduos não são vistos pelos profissionais da informação enquanto indivíduos, como em uma perspectiva cognitivista, mas como membros de grupos de trabalho ou comunidades discursivas; enfim, de divisões sociais que ora se apresentam no cotidiano como domínios do conhecimento, disciplinas, hobbies, divisão do trabalho, etc.

A dimensão sociológica do domínio tem papel fundamental no entendimento de como o conhecimento é partilhado, mais do que a dimensão mental, conforme apontou pesquisa de Winograd & Flores, em 1986, com a qual concordaram Hjørland e Albrechtsen (1995). Logo, a dimensão sociológica do domínio, complementando as dimensões anteriores (ontológica e epistemológica), diz respeito a sobre como o grupo de pessoas trabalha com os objetos ontológicos, utilizando abordagens epistemológicas.

São aspectos da dimensão sociológica dos domínios a serem observados pelo analista de domínio os estudos de: disciplinas (enquanto organizações de unidades de ensino e divisões sociais do trabalho) e especialidades, comunidades discursivas, comunidades epistêmicas, escolas (no sentido de acadêmicos que compartilham um interesse particular), profissões, especialidades, sistema social da ciência, grupos coletivos em geral da vida cotidiana (hobbies, entusiastas, amadores). (HJØRLAND; HARTEL, 2003b)

A título de exemplo, no que se refere ao estudo de disciplinas, Hjørland e Hartel (2003b) atentaram para a estrutura social das especialidades que compõem as disciplinas: ao passo que alguns poucos pesquisadores dominam determinadas disciplinas, o mesmo não acontece com as especialidades, que acabam por serem compartilhadas por multi, inter ou transdisciplinaridade. A identificação desses relacionamentos, quando existem, reflete uma dimensão sociológica de um domínio, de natureza dinâmica e construtivista.

Hjørland e Hartel (2003b) também exemplificaram algumas questões sociológicas de domínio com o exemplo da formação da Ciência da Computação e da Ciência da Informação. Enquanto a primeira descobriu princípios que culminaram com uma nova organização da sociedade, por meio da globalização e informatização, o que é um aspecto a ser analisado da

sua dimensão social; a CI parece ter, na visão dos autores, se desenvolvido a partir da Biblioteconomia e ter se adaptado aos interesses profissionais dos bibliotecários, o que é um outro aspecto sociológico passível de análise. Ainda analisando a CI, Hjørland (2004b) identificou que teria sido originada de uma relação multidisciplinar envolvendo literatura, sociologia, administração, ciência da computação e outras, que, em certo momento, decidiram se voltar ao desenvolvimento de uma disciplina autônoma. Todas essas observações ajudariam a caracterizar o domínio da CI.

6.1.2 COMUNIDADE DISCURSIVA

Em grande parte, a literatura sobre a visão domínio-analítica de Hjørland é justificada em oposição à visão cognitivista da Ciência da Informação, e o autor se vale de muitos exemplos para reafirmar o contraste entre as duas abordagens e a suposta limitação da visão cognitivista. Como, por exemplo, quando critica uma indexação baseada em mentes universais em

Frohmann (1990) criticou o entendimento cognitivo da indexação. Com base na filosofia de Wittgenstein, Frohmann argumentou que os princípios de indexação não podem ser regras inerentes a uma mente universal. Se os especialistas em informação vão indexar um texto, podemos assumir que os princípios dessa indexação foram aprendidos, por exemplo, durante sua formação em Biblioteconomia e CI. Tais princípios podem ter sido discutidos na literatura e desenvolvidos historicamente (com base em pesquisas fundamentadas em teorias epistemológicas, que são desenvolvidas historicamente). Em outras palavras, A Biblioteconomia e CI devem desenvolver princípios sólidos de indexação, em vez de descobri-los estudando mentes abstratas. As mentes dos indexadores devem refletir o que aprenderam (e, portanto, são formadas social / culturalmente). Devido a esse simples raciocínio, as suposições básicas da visão cognitiva são baseadas no que foi chamado de "falácia do psicólogo". (HJØRLAND, 2018b, p.321, tradução nossa)³³

e também quando alude ao “paradoxo do questionamento” em

Se “informação” é um conceito central para a Biblioteconomia e CI, então “questões” são fundamentais, pois a informação “informa” em relação à questão. Porém, pesquisas focadas nas questões como um conceito teórico central foram frustradas pelo paradoxo da questão, que observa que, para questionar, é preciso saber o suficiente para saber o que não se sabe (Flammer, 1981). Esta dissertação propõe que

³³ “Frohmann (1990) criticized the cognitive understanding of indexing. Based on the philosophy of the late Wittgenstein, Frohmann argued that principles of indexing cannot be rules inherent in a universal mind. If information specialists are going to index a text, we may assume that the principles of this indexing have been learned, for example during their education in LIS. Such principles may have been discussed in the literature and developed historically (based on research which is informed by epistemological theories, which themselves are developed historically). In other words, LIS is supposed to develop sound principles of indexing, rather than to uncover them by studying abstract minds. The minds of the indexers are supposed to reflect what they have learned (and thus are socially/culturally formed). Because of this simple reasoning, basic assumptions in the cognitive view are based on what has been called “the psychologist’s fallacy” (HJØRLAND, 2018b, p.321).

esse paradoxo resulta das limitações da abordagem cognitiva das questões como indicação da necessidade de informação individual e que o paradoxo pode ser resolvido reestruturando as questões como ferramentas sociais epistemológicas de investigação nos domínios do conhecimento. (KWON, 2016, p.2, apud HJØRLAND, 208b, p.321, tradução nossa)³⁴

Vale ressaltar que estas são críticas à falibilidade das teorias cognitivistas clássicas. O próprio Hjørland (2018b) assumiu que as ciências cognitivas passaram por uma evolução interdisciplinar e hoje mantêm um corpo próspero de literatura, como as abordagens cognitivo-histórica, de cognição distribuída, etc.

Voltando ao contraste das duas abordagens em questão, quando da passagem da CI de um paradigma cognitivo para um paradigma social, o estudo da informação relacionada às mentes individuais deu lugar a uma visão menos mecanicista e mais orgânica, contextual, orientada à comunidade e seus membros (vistos, agora, como membros e não indivíduos isolados de contexto). Se na teoria clássica cognitivista as necessidades informacionais estão relacionadas ao indivíduo e aos determinantes subjetivos de seu comportamento, na visão domínio analítica elas derivam de fatores culturais e sociais, e visam à resolução de problemas em torno dos quais já foi produzido algum conhecimento (HJØRLAND, 2002b, 2018b).

Desde a enunciação da AD como paradigma na CI, há o argumento de que “a melhor maneira de entender a informação na CI é estudar os domínio de conhecimento como comunidades do pensamento ou do discurso” (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995, p.400, tradução nossa)³⁵.

Inicialmente as comunidades discursivas eram definidas por Hjørland e Albrechtsen (1995) como parte da divisão social do trabalho, e ainda, na mesma obra, como um coletivo que

[...] compreende atores que têm visões de mundo, estruturas de conhecimento individuais, vieses, critérios de relevância subjetiva, estilos cognitivos específicos, etc. Em outras palavras, existe uma interação entre estruturas de domínio e

³⁴ “If ‘information’ is a central concept for library and information science, then ‘questions’ are fundamental, for information “informs” relative to the question. But research focusing on questions as a central theoretical concept has been stymied by the paradox of the question, which observes that in order to ask one must know enough to know what one does not know (Flammer, 1981). This dissertation proposes that this paradox results from the limitations of the cognitive approach to questions as indications of individual information need, and that the paradox can be resolved by reframing questions as social epistemological tools of inquiry within knowledge domains” (KWON, 2016, p.2, apud HJØRLAND, 208b, p.321).

³⁵ “[..] the best way to understand information in IS is to study the knowledge-domains as thought or discourse communities” (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995, p.400).

conhecimento individual, uma interação entre o nível individual e social. (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995, p.409, tradução nossa).³⁶

Isso implica em considerar o conhecimento acumulado pelos agentes que constituem uma comunidade, ainda que às vezes antagônico, e não somente o conhecimento consensual, “modelado”. Em algumas oportunidades, Hjørland enfatiza o sentimento de pertencimento dos membros em relação à comunidade como uma característica das comunidades discursivas, como em

A análise de domínio, conseqüentemente, não concebe usuários em geral, mas os vê como pertencentes a diferentes culturas, estruturas sociais e domínios do conhecimento. Produtores de informações, intermediários e usuários estão mais ou menos conectados em comunidades que compartilham idiomas, gêneros e outras práticas de comunicação tipificadas. Existem diferentes distâncias semânticas entre os agentes. (HJØRLAND, 2004B, p.18, tradução nossa)³⁷

A comunidade discursiva, logo, é entendida como “uma comunidade em que ocorre um processo comunicativo de forma ordenada e delimitada” (HJØRLAND, 2002, p.258, tradução nossa)³⁸ Assim, o autor coloca como elemento imperativo o processo comunicativo ou discursivo, que se reflete no próprio adjetivo atribuído à comunidade (discursiva).

Uma recorrente característica também atribuída pelo autor à comunidade discursiva é a heterogeneidade que pode existir entre seus membros. As visões conflitantes entre os membros implica em que haja um constante embate pela prevalência de ideias, sendo este embate natural ao processo comunicativo. Hjørland (2002b, p.264, tradução nossa) corrobora para este entendimento ao explicar que

Em uma determinada comunidade discursiva, sempre há visões mais ou menos conflitantes sobre o que é necessário ou relevante [...] À medida que os paradigmas se desenvolvem ou mudam, essas prioridades são formalizadas ou alteradas. Indivíduos que discordam da visão predominante devem trabalhar mais para obter as informações alternativas e tentar mudar a visão predominante.³⁹

³⁶ “[...] comprise actors, who have worldviews, individual knowledge structures, biases, subjective relevance criteria, particular cognitive styles, etc. In other words, there is an interplay between domain structures and individual knowledge, an interaction between the individual and the social level” (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995, p.409).

³⁷ “Domain analysis consequently does not conceive users in general but sees them as belonging to different cultures, social structures and domains of knowledge. Information producers, intermediaries and users are more or less connected in communities that share common languages, genres and other typified communication practices. There are different semantic distances between the agents” (HJØRLAND, 2004B, p.18).

³⁸ “[...] a community in which an ordered and bounded communication process takes place” (HJØRLAND, 2002, p.258).

³⁹ “In a given discourse community there are always more or less conflicting views of what is needed or relevant [...] As paradigms develop or change, such priorities are formalized or changed. Individuals who disagree with the

Toda a perspectiva de se focar os processos cognitivos de indivíduos enquanto membros de uma comunidade tem sido nomeada pelo autor como sendo a visão sociocognitiva ou Teoria da Atividade - que pode ser entendida como uma visão alternativa às ciências cognitivas tradicionais, ao mesmo tempo que um ramo interno dessas ciências. A Teoria da Atividade está fundamentada na abordagem histórico-cultural de John Dewey, Lev Semyonovich Vygotsky e Alexis Nikolaevich Leontiev. Esta visão enfatiza os processos hermenêuticos e sociais da informação; há interesse no individual, mas não isoladamente, e sim do ponto de vista do contexto; não de dentro pra fora, mas de fora pra dentro. (HJØRLAND, 2002b).

Segundo a Teoria da Atividade, quando as crianças aprendem linguagem e simbologia, seus processos cognitivos antes determinados por fatores biológicos passam a ser mediados por signos, símbolos e significados em um sistema cultural. Assim, o uso da informação pode ser em parte biológico, mas quando se fala em critérios de relevância da informação, os fatores contextuais sobressaem como determinantes. Para a AD, os processos informacionais nas sociedades humanas são desenvolvidos sempre socialmente (por exemplo, profissionalmente ou institucionalmente). A informação estará fatalmente relacionada a mecanismos, assuntos ou critérios em uma comunidade; e estes mecanismos especificam a forma como a informação é identificada e considerada relevante. Assim, a AD enfatiza a exploração de ambientes sociais, seus canais e produtos, como documentos, gêneros e sistemas simbólicos que permitirão sua caracterização. (HJØRLAND, 2004b, 2005)

Também os critérios de relevância de um indivíduo são socializados a partir da tradição em que ele é criado. Por exemplo, a preferência musical de um indivíduo tende a ser similar à preferência de outra pessoa na mesma cultura ou subcultura em que esteja inserido. Novamente, a AD não concebe usuários genéricos, mas inseridos em diferentes estruturas sociais e culturais, que compartilham entre si significantes em diferentes graus.

Ainda em se tratando de fatores sociais incidentes sobre uma comunidade, a divisão social do trabalho será parcialmente responsável por uma divisão linguística do trabalho que também refletirá nos significados atribuídos às palavras, conforme Hjørland e Albrechtsen (1995) escrevem, apoiados em Putnam:

Todo mundo para quem ouro é importante, por qualquer motivo, deve se apropriar da palavra "ouro"; mas não precisa adquirir o método de reconhecer se algo é ou não

predominant view must work harder to get the alternative information and try to change the prevailing view" (HJØRLAND, 2002b, p.264).

ouro. Esta pessoa pode simplesmente confiar em uma subclasse especial de autoridades retóricas. As características que geralmente são esperadas, ligadas a um nome geral - condições necessárias e suficientes para a participação da pessoa em determinada extensão, formas de reconhecer se algo está na extensão (“critérios”), etc. - estão todas presentes na comunidade linguística considerada como um corpo coletivo; mas esse corpo coletivo divide o trabalho de conhecer e empregar essas várias partes do “significado” do “ouro”. (PUTNAM, 1975, 2445, apud HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995, p. 408)⁴⁰

Note-se a referência a um conjunto de membros na comunidade discursiva com funções diferentes no trabalho de conhecer e empregar significados, com destaque para as autoridades retóricas ou retores (*speakers*). O mundo individual e conceitual dos membros de uma comunidade deriva, assim, de sua linguagem de trabalho, podendo ser explicado pela divisão do trabalho ou seu papel na sociedade. O estudo dessas relações encontra-se no escopo da AD.

Em Hjørland (2017) também encontramos referência ao status das pessoas comuns (“*ordinary people*”) nas comunidades discursivas. É inegável que uma análise de domínio não recairá sempre sobre uma comunidade científica: como já foi visto, se até um *hobby* pode ser considerado um domínio, então uma comunidade discursiva também pode ser formada por pessoas comuns (não especializadas) ou essas pessoas comuns podem coexistir mesmo nos domínios organizados cientificamente. Estes “outros” (nas palavras do autor) constituem um grupo não homogêneo, influenciado por ideologias ou movimentos e podem ou não ser impulsionadores da comunidade científica; como no caso da comunidade homossexual que teria estimulado a comunidade psiquiátrica a desenvolver estudos acadêmicos sobre a homossexualidade na década de 1970. Além dos “outros”, o autor também recorre ao conceito de *Zeitgeist* (“espírito de época”) para se referir ao fenômeno em que um paradigma prevalece sendo aceito pela comunidade das pessoas comuns, durante determinada época, podendo também ser identificado um *Zeitgeist* no âmbito do estudo das comunidades discursivas.

Um exemplo clássico de comunidade discursiva que tem por base um domínio científico é o modelo UNISIST. O UNISIST é apontado por Hjørland, Sondergaard e Andersen (2005) como uma importante iniciativa construída em 1971 pela UNESCO para modular a comunicação científica e, apesar da idade, ainda não foi suplantado por outro. O modelo retrata

⁴⁰ “Everyone to whom gold is important for any reason has to acquire the word ‘gold’; but he does not have to acquire the method of recognizing if something is or is not gold. He can rely upon a special subclass of speakers. The features that are generally thought to be present in connection with a general name-necessary and sufficient conditions for membership in the extension, ways of recognizing if something is in the extension (‘criteria’), etc.- are all present in the linguistic community considered as a collective body; but that collective body divides the labour of knowing and employing these various parts of the ‘meaning’ of ‘gold’ ” (PUTNAM, 1975,245, apud HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995, p.408)

a comunicação da informação entre produtores, mediadores e usuários de conhecimento, por entre estruturas, unidades documentárias e organizações, considerando ainda a divisão interna do trabalho. Como o modelo teria sido proposto como uma generalização da comunicação científica, falaremos mais a respeito dele no próximo tópico, que tem como enfoque o discurso e a comunicação.

6.1.2.1 DISCURSO/COMUNICAÇÃO

Ao argumentar novamente sobre a oposição de uma paradigma positivista em relação a um social, desta vez no contexto da teoria das ciências, Hjørland e Albrechtsen (1995) relatam que o primeiro paradigma tinha um entendimento nominalista da linguagem como rótulo de conhecimento, independente de contexto. Naquela perspectiva, a linguagem não teria qualquer papel na percepção da realidade. A visão positivista, quando substituída por uma tendência de uma visão mais holística da ciência, também foi acompanhada por um reconhecimento da importância da linguagem na percepção da realidade. Isto é, a linguagem passa a ser um meio, e consigo traz uma carga histórica, cultural e social à teoria das ciências e do conhecimento.

Conforme Hjørland e Albrechtsen (1995), o campo da Sociologia do Conhecimento também enfatiza que a formação do conhecimento recai sobre relações dialéticas estabelecidas entre a comunidade e seus membros. Estas relações se estabelecem, novamente, por meio da linguagem e são influenciadas pela história da disciplina e/ou domínio, suas concepções e o conhecimento. O conhecimento pode, assim, ser considerado uma entidade cultural e seus padrões estão em constante mudança, como em um caleidoscópio. A AD se preocupa com a natureza e modulação desse conhecimento socialmente construído e com os textos no centro do discurso (isto é, com o texto situado em um contexto).

Sobre o estudo da produção de conhecimento como questão central da CI, perpassando pelos canais de comunicação (e, acrescenta-se também, os de distribuição), Hjørland cita Andersen (2011, p.76 apud HJØRLAND, 2018b, p.331, grifo nosso, tradução nossa), segundo o qual:

Biblioteconomia e Ciência da Informação são o estudo da produção de conhecimento conforme é materializada em documentos, e através de quais canais esse conhecimento é comunicado e como se pode acessar esse conhecimento em termos de organização e representação de documentos. Dessa forma, o estudo da organização do conhecimento desempenha um papel crucial na CI. O estudo da organização do conhecimento tem uma longa tradição na CI. No entanto, essa tradição foi caracterizada pela busca de técnicas para organização do conhecimento, em vez de ter chegado a um entendimento profundo da natureza e função da organização do conhecimento na sociedade. Portanto, é importante conectar o estudo da organização

do conhecimento e seus problemas com as análises da produção de conhecimento da sociedade. Para chegar a um entendimento [da] produção de conhecimento na sociedade, aspectos filosóficos, históricos, sociológicos da ciência e do conhecimento, aspectos culturais, literários e sociais da produção do conhecimento precisam ser reconhecidos. O conhecimento não deve ser concebido apenas como conhecimento científico, mas também como conhecimento artístico, técnico e da 'vida cotidiana'; essa é uma visão pragmática básica do conhecimento.⁴¹

Logo, compreende-se que os canais de comunicação são uma das preocupações centrais à CI. Se a comunidade discursiva é aquela em que necessariamente acontece um processo comunicativo ordenado (2002b), a tal comunicação será estruturada a partir de determinados conceitos compartilhados e definições institucionais, como gêneros e canais utilizados. Assim, é inevitável falar de comunidade discursiva sem considerar a comunicação e vice-versa.

Sobre o processo comunicativo em relação aos critérios de relevância, Hjørland (2002c) argumenta que

Quando nos comunicamos com outras pessoas, normalmente esperamos que elas façam declarações relevantes. Conforme explicado pelo Princípio Cooperativo de Grice (1989), a implicatura conversacional pede que um orador “faça sua contribuição conversacional conforme necessário, no estágio em que ocorre, pelo propósito ou pela direção aceitos da conversa em que vocês estão engajados ”(Grice, 1989, p. 26). O Princípio Cooperativo inclui várias submáximas, como “Faça sua contribuição tão informativa quanto for necessária”, “Não diga o que lhe falta provas suficientes”, “Seja relevante” e “Evite a obscuridade.” (HJØRLAND, 2002c, online, tradução nossa)⁴²

Portanto, é de se esperar que do processo comunicativo também surjam critérios de relevância e que o processo seja motivado por uma necessidade de se enunciar objetos que de fato contribuam substantivamente com o discurso e sejam adequados aos objetivos da

⁴¹ “Library and information science (LIS) is the study of knowledge production as it is materialized in documents, and of through which channels this knowledge is communicated and how one can make access to this knowledge in terms of organization and representation of documents. In this way, the study of knowledge organization plays a crucial role in LIS. The study of knowledge organization has a long tradition in LIS. However, this tradition has been characterized by searching for techniques for knowledge organization rather than having arrived at a profound understanding of the nature and function of knowledge organization in society. Therefore, it is important to connect the study of knowledge organization and its problems with analyses of society’s production of knowledge. In order to arrive at an understanding [of] the production of knowledge in society, philosophical, historical, sociology of science and knowledge, cultural, literary, and social aspects of knowledge production need to be recognized. Knowledge should not be conceived of as scientific knowledge only, but also as artistic, technical, and ‘everyday life’ knowledge; that is a basic pragmatic view on knowledge” (ANDERSEN, 2011, p.76 apud HJØRLAND, 2018b, p.331).

⁴² “When we communicate with other people, we normally expect them only to make relevant utterances. As explained by Grice' (1989) Cooperative Principle, conversational implicature calls on a speaker to ‘make your conversational contribution such as is required, at the stage at which it occurs, by the accepted purpose or direction of the talk exchange in which you are engaged’ (Grice, 1989, p. 26). The Cooperative Principle subsumes a number of submaxims, such as ‘Make your contribution as informative as is required,’ ‘Do not say that for which you lack adequate evidence,’ ‘Be relevant,’ and ‘Avoid obscurity’ ” (HJØRLAND, 2002c, *online*).

comunidade. Estes critérios de relevância serão definidos no âmbito da comunidade discursiva e refletidos no discurso.

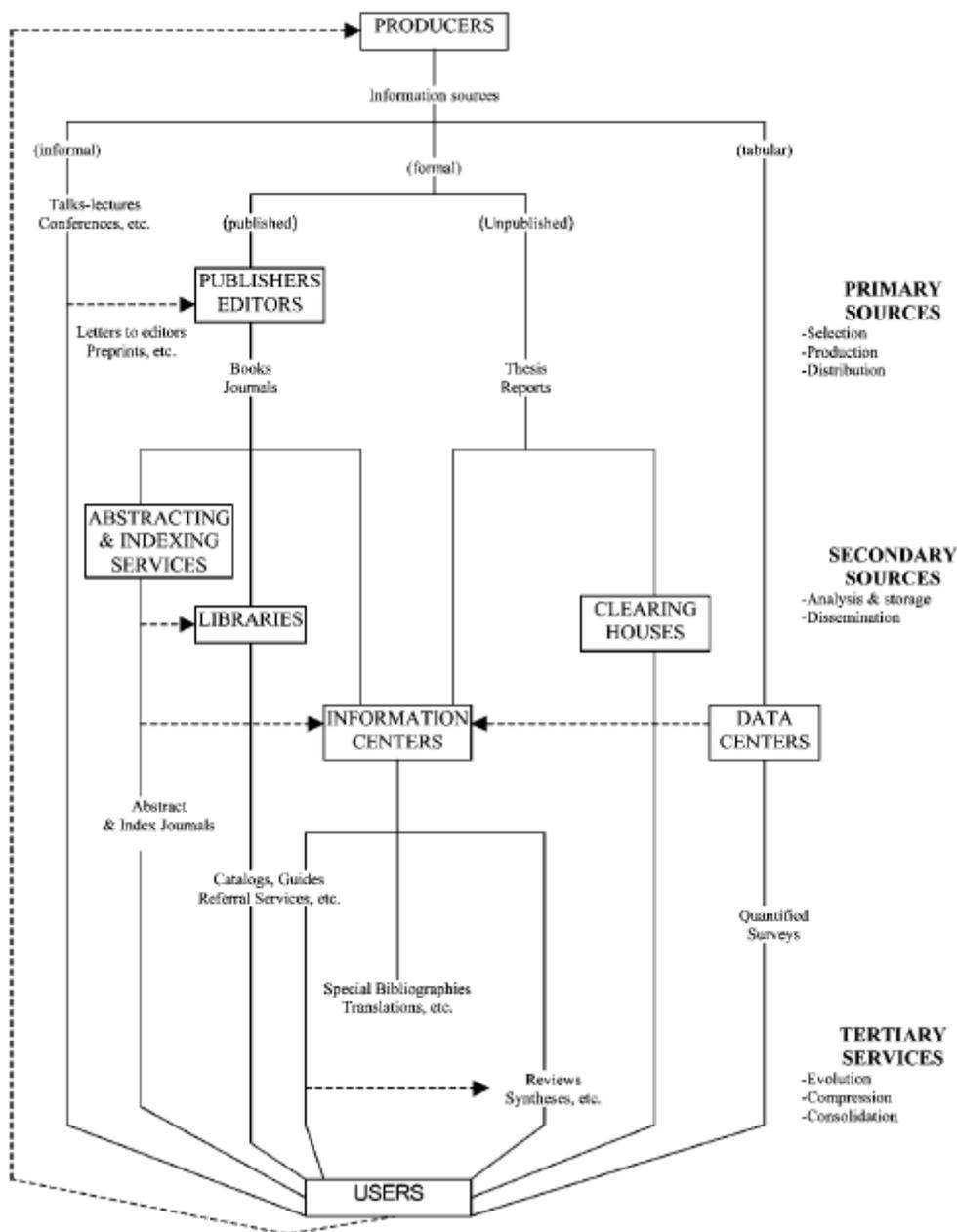
Utilizando uma comunidade discursiva científica como exemplo de comunidade discursiva, podemos compreender o sistema social de comunicação como sendo:

O sistema social de comunicação consiste em produtores de conhecimento, intermediários e usuários. Esses grupos de pessoas (ou atores) são diferentes tipos de profissionais. O sistema social também compreende institutos como institutos de pesquisa, editores e bibliotecas. Os atores e instituições executam serviços de informação, como escrever, publicar, armazenar e recuperar documentos e informações. Os atores se comunicam de maneira formal e informal e produzem diferentes tipos de documentos, como artigos de periódicos, livros, resenhas de livros, anais, bibliografias, catálogos, dicionários, manuais, enciclopédias e artigos de revisão. É de óbvio interesse para a CI desenvolver modelos adequados de sistema de comunicação acadêmica. É claro que é um sistema dinâmico, e as novas tecnologias da informação são uma das causas subjacentes à dinâmica (HJØRLAND; SONDERGAARD; ANDERSEN, 2005, p.1, tradução nossa).⁴³

O Modelo UNISIST de comunicação científica foi proposto por Hjørland, Sondergaard e Andersen primeiramente em 1971. Tratou-se de um padrão para se compreender a divulgação nas instituições científicas, sendo um sistema formado por atores, canais, estruturas e gêneros (HJØRLAND; SONDERGAARD; ANDERSEN, 2005). Um esquema deste sistema social pode ser compreendido a partir da seguinte figura:

⁴³ “The social system of communication consists of knowledge producers, intermediaries, and users. These groups of people (or actors) are different kinds of professionals. The social system also comprises institutes such as research institutes, publishers, and libraries. The actors and institutions perform information services such as writing, publishing, storing, and retrieving documents and information. The actors communicate in both formal and informal ways and produce different kinds of documents such as journal articles, books, book reviews, proceedings, bibliographies, catalogs, dictionaries, handbooks, encyclopedias, and review articles. It is of obvious interest for IS to develop adequate models of this system of scholarly communication. It is of course a dynamic system, and new information technologies are one of the causes underlying the dynamics” (HJØRLAND; SONDERGAARD; ANDERSEN, 2005, p.1).

Figura 6 - Modelo UNISIST de comunicação científica proposto em 1971



Fonte: Hjørland; Sondergaard e Andersen (2005, p.2)

O ponto de partida do modelo são os produtores de conhecimento. A disseminação e distribuição da pesquisa científica se dá por três canais: os canais formais (publicados, como livros, ou não publicados, como teses), informais (pessoais, interpessoais ou semiformais) e tabulares. Os documentos publicados em canais formais conectam o produtor ao usuário por meio dos editores, passando ainda por unidades e serviços de informação. Os documentos não publicados são distribuídos em cópias limitadas e também fluem até os usuários pelas unidades

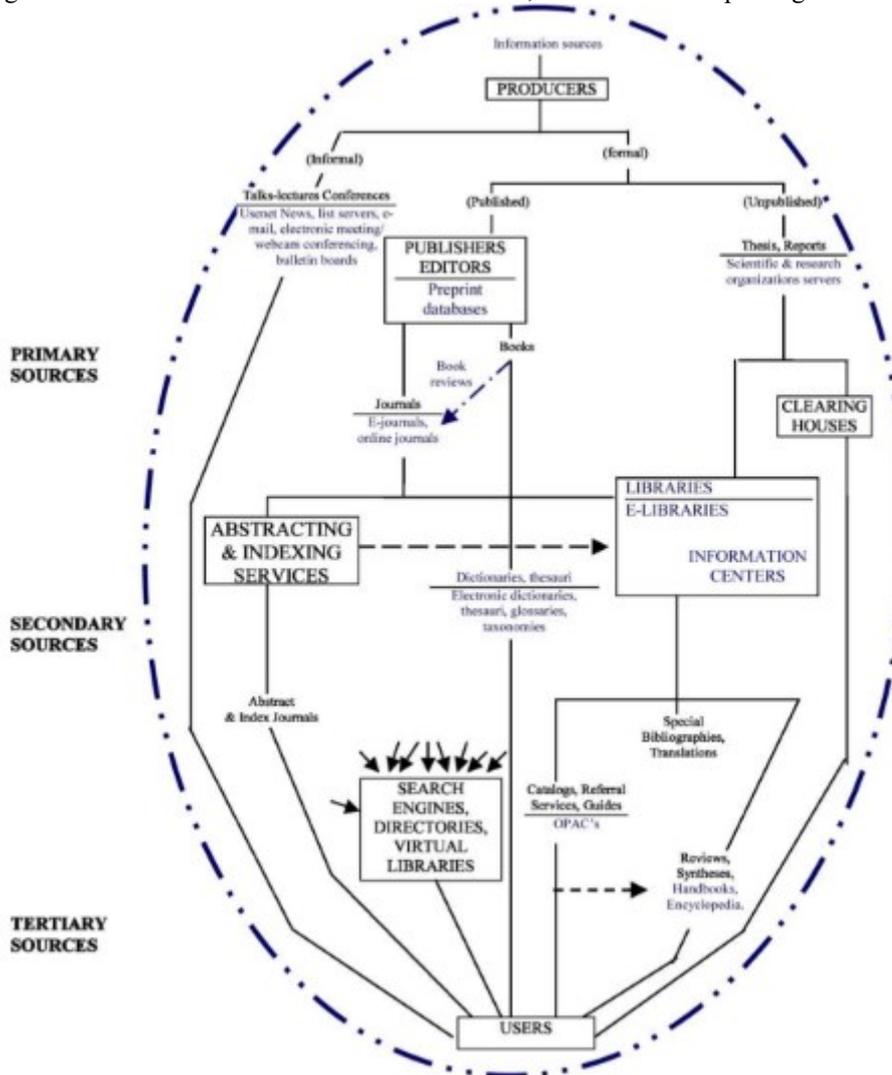
de informação ou repositórios (*clearing houses*). Os canais tabulares dizem respeito à informação numérica recuperada pelos usuários em *data centers*.

No modelo UNISIST há 3 níveis de serviços de fontes de informação: primário, secundário e terciário. O nível primário consiste da produção de material original, seleção e distribuição à comunidade científica. O nível secundário trata dos serviços de registro e descrição de fontes primárias com o propósito de armazenar, recuperar e disponibilizar, geralmente realizado pelas unidades de informação, repositórios e data centers. O nível terciário, por sua vez, contém os serviços de elaboração de coletâneas e enciclopédias que sintetizam a literatura primária.

O ponto final do modelo UNISIST são os usuários, que podem ser eles próprios produtores ou, dependendo de seu papel, ter necessidades informacionais que os levem a preferir um ou outro canais de comunicação.

Em 2003 os mesmos autores revisaram o modelo UNISIST, aumentando-o em complexidade, com uma clara consideração pela teoria da Análise de Domínio em CI e também adequando-o às novas TICs, em especial aquelas oportunizadas pelo uso da internet.

Figura 7 - Modelo UNISIST reformulado em 2003, de acordo com o paradigma domínio-analítico



Fonte: Hjørland; Sondergaard e Andersen (2005, p.7)

O novo modelo possui uma elipse tracejada que representa uma disciplina científica, domínio ou comunidade discursiva. O tracejado faz alusão à natureza aberta dos domínios. Nesse sentido, produtores, usuários e mediadores são considerados membros de um domínio ou comunidade discursiva. Note-se que na publicação de Hjørland, Sondergaard e Andersen (2005) domínio e comunidade discursiva são termos usados como sinônimos. Os mesmos serviços podem ser compartilhados por vários domínios, ou ainda, um domínio pode não ter uma infraestrutura de informação organizada a ponto de conseguir tratar e disponibilizar sua própria informação, necessitando que outros o façam. O modelo foi concebido para ser universal, mas há que se verificar que um mesmo domínio pode ter variações regionais e paradigmáticas de acordo com os atores que os constituírem em cada contexto.

É evidente que o modelo é uma tentativa reducionista de se ilustrar o processo de comunicação e divulgação científica, que, por sua vez, é um tipo genérico de domínio ou comunidade discursiva. Contudo, o modelo permite que se conheçam alguns componentes do processo comunicativo, de modo que o analista de domínio pode realizar adaptações necessárias quando do estudo de domínio específico. É seguro dizer, por exemplo, que o processo comunicativo envolverá, no mínimo, atores, canais, gêneros (orais ou textuais) e provavelmente serviços de qualquer natureza.

Ainda sobre o processo comunicativo, é também importante para a CI o estudo das práticas comunicativas interpessoais e coletivas no domínio. Isso fica claro quando Hjørland e Albrechtsen (1994, p.402, tradução nossa) refletem que “esta diferença entre a interação cara-a-cara e práticas sociais mais amplas parecem particularmente importantes para a CI, na qual o conhecimento científico é produzido no âmbito das disciplinas, enquanto a transmissão da informação entre indivíduos é quase sempre indireta”⁴⁴. Os autores não chegam a aprofundar o entendimento de qual seria a importância desse estudo para a CI; contudo, abrem leque para que se estudem os canais de comunicação e distribuição do discurso, em nível formal e informal ou no âmbito macro (societal) e micro (interpessoal). Na Análise de Domínio, a complexidade do estudo do processo de comunicação (inclusive estas camadas de interação, comunicação e distribuição) será definida e documentada pelo analista de domínio.

6.1.2.2 ASSUNTO

Todos os aspectos analisados até agora, que devam ser observados pelos analistas de domínio só fazem sentido quando articulados em relação aos assuntos presentes no discurso. Assim é como Hjørland (2017) se expressa em

Muitas coisas relacionadas à comunicação acadêmica, gêneros e processos de documentação e recuperação precisam ser dominados para que alguém se considere um profissional da informação - e isso sempre precisa ser combinado com o conhecimento relevante de assunto. (HJØRLAND, 2017, p.453, tradução nossa)⁴⁵

⁴⁴ “[...] this difference between face-to-face interaction and larger societal practices seems in particular important for IS, where the scientific knowledge is produced in the disciplines, while the transmission of information to the individual is often very indirect” (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1994, p.402).

⁴⁵ “Many things related to scholarly communication, genres, and documentation processes, and retrieval processes need to be mastered if someone is to consider himself or herself an information professional—and this always needs to be combined with relevant subject knowledge” (HJØRLAND, 2017, p.453).

Ademais, o autor se refere na mesma obra à importância dada por Saracevic (1975 apud HJØRLAND, 2017) ao assunto, para quem assunto é essencial à comunicação.

Na CI há uma utilização do termo assunto no sentido amplo, como podendo ser atribuído a qualquer categoria de enunciado (aquilo que se pode falar sobre). Nas práticas em OC, a noção de assunto é também crucial na tarefa de atribuir um rótulo a uma informação para representá-la e torná-la recuperável.

Ao revisar o conceito de assunto na Organização e Representação do Conhecimento, Hjørland (2017b) tem como pressuposto que devemos, primeiramente, nos perguntar quais critérios utilizar para atribuir um assunto a um documento e o que se entende por um documento pertencer a certa categoria. Assunto, para o autor, é um conceito que foi sendo adaptado para servir a determinados fins e teve seu entendimento modificado na Biblioteconomia e CI ao longo dos anos, conforme relatado brevemente no fragmento abaixo:

A estabilidade do âmbito público, por sua vez, depende de estruturas mentais naturais e objetivas que, com educação adequada, governam uma progressão natural de conceitos, do particular para o geral. Para Cutter, mente, sociedade e SOCs [sistemas de organização do conhecimento] ficam um atrás do outro, um apoiando o outro, todos manifestando a mesma estrutura e sua construção discursiva de sujeitos convida a conexões com discursos da mente, educação e sociedade. A Classificação Decimal de Dewey (CDD), por outro lado, [...] desdenhou qualquer invenção filosófica do significado dos símbolos de sua classe, deixando o trabalho de encontrar equivalentes verbais para os outros. Sua inovação e a essência do sistema estão na notação. O CDD é um sistema semiótico de expansão de ninhos de dez dígitos, sem qualquer referente além de si mesmo. Nele, um sujeito é totalmente constituído em termos de sua posição no sistema. A característica essencial de um sujeito é um símbolo de classe que se refere apenas a outros símbolos. Seu equivalente verbal é acidental, uma característica meramente pragmática (FROHMANN, 1994, p.112-113 apud HJØRLAND, 2017b, p. 56, grifo nosso, tradução nossa)⁴⁶

Hjørland (2017b) concorda que a visão de Cutter sobre o assunto era, embora vaga, muito mais sábia que a da maioria de seus sucessores do século XX, tendo em vista que, como ele, considerava organização social.

⁴⁶ “The stability of the public realm in turn relies upon natural and objective mental structures which, with proper education, govern a natural progression from particular to general concepts. For Cutter, mind, society, and SKO [systems of knowledge organization] stand one behind the other, each supporting each, all manifesting the same structure, his discursive construction of subjects invites connections with discourses of mind, education, and society. The Dewey Decimal Classification (DDC), by contrast, [...] disdained any philosophical excogitation of the meaning of his class symbols, leaving the job of finding verbal equivalents to others. His innovation and the essence of the system lay in the notation. The DDC is a poorly semiotic system of expanding nests of ten digits, lacking any referent beyond itself. In it, a subject is wholly constituted in terms of its position in the system. The essential characteristic of a subject is a class symbol which refers only to other symbols. Its verbal equivalent is accidental, a merely pragmatic characteristic” (FROHMANN, 1994, p.112-113 apud HJØRLAND, 2017b, p. 56).

Ranganathan também teria adaptado o conceito de assunto para os propósitos de sua *colon classification (CC)*: um esquema analítico-sintético baseado na combinação de facetas (conceitos isolados) para a composição de um corpo de ideias, que seria o assunto, sendo determinado de maneira a se adaptar às competências de uma pessoa comum (no sentido de não-especialista). Para Hjørland (2017b), é estranho que se misture um sistema para fins específicos com uma metodologia representada por conceitos para pessoas comuns. O fato de sua compreensão de assunto estar fortemente vinculada à CC inviabilizou o uso amplo pela CI.

Em relação ao ponto de vista de Patrick Stewart sobre o assunto, Hjørland (2017b) considera uma visão agnóstica, desnecessária e inaceitável. Isso porque Stewart teria aberto mão de uma definição de assunto, concluindo que não é possível determiná-la. Para ele, um usuário possui noções em diferentes graus de um dado conceito, mas que não são equivalentes aos conceitos de que tratam os documentos que versam sobre o conceito (isto é, aos propósitos dos autores dos documentos), portanto uma representação adequada deveria refletir essas incertezas. A preocupação da CI com assunto deveria ser, segundo Hjørland (2017b), a distinção entre assuntos relevantes e não-relevantes para o usuário, não a correspondência exata entre os conceitos do indexador e os de fato presentes no documento.

A definição do conceito de assunto em CI é difícil para Hjørland (2001) porque depende de uma série de conceitos prévios, assim como definir “campo eletromagnético” depende de conceitos prévios na área do eletromagnetismo para sua articulação. Assunto (*subject* ou *aboutness*) em CI, para Hjørland (2017b, 2005, 2001), é um conceito que se refere ao potencial epistemológico/informativo de um documento e nunca tem valor neutro ou advindo do senso comum (sempre é valorado conforme seu potencial informativo).

O assunto de um documento é “aquilo” que a análise e recuperação do assunto deve identificar. Isso está intimamente relacionado às perguntas às quais um documento deve fornecer respostas. [...] O assunto de um documento é, portanto, relativo ao objetivo do serviço de informações específico. Defino assunto (Hjørland, 1992) como o potencial epistemológico ou informativo dos documentos. A melhor análise de assunto é a que apresenta o melhor prognóstico para o uso futuro do documento. (HJØRLAND, 2001, p.776, tradução nossa)⁴⁷

Isto posto, a noção de assunto para o autor dinamarquês precisa ser analisada fatalmente em relação ao seu potencial informativo, que, por sua vez, carrega afiliação com a noção de

⁴⁷ “The subject of a document is that ‘something’ that subject analysis and retrieval are supposed to identify. This is closely related to the questions that a document should provide answers to. [...] The subject of a document is thus relative to the aim of the specific information service. I define subject (Hjørland, 1992) as the epistemological or informative potentials of documents. The best subject analysis is the one that makes the best prognosis of the future use of the document” (HJØRLAND, 2001, p.776).

relevância. Contudo, não há que se confundir assunto e relevância: dois documentos podem ter o mesmo assunto, mas diferentes graus de relevância. Uma informação é relevante a um propósito se, independente da percepção do usuário, contribui para atingir um objetivo. Em alguns casos, como por exemplo, relacionados à Psicologia Infantil, mães podem ter competência em algum nível para determinados propósitos relativos a desenvolvimento infantil que a própria Psicologia não teria como fornecer. Contudo, um documento não será relevante se o usuário não puder entendê-lo ou acessá-lo. Um SOC ou sistema de recuperação deve ser desenhado considerando tanto um como outro aspecto - assunto e relevância. (HJØRLAND, 2005, 2001)

Hjørland (2002c) exemplifica o conceito de relevância com o tratamento de um paciente que sofre de esquizofrenia. Para ele, melhorar a condição do paciente é o objetivo, assim, uma informação é considerada relevante em relação a cumprir este objetivo. O médico psiquiatra pode estar mais ou menos influenciado por alguma teoria psicológica ou paradigma que domina o discurso profissional no seu ambiente sócio-cultural de atuação.

Cabe lembrar, conforme mencionado anteriormente, que os critérios de relevância são determinados principalmente pelas escolas epistemológicas ou paradigmas em que se encontrem, na visão de Hjørland (2002b). Quanto a isso, Hjørland (2002b, p. 267-268, tradução nossa) discorre:

[...] paradigmas definem os modelos dentro dos quais a relevância situacional pode ser definida. Eles também influenciam a terminologia, a metodologia de pesquisa, os critérios de relevância, os padrões de citação, a publicação e o sistema de recuperação. Quanto mais influente a visão, mais dominantes serão seus critérios de conceitualização e relevância. A visão dominante parece "natural", e as concepções minoritárias tendem a parecer estranhas e menos profissionais. (HJØRLAND, 2002c, *online*, tradução nossa)⁴⁸

Voltando ao exemplo do tratamento do paciente em Hjørland (2002c), a relevância neste caso também será influenciada em algum grau por outras razões como: o tempo disponível para busca; o conhecimento das fontes e de seu uso; a motivação de busca; a avaliação do médico de que a fonte é mais ou menos enviesada; a concordância do médico com pressupostos compartilhados por seus pares; uma atitude mais particular em direção à determinada teoria ou

⁴⁸ “[...] paradigms set the frames within which the situational relevance may be defined. They also influence the terminology, the research methodology, relevance criteria, the citation patterns, the publication—and the retrieval system. The more influential the view, the more dominating will its conceptualization and relevance criteria be. The dominating view looks “natural,” and minority conceptions tend to look strange and less professional” (HJØRLAND, 2002c, *online*).

uma postura mais eclética; o quanto são claras e consensuais as teorias no campo; etc. Muito provavelmente o médico só disporá de tempo que ele julga para encontrar informação boa-o-suficiente. O foco dado pelo médico em nível individual corresponderá mais ou menos ao foco dado em nível de domínio, que diz respeito ao paradigma. A complexidade da tarefa de busca envolverá outras variáveis como: metodologia de busca, a recuperação da informação no sistema escolhido, habilidades linguísticas e o conhecimento de assunto.

Para Hjørland, não há uma única maneira correta de se representar um assunto. A consistência de uma representação deve ser medida em relação a uma teoria de como uma indexação deveria ser, de acordo com uma política de indexação com diretrizes explícitas. A título de exemplo, Hjørland (2017b) faz distinção entre dois tipos de representação de assunto por indexação: orientado pelo conteúdo e orientado pela busca. O primeiro se refere a uma indexação a partir dos tópicos presentes na obra, e o segundo a uma indexação a partir de descritores pelos quais um público poderia ter interesse (em outras palavras, a razão de ser de uma coleção especial deveria estar refletida na sua política e, por sua vez, na forma como ela se organiza para possibilitar o acesso). No primeiro caso, o assunto é inerente ao documento; no segundo, algo atribuído a algum documento por alguém com a finalidade de recuperá-lo.

Qualquer que seja a forma de representação, em Hjørland (2001), diz-se que o assunto em CI não pode ser tratado no senso comum, mas considerando-se que os conceitos cumprem um papel nas disciplinas em que estão inseridos. Apoiado em Chalmers, o autor argumenta que, uma vez que o assunto de um texto pode ser explicado por suas posições teóricas, quanto mais sólida for a teoria em que se encontra, maior será o grau de concordância, e, portanto, de coerência no julgamento sobre o que versa o assunto.

Em teoria, a variação individual pode variar de 0 a 100% de concordância em algum assunto, dependendo, entre outras coisas, do grau de consenso teórico no campo. Consequentemente, o grau de concordância entre os indivíduos no julgamento sobre o assunto de um determinado documento deve ser maior entre pessoas qualificadas em campos nos quais conceitos e documentos desempenham um papel específico e bem definido em uma atividade humana precisa e unida, baseada em uma teoria bem definida (por exemplo, mecânica de Newton). Por outro lado, o grau de concordância deve ser baixo nas comunidades e atividades nas quais conceitos e documentos são vagos e variados. (HJØRLAND, 2010, p.776, tradução nossa)⁴⁹

⁴⁹ “Theoretically, the individual variation could vary from 0 to 100% agreement on aboutness, depending among other things on the degree of theoretical consensus in the field. Accordingly, the degree of agreement among individuals in the judgment of the aboutness of a given document should be higher among qualified people in fields in which both concepts and documents play a specific, well-defined role in a precise, closely knit human activity based on a well-defined theory (e.g., Newtonian mechanics). By contrast, agreement should be low in communities and activities in which both concepts and documents are vague and multifarious” (HJØRLAND, 2010, p.776).

Hjørland (2010), portanto, rejeita haver um entendimento universal de assunto, mas adota uma postura pragmática, na qual o grau de concordância é determinado por discursos e pressuposições teóricas.

Em Hjørland (2017), diz-se que a *expertise* em assunto e a *expertise* em CI (em infraestrutura de informação, RI, etc.) não são independentes, pois somente uma simbiose desses dois elementos permite ao profissional da informação estabelecer critérios de relevância e de otimização da infraestrutura de informação. Nessa perspectiva, não é suficiente um profissional com formação complementar em ética estabelecer critérios de relevância para uma pesquisa em bioética. Pode ser uma vantagem ter um *background* de conhecimento de assunto, mas isto não é o que se deve esperar de um profissional da informação, na visão do autor. Conhecer os papéis que os assuntos cumprem em determinadas disciplinas é fundamental para a análise de assunto, logo, o conhecimento de assunto é tomado na AD não como uma qualificação profissional, mas como uma metodologia, na qual os profissionais da informação podem se debruçar sobre domínios com foco e finalidades específicos, da mesma forma como um membro do domínio se debruçaria.

A análise de assunto faz parte de um processo científico de reunião de conhecimentos (*knowledge gathering*) (HJØRLAND, 2013). Ao abordar a perspectiva de conhecimento de assunto, Hjørland (2017b, p.59, tradução nossa) destaca que o conhecimento de assunto

[...] enfatiza o papel do conhecimento específico do domínio em relação à representação do sujeito na prática e questões teóricas relativas à natureza do “assunto”. Também pode ser chamado de “visão domínio-analítica” ou “visão epistemológica” porque entende o conhecimento do sujeito formado por diferentes teorias, que no final estão ligadas a pressupostos epistemológicos.⁵⁰

Assim, resta justificado que, para o autor, a visão domínio-analítica é comprometida com a OC na perspectiva do conhecimento de assunto e de teorias. A negligência desse aspecto pode acarretar em uma falha no progresso da análise de domínio, como aludido em Hjørland (2013). O conhecimento de assunto também possibilitaria o avanço do conhecimento em diferentes domínios, sendo, ao mesmo tempo, condição e mola propulsora do conhecimento. Não fica explícito na literatura de Hjørland se o analista de domínio deve influenciar a produção

⁵⁰ “[...] emphasizes the role of domain specific knowledge in relation to both subject representation in practice and theoretical issues concerning the nature of ‘subject.’ It may also be called ‘the domain analytic view’ or ‘the epistemological view’ because it understands subject knowledge as formed by different theories, which in the end are connected with epistemological assumptions” (HJØRLAND, 2017b, p.59).

de conhecimento no domínio durante o processo de análise de domínio; contudo, há menções suficientes de que o analista de domínio tem potencial para isso.

6.1.3 METODOLOGIA PARA ANÁLISE DE DOMÍNIO

Análise de Domínio é uma abordagem formada por um componente teórico e outro prático ou metodológico. Ambos os componentes encontravam-se negligenciados na literatura em CI até o início da década de 1990, conforme relatam Hjørland e Albrechtsen (1995). Apesar de a teoria começar a tomar forma a partir daquela publicação em 1995, a metodologia só começou a ser abordada na década de 2000. Em Hjørland e Hartel (2003a) diz-se que a falta de um referencial metodológico para a AD teria sido apontado como uma das principais críticas impostas à abordagem.

Para Hjørland e Hartel (2003b), uma análise de domínio de qualidade deve começar como um estudo interpretativo de um assunto ou comunidade de interesse, quais as concepções principais e subjacentes à área, apreender noções contemporâneas e históricas do domínio, para só então chegar a uma noção substancial do que compreende o domínio e quais suas fronteiras. A descrição de um domínio deve levar em conta não só a visão do descritor ou a visão dominante, como também outras possíveis (no mínimo, as visões fundamentais a cada domínio).

Ainda no sentido de como verificar o ponto de partida da AD, Hjørland postula que

Uma análise de domínio deve, em seu primeiro estágio, considerar não apenas uma companhia, mas um campo que desenvolve e compartilha conceitos, termos e conhecimentos comuns. Pode haver diferentes camadas de generalização de tais campos, da ciência natural à farmacologia, à neurofarmacologia e ainda a diferentes tipos de especialização em neurofarmacologia (especialização em assunto, bem como especialização relacionada a formas de pesquisa básica e aplicada, por exemplo, neurofarmacologia clínica). (HJØRLAND, 2002b, p.260, tradução nossa)⁵¹

Ademais, Hjørland (2013, 2017) diz que para cada domínio específico há uma forma de delimitá-lo. Como os domínios têm uma natureza dual (podem ser tanto dados como construídos), alguns domínios podem já ser existentes e sua análise consiste basicamente em

⁵¹ “A domain analysis should in its first stage consider not just one company, but a field developing and sharing common concepts, terms, and knowledge. There may be different layers of generalization of such fields from natural science to pharmacology, to neuropharmacology, and further to different kinds of specialization within neuropharmacology (subject specialization as well as specialization related to forms of basic and applied research, e.g. clinical neuropharmacology).” (HJØRLAND, 2002b, p.260).

descrevê-los. Outros, em processo de construção por meio de diferentes perspectivas, poderão ser parcialmente reconhecidos.

Os domínios são, assim, construídos dinamicamente e, portanto, não podem, a priori, receber “uma definição operacionalizada, transferível e padronizada”. Definir e classificar um domínio é, portanto, melhor descrito em termos de um círculo hermenêutico. (HJØRLAND, 2013, p.178, tradução nossa)⁵²

Essa compreensão parcial pode se dar por meio do círculo hermenêutico, que é a ideia de que reconhecimento das partes de um domínio em relação a um domínio maior (o “todo”) e o todo em relação às suas partes. O segundo passo da análise seria “ investigar a natureza e a estrutura do conhecimento e da comunicação no nível escolhido de especialização” (HJØRLAND, 2002b, p.260, tradução nossa)⁵³.

Quanto a esses dois passos, Hjørland também faz referência aos escritos de Tennis (2003 apud HJØRLAND, 2017), segundo o qual, a análise de domínio seria iniciada com uma definição da área a ser analisada, identificando-se seu nome e extensão, e, em seguida, os graus de especialização (qualificar o domínio em termos de intensão). Hjørland (2017, p.446, tradução nossa) absorver as premissas de Tennis para sua metodologia em AD ao manifestar-se da seguinte forma

Obviamente, Tennis tem razão ao afirmar que algumas decisões devem ser tomadas antes que uma análise de domínio seja iniciada, em particular, o objetivo da análise é altamente importante. [...] Na organização do conhecimento, no entanto, muitas vezes precisamos interpretar classificações de cima para baixo, começando com o universo total de conhecimentos ou com disciplinas como biologia, química, psicologia ou religião (por exemplo, projetando uma classificação universal ou um tesouro para uma determinada disciplina). Nesta perspectiva, o exemplo de Tennis parece incomum, pois sugere uma estratégia de baixo para cima.⁵⁴

⁵² “Domains are thus constructed dynamically and cannot therefore a priori be given ‘an operationalized definition, a transferable and standardized definition.’ Defining and classifying a domain is therefore best described in terms of the hermeneutic circle” (HJØRLAND, 2013, p.178).

⁵³ “The next step in domain analysis is to investigate the nature and structure of the knowledge and communication at the chosen level of specialization” (HJØRLAND, 2002b, p.260).

⁵⁴ “Tennis is obviously right that some decisions must be made before a domain analysis is started, in particular, the goal of the analysis is highly important.[...] In knowledge organization, however, we often have to construe classifications in a top-down fashion, starting with the total universe of knowledge or with disciplines such as biology, chemistry, psychology or religion (e.g., designing a universal classification or a thesaurus for a given discipline). From this perspective, Tennis’ example seems unusual in that it suggests a bottom-up strategy” (HJØRLAND, 2017, p.446).

Assim, as premissas de Tennis serviriam para aqueles domínios dados, mas não seriam tão facilmente aplicáveis para os domínios construídos. Se pararmos para pensar em termos de círculo hermenêutico, a perspectiva de Tennis parece considerar na prática somente a existência da parte em relação ao todo, mas não do todo em relação às partes.

Hjørland (2017, p.446, tradução nossa) também faz referência em sua teoria ao problema da espiral hermenêutica do domínio

Para examinar um domínio, você deve saber algo sobre esse domínio, e esse conhecimento determina o que você faz e influencia os resultados de sua pesquisa. Simplesmente não há como escapar dessa espiral hermenêutica, mas isso não significa que não haja critérios para o que conta como boa pesquisa.⁵⁵

A espiral hermenêutica (não confundir com o círculo hermenêutico) diz respeito a como o analista de domínio constrói o domínio em camadas, partindo de uma pressuposição e complementando-a com os resultados de sua pesquisa. Como não é possível obter uma neutralidade que escape à hermenêutica espiral, qualquer opção que o analista de domínio tenha que fazer ao iniciar a análise (como, por exemplo, as fontes em que ele baseará sua literatura) deve ser explicitada.

Um mérito frequentemente citado por Hjørland em relação à metodologia em AD é que ela requereu a integração de linhas de estudos até então indissociáveis, como os estudos cognitivos e estudos métricos. Isso porque a metodologia de análise compreende vários métodos, que devem ser escolhidos de acordo com a finalidade do estudo.

Em 2002, Hjørland sugere onze abordagens ou meios para se estudar um domínio, que conjuntamente, podem ser vistas como competências dos profissionais da informação (HJØRLAND, 2004b). Em outro estudo mais recente, o autor esclarece que algumas abordagens devem ser atividades empreendidas por profissionais da informação e outras por profissionais específicos com competência para tal (no caso particular das abordagens epistemológicas e dos estudos sociológicos) (HJØRLAND, 2017).

Estas abordagens podem ser usadas separadamente para os fins para que foram criadas (neste caso, não há que se falar em Análise de Domínio), mas quando usadas em grupos de pelo menos duas permitem aprofundamento na compreensão da dinâmica de domínio e a partir desta compreensão podem ser construídos sistemas de informação capazes de atender ao domínio. Hjørland (2002a) deixa claro que o rol não é taxativo ou exaustivo, nem as abordagens são

⁵⁵ “In order to examine a domain, you must know something about that domain, and this knowledge determines what you do and influences the results of your research. There is simply no way to escape this hermeneutic spiral, but that does not mean that there are no criteria for what counts as good research” (HJØRLAND, 2017, p.446).

mutuamente exclusivas: trata-se de uma tentativa de apresentar o estado da arte da AD. O autor recomenda (2004b) que sejam testadas em diferentes campos, não se devendo assumir *a priori* que uma seja melhor que outra. O autor também não delimita um número máximo de abordagens a ser utilizado simultaneamente. Ao que tudo indica, cabe ao analista de domínio verificar a complexidade do domínio, a finalidade da análise e optar pelas abordagens mais convenientes, sejam quais e quantas forem.

Cada abordagem individual que faz parte da metodologia em AD possui seus próprios métodos para execução.

A produção de guias de literatura, por exemplo, faz parte da disciplina de bibliografia de assunto ou especial, e sua elaboração consiste em uma compilação que se dá de acordo com os seguintes procedimentos:

- pesquisa em literatura em um domínio;
- classificação de acordo com suas funções ou funções específicas na busca de informações, desenvolvendo uma taxonomia ou tipologia de tipos de documentos;
- descrição das características dos trabalhos individuais de referência (abordagem ideográfica);
- seleção das fontes mais importantes; e
- fornecimento de diretrizes sobre como usar as fontes de informação. (HJØRLAND, 2002, p.424, tradução nossa)⁵⁶

O método para a construção de classificações especiais e tesouros não obedece a uma única diretriz. Ambos consistem em se arranjar os conceitos de um domínio de acordo com suas relações semânticas, que podem ser as mais variadas e orientadas por diferentes manuais. Destarte, Hjørland (2002) comenta que a metodologia para a construção de tesouros é por si só uma forma implícita de análise de domínio, tamanho o conhecimento de domínio requerido para a empreitada. Uma metodologia que parece ser dominante para a construção desses sistemas de organização do conhecimento parece ser o método facetado, na visão do autor.

No que concerne ao estudo de indexação e recuperação de especialidades, também poderá ser realizado por diferentes métodos. Hjørland (2002) descreve que o estudo de indexação de área era publicado em livros na década de 1970, sendo que esta prática não é mais comum e precisou ser substituída pela capacitação de profissionais indexadores. Assim, o

⁵⁶ “[...]surveying the literature in a domain;
 -classifying it according to its specific roles or functions in information seeking, developing a taxonomy or typology of kinds of documents;
 -describing the characteristics of individual referencial works (idiographical approach);
 -selecting the most important sources; and
 -providing guidelines about how to use the information sources” (HJØRLAND, 2002, p.424).

estudo da indexação realizada passa a ser uma abordagem para se conhecer o domínio, haja vista que a indexação e a recuperação tendem a ser realizadas após o desenvolvimento suficiente de conhecimento de assunto a respeito das temáticas relativas ao material ou aos dados indexados.

Relativamente aos estudos de usuários como abordagem, Hjørland (2002) argumenta que os usuários podem ser estudados para a análise de domínio porque contribuem para a descrição da comunicação científica numa perspectiva de sistema, com foco no uso de serviços de informação primária, secundária ou terciária; desde que estejam informados por uma teoria adequada. O autor critica que estes estudos na tradição dominante da Ciência da Informação negligenciaram por muito tempo os fatores culturais mediadores de informação; funcionando como um estudo da reação dos usuários a situações específicas de uso da informação. Um método de estudo de usuário recomendável para a AD é exemplificado por Heine Andersen (2000 apud HJØRLAND, 2002); que realizou estudo via questionário com cientistas sociais para verificar um relativo consenso entre eles a respeito de pesquisadores e periódicos científicos da área.

Os estudos bibliométricos, por sua vez, podem ser usados como ferramenta ou método em Análise de Domínio a partir da criação de índices, mapas ou diagramas, todos baseados em indicadores variados. Esta abordagem permite que se verifique conexões entre indivíduos, documentos, áreas, citações e outros elementos que compõem os domínios, daí a sua importância para a CI. Hjørland (2002) alerta, contudo, para calcular o risco de se fazer uma análise bibliométrica enviesada, considerando que o pesquisador vai escolher arbitrariamente determinadas fontes, autores, períodos, dentre outros recortes ao utilizar o método.

Estudos históricos são uma abordagem de análise de domínio cuja importância reside em facilitar a compreensão do desenvolvimento de terminologias, categorias, gêneros, sistemas, etc. Para Hjørland (2002), a perspectiva histórica permite se aprofundar nestas questões de modo profundo e ecologicamente coerente com o domínio, se comparado a um estudo estático e não-histórico.

Consoante a Hjørland (2002), os estudos de gêneros e documentos permitem compreender os elementos que compõem os documentos e seus propósitos comunicativos ou funções dentro de uma comunidade discursiva. É postulado, ainda, que cada domínio possui e usa um conjunto de gêneros e documentos próprio ou desenvolve gêneros específicos (como, por exemplo, as partituras no domínio da música). Este tipo de estudo reflete tanto as necessidades comunicacionais como normas epistemológicas do domínio. O método como os

estudos serão realizados ou se serão quali ou quantitativos também depende do propósito do estudo e da escola a qual estejam vinculados, sendo a tendência mais recente construtivista e com foco no contexto, para além do texto.

Os estudos epistemológicos e críticos são importantes para a AD “porque representam os princípios e teorias gerais que podem explicar o comportamento informacional que provê diretrizes para a avaliação da performance de sistemas de informação” (HJØRLAND, 2002, p. 439, tradução nossa)⁵⁷. Devido ao fato de todos os domínios estarem fundamentados em bases epistemológicas, esta abordagem é aquela que, se negligenciada, pode resultar numa análise de domínio superficial. Geralmente, os estudos epistemológicos são combinados com os históricos e abordam temas tais quais: como cada paradigma ou escola do pensamento se desenvolve no domínio, como é a sua recepção e uso, como critérios de relevância são avaliados a partir de cada paradigma; ou, ainda, fornecem pano de fundo para outras abordagens.

Estudos terminológicos, linguagem para propósitos específicos (LSP) e estudos do discurso são usualmente parte da construção de tesouros e de planejamento da recuperação da informação. Para a AD de Hjørland (2002), estes estudos podem fornecer bases de como explorar a linguagem natural, técnica e simbólica num domínio com propósito de descrevê-la, organizá-la ou resolver problemas de busca da informação.

Estudos de estruturas e instituições na comunicação científica cumprem na AD o propósito de explicitar o processo comunicativo em um sistema. Pode-se coletar dados qualitativos a respeito da formalidade das estruturas, função de gêneros documentais, quem são os atores, canais, tradições, mídia, ou seja, como se dá a comunicação; ou dados quantitativos a respeito de quanto se produz, distribui ou comunica, quantos serviços de informação são utilizados e com que frequência. Estes estudos geralmente estão vinculados aos estudos sociológicos e de análise do discurso. (HJØRLAND, 2002).

Estudos da cognição científica, de conhecimento especializado e inteligência artificial (AI) servem a um propósito complementar na AD. Segundo Hjørland (2002), pressupõe-se que estes estudos dentro da Ciência Computação realizam uma pesquisa prévia de como pesquisadores, *experts* e outros usuários pensam e agem em um domínio, para então aproveitar este conhecimento acumulado na construção de um modelo mental para um sistema. São utilizadas técnicas úteis que podem ser aproveitadas para suplementar outras abordagens. Tendo em vista que em toda a teoria de Hjørland há uma série de críticas às abordagens essencialmente

⁵⁷ “[...] because they represent the most general principles and theories that can explain information behaviour that provides guidelines for evaluating information systems performance” (HJØRLAND, 2002, p. 439).

cognitivas e a como elas costumam desprezar a natureza social e cultural do processo cognitivo, recomenda-se utilizar com moderação e combinada a outras abordagens que dêem vazão às dimensões negligenciadas.

Cabe ressaltar que a variedade e flexibilidade das abordagens mencionadas justamente objetiva à substituição dos especialistas de assunto e permite cobrir um domínio por perspectivas quali e quantitativas, e sob diferentes aspectos, a critério do pesquisador. A “metodologia” da análise de domínio, portanto, resta em saber conciliar duas ou mais abordagens do rol de Hjørland (2002a) ou quaisquer outras, sendo que poderá desdobrar em metodologias mais complexas, visto que cada abordagem traz consigo métodos e variáveis próprias para se desenvolver. Por exemplo, as abordagens bibliométricas podem focar em diferentes indicadores (publicações, conceitos de periódicos, citações, etc.) e apresentar os resultados em diferentes diagramas e a partir de diferentes leis (Lei de Zipf, Lotka, Bradford, etc.).

Ao se referir à apresentação de Liekke Nielsen sobre sua Análise de Domínio (2000, apud HJØRLAND, 2002b), Hjørland diz que o autor engana-se a dizer que Hjørland somente fornece alguns detalhes de como realizar a Análise de Domínio, do ponto de vista metodológico. Hjørland complementa que Nielsen faz essa inflexão de uma forma negativa, sendo que Hjørland contribuiu para esclarecer e desenvolver uma metodologia, amparada em escolas epistemológicas que ele discutiu profundamente, tendo ainda aplicado sua teoria em uma análise do domínio da Psicologia. O que fica claro é que Hjørland se convence de que deu o ponto inicial para o desenvolvimento da metodologia em AD, mas em nenhum momento teria dito que esta metodologia encontra-se pronta ou fechada. Pelo contrário: em Hjørland (2017), há a menção a contribuições de autores como Joseph Tennis em 2003 e 2012, Richard Smiraglia em 2015 e José Augusto Guimarães e Natália Tognoli, em 2015, que teriam sugerido outras abordagens complementares para se analisar um domínio.

Como a AD pode ter como finalidade o embasamento para construção de um Sistema de Organização do Conhecimento (SOC), há que se pensar também no ponto de vista da Recuperação da Informação. A metodologia para a AD deve considerar se o usuário estará interagindo com representações da literatura de assunto de um ou mais domínios. Deve-se portanto considerar o conhecimento de domínio do que é procurado, como os termos mais comuns ao domínio, não somente uma expressão natural e unívoca da linguagem. Os buscadores geralmente se deparam com três níveis de problemas: 1) conhecimento ontológico/substantivo do problema; 2) o que é conhecido e pode conter conhecimento

recuperável e confiável, relativo ao conhecimento de fontes; 3) como este conhecimento encontra-se registrado, que é especialmente o campo de atuação da CI e das terminologias. Este conhecimento da infraestrutura de informação é de competência dos profissionais da CI; não é o mesmo que o conhecimento acadêmico e dos especialistas em assunto. A organização social dessa informação pelos profissionais da informação pode diminuir a distância semântica entre as fontes e os buscadores, sendo, portanto, ponto a ser observado pelo analista de domínio que intenciona incrementar essa infraestrutura. (HJØRLAND, 2002b)

Para exemplificar a aplicação do método de AD, tomemos como exemplo a publicação *The classification of Psychology*, na qual Hjørland (1998) realiza uma análise do domínio da Psicologia. O autor inicia a publicação com uma didática explicação sobre as escolas epistemológicas por ele consideradas (empirismo, racionalismo, historicismo e pragmatismo), e sobre critérios utilizados por essas escolas para perceber objetos de pesquisa e escolher fontes de pesquisa. Na sequência, para definir o domínio, o autor leva em conta os elementos, métodos e estruturas básicas das abordagens teóricas em Psicologia. Estas definições preliminares constituem o ponto de partida para a AD. O autor então faz um estudo histórico de como o conhecimento em Psicologia evoluiu para atender a uma necessidade pragmática. O autor também analisa 4 classificações do conhecimento em Psicologia elaboradas por estudiosos da área, tendo identificado algumas similaridades entre elas. Por fim, faz uma análise das abordagens psicológicas básicas por ele identificadas dentro das respectivas escolas epistemológicas, apresentando modelos conceituais e diagramas bibliométricos.

Em alguns momentos, o autor se dedica a fazer algumas observações a respeito de alguns pontos considerados por ele deficitários nas classificações, como por exemplo a existência de uma classe “Parapsicologia” e, em outra classificação, a falta de uma classe para crianças e adolescentes, mas de uma classe especial para idosos. O autor também faz observações acerca de alguns problemas básicos com hierarquia e o princípio de classificação, como haver classes para diferentes maneiras de realizar testes (testes neuropsicológicos e educacionais) que deveriam ser realocadas para suas respectivas áreas da Psicologia, uma vez que o método deveria refletir o objeto não se tornar uma classe autônoma. Enfim, reflexos de classificações elaboradas sem a preocupação com uma lógica de organização e recuperação da informação.

Hjørland (1998) conclui que os estudiosos acabam abordando os assuntos em Psicologia com preferências ou aversões teóricas, ou com a finalidade de conhecer visões que eles gostariam de saber mais a respeito. No final das contas, para o autor, uma análise detalhada

dessas classificações deveria contemplar todos esses três aspectos. O autor verificou que a disciplina encontra-se fragmentada, por vezes há uma tendência a reduzi-la aos aspectos biológico ou sociológico, e que há uma abordagem promissora, a da Teoria da Atividade.

Ainda que o autor não tivesse na época desta análise cunhado quais seriam as 11 abordagens para Análise de Domínio, podemos observar que:

1 - O autor teve a preocupação prévia em determinar o escopo da análise (definir qual seria o domínio e identificar algumas características básicas que o compõem, como elementos (dimensão ontológica do domínio), abordagens, estruturas e escolas às quais estão relacionadas (dimensão epistemológica do domínio).

2 - O autor utilizou uma combinação das abordagens de estudos epistemológicos, estudos históricos (e, quando aborda pelo ponto de vista pragmático, vislumbra a dimensão social do domínio), e pesquisa em classificações prévias da área, sendo portanto uma análise descritiva a partir de três abordagens agregadas. Apesar disso, em nenhum momento ele deliberadamente mencionou que utilizou estes métodos ou abordagens, simplesmente conduziu o estudo.

3 - O autor realizou inferências técnicas a respeito da organização científica da disciplina, com destaque para suas limitações, o que pode representar um passo no avanço do conhecimento no domínios. A partir do momento em que se empenhou em realizar a análise, parece ter se tornado um estudioso do domínio por excelência.

Uma ressalva com relação a este estudo do domínio da Psicologia é que ele não deixa clara a finalidade da análise. Hjørland (1998) fala no estudo, por exemplo, de uma preocupação com a Recuperação da Informação sem ter se proposto a desenvolver um SOC a partir da análise. Contudo, à época em que foi realizado, o autor ainda não havia feito menção à necessidade de se estabelecer uma finalidade para análise antes de realizá-la. Este será um ponto sugerido posteriormente por Tennis (2003, 2012, apud Hjørland, 2017) e absorvido por Hjørland, que se refere às decisões que precisam ser tomadas antes da AD, sendo uma delas a definição de seu objetivo.

6.1.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS SOBRE OS ASPECTOS CONCEITUAIS E E METODOLÓGICOS DA ANÁLISE DE DOMÍNIO

A partir dos aspectos conceituais discutidos na seção, verificou-se que o domínio consiste em um conceito-chave na Teoria da Análise de Domínio. Trata-se de um espaço social,

um campo coletivo do conhecimento, que pode ou não estar institucionalizado, daí a natureza dual – pode ser dado ou construído. Os domínios podem ser ainda embriões de disciplinas científicas ou se organizar em torno de atividades informais como hobbies. A Análise do Domínio vem portanto servir à OC na medida em que fornece um panorama geral de como se comporta uma comunidade discursiva ambientada no domínio, para que o aparato do conhecimento seja organizado e colocado à disposição dessa comunidade. Independente do grau de institucionalização, o que parece agrupar uma comunidade em torno de um domínio é sua vinculação a partir de estruturas ontológicas, ou seja, de objetos compartilhados; epistemológicas, ou seja, de teorias compartilhadas que são usadas para produzir o conhecimento de domínio; ou sociológicas, ou seja, influências do contexto histórico, social e cultural em que se encontre.

A comunidade discursiva, por sua vez, será formada pelo conjunto de atores que compartilham das estruturas acima mencionadas e sobre ela atuam forças de nível individual e social. Enquanto membro da comunidade, o indivíduo desenvolve sentimento de pertencimento e identidade, no sentido de manter a ordem social, ao mesmo tempo que suas pretensões individuais levam a impulsos de mudança no domínio. A teoria de Hjørland tem como premissa que a geração de conhecimento depende necessariamente de relações dialéticas, daí se apresentando como variáveis no sistema também os canais, gêneros e serviços de produção e distribuição do conhecimento do domínio. Das relações discursivas também decorrem os referenciais de relevância de assunto e representação de assunto que, adicionalmente, devem ser levados em conta para a organização do conhecimento de domínio.

Finalmente, a Análise de Domínio deverá ser iniciada pela definição do escopo da análise, da especialização do domínio e de uma abordagem combinada de métodos qualitativos e quantitativos, a depender do objetivo da análise, para conhecer de modo mais apropriado a configuração do domínio, da comunidade e suas relações comunicativas. Em última instância, também verificou-se que a Análise de Domínio desponta como competência necessária ao profissional da informação e como área de interesse da OC.

6.2 ASPECTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS DOS ESTUDOS RETÓRICOS DE GÊNEROS

A partir da fundamentação teórica, foram eleitos aspectos dos Estudos Retóricos de Gêneros a serem estudados conceitualmente: o gênero (subseção 6.2.1), aprofundando-se nos

seus componentes situação retórica/pragmática (6.2.1.1), substância ou conteúdo semântico (6.2.1.4), forma ou conteúdo sintático (6.2.1.5), contexto (6.2.1.6) e estrutura (6.2.2); e a comunidade retórica (6.2.2). Na subseção 6.2.4, apresentaremos aspectos metodológicos dos Estudos Retóricos de Gênero. Por fim, a subseção 6.2.4 traz um resumo de toda a seção 6.2.

6.2.1 GÊNERO

Quando uma ação comunicativa torna-se recorrente numa comunidade, a ponto de receber nome próprio e características que a distinguem das demais, é um sinal de que esteja funcionando como um gênero.

Mas o que vem a ser um gênero? A estudiosa de gênero Carolyn Miller (2012b) realizou pesquisa a respeito do uso do termo gênero e verificou que ele tem sido utilizado de maneira abundante e frequente no cotidiano social. A título de exemplo, uma busca realizada pela autora na base *LexisNexis Academic* de 1987 a 2008 revelou que o gênero é utilizado em relação a variadas atividades culturais e da vida humana, como artes visuais (7%), filmes (14%), literatura (18%), música (18%), televisão (14%), tecnologia, como *blogs*, jogos, softwares, etc. (16%) e outros (13%). Se por um lado isto se deve a uma necessidade de organizar coleções em plataformas online, em benefício da mídia do entretenimento, por outro lado também revela uma necessidade humana de se compreender relacionamentos que mantemos com variados tipos de produtos do discurso oral e textual. Na visão da autora, portanto, os gêneros parecem servir à tarefa de fazer sentido e localizar indivíduos por meio da classificação (MILLER, 2012b, 2015, 2016b).

O gênero é equivalente a uma ação social retórica/pragmática na teoria de Carolyn Miller, como podemos ver em definição dada pela autora

[...] gênero é uma ação retórica tipificada baseada numa situação retórica recorrente. Essa definição é mais complicada do que parece. Cada um desses termos incorpora uma série de pressupostos. [...] essa definição tende a se concentrar mais na produção, na pessoa que desenvolve a ação, do que na recepção. Mas creio que é possível direcioná-la para pensar sobre o modo como alguém realiza uma ação e responde a ela. (MILLER; BAZERMAN, 2011, p.12)

Esta noção é corroborada pela afirmativa de que o gênero é antes de tudo etnometodológico (MILLER, 1984). A etnometodologia é uma corrente americana da Sociologia que teve como principal teórico Harold Garfinkel e como marco fundador a publicação *Studies in Ethnomethodology*, de 1967. A Etnometodologia trata de uma forma de compreender o mundo social por meio da forma como os atores desse mundo significam a

realidade e interagem com outros atores, de modo que essas práticas sociais tornam a realidade objetiva aos que dela participam. A ideia principal da etnometodologia é que “as atividades pelas quais os membros produzem e gerenciam situações de afazeres cotidianos organizados são idênticas aos procedimentos empregados pelos membros para tornar essas situações relatáveis” (GARFINKEL, 1996 [1967], p.1). Dessa forma, a análise dos gêneros como recurso para a ação social permitiria compreender como uma comunidade constrói conhecimento coletivo e significa e reconhece o mundo no entorno.

Assim, a teoria de Carolyn Miller se dedica à apresentação de uma perspectiva própria de gênero, como um mecanismo que se relaciona e classifica a prática retórica ou discurso, oral ou textual, estando no arcabouço de estudo dessa teoria os elementos constitutivos do gênero e suas camadas. A partir do estudo desses elementos e camadas é possível verificar se de fato ele cumpre função mediadora da comunicação (funcionando de fato como gênero), e também permite conhecer mais sobre o contexto que gerou a ação comunicativa e os atores que a reconhecem e com ela interagem.

Posto o panorama geral de gênero, vejamos agora as variadas formas como Miller (2014, p.56-57, tradução nossa) se refere ao gênero, enfatizando algumas de suas características constitutivas:

- uma resposta retórica tipificada à (assimilação de) uma situação retórica recorrente
- pragmático, não formal ou substantivo; um "macro" ato de fala
- uma ação social significativa, que cria significado
- uma mediação entre intenções privadas (propósito) e necessidades socialmente objetificadas (exigência)⁵⁸

E também complementa com:

- uma categoria convencional de discurso baseada na tipificação em larga escala da ação retórica; como ação, adquire significado da situação e do contexto social em que essa situação surgiu.
- [...] interpretável por meio de regras; regras de gênero ocorrem em um nível relativamente alto em uma hierarquia de regras para interação simbólica.
- [...] distinto de forma: forma é o termo mais geral usado em todos os níveis da hierarquia. Gênero é uma forma em um nível específico que é uma fusão de formas de nível inferior e substância característica.

⁵⁸“[...] • a typified rhetorical response to (uptake of) a recurrent rhetorical situation;

• pragmatic, not formal or substantive; a “macro” speech act;

• a significant social action, which creates meaning;

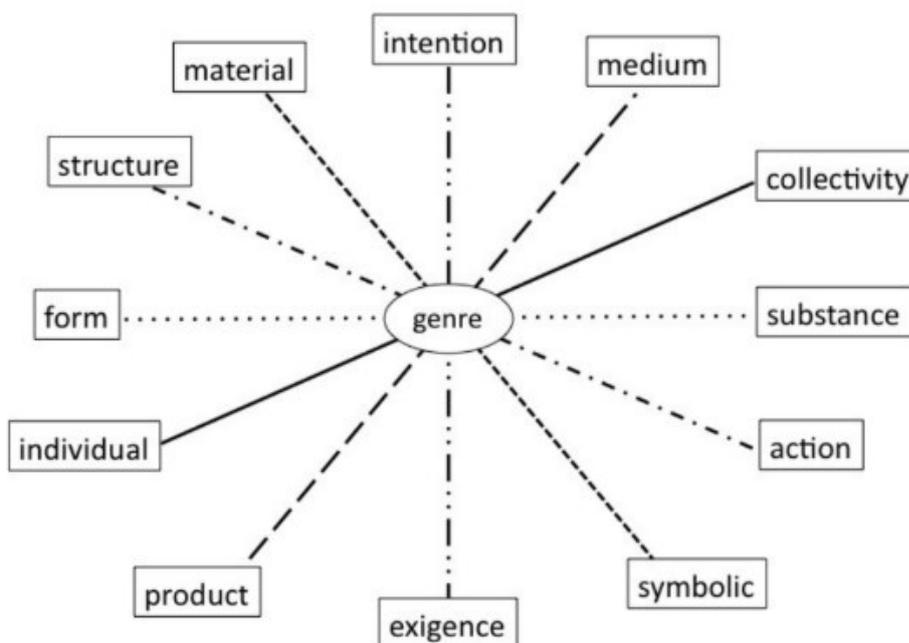
• a mediation between private intentions (purpose) and socially objectified needs (exigence)” (MILLER, 2014, p.56-57)

- [...] serve como substância das formas em níveis mais altos; como padrões recorrentes de uso da linguagem, os gêneros ajudam a constituir a substância de nossa vida cultural. (MILLER, 1984, p.163, tradução nossa)⁵⁹

Em suma, o gênero assume recorrentemente forma e conteúdo em resposta a e para lidar com uma exigência social; de modo que essa relação semântica, que depende do contexto para ser compreendida, estabelece uma ponte comunicativa entre o particular e o social.

Considerando todos os seus elementos constitutivos, muitos deles polarizados, o gênero é representado visualmente como um complexo que medeia essas incongruências. O esquema abaixo permite verificar alguns elementos que compõem o gênero e seus antagonistas diretos:

Figura 8 - Componentes de gênero



Fonte: Miller (2014, p.69)

Os elementos acima serão individualmente discutidos em seções futuras. Por ora, a ilustração é o bastante para a compreensão do gênero em Miller como “um ponto de apoio mediando tais oscilações polares: nos gêneros, a forma se manifesta substancialmente e a substância formalmente; intenções individuais e exigências socialmente objetivadas produzem

⁵⁹ “• [...] a conventional category of discourse based in large-scale typification of rhetorical action; as action, it acquires meaning from situation and from the social context in which that situation arose.

• [...] interpretable by means of rules; genre rules occur at a relatively high level on a hierarchy of rules for symbolic interaction.

• [...] distinct from form: form is the more general term used at all levels of the hierarchy. Genre is a form at one particular level that is a fusion of lower-level forms and characteristic substance.

• [...] serves as the substance of forms at higher levels; as recurrent patterns of language use, genres help constitute the substance of our cultural life” (MILLER, 1984, p.163).

e sustentam mutuamente” (MILLER; DEVITT; GALLAGHER, 2018, p.273)⁶⁰, sendo que a interpolação desses elementos ocorre por meio do processo de estruturação, sobre o qual também traremos detalhes em seção posterior.

Uma maneira de compreender o gênero é posicionando-o numa hierarquia de níveis de significado, dependente de contexto, conforme esquema proposto por Miller (1984, 1980):

Figura 9 - O gênero em uma hierarquia de níveis de significado

Nível de Significado	Um contexto particular	Constituintes do contexto
Natureza Humana	Trabalho	
Cultura	Economia Industrial	
Formas de Vida	Produção industrial baseada em tecnologia para relacionamento com os consumidores	Pessoas e propósitos
<u>Gênero</u>	Manual Técnico	Ordem, relevância, completude
Episódio	Instruções operacionais	Ênfase, direção, orientação-por-ação
Ato de fala	Instrução	Estruturas de superfícies e dialetos variados
Gramática	Imperativo Afirmativo	Verbo + complemento
Léxico/Linguagem	Próxima ação	Referências semânticas
	↓	↓
	“selecione o seletor no modo-C”	
Experiência		Concordâncias na experiência simbólica

Fonte: Adaptado de Miller (1980, p.76).

⁶⁰ “[...] as a fulcrum mediating such polar oscillations: in genres, form is manifested substantially and substance formally; individual intentions and socially objectified exigences mutually produce and sustain each other” (MILLER; DEVITT; GALLAGHER, 2018, p.273).

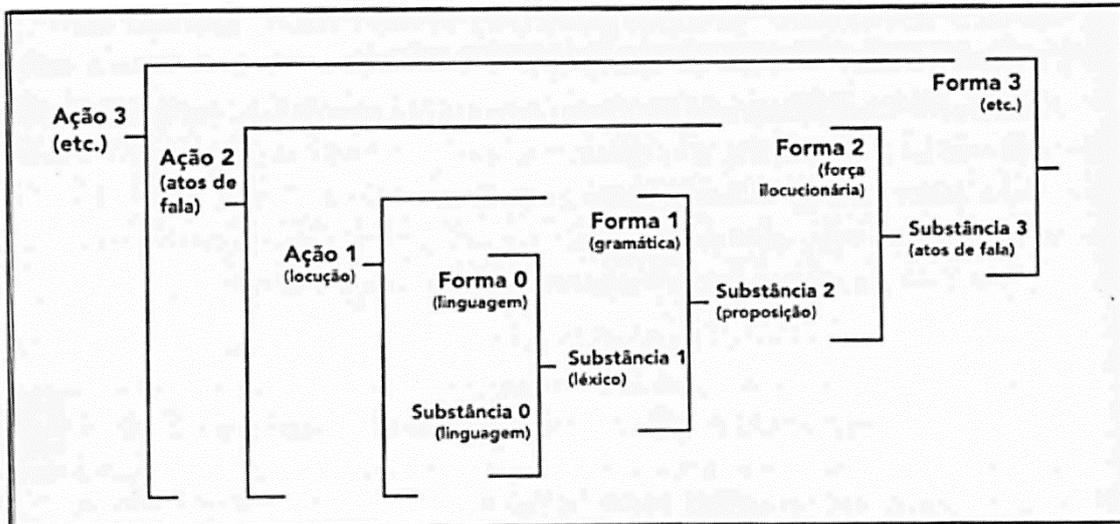
Neste sentido, a autora admite o gênero como um exato meio-termo entre estruturas simples e complexas de níveis de significado.

Os gêneros enquanto situações retóricas recorrentes tipificadas (os conceitos de situação retórica, recorrência e tipificação serão explanados em seção posterior) aparecem como discursos completos, constituídos pela união de algumas formas básicas episódicas ou estratégicas (os chamados “movimentos retóricos”, que por sua vez são formados pela união de atos de fala isolados); e menos complexas e genéricas do que formas de vida, da própria cultura ou natureza humana. O nível mais baixo da hierarquia é o da experiência individual, incomunicável; seguido por um nível básico de comunicação por símbolos, que é a linguagem. No nível da locução e dos atos de fala isolados predominam algumas comunicações intencionais e motivos simples. Em nível de gênero, os motivos serão um pouco mais complexos, tanto quanto as exigências sociais. (MILLER, 1984)

Uma outra estratégia para a compreensão da significância de um gênero, para além de sua posição na hierarquia de significados, é a fusão genérica de elementos substantivos, formais e contextuais e, em Miller (1984), esta fusão obedece a uma outra hierarquia.

A substância se refere à expressão semântica, à realidade simbólica que está sendo compartilhada; e a forma à maneira que a substância é simbolizada, ou seja, ao modelo instrutivo de como interpretar a substância. A forma é um componente metainformacional, pois informa sobre a informação (no caso, sobre a substância simbólica), e aí reside a primeira hierarquia, da forma sobre a substância. A combinação da forma e da substância se torna uma ação retórica (permite um significado). O terceiro nível da hierarquia estaria relacionado ao contexto de interpretação, sendo que cada ação retórica é interpretada em um contexto. Todos os níveis se recombinariam para resultar em fusões e níveis mais complexos, conforme a figura 10.

Figura 10- Relações hierárquicas de substância, forma e significado-como-ação



Fonte: Miller (2012, p.34)

Cada nível de hierarquia tem um aspecto pragmático (ação), sintático (forma) e semântico (substância). Os gêneros, portanto, funcionariam como substância em níveis mais altos de complexidade. Também se pode afirmar que os microníveis estão mais relacionados às ações individuais dos membros de uma comunidade e os níveis de mais alta complexidade ou macroníveis compreendem as características e influências das comunidades em que o indivíduo está inserido.

Miller (1984) também identifica o que não caracteriza um gênero dentro de sua teoria. Um gênero não pode ser determinado se as similaridades de forma e substância forem identificadas no nível mais baixo da hierarquia por ela proposta (da experiência individual e da linguagem). Não pode ser determinado se foram inadequadamente considerados os elementos recorrentes, isto é, um gênero pode surgir baseado em similaridades de exigência ou de audiência, mas não é salutar julgá-lo baseado tão somente em elementos recorrentes de forma. Um gênero novo também não passa a existir se for uma adaptação de forma e substância a um propósito privado, sem que haja uma resposta a uma demanda social. Da mesma forma, um gênero novo não é criado, se forem usados tipos antigos para novas demandas sociais, como a classificação aristotélica de gêneros - Gêneros clássicos ou fundamentais servem hoje somente de parâmetro para identificar novos gêneros insurgentes por hibridação ou novas formas de origem. Também não se pode considerar um gênero se não houver como entendê-lo enquanto ação social, isto é, sem ser pragmático e sem corresponder a uma expectativa social.

6.2.1.1 SITU(AÇÃO) RETÓRICA/ PRAGMÁTICA

Quando Miller compara gênero a ação social em seu texto introdutório, ela faz referência ao conceito de ação social, que é derivado da teoria de Max Weber. Ao mesmo tempo que Miller coloca o gênero como ação social (portanto, em posição de equivalência), parece também identificar a ação social como uma pré-condição para a existência do gênero.

Para a compreensão de ação social em Weber, devemos primeiro ter em mente que, para o sociólogo, a ação é núcleo para as ciências sociais. Na visão de Weber,

Sociologia é uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos. Por “ação” entende-se, neste caso, um comportamento humano (tanto faz tratar-se de um fazer externo ou interno, de omitir ou permitir) sempre que e na medida em que o agente ou os agentes o relacionem com um *sentido* subjetivo. Ação “social”, por sua vez, significa uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de *outros*, orientando-se por este em seu curso. [...] Os limites entre uma ação com sentido e um comportamento simplesmente reativo (como aqui o chamamos), não relacionado com um sentido visado pelo agente, são inteiramente relevantes, especialmente a ação puramente tradicional, situa-se na fronteira entre ambos. (WEBER, 2000, p.3-4)

A teoria da sociologia compreensiva de Weber vai de encontro à sociologia de Augusto Comte, de base positivista. Neste sentido, Weber nega a proposição de uma teoria científica geral e inaugura uma nova sociologia moderna. Para o teórico, a tarefa do sociólogo consiste em, por meio da observação, compreender ações sociais e nexos causais. A partir desta compreensão do real, o sociólogo pode posteriormente comparar a um tipo social (modelo ideal), este inatingível. A ação social portanto nunca é ideal, mas sempre encontra sua base na realidade.

[...] os conceitos construtivos da Sociologia são típico-ideais não apenas externamente como também internamente. A ação real sucede, na maioria dos casos, em surda semi consciência ou inconsciência de seu “sentido visado”. [...] O agente mais o “sente”, de forma indeterminada, do que o sabe ou tem “clara ideia” dele; na maioria dos casos, age instintiva ou habitualmente. Apenas ocasionalmente e, no caso de ações análogas e massa, muitas vezes só em poucos indivíduos, eleva-se à consciência um sentido (seja racional, seja irracional) da ação. (WEBER, 2000, p.12)

A ação social em Weber (2000), portanto, existe na forma de um comportamento de um ou mais indivíduos, inseridos em um meio social, e que possuam sentido. Somente as pessoas individuais “são portadoras compreensíveis para nós de ações orientadas por um sentido.” (WEBER, 2000, p.9), Todavia, não se pode ignorar as estruturas coletivas, que vão servir a outros fins de conhecimento (como jurídicos). Como a ação social só se dá no meio social, Weber (2000) também afirma que ele se orienta pelo comportamento social de outros (em

defesa, ataque ou outro tipo de reação). Não é ação social, portanto, o comportamento religioso, quando nada mais é do que contemplação, ou uma eventual batida entre dois motoristas; contudo, é um exemplo de ação social a atividade econômica, ao passo que leva em consideração um mercado composto por outros indivíduos.

Em Weber (2000) a ação social também é categorizada em 4 classes conforme seu determinante: 1) de modo racional, referente a fins próprios, como determinado a obter sucesso e para tanto optar por determinados “meios”; 2) de modo racional referente a valores éticos, estéticos ou religiosos; 3) de modo irracional afetivo (emocional); e 4) de modo tradicional (por costume).

Analogamente, a ação social é percebida em Miller (1984) como uma ação prática de retórica ou discurso, organizada em torno de ações situadas (situação) ou concretas. Portanto, quando a autora se refere a ação retórica/pragmática/social ou situação retórica/pragmática/social, está aludindo a um mesmo conceito, porém, quando usa “ação” é de modo amplo e “situação” de modo situado.

Miller concorda com Bitzer (1980 apud Miller, 1984), Brinton (1981 apud Miller, 1984) e Patton (1979 apud Miller, 1984) a respeito de haver um status ontológico relativo às situações, isto é, as situações são eventos que podem ser objetivamente e historicamente percebidos; e também quanto a haver um componente perceptual / interpretativo.

Em relação ao componente interpretativo, Miller (1984) também concorda com Weber (2000) ao afirmar que as ações são guiadas por sentidos, portanto, no centro das situações encontramos um processo interpretativo. O indivíduo a partir da compreensão material dos elementos da situação e de sua bagagem cultural constrói/determina a própria situação. Esse processo recebe o nome de “tipificação”. Um novo tipo de situação retórica é criado quando os tipos existentes já não parecem adequados para caracterizá-lo. A tipificação depende, portanto, em Miller (1984), de nosso estoque de conhecimentos e da capacidade de articulá-los com uma nova situação. Obviamente, haverá algum impulso cognitivo na percepção do gênero, contudo, como as tipificações são construídas com base em modelos socialmente perceptíveis, o acordo social terá mais peso na compreensão que a subjetividade do indivíduo (MILLER e BAZERMNA, 2011).

Miller concorda com Schutz (1973, p. 234, apud MILLER, 1984, p. 157, tradução nossa) a respeito de como os novos tipos passam a fazer parte da linguagem:

Tudo o que é tipicamente relevante para o indivíduo já era, na maioria das vezes, tipicamente relevante para seus predecessores e, consequentemente, teve seu equivalente semântico depositado no idioma. Em suma, a linguagem pode ser

interpretada como a sedimentação de esquemas experienciais típicos que são tipicamente relevantes em uma sociedade.⁶¹

Por meio da linguagem, portanto, os tipos são sedimentados; por meio das relações sociais, são validados e transmitidos para a posteridade, servindo de matéria para a construção de significados sociais.

Fazendo alusão a Halliday (1978 apud MILLER, 1984), a autora norte-americana escreve que, ao se comunicar, a criança aprende um conjunto limitado de funções da linguagem, ou seja, alguns tipos situacionais gerais. Os tipos situacionais na linguagem adulta têm as mesmas funções e particularidades, só que com toda a complexidade, significados e interferências sociais que lhe foram sendo agregadas. Para uma comunicação eficiente, os envolvidos compartilham os mesmos significados, ou seja, assim como em Weber (2000), em Miller (1984) o sentido da ação social ou situação retórica também é compreendido individualmente. Paralelamente, sua manifestação se dá no nível coletivo e é influenciada pelo reconhecimento de terceiros.

A título de exemplo de como se dá o reconhecimento da ação social entre os pares, utilizaremos análise de Campbell e Jamieson sobre o elogio fúnebre enquanto gênero ou ação social.

O elogio fúnebre responde a uma situação em que uma comunidade é rompida pela morte. Nessa situação, as pessoas devem alterar seu relacionamento com o falecido e também enfrentar sua própria mortalidade. O próprio ato de performar o elogio fúnebre reconhece a morte. Ao fazê-lo, é necessária uma justaposição do tempo passado e presente, que refaça a relação com o falecido em memória. A garantia de que o falecido sobrevive na memória facilita o confronto com a mortalidade. Essa afirmação de vida persistente é intrínseca ao elogio fúnebre. Essa convicção é expressa em afirmações de que o falecido sobrevive na memória - em atos, família ou na história. As metáforas do renascimento articulam essa afirmação elogiosa. O ato de elogiar é, em outro aspecto importante, performativo. Ao unir os enlutados em um ato retórico, o elogio fúnebre afirma que a comunidade sobreviverá à morte. Tipicamente, os elogios reconstituem uma comunidade fragmentada por meio de dispositivos retóricos que apelam ao público para continuar as obras, incorporar as virtudes ou viver como o falecido gostaria. Estes são os requisitos situacionais, respostas estratégicas e escolhas estilísticas que, tomadas em conjunto, formam o elogio fúnebre. Essas características não coexistem por acaso. Eles existem em um relacionamento recíproco e dinâmico. (CAMPBELL; JAMIESON, 1978, p.20, tradução nossa)⁶²

⁶¹ “Whatever is typically relevant for the individual was for the most part already typically relevant for his predecessors and has consequently deposited its semantic equivalent in the language. In short, the language can be construed as the sedimentation of typical experiential schemata which are typically relevant in a society” (SCHUTZ, 1973, p. 234, apud MILLER, 1984, p. 157).

⁶² “The eulogy responds to a situation in which a community is ruptured by death. In this situation, persons must alter their relationship with the deceased and also confront their own mortality. The very act of eulogizing acknowledges the death. In so doing, it necessitates a juxtaposition of past and present tense which recasts the relationship to the deceased to one of memory. The assurance that the deceased, hence the audience, survives, at

A partir do trecho acima, compreende-se o elogio fúnebre, comum na América do Norte, como uma resposta de uma comunidade a um evento traumático e disruptivo: a morte. O elogio fúnebre mistura tempos verbais, de modo que o falecido permaneça “vivo” em memória, para incentivar que a audiência, viva, lide com a mortalidade de modo mais consolado. Além disso, utiliza recursos elegantes e sóbrios para reforçar nos vivos o sentimento da brevidade da vida e a ideia de que a comunidade sobreviverá unida a esta perda, satisfazendo, assim exigências de pesar e de continuidade da vida.

No caso do gênero *blog*, a ação social que permite e encoraja sua comunicação está relacionada à auto expressão/autopromoção do blogueiro e o desenvolvimento de comunidades e redes em torno de determinadas temáticas. Miller (2009) aponta, como sintomas sociais da segunda fase de evolução dos *blogs* (1999 a meados de 2000) uma mudança na percepção das relações públicas e privadas e na percepção de que a realidade mediada teria suplantado a realidade da vida real; e, na terceira fase dos *blogs* (a partir de meados de 2000) uma influência de *reality shows*, com a promessa de criação de celebridades instantâneas, e o estabelecimento de uma dicotomia entre os blogueiros exibicionistas e os leitores *voyeurs*.

A respeito do aprendizado de ação social proporcionado pelo estudo dos gêneros no sentido de compreensão da dinâmica social, a autora discorre que inclui compreender “quais fins podemos ter: nós aprendemos que podemos elogiar, pedir desculpas, recomendar uma pessoa à outra, instruir consumidores em nome de um fabricante, exercer um papel oficial, prestar contas do progresso na consecução de objetivos” (MILLER, 1984, p.165, tradução nossa).⁶³ Essa compreensão da dinâmica social pelos gêneros pode nos tornar mais aptos a agir socialmente, posto que podemos identificar caminhos mais eficazes para agir conjuntamente.

least in memory, eases confrontation with mortality. This the assertion of persistent life is intrinsic to the eulogy. That conviction is expressed in claims that the deceased survives in memory - In deeds, family or history. Metaphors of rebirth articulate this eulogistic claim. The act of eulogizing is, in another important respect, performative. By uniting the bereaved in a rhetorical act, the eulogy affirms that the community will survive the death. Typically, eulogies reknit the sundered community through rhetorical devices which appeal to the audience to carry on the works, to embody the virtues, or to live as the deceased would have wished. These are the situational requirements, strategic responses, and stylistic choices that, taken together, form the eulogy. These characteristics do not co-exist by chance. They exist in a reciprocal, dynamic relationship” (CAMPBELL; JAMIESON, 1978 , p.20).

⁶³ “[...] what ends we may have: we learn that we may eulogize, apologize, recommend one person to another, instruct customers on behalf of a manufacturer, take on an official role, account for progress in achieving goals” (MILLER, 1984, p.165).

6.2.1.1.1 RECORRÊNCIA

Para os ERG, é particularmente importante reconhecer que as ações retóricas são recorrentes.

Conforme observaram Campbell e Jamieson (1978, p. 27 apud MILLER, 1984, p.156, tradução nossa) “a existência de recorrências provê clareza à condição humana”⁶⁴ isto é, a repetição fornecerá elementos assimiláveis para que o indivíduo, por comparação, analogia ou similaridade, identifique padrões ou circunstâncias e reaja a eles. Cabe lembrar que o processo de tipificação também se dá a partir do reconhecimento dessas estruturas familiares recorrentes.

Na situação retórica recorrente (SRR) o que ocorre não são os aspectos materiais da situação mas as interpretações de indivíduos (reconhecidas socialmente) a respeito de um tipo. Para o processo comunicativo, é fundamental que dois indivíduos compartilhem significados a respeito de um tipo. (MILLER, 1984)

Estudar uma situação retórica recorrente é uma tarefa que torna-se especialmente complexa em uma sociedade marcada pela instabilidade como a nossa, conforme depreende Burke (1965 apud MILLER, 1984). Uma das questões centrais dos estudos de gêneros tem sido justamente compreender a dicotomia entre a estabilidade relativa (ou seja, a manutenção destes padrões recorrentes) *versus* o dinamismo, que se torna mais frequente com os modos cada vez mais voláteis de produção do discurso.

Carolyn Miller (1984) concorda que, dada a configuração do ambiente digital, caracterizado pela urgência e pela proliferação da mudança, pode-se tornar complicada a tarefa de identificar a recorrência. A título de exemplo, ela menciona um menor reconhecimento social de gêneros nato-digítals (excetuando-se, neste caso, os gêneros da mídia impressa que migraram para o ambiente digital, pois neste caso dizemos que houve mudança de mídia, não de gênero).

Além da mídia, as culturas também influenciam na percepção de padrões recorrentes e emergentes de gêneros: os gêneros poderão variar tanto quanto a capacidade de determinada cultura reconhecer os eventos de recorrência. Assim, em Miller (2009), ratifica-se a recorrência como uma das fontes de estabilidade relativa do gênero.

⁶⁴ “[...] the existence of the recurrent provides insight into the human condition” (CAMPBELL e JAMIESON, 1978, p.27, apud MILLER, 1984, p.156).

6.2.1.1.2 EXIGÊNCIA

Havendo divergências a respeito do termo Exigência na teoria retórica, Miller (1984) propõe um entendimento do termo próximo ao entendimento de Bitzer (1968 apud MILLER, 1984).

Nos primeiros trabalhos em que abordou a exigência, Miller (1984, p.157-158, tradução nossa) a definiu como

[...] uma forma de conhecimento social - uma interpretação mútua de objetos, eventos, interesses e propósitos que não apenas os liga, mas também os torna o que são: uma necessidade social objetificada. [...] embora a exigência forneça ao retor um senso de finalidade retórica, ela claramente não é a mesma que a intenção individual do retor, que pode ser mal formada, dissimulada ou contradizer o que a situação convencionalmente apoia. A exigência fornece ao retor uma maneira socialmente reconhecível de tornar conhecidas suas intenções. Ele fornece uma ocasião e, portanto, uma forma de tornar públicas nossas versões particulares das coisas.⁶⁵

Trata-se de um incômodo, uma imperfeição, um problema, que urge ser solucionado por meio da ação social, isto é, a exigência tem uma função catalisadora. Tal qual um “motivo”, a exigência nos “move” como comunidade em direção a alguma realização conjunta.

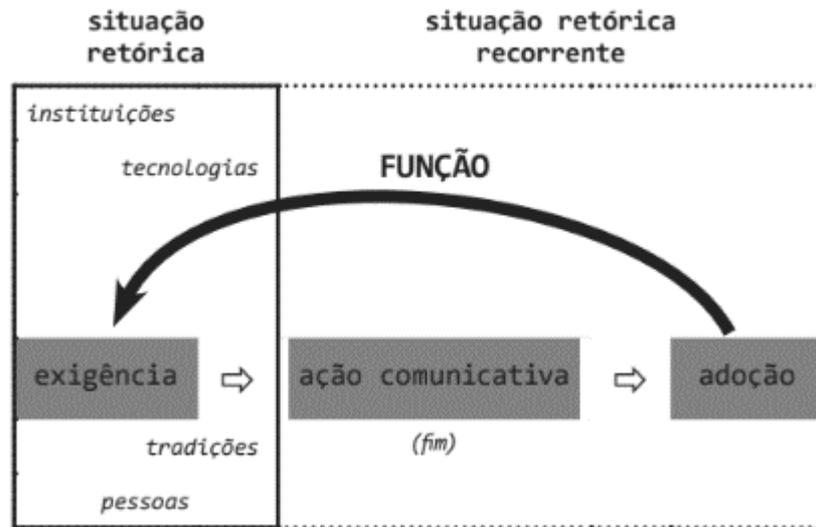
Ao contrário de Swales (1990 apud MILLER, 2015), para quem o foco da ação é o propósito, do ponto de vista do agente; para Miller (2015, 2016b), o foco da ação é a exigência, do ponto de vista do sistema. Assim, a exigência nunca será reconhecida individualmente, como se fosse baseada na intenção de um indivíduo, e sim dentro das convenções sociais da comunidade, dos meios coletivos reconhecíveis para se validar a ação.

Uma exigência pode ter vários motivos, cabendo ao indivíduo analisar os motivos socialmente aceitáveis e alinhados com suas intenções particulares para estabelecer uma ação social coerente com o privado e o público, como acontece, por exemplo, nas decisões políticas. Exigência, portanto, não deve ser confundida com a intenção do retor que fala, mas um motivo ou propósito que seja socialmente reconhecido e formatado para atender tanto ao indivíduo como à comunidade.

⁶⁵ “[...] is a form of social knowledge—a mutual construing of objects, events, interests, and purposes that not only links them but also makes them what they are: an objectified social need. [...] although exigence provides the rhetor with a sense of rhetorical purpose, it is clearly not the same as the rhetor's intention, for that can be ill-formed, dissembling, or at odds with what the situation conventionally supports. The exigence provides the rhetor with a socially recognizable way to make his or her intentions known. It provides an occasion, and thus a form, for making public our private versions of things”(MILLER, 1984, p.157-158).

Assim, a exigência tem também um fator modelador. Enquanto “necessidade social objetificada”, ela orienta a ação social, porque configura uma forma reconhecível para a realização da ação, de modo que o que surge como um sentido identificado individualmente será externalizado e tornado público para julgamento da comunidade.

Figura 11- Componentes da situação comunicativa e direcionalidade da função comunicativa



Fonte: Miller (2015, p.53)

Como exemplo de como uma exigência recorrente pode motivar a criação e mudança de um gênero, observemos o trecho em que Miller (2009, p.263, tradução nossa) discorre sobre a evolução sofrida pelo gênero *blog*.

A surpreendente aceitação do *blog* sugeriu que esse gênero estava atendendo a uma exigência recorrente que foi sentida ampla e profundamente. Mas o crescimento dos *blogs* não foi simples ou linear: os *blogs* começaram a mudar e se adaptar, a especiar, por assim dizer. Logo depois que todos pensaram que sabiam que um *blog* era um diário *online*, começamos a ouvir sobre *j-blogs* (*blogs* jornalísticos), *blogs* de equipes, *blogs* de fotos, *blogs* de sala de aula, *blogs* de viagens, *blogs* de campanha e muito mais. As formas e os recursos do *blog* que inicialmente se fundiram com a exibição cada vez maior de indivíduos foram rapidamente utilizados para fins de defesa política, suporte técnico corporativo, interação em sala de aula e deliberação pública. Com uma rapidez igual à de sua adoção inicial, os *blogs* se tornaram não um fenômeno discursivo, mas uma multiplicidade.⁶⁶

⁶⁶ “The astonishing uptake of the blog suggested that this genre was addressing a recurrent exigence that was widely and deeply felt. But the growth of blogs wasn’t simple or linear: blogs began to change and adapt, to speciate, as it were. Shortly after everyone thought they knew that a blog was an online diary, we started to hear about j(ournalism)-blogs, team blogs, photo blogs, classroom blogs, travel blogs, campaign blogs, and more. The forms and features of the blog that had initially fused around the unfolding display of personal identity were rapidly put to use for purposes of political advocacy, corporate tech support, classroom interaction, and public deliberation. With a rapidity equal to that of their initial adoption, blogs became not a single discursive phenomenon but a multiplicity” (MILLER, 2009, p.263).

A partir desse fragmento, é possível verificar a afiliação entre os conceitos de gênero e exigência. A relação entre os dois se dá em nível de causa-circunstância, porque a exigência é uma necessidade sentida socialmente e satisfeita socialmente por meio da ação social (isto é, do gênero ou por meio do gênero). E quando a necessidade muda, o gênero rapidamente se adapta, como se respondesse a um gatilho.

Conforme observa Miller (2009), algumas exigências se adaptam às novas mídias e simplesmente o gênero se ajusta para atender à exigência de uma forma otimizada. Não se pode dizer, contudo, que as mídias criam a exigência ou que as exigências sempre responderão se ajustando às novas mídias: este é um processo orgânico e social.

Tão estreito é o vínculo que, em alguns momentos, a exigência na teoria de Miller parece se confundir com a própria ação social ou o contexto. Para deixarmos mais claro, em definição pontual do que seria a exigência identificada na segunda e terceira fases dos *blogs*, Miller discorre que seria, na segunda fase,

[...] uma necessidade recorrente e amplamente compartilhada de cultivo e validação do eu que surgiu na interseção dos âmbitos privado e público, onde as questões sobre identidade são mais problemáticas. Combinada com seu esforço concentrado e repetido, a publicização do *blog* - seu exibicionismo - produz uma intensificação do eu, uma elaboração reflexiva da identidade. Os *blogs* da terceira fase não são essencialmente diferentes. O advento das tecnologias interativas dentro dos *kairos* da celebridade e do comercialismo serviu principalmente para aprimorar a conexão entre a auto-expressão e construção da comunidade da auto-exposição, em vez de substituir a primeira pela segunda. As múltiplas motivações do voyeurismo e do exibicionismo, segundo Calvert, compartilham uma qualidade: a necessidade de conexão, o desejo de fazer parte do mundo ao nosso redor, seja esse mundo material ou virtual. (Miller, 2009, p. 271, tradução nossa)⁶⁷

Ou seja, neste caso a exigência alude a uma necessidade recorrente de validação, de construção da própria identidade e de pertencer a uma comunidade que, por sua vez, incentiva a auto-expressão. Tanto o *blog* pessoal é motivado por essa validação social, como as formas de validação parecem ser ações sociais.

⁶⁷ “[...] a widely shared, recurrent need for cultivation and validation of the self that emerged at the intersection of the private and public realms, where questions about identity are most troubled. Combined with its focused and repeated effort, the blog’s public disclosure—its exhibitionism—yields an intensification of the self, a reflexive elaboration of identity. Phase three blogging is essentially no different. The advent of the interactive technologies within the *kairos* of celebrity and commercialism has served mainly to enhance the connection between the self-expression and community-building functions of self-disclosure, rather than to displace the former with the latter. The multiple motivations for both voyeurism and exhibitionism, according to Calvert, share one quality, which is the need for connection, the desire to be part of the world around us, whether that world be material or virtual” (MILLER, 2009, p. 271).

Em outro caso a ser analisado, referente ao vínculo entre exigência e ação social, Miller (2018) comenta da disseminação de imagens do gênero meme, que funciona quase como um jogo, em que uma imagem é repetida à exaustão, acompanhada de um texto que qualquer um pode facilmente acrescentar tendo um editor básico de imagens (podendo, assim, “entrar no jogo”). A motivação pelo jogo seria a exigência, e o “jogar” constituiria a ação social.

Miller (2018) também discorre que a exigência, ao ser socialmente reconhecida, gera expectativas na audiência. Ela menciona, por exemplo, o escândalo de quando a obra *Love and Consequences*, capitalizada como uma autobiografia (“*memoir*”), foi comprovada ser uma fraude. Tratava-se de, na verdade, de uma ficção fabricada. A descoberta fez com que a Editora retirasse todas as 19 mil cópias de circulação e cancelasse turnê de autógrafos agendada com a autora. “A diferença entre a autobiografia e a ficção não somente tem consequências financeiras para editores e autores, como provocou uma reflexão pública sobre autenticidade, credibilidade, verdade e confiança - todos problemas relacionados às expectativas de gênero” (MILLER, 2018, p.178, tradução nossa).⁶⁸

Ou seja, porque a exigência motiva e modela a ação em formas reconhecíveis, expectativas são criadas por uma audiência a respeito de como a ação será desempenhada (ou como o gênero será reproduzido), e isso pode impactar na recepção do gênero. Esta relação será desenvolvida com maior profundidade na seção sobre forma.

6.2.1.2 SUBSTÂNCIA/CONTEÚDO SEMÂNTICO

Paralelamente ao entendimento de gênero como ação social, Miller (1984, 1980) também sugere, para compreender como se origina o sentido da ação social, a divisão do gênero como uma fusão entre substância e forma, compreendidos em um contexto social. Os gêneros, portanto, seriam respostas estilísticas e substantivas às demandas sociais, aspectos da experiência que são simbolizados de algum modo, pela linguagem, por gestos ou outro sistema simbólico. Esta “fusão genérica” de forma e substância para compreensão dos significados é uma adaptação feita por Miller de uma teoria originalmente produzida por Campbell e Jamieson (1978 apud MILLER, 1987).

⁶⁸ “The difference between memoir and fiction not only has had financial consequences for publishers and authors but also has stirred public reflection on authenticity, credibility, truth, and trust—all issues related to genre expectations” (MILLER, 2018, p.178).

Nesta seção, discutiremos a respeito do componente “substância”, relacionado ao valor semântico do gênero.

Miller empresta de Burke (1935 apud MILLER, 1984) a noção de que o conteúdo de um gênero está relacionado aos aspectos compartilhados, derivados da ação conjunta.

Não existe menção explícita da relação entre o conteúdo e a exigência na teoria de Miller, mas pode-se depreender que o entendimento da autora é o de que o conteúdo do gênero visa satisfazer a uma exigência/ necessidade social objetificada. É o caso de Miller (2009), em que diz-se que alguns desastres ocorridos nos Estados Unidos teriam motivado novas exigências no contexto do gênero *blog*. O 11 de setembro, por exemplo, teria motivado a exigência retórica de que as pessoas começassem a relatar os desastres em perspectivas pessoais e independentes, por estarem insatisfeitas com a cobertura midiática tradicional; ou ainda, o desastre causado pelo furacão Katrina em 2005, que teria motivado a exigência de que os blogueiros alertassem sobre os perigos do furacão em tempo real ou solicitassem ajuda para os desabrigados.

Ainda no sentido de compreender o conteúdo como orientado pela exigência, observemos o fragmento abaixo:

Para uma exigência caracterizada pela mercantilização corporativa de notícias, perda de engajamento público autêntico e um senso compartilhado de impotência política, os *blogs* forneceram maneiras de envolver questões, participar de discussões, minar a homogeneidade da mídia corporativa e transformar o público em comunidades participativas. (MILLER, 2009, p.278, tradução nossa)⁶⁹

Ou seja, ao utilizarmos uma SRR em resposta a determinada exigência (por exemplo, o engajamento da comunidade frente a um acidente), é esperado que o conteúdo da ação satisfaça minimamente à necessidade que foi identificada, que aborde o aspecto esperado em relação ao acidente, como um comentário, uma reprodução ou um pedido de ajuda. Convém lembrarmos mais uma vez que a divisão entre conteúdo e forma tem propósito didático; na prática, a exigência requer que conteúdo e forma sejam analisados e avaliados conjuntamente, para que sejam utilizados os recursos reconhecíveis mais adequados a cada SRR.

⁶⁹ “For an exigence characterized by the corporate commodification of news, perceived loss of authentic public engagement, and a shared sense of political impotence, blogs provided ways to engage issues, to participate in discussion, to undercut corporate media homogeneity, and to turn audiences into participatory communities” (MILLER, 2009, p.278).

6.2.1.3 FORMA/CONTEÚDO SINTÁTICO

O segundo elemento da “fusão genérica”, a forma, é percebida como o modo como a substância está sendo simbolizada, quais meios e convenções estão sendo utilizados.

No entendimento aristotélico de gênero (abordagem formalista-temática) a forma tem muito mais importância na caracterização de um gênero, se comparado ao entendimento de gênero retórico (abordagem pragmática). Contudo, não há que se negar que mesmo na segunda abordagem, a forma ainda compreende parte significativa na constituição do gênero, uma vez que é o elemento que torna mais facilmente possível discernir um gênero de outro e também é fundamental para seu reconhecimento objetivo e replicação.

A forma constitui um molde de como o interlocutor deve interpretar a substância; de modo que essa instrução, por assim dizer, cheia de elementos já familiares ao interlocutor, permite que ele antecipe sua reação. A forma é, assim, “um despertar e uma realização de desejos. Uma obra tem forma na medida em que uma parte dela conduz o leitor a antecipar a outra parte, a ser gratificado pela sequência” ⁷⁰(BURKE, 1968, p.24 apud MILLER, 1984, p.159, tradução nossa)

Desse modo, pode-se dizer que na teoria de gênero como ação social a forma se relaciona intimamente à recorrência, numa dinâmica que envolve a geração e a satisfação de expectativas, como fica claro por meio do trecho a seguir:

A forma tem outro efeito facilitador na recorrência, e isso deriva das satisfações - os prazeres - que a forma oferece: os prazeres dos reconhecimentos e as expectativas atendidas ou surpreendidas; os prazeres do ritmo, repetição e variação; os prazeres de aplicar uma forma familiar a um uso desconhecido, de fundir forma e função em um todo satisfatório. (MILLER, 2018, p.196, tradução nossa)⁷¹

Como exemplo de forma recorrente em um discurso textual pode-se citar o artigo científico, no qual há uma expectativa de se encontrar, no mínimo, os seguintes aspectos derivados do método científico: introdução, métodos, resultados e discussão (a estruturação dita IMRD ou IMRAD). Ou ainda, entre os aspectos formais do gênero *blog*, incluem-se marcas de tempo e uma organização cronológica decrescente (provocar uma expectativa para que o leitor

⁷⁰ “[...] an arousing and fulfillment of desires. A work has form in so far as one part of it leads a reader to anticipate another part, to be gratified by the sequence” (BURKE, 1968, p.24 apud MILLER, 1984, p.159).

⁷¹ “Form has yet another enabling effect on recurrence, and this derives from the satisfactions—the pleasures—that form offers: the pleasures of recognitions made and expectations met or surprised; the pleasures of rhythm, repetition, and variation; the pleasures of putting a familiar form to an unfamiliar use, of merging form and function into a satisfying whole” (MILLER, 2018, p.196).

retorne), caixa de comentários, identificação pessoal do autor e presença de links para conteúdo externo. A chamada segunda fase dos *blogs* (de 1999 a meados de 2000), por sua vez, é caracterizada por uma linguagem semelhante à usada nos diários, enquanto a primeira (até 1999) continha *links* e comentários. Na terceira fase (após meados de 2000), já verifica-se a profusão de *links* externos, *permalinks*, *tags*, etc. (MILLER, 2009).

Esta mesma característica que gera expectativa é a característica que comunica sobre informações presentes no discurso. Assim, diz-se que a forma é um componente metainformacional. Portanto, além de sintático, é também em algum nível semântico, haja vista conter significados auxiliares de como interpretar a substância (essa sim, componente semântico principal). Note-se que há algumas camadas de componentes sintáticos e semânticos, que obedecem a uma hierarquia de sentidos no gênero. (MILLER, 1984). Quanto a esta hierarquia, Miller (1984, p.160, tradução nossa) dispõe:

Quando forma e substância são fundidas em um nível, elas adquirem valor semântico, que é então sujeito à formalização em um nível superior. Em um nível, por exemplo, os valores semânticos de uma sequência de palavras e seus relacionamentos sintáticos em uma sentença adquirem significado (valor pragmático como ação) quando juntos eles servem como substância para a forma de nível mais alto do ato de fala. Essa combinação de substância e forma adquire significado quando serve de substância para a forma de nível ainda mais alto imposta por, digamos, um jogo de linguagem. Assim, a forma em um nível se torna um aspecto da substância em um nível superior (é isso que torna a forma "significativa"), embora ainda seja analisável como forma no nível inferior. [...] É através dessa combinação hierárquica de forma e substância que as estruturas simbólicas assumem força pragmática e se tornam ações interpretáveis: quando fundidos, os componentes substantivos e formais podem adquirir significado no contexto. Uma hierarquia complexa de tais relações é necessária para a construção de significado.⁷²

Essa hierarquia de significados primários (conteúdo) e secundários (como interpretar o conteúdo e em que contexto), portanto, é fundamental para construir o sentido da ação retórica e para satisfazer à exigência criada. Um esquema visual da hierarquia foi apresentado na figura 10.

⁷² “When form and substance are fused at one level, they acquire semantic value which is then subject to formalizing at a higher level. At one level, for example, the semantic values of a string of words and their syntactic relationships in a sentence acquire meaning (pragmatic value as action) when together they serve as substance for the higher-level form of the speech act. In turn, this combination of substance and form acquires meaning when it serves as substance for the still higher-level form imposed by, say, a language-game. Thus, form at one level becomes an aspect of substance at a higher level (this is what makes form 'significant'), although it is still analyzable as form at the lower level. [...] It is through this hierarchical combination of form and substance that symbolic structures take on pragmatic force and become interpretable actions; when fused, the substantive and formal components can acquire meaning in context. A complex hierarchy of such relationships is necessary for constructing meaning” (MILLER, 1984, p.160).

Uma questão de forma que vem sido discutida recentemente pelos estudiosos de gênero, frente à emergência de perpetuação de novos gêneros digitais, é a emulação. Hoje, por exemplo, é comum a produção do gênero meme, que varia em relação às tendências do momento. Trata-se de uma imagem repetida à exaustão, portanto similar em forma, sendo que cada imagem vem acompanhada de um texto novo, o que configura o que Miller determina "emulação". (MILLER, 2018) Como não parece ser uma característica essencial ao entendimento da forma nos estudos de gênero, não aprofundaremos o conceito de emulação neste trabalho, apenas trouxemos ao olhar do leitor para informar que é uma tendência no estudo de forma em RGS.

6.2.1.4 CONTEXTO

Haja vista a união de forma e substância e mais a necessidade de se interpretar o gênero, o que Miller (1984, p.161, tradução nossa) defende é que a fusão genérica deve ser observada em relação a um determinado contexto, que será determinante para sua compreensão.

[...] são as regras constitutivas que nos dizem como fundir forma e substância para criar significado e regras reguladoras que nos dizem como a fusão em si deve ser interpretada dentro de seu contexto. Por exemplo, convenções de forma e substância combinam-se de acordo com regras constitutivas para criar a ação retórica tipificada [...]; além disso, a ação é interpretável sob regras regulatórias fornecidas por contextos maiores, como religião ou assuntos públicos.⁷³

Assim, tomemos como exemplo o potencial informativo de uma reportagem de jornal de 1903,

[...] gênero não está no texto, está nas mentes e no consenso dos usuários, de modo que, para entender o texto como reportagem, precisamos nos projetar, em nossa imaginação empática, em direção às mentes dos leitores de 1903 e compreender como aquilo pôde virar notícia naquele tempo; e se fizermos isso, e se soubermos bastante sobre a história e a sociedade daquele tempo, poderemos então começar a ser sensíveis à mudança no gênero, poderemos perceber que provavelmente existiam, no início do século XX, convenções jornalísticas diferentes daquelas com que estamos habituados hoje. E isso pode nos sensibilizar para a mudança no gênero, também, de modo que a questão [...] é como ver os enunciados em contexto, com todas as limitações que isso envolve, em vez de projetar nosso conhecimento atual sobre eles. (MILLER; BAZERMAN, 2011, p. 64)

Em outras palavras, a mesma união de substância e forma poderá incitar diferentes compreensões do gênero em diferentes contextos. Por este motivo, determinado texto, que tenha

⁷³ “[...] it is constitutive rules that tell us how to fuse form and substance to make meaning and regulative rules that tell us how the fusion itself is to be interpreted within its context. For example, conventions of form and substance combine according to constitutive rules to create the typified rhetorical action [...]; in addition, the action is interpretable under regulative rules provided by larger contexts, like religion or public affairs” (MILLER, 1984, p.161).

sido escrito por um determinado viés, pode repercutir de um modo quando apresentado a um público simpatizante com aquele viés; e de outros quando apresentado a uma audiência contrária ou indiferente. Ou ainda, quando analisado dentro de diferentes áreas, como o político e o econômico, ou dentro de diferentes âmbitos, como uma comunidade específica ou a sociedade em geral.

O movimento contrário - o conjunto de gêneros sendo usado como espelho de determinado contexto cultural - também é abordado por Carolyn Miller. Segundo ela, o conjunto representa um sistema de ações e interações, cada qual com sua função e valor social agregado. Os gêneros são capazes de demonstrar como as pessoas participam socialmente:

[...] eles nos mostram a natureza das relações sociais e suas tensões, bem como possíveis resoluções. Eles nos mostram tanto o que importa, o que valorizar, em qualquer sentido moral, mas o que importa para as outras pessoas, o que elas valorizam, quais reconhecimentos e preferências elas têm em comum, o que motiva suas atitudes e ações conjuntas. [...] Como os gêneros incorporam valores culturais, debates sobre gêneros são negociações sobre nossas relações com esses valores. É por isso que eles importam (MILLER, 2012b, p.142, tradução nossa)⁷⁴

A autora enfatiza que os gêneros não informam principalmente sobre as preferências individuais do seu autor, mas da comunidade. Obviamente, haverá vestígios dos indivíduos que os criaram e de suas posições sobre o mundo, contudo o principal valor informativo do gênero será sobre o contexto da comunidade em que está inserido. Se os gêneros são criados recorrentemente como respostas a determinada exigência comum, então seguirão um mínimo padrão estabilizado e um decoro com os interesses e as expectativas do entorno. Desta maneira, ratifica-se que o conjunto de gêneros como via de mão dupla para os valores, conhecimentos, práticas e sentidos do coletivo.

Ainda neste sentido, a autora considera gênero um artefato cultural, uma vez que é uma “representação do raciocínio e dos propósitos característicos de uma cultura” (MILLER, 1984, 164, tradução nossa).⁷⁵ Os gêneros fornecem aporte instrumental a grupos ou *clusters* que são as comunidades discursivas e que, por sua vez, formam as culturas e subculturas. Estas comunidades serão objeto de análise em seção posterior.

⁷⁴ “[...] they show us the nature of social relationships and their tensions, as well as possible resolutions. They show us not so much what matters, what to value, in any moral sense, but rather what matter to other people what they value, what recognitions and preferences they hold in common, what motivates their joint attitudes and actions. [...] Because genres incorporate cultural values, debates about genres are negotiations over our relationships to those values. This is why they matter” (MILLER, 2012b, p.142).

⁷⁵ “[...] representation[s] of reasoning and purposes characteristic of [a] culture” (MILLER, 1984, 164).

Mikhail Bakhtin sugere que existe uma base cognitiva que permite aos atores sociais reconhecerem certos padrões no tempo e no espaço e intervir sobre eles usando os gêneros. Este fenômeno é chamado por Bakhtin de *chronotope*, segundo Miller (2016). Não raro, Miller utiliza o termo *kairós* com um sentido semelhante. Em se tratando do contexto para a compreensão do gênero, este vem a ser um conceito de bastante importância na teoria da autora.

O *Kairós* é um termo cunhado na tradição retórica grega que se tornou centro da noção de gênero a partir do trabalho de Isócrates, e diz respeito a um contexto situacional. (MILLER, 2018).

Sobre a importância de compreender este conceito para poder interpretar um texto [ou gênero], a autora discorre que

Compreender a relação entre o contexto histórico e as características particulares do discurso é essencial para uma interpretação especificamente retórica de um texto científico ou de qualquer outro texto. Essa alegação é um argumento para que a centralidade dos *kairos* seja retórica. Como princípio do tempo ou da oportunidade na retórica, o *kairos* chama a atenção para a natureza do discurso como evento e não como objeto; mostra-nos como o discurso está relacionado a um momento histórico; alerta-nos para a constante mudança da qualidade da adequação. (MILLER, 1992, p.310, tradução nossa)⁷⁶

Antes de continuar a debater sobre o assunto, devemos fazer a distinção entre os dois termos gregos usados para tempo: *chronos* e *kairós*. *Chronos* é um termo quantitativo, ligado à noção de tempo cronológico e sequencial, enquanto *kairos* é um conceito tanto temporal como espacial, um momento qualitativo que se apresenta crítico ou oportuno, em que algo “especial” está acontecendo, para que o retor possa tomar uma decisão ou realizar a ação social. Originalmente, o *kairos* grego era também usado como sinônimo de “abertura”, sendo atualmente traduzido como “o tempo certo”. O discernimento do retor para realizar a ação social neste tempo e espaço certos é crucial para que o discurso seja ou não efetivo. (MILLER, 1992, 2012)

Ao concordar com Swales (1981 apud MILLER, 1992), Miller (1992, p.319, tradução nossa) infere que “um problema, ou exigência, em outras palavras, se torna uma oportunidade, um *kairós*. Nesse sentido, o *kairós* se torna um lugar-comum fundamental e bastante literal para o desenvolvimento de [...] um argumento”.⁷⁷ Neste sentido, a dimensão espacial do *kairós* seria

⁷⁶ “Understanding the relationship between historical context and particular characteristics of discourse is essential to a specifically rhetorical interpretation of a scientific or any other text. This claim is an argument for the centrality of kairos to rethoric. As the principle of timing or opportunity in rethoric, kairos calls attention to the nature of discourse as event rather than object; it shows us how discourse is related to a historical moment; it alerts us to the constantly changing quality of appropriateness” (MILLER, 1992, p.310).

⁷⁷ “[...] a problem, or exigence, in other words, becomes an opportunity, a kairos. In this sense, kairos becomes a fundamental and quite literal topos [espaço] for the development of a [...] argument” (MILLER, 1992, p.319).

uma espécie de pensamento social convergente e propício que se apresenta no contexto de uma comunidade e que permite que a ação social flua. O *kairós* relaciona-se, ultimamente, a “tanto o sentido segundo o qual o discurso é compreendido como apropriado e oportuno [...] quanto à forma como o discurso pode agarrar-se à oportunidade única de um momento fugaz para criar uma nova possibilidade retórica” (MILLER, 2012, p.62)

Em se tratando de contexto, cabe ainda ressaltar a relação do gênero com a mudança, considerando que na sociedade contemporânea tem-se a instabilidade como uma característica inerente.

Os gêneros, eu sugeriria, são formas particularmente úteis de se pensar sobre a mudança cultural através do tempo: porque são veículos de reprodução cultural, eles nos fazem olhar para a produção e a recepção, para propósitos particulares (e como esses se tornam reconhecíveis para outros dentro de um sistema de limitações múltiplas) e funções sistêmicas. (MILLER, 2015, p.55)

Como um exemplo dessas mudanças, Miller (2009) observa que com o advento da internet os gêneros têm a tendência de serem mais voláteis para responderem às demandas pragmáticas da nova configuração da comunicação. Essa volatilidade se dá em forma de proliferação de novos gêneros e subdivisões de gêneros antigos.

Apoiada em Shryer (1993 apud MILLER, 2009), a autora argumenta que a discussão a respeito da relação do gênero com a mudança vai de encontro ao próprio conceito de gênero, pois se entendemos que gêneros são ações retóricas recorrentes tipificadas, relativamente estáveis, e dependemos dessa relativa estabilidade para compreendê-los como um novo gênero, então essa estabilidade precisa resistir minimamente à mudança. A autora concorda com Berkenkotter e Huckin (1993 apud MILLER, 2018, 2017) quando argumenta que os gêneros devem ser ao mesmo tempo flexíveis e estáveis: flexíveis na medida em que se adaptam plasticamente às novas exigências retóricas e estáveis no sentido de se manterem recorrentes as situações, permanecendo o gênero como uma ferramenta cultural identitária no contexto em que é empregado.

Miller (2009) relata ter havido um movimento na Teoria de Gênero a partir da virada dos anos 2000 no sentido de se aceitar o dinamismo como característica própria ao gênero. Para a autora, a mudança do gênero é uma parte de uma adaptação sociocognitiva a uma mudança externa na situação, no contexto, na cultura ou no próprio próprio gênero (pensando-se em termos evolucionários). Como exemplo, ela cita o estudo dos gêneros do discurso da presidência norte-americana por Campbell e Jamieson (1990, apud MILLER, 2009), no qual os autores teriam verificado que o discurso presidencial é elástico, se adapta e sustenta a

presidência em cada mandato, a despeito de possuir marcas próprias do temperamento de cada presidente.

A adesão da autora à noção de dinamismo de gênero também se faz sentir em análise do gênero *blog* pessoal (MILLER, 2009). A autora se empenhou em verificar o contexto de surgimento e evolução do *blog* pessoal, tendo identificado três fases: uma anterior a 1999, na qual os *blogs* eram escritos por indivíduos da indústria tecnológica para compartilhar informação entre seus pares; uma de 1999 a meados de 2000, marcada pela oferta de *sites* hospedeiros de *blogs*, que tornaram o gênero mais acessível e que agora teria como principais autores jovens menos preparados tecnologicamente e mais propensos a compartilhar informações pessoais; e uma terceira fase a partir de meados de 2000, quando o advento das redes sociais modificou o gênero mais uma vez. A principal diferença da terceira fase se refere a como os leitores acessam os *blogs*: na segunda fase, navegava-se por um arquivos das postagens nos sites hospedeiros; na terceira fase (dos *blogs* nas redes sociais), basta clicar na foto do blogueiro para ter acesso ao seu *blog* pessoal. Mais recentemente, as funcionalidades do *blogs* têm sido utilizadas para outros fins além da autoexpressão, como para a mudança social, como no caso dos *public affair blogs*. Verificou-se que a internet poderia ser potencializadora do discurso político, sendo que as maiores mudanças no gênero *public affair blogs* se dão nos anos de eleição.

Miller (2009) traz para sua teoria alguns elementos da teoria de Michael Bakhtin, o qual argumenta no sentido de o discurso ser um campo no qual atuam forças centrípetas (no sentido da estabilidade, da recorrência, da tipificação e reprodução cultural) e centrífugas (no sentido da mudança, causada principalmente por fatores sociocognitivos). Isto é, um gênero não pode ser considerado de todo estático, mas dinâmico e aberto, na medida em que estas forças internas e externas se equilibram, pois “gêneros retóricos são uma classe aberta e em constante evolução, e como tal, os gêneros não constituem uma taxonomia pura, de classes mutuamente exclusivas” (MILLER, 2014, p.57, tradução nossa)⁷⁸

Para ilustrar um embate entre as forças centrípetas e centrífugas na criação de um gênero, utilizaremos a controvérsia de Guarini, que é apresentada em Miller (2012b). Battista Guarini teria sido diplomata e poeta que produziu obras adaptadas por madrigais e livretos de ópera no século XVI. Guarini teria reivindicado a criação de uma obra do gênero tragicomédia, a *tragicommedia pastorale*. Em resposta, o professor de filosofia da moral Giason Denores teria

⁷⁸ “Rhetorical genres are an open, evolving class and as such, genres do not constitute a neat, mutually exclusive taxonomy” (MILLER, 2014, p.57).

vindo a público criticar a composição de Guarini, que, segundo ele, não teria serventia pública nem precedentes na história. Ambos argumentaram publicamente por anos sobre a mistura de tragédia e comédia e o lugar da arte poética frente aos antigos e novos gêneros. Guarini teria a noção de que o gênero de forma estática como apresentado por Aristóteles seria produto do tempo do filósofo, não mais havendo que se prender a essas categorias inflexíveis, e que a mistura de tragédia e comédia existe na prática com alguma probabilidade. A insistência de Denores na tradição, como quem puxa o gênero no sentido da estabilidade, também é vista como uma característica da Renascença, de se glorificar os elementos da Antiguidade; Guarini, por outro lado, estaria valorizando mais a capacidade funcional do gênero que um formalismo autoritário.

Carolyn Miller (2012b) também vê a controvérsia de Guarini como um conflito entre teoria e prática ou tradição e inovação. Podemos, assim, verificar que as forças centrífugas atuam no sentido da experimentação da teoria e centrípetas no sentido do consenso epistemológico de uma determinada comunidade. Quando, na prática, esse consenso demonstra-se insuficiente para lidar com os problemas da comunidade, existe uma tendência de que apareçam forças centrífugas que promovem a desordem até que um novo consenso se estabeleça, o que pode vir acompanhado de uma mudança no gênero existente ou da emergência de um novo gênero, que pode ou não ser acompanhado do abandono do gênero antigo. “Antes e agora, a mistura de gêneros oferece uma maneira de o velho e o novo informarem um ao outro; também nos permite assistir a mudanças de gênero, ver a criação de novos gêneros e a elaboração de novos repertórios de gêneros” (MILLER, 2012b, p.141, tradução nossa)⁷⁹. Assim, se a recorrência é uma força no sentido da estabilidade, os elementos contextuais que fornecem alguma novidade ou descontentamento com a situação social anterior são forças no sentido da instabilidade, ao mesmo tempo que oportunidades de inovação.

Por conseguinte, infere-se que o contexto social e cultural é especialmente abordado na teoria de Carolyn Miller quando a autora discorre sobre de onde os gêneros vêm e como os gêneros mudam. Em Miller (2017), a autora delimita que os gêneros vêm de outros gêneros e os modos pelos quais mudam parecem ser vistos pela autora numa perspectiva evolutiva ou de emergência.

⁷⁹ “Then and now, genre mixing offers a way for the old and the new to inform each other; it also allows us to watch genre change happening, to see the creation of new genres, to watch the making of *nova reperta*” (MILLER, 202b, p.141)

Alguns trabalhos similares também teriam identificado este movimento de evolução, criação e decadência de novos gêneros a partir de gêneros antigos, como demonstra o trabalho de Bazerman (2000 apud MILLER, 2014), que analisou como o gênero carta teria dado origem a vários outros, como patentes, contratos, testamentos e o próprio artigo científico. Em Miller, portanto, novos gêneros evoluem ou são adaptados de outros.

Se aceitarmos que os gêneros são, antes de tudo, reconhecimentos sociais, uma visão evolucionária parece justificada, uma vez que sem antecedentes não haveria maneira de tais reconhecimentos ocorrerem e serem compartilhados. A invenção, em outras palavras, é sempre condicionada e constrangida, informada e capacitada, por sua localização histórica e posicionamento retórico em relação a públicos, convenções, estilos, valores, mídia, tradições. A invenção, pelo menos no caso do gênero, podemos concluir, está intimamente ligada à imitação. [...] A imitação da ação retórica garante que o novo texto seja considerado um gênero com uma força ilocucionária específica: a *home page* da universidade agora é entendida como uma combinação (muitas vezes uma combinação controversa) de promoção institucional com respostas a perguntas informativas [...] (MILLER, 2018, p.182-183, tradução nossa)⁸⁰

Cabe fazer menção especial ao termo “evolução”, que invoca uma noção de mudança com o decorrer do tempo. O termo geralmente utilizado pela biologia, tem sido empregado nos estudos retóricos de gêneros como uma forma de se fazer uma analogia às mudanças diacrônicas (quando um gênero herda características básicas de um gênero antecedente e continua se replicando ao longo do tempo, sofrendo algumas influências contextuais, como em uma árvore evolutiva que se bifurca) e variações sincrônicas de gêneros (quando percebemos gêneros alternativos e similaridades em vários graus coexistindo, numa perspectiva horizontal). (MILLER, 2015, 2016b). A autora sugere, portanto,

[...] que pensar em termos de função pode nos ajudar a entender a mudança de gêneros devido a seu foco na recorrência e no sistema de gêneros como um todo, e que o modelo geral da evolução pode ser produtivo nesse sentido. [...] Na teoria dos gêneros, devemos estar aptos a levar em consideração o fato experiencial de que nós somos seres com propósitos de outras formas (ou deveria dizer “adicionais”), e nossa compreensão de mudança de gênero deve ser capaz de considerar as singularidades, do indivíduo determinado ou inspirado ou disruptivo e de situações surpreendentes e inéditas, pois essas são as fontes da variação, sujeita às pressões da seleção que incluem não somente convenções culturais, condições e valores culturais, mas também o propósito de outrem. Meu argumento é que, para tornar tais especificamente relevantes para a teoria dos gêneros, devemos olhá-los sob o aspecto da recorrência e

⁸⁰ “If we accept that genres are, first and foremost, social recognitions, an evolutionary view seems justified, since without antecedents there would be no way that such recognitions could occur and become shared. Inventio, in other words, is always conditioned and constrained, informed and enabled, by its historical location and rhetorical positioning with respect to audiences, conventions, styles, values, media, traditions. Inventio, at least in the case of genre, we might conclude, is thus intimately tied to imitatio.[...] The imitation of rhetorical action ensures that the new text will be taken up as a genre with a particular illocutionary force: Thus, the university home page is now understood as a combination (often a vexed combination) of institutional promotion plus informative question-answering [...]” (MILLER, 2018, p.182-183).

do sistêmico. O desafio para os estudos de gênero - nos estudos retóricos de gênero, em particular – é responder a ambas as dimensões apropriadamente, em direção ao propósito e em direção à função. (MILLER, 2015, p.55).

Ressalta-se para o entendimento do excerto acima que a autora considera “função” como próxima à exigência (ou necessidade social objetificada) e propósito como a intenção particular, logo, também está articulando sobre o equilíbrio de forças centrípetas e centrífugas em um processo evolutivo de gênero. Além de “evolução”, Carolyn Miller (2017) também tem usado recentemente o termo “emergência” de gênero para significar o mesmo movimento de mudança a partir do surgimento de características que formam um novo gênero, com base em uma condição pré-existente. Um gênero emergente é diferente de seus antecessores, porém carrega consigo um conjunto de características reconhecíveis desses antecessores, tratando-se de uma forma de “acomodação” a uma nova exigência.

Por fim, os motivos que podem levar à emergência de um gênero incluem:

[...] os gêneros emergem não apenas das mudanças tecnológicas e da transformação da mídia, mas também das restrições comerciais e de *marketing*, das condições de produção, dos gêneros antecedentes, das mudanças socioculturais e psicossociais, dos indivíduos influentes e de seus objetivos e compromissos, avaliação crítica e recombinação deliberada, brincadeira e experimentação, e mudança institucional e política. (MILLER, 2017, p.26, tradução nossa)⁸¹

Cabe lembrar que o processo de tipificação, que é o reconhecimento de estruturas recorrentes (base do reconhecimento de gêneros), é dependente dos elementos culturais que compõem nosso conhecimento. Isso fica evidente quando Miller (2014) afirma que gêneros são de importância cultural porque ajudam coletivamente a constituir a Estrutura social, no sentido de Anthony Giddens. Discutiremos na próxima seção sobre a teoria de Giddens que em muito influencia a noção de gênero de Miller.

6.2.1.5 ESTRUTURA

O conceito de Estrutura em Miller decorre da Teoria da Estruturação do sociólogo Anthony Giddens (1979 apud MILLER, 2009), como um recurso que a autora tem de exemplificar a função mediadora do gênero (a interpolação de elementos contrários) (MILLER;

⁸¹ “[...] genres emerge not only from technological change and media transformation but also from marketing and commercial constraints, the conditions of production, antecedent genres, sociocultural and psychosocial change, influential individuals and their goals and commitments, critical appraisal and deliberate recombination, play and experimentation, and institutional and political change” (MILLER, 2017, p.26).

DEVITT; GALLAGHER, 2018). Todos os estoques de conhecimentos que possuímos e amadurecemos desde o nascimento servem como recursos e resultados da ação social, por meio de um processo denominado estruturação.

[...] isto é, confiamos neles para reconhecimento mútuo e os produzimos e os reproduzimos à medida que nos envolvemos em ações sociais mutuamente compreensíveis. O fenômeno da recorrência, portanto, baseia-se na tipificação de seu material, tanto psicológico quanto sociológico, e na estruturação de seu processo de autopetuação. (MILLER, 2009, p.285, tradução nossa)⁸²

Isto significa que dependemos de nossos estoques de conhecimento para reconhecimento mútuo entre nossos pares para a ação social.

Giddens (1984 apud MILLER, 2014) utiliza a estruturação para explicar como se reproduzem as relações sociais no tempo e espaço. A estrutura seria uma ordem virtual que funcionaria como meio e produto da prática social (a estrutura se retroalimenta e auto-organiza). A Estrutura que conduz os agentes humanos existe no nível tácito, nos traços da memória. Apesar da existência virtual, os atores precisam realizar a Estrutura no tempo e no espaço e o fazem a partir de estruturas, classificações e interpretações já existentes, num processo reprodutivo chamado instanciação. Ademais, a estruturação permitiria compreender o nexo entre o privado e o público, o concreto e o abstrato, o individual e o institucional, enfim, o embate entre as polaridades que navegam pelo gênero.

Podemos ver o gênero como um exemplo desse nexo estrutural de nível intermediário, aquele aspecto da ação comunicativa situada que é capaz de se reproduzir e, portanto, como o meio pelo qual essas polaridades se produzem e se mantêm: a forma se manifesta substancialmente e formalmente; intenções individuais e exigências socialmente objetivadas produzem e sustentam-se mutuamente. A nova mídia introduziu duas polaridades adicionais para as quais o gênero pode desempenhar um papel estrutural: o material / simbólico e o meio / produto. (MILLER, 2014, p.67-68)⁸³

Assim, o gênero é uma construção que se mantém/reproduz análoga a uma Estrutura (no sentido da teoria da estruturação) em instanciação. Ambos permitem que se estabeleçam nexos relacionais entre elementos polarizados que compõem um conjunto social complexo.

⁸² “[...] that is, we rely on them for mutual recognition and we produce and reproduce them as we engage in mutually comprehensible social action. The phenomenon of recurrence, then, relies on typification for its material, both psychological and sociological, and on structuration for its self-perpetuating process” (MILLER, 2009, p.285)

⁸³ “We can see genre as an example of such a mid-level structural nexus, that aspect of situated communicative action that is capable of reproduction and thus as the means by which these polarities produce and maintain each other: form is manifested substantially and substance formally; individual intentions and socially objectified exigences mutually produce and sustain each other. The new media have introduced two additional polarities for which genre can be seen to serve a structural role: the material/symbolic and medium/product” (MILLER, 2014, p.67-68).

A Estrutura é também dual: ao mesmo tempo meio e resultado das práticas sociais. Essa premissa nos leva à segunda característica da Teoria da Estruturação, que é: a instanciação da estrutura também é a sua reprodução. A reprodução da estrutura é o que os retóricos consideram a recorrência ou SRR, ou seja, diz respeito às situações análogas e comparáveis. Como na Teoria da Estruturação a reprodução ocorre ao mesmo tempo da instanciação, por consequência, a recorrência também está ligada a uma ação consciente de criação pelos atores. Os atores utilizam estruturas disponíveis como meio para reproduzir aspectos estruturais de suas instituições (MILLER, 1994)

No sentido da Teoria da Estruturação exposto no parágrafo acima, e que é incorporado à teoria de Carolyn Miller, o gênero também é

o aspecto da comunicação situada capaz de reprodução, que pode se manifestar em mais de uma situação, em mais de um espaço-tempo. As regras e os recursos de um gênero fornecem papéis reproduzíveis de falante e de ouvinte, tipificações sociais de necessidades sociais e exigências recorrentes, estruturas tópicas (ou “movimentos” e “passos”) e modos de relacionar um evento a condições materiais, transformando-as em restrições ou recursos. Em suas representações de espaço-tempo e na intervenção no espaço-tempo, o gênero se torna um determinante do *kairós* retórico- um meio pelo qual definimos uma situação no espaço-tempo e compreendemos as oportunidades que ela oferece. (MILLER, 2012, p.21-22).

Logo, o gênero constitui-se na teoria de Miller (1984; 1994; 2012) em um determinante do nexo estrutural entre micro e macroestruturas que representam o indivíduo e a(s) comunidade(s) de que é membro, em que o primeiro utiliza recursos linguísticos/retóricos para realizar uma ação social e, assim, contribuir para a instanciação do conhecimento da macroestrutura. A estrutura é um componente da ação social, aquilo que é reproduzível. O gênero (enquanto meio e produto) é a ação social por si, significativa e o modo como se cria conhecimento de comunidade e estimula a capacidade de reproduzir a estrutura. Na sua dimensão pragmática, gêneros auxiliam pessoas a realizarem propósitos e comunidades a reproduzirem e reconstruírem a própria história.

6.2.2 COMUNIDADE RETÓRICA/ COMUNIDADE DISCURSIVA

Uma vez que gêneros são construções sociais, eles não existem individualmente, mas em um sistema que são as comunidades discursivas, no mesmo entendimento de Swales (1990 apud MILLER, 1984; 2016), já mencionado neste trabalho. As comunidades discursivas podem se apresentar agregadas em hierarquias, conjuntos e redes.

Para Miller (1984) uma comunicação tem como requisito que os envolvidos compartilhem determinados tipos, pelo bem do entendimento mútuo. Se inseridos em uma mesma comunidade em que os tipos são construídos e reconhecidos socialmente, naturalmente os membros dessa comunidade terão sucesso no processo comunicativo. Como exemplo de comunidade reconhecida por Miller, “poderia ser possível caracterizar a ciência como uma comunidade discursiva mapeando seu sistema de gêneros; esse trabalho também poderia mostrar interações e relações entre gêneros e os locais de poder e tomada de decisão ” (MILLER; FAHNESTOCK, 2013, p.3, tradução nossa).⁸⁴

A facilitação do processo comunicativo se dá porque o gênero serve como uma ferramenta da comunidade na performance do discurso. Para compreender melhor esta interação, Miller (2009, 2016) recorre à Teoria da Atividade do psicólogo Lev Vygotsky. A teoria de Vygotsky originalmente estudava processos psicológicos de desenvolvimento, de modo que vem sendo aplicada na análise de atividades direcionadas a objetivos, como sendo processual e um complexo envolvendo atores organizados em comunidades ou domínios, instrumentos e outros elementos afins. A Teoria de Vygotsky desvincula a aprendizagem de processos biológicos; encarando-a como resultado de interações sociais e linguísticas. Em Vygotsky, “qualquer interação humana contínua, dirigida a objetos, condicionada historicamente, dialeticamente estruturada e mediada por ferramentas⁸⁵” (RUSSEL, 1997, p.510 apud MILLER, 2016, p.275, tradução nossa) é chamada de sistema de atividade (*Activity System*), podendo ser uma família, uma disciplina ou outra unidade básica em que ocorra a interação, como uma comunidade discursiva.

Apesar da dimensão cognitiva da teoria, a dimensão que é mais aproveitada pelos Estudos Retóricos de Gêneros é a social, tendo em vista que o gênero é visto como um instrumento dentro de um sistema de atividade.

Também cabe relacionar à característica apresentada na seção anterior, a de que o gênero funciona como artefato cultural. A mesma capacidade que o conjunto de gêneros tem de refletir o contexto em que se encontra serve para refletir a comunidade discursiva. Assim, o gênero fornece indícios dos elementos que mantêm a comunidade agregada, como suas práticas

⁸⁴ “It might be possible to characterize science as a discourse community by mapping its system of genres; such work could also show interactions and relations among genres and the locations of power and decision making”. (MILLER; FAHNESTOCK, 2013, p.3).

⁸⁵ “[...] any ongoing, object-directed, historically conditioned, dialectically structured, tool-mediated human interaction” (RUSSEL, 1997, p.510 apud MILLER, 2016, p.275).

e valores, capacidades discursivas e sociais, permitindo até mesmo antecipar rupturas e identificar práticas de inovação, o que pode ser especialmente relevante para comunidades que utilizem a inovação como fator catalisador. Convém compreender que em Miller (2014, p.61, tradução nossa), “há diferentes formas e graus de estrutura e controle [de gêneros] em diferentes âmbitos do discurso”⁸⁶. Ou seja, é possível falar de um conjunto de gêneros em relação a determinadas disciplinas e áreas do conhecimento, mas também é possível falar de um conjunto de gêneros relativos a um âmbito mais específico, como uma empresa. O conjunto de gêneros poderá variar de acordo com a configuração da comunidade discursiva de que faça parte.

Quando se estuda a evolução ou emergência de um novo gênero, para Miller (2017), é mais importante compreender as percepções da comunidade que o utiliza e suas bases epistemológicas que reconhecer os elementos ontológicos no suposto novo gênero. Isso fica claro no trecho abaixo:

[...] ao tentar entender a emergência no mundo das mudanças culturais, precisamos nos preocupar mais com a emergência epistemológica do que com a emergência ontológica. É difícil, e possivelmente infrutífero, focar na emergência ontológica no mundo cultural, porque entidades supostamente novas devem ser socialmente constituídas em primeiro lugar: ontologicamente, são fenômenos conceitual-culturais, padrões de significado social. Pode ser possível discernir de uma maneira mais ou menos culturalmente neutra a existência de novos recursos ou padrões de recursos, mas se estes constituem um novo gênero é uma questão que não pode ser determinada independentemente das percepções e reconhecimentos da comunidade de uso. (MILLER, 2017, p.4, tradução nossa)⁸⁷

Assim, as diferenças do novo gênero devem ser reconhecidas no nível ontológico ou epistemológico, mas sobretudo fenomenológico, isto é, em relação às determinações culturalmente construídas. Esta constatação vai ao encontro de outra da autora, sobre a qual se mencionou ao tratar de contexto: que o elemento fenomenológico (que inclui a comunidade e o contexto) é essencial para determinar como o gênero está fazendo sentido, posto que é um processo interpretativo.

Miller (2017) examinou algumas formas de como um gênero pode pertencer a uma comunidade discursiva. Com foco na relação produtor-audiência, na exigência retórica e ações

⁸⁶ “[...] there are different forms and degrees of structure and control [of genres] in different realms of discourse. (MILLER, 2014, p.61).

⁸⁷ “[...] when aiming to understand emergence in the world of cultural change, we need to be more concerned with epistemological emergence than with ontological emergence. It’s difficult, and possibly fruitless, to focus on ontological emergence in the cultural world because allegedly new entities must be socially constituted in the first place: ontologically, they are conceptual-cultural phenomena, patterns of social meaning. It may be possible to discern in some more-or-less culturally neutral way the existence of new features or patterns of features, but whether these constitute a new genre is a matter that cannot be determined independent of the perceptions and recognitions of the community of use” (MILLER, 2017, p.4).

desempenhadas pelo gênero em uma comunidade discursiva, a autora propôs a existência de quatro categorias básicas de gêneros para compreender essas dinâmicas, quais sejam: comerciais, administrados, institucionais e vernaculares.

Os gêneros comerciais estão geralmente presentes em comunidades nas quais se estabelece uma relação de produtor-consumidor entre os membros. Por haver uma relação de lucro, estes gêneros servem a uma classificação industrial, com propósito comercial. A exigência, nestes casos, reside em expectativas culturais e estéticas, como na indústria cinematográfica ou na venda de livros.

Gêneros administrados seriam aqueles presentes em organizações privadas e governamentais e com formas bem explícitas, por meio das quais autoridades institucionalmente designadas determinam modos de como fazer as coisas. A exigência nestes casos é uma imposição, às vezes definida por norma ou lei, às vezes por uma necessidade funcional. Tem-se, por exemplo, ofício, ata, decreto, portaria, etc.

São considerados gêneros institucionais os presentes no jornalismo, na ciência ou em instituições religiosas. Assemelham-se aos gêneros administrados, porém sua regulamentação se dá a partir de uma convenção social, historicamente desenvolvida e tacitamente adequada às expectativas dessas comunidades. É o caso das manchetes e colunas jornalísticas e do artigo científico.

Por fim, os gêneros vernaculares ocorrem em situações nas quais os usuários parecem coletivamente criar uma maneira de atender a uma expectativa que não se impõe (como no caso dos gêneros administrados), nem se encontra tacitamente institucionalizada (como no caso dos gêneros institucionais). As exigências são reconhecidas socialmente e atendidas quando uma comunidade encontra características que satisfazem os interesses de seus membros, como é o caso de comunidades que se comunicam por *blogs* ou produzem *fan-fictions* e *mashups*.

Apesar de reconhecer as relações acima, Miller (2017) faz questão de explicar que as quatro categorias não são taxativas nem mutuamente exclusivas. Aliás, segundo ela, existe uma dimensão vernacular em todos os gêneros, mesmo que a duração dessa característica seja breve ou só perceptível quando um novo gênero está sendo criado.

Ao mesmo tempo que os gêneros facilitam o entendimento em uma comunidade, em Miller e Fahnestock (2013), fala-se brevemente sobre um potencial que os gêneros têm de formar comunidades discursivas.

Os textos podem agregar um público que, de outra forma, nunca poderia interagir; textos podem facilitar e possibilitar a formação da comunidade. O trabalho de Swales (1990) também é útil aqui, com seu exemplo de catálogos com um registro altamente especializado que cria uma comunidade interessada na história postal de Hong Kong.

É possível que a *Internet* facilite a formação de tais comunidades discursivas, uma vez que a proximidade geográfica é menos necessária (MILLER; FAHNESTOCK, 2013, p.3, tradução nossa)⁸⁸

Isto é, com a rede internacional de computadores e os gêneros que se desenvolvem a partir dela, é muito mais fácil encontrar afiliados que se engajem organicamente em discussões sobre assuntos muito específicos, o que, com a barreira geográfica, não seria tão provável de acontecer. Esses núcleos de significados compartilhados ou comunidades discursivas também são potenciais criadores e modificadores de gêneros. Miller e Fahnestock (2013) chegam a considerar, por exemplo, uma suposta mudança nos gêneros da comunidade discursiva científica causada pela interação popular com as informações científicas na *web*. Para as autoras, tem ficado turva a diferença entre ciência e não-ciência, o que pode acabar modificando tanto gêneros científicos como alguns do senso comum. Daí decorre uma via de dois sentidos, na qual é possível verificar como os gêneros refletem uma comunidade e como atuam na constituição de uma comunidade.

No que diz respeito à relação das comunidades discursivas com o conceito de Recorrência na teoria de Miller, tem-se como pressuposto que a estabilidade relativa de um gênero é determinada quando se percebem as recorrências da situação retórica; essas recorrências, por sua vez, são percebidas em nível de comunidade discursiva. Este pensamento pode ser compreendido a partir da análise abaixo, na qual a autora discorre sobre a estabilidade dos gêneros no ambiente digital, como dependente de regulação das comunidades:

Na internet, encontramos atividades voluntárias, conteúdo gerado pelo usuário, comunidades de uso emergentes e experimentação e jogo robustos. A conquista da estabilização [de um gênero] provavelmente será um processo muito diferente nesse ambiente, que depende do que Schryer chamou de “regularização”, a auto-regulação (ou co-regulação) frequentemente tácita de um grupo ou comunidade. (MILLER, 2018, p.181, tradução nossa)⁸⁹

⁸⁸ “Texts can bring audiences into existence who might otherwise never interact; texts can facilitate and enable community formation. Swales’s work (1990) is useful here also, with his example of the catalogs with a highly specialized register that create a community interested in the postal history of Hong Kong. It’s possible that the Internet has made it easier for such discourse communities to form, since geographic proximity is less necessary” (MILLER; FAHNESTOCK, 2013, p.3).

⁸⁹ “On the internet we find voluntary activity, user-generated content, emergent communities of use, and robust experimentation and play. The achievement of stabilization [of a genre] is likely to be a much different process in this environment, one that relies on what Schryer has called “regularization,” the frequently tacit self-regulation (or co-regulation) of a group or community” (MILLER, 2018, p.181).

Ainda, a respeito de o estudo de gênero retórico se relacionar mais à comunidade ou ao pesquisador, Miller (2014) recorre a um estudo de Todorov (1976 apud MILLER, 2014), que identificou duas conceitualizações para gênero, conforme quadro abaixo:

Quadro 8 - Duas conceitualizações de gênero

Teórica ou Analítica	Histórico ou empírico
Acadêmico/ pesquisador	Comunidade de usuários
Base teórica	Base fenomenológica
Taxonomia fechada	Ecologia aberta
Características consistentes	Características significantes
Similaridades sistemáticas	Semelhanças familiares
Estático	Dinâmico

Fonte: Miller (2014, p.66, tradução nossa)

Esta distinção é similar à distinção que categoriza os estudos de gêneros entre formalista-temática e pragmática, sobre a qual se falou no início da seção “Aspectos dos estudos retóricos de gêneros”. Com a diferença de que Todorov coloca as comunidades como foco da abordagem empírica, na qual se incluem os estudos retóricos de gêneros, em detrimento dos acadêmicos e pesquisadores, que seriam foco das abordagens de gênero do tipo teórica ou analítica.

A visão teórica ou analítica em Todorov (1976; 1975 apud MILLER, 2014, 2016), tem sido preferida pelos estudiosos de gênero clássico, de literatura e linguística; é mais reducionista e objetivamente fácil de se trabalhar. Esta visão se baseia em deduções realizadas pelo crítico e resulta em um conjunto fechado de possibilidades de gêneros, sistematicamente construído, numa perspectiva *top-down*. A visão histórica ou empírica, que tem sido a visão de Miller e de estudiosos de cinema, etnógrafos e antropólogos, é mais pragmática e dependente da observação de uma comunidade de usuários e dos sentidos subjetivos atribuídos por estes usuários, portanto mais próxima da noção de comunidade discursiva, considerando que gêneros “correspondem com a história experiencial e as necessidades funcionais da comunidade que os postula” (MILLER, 2015, p.48). Esta visão *bottom-up* resulta em um conjunto de gêneros baseados em discursos reais de comunidades específicas, que funcionam como um sistema aberto e dinâmico.

6.2.3 METODOLOGIA EM ERG

Os estudos de gênero dependem do entendimento que seus pesquisadores fazem de gênero, este conceito que é multimodal, multidisciplinar e multimetodológico. Muitos estudos de gênero se debruçam sobre amostras de gêneros textuais, tendo como foco primário a determinação de um conjunto de características textuais. Neste caso, a noção de gênero reside na coleção de instâncias textuais. Em outro caso, como em Yates (1989 apud MILLER, 2017), o gênero memorando foi reconhecido como uma ferramenta de mediação administrativa. Foi realizado o estudo de uma variedade de documentos orais e textuais - não só memorandos, mas cartas, discussões e outras formas organizacionais de comunicação - em comparação com a história das teorias científicas da administração, do *boom* de criação de firmas comerciais no século XIX e das novas tecnologias disponíveis, para se verificar mudanças ocorridas naquele gênero (MILLER, 2017).

O estudo dos relatórios experimentais por Charles Bazerman em 1988 é relatado como exemplo de estudo de evolução de gênero por Miller (2017). Bazerman estudou amostra de 100 artigos da *Transactions of the Royal Society of London* de 1665 a 1800 e documentou como os artigos científicos substituíram livros e relatórios na comunidade científica. O estudo foi realizado a partir de uma leitura minuciosa e descritiva daqueles documentos. Aos poucos, Bazerman identificou demandas da comunidade científica, epistemológicas e metodológicas, que exigiram uma adaptação dos gêneros publicados naquele periódico. O mesmo autor posteriormente trabalhou com uma análise mais quantitativa de mudança de gênero e observou outros fatores como “características textuais, como comprimento, número de referências, comprimento e sintaxe das sentenças e características gráficas, assim como uma análise descritiva da organização e lógica dos argumentos e da epistemologia implicada” (MILLER, 2017, p.10, tradução nossa).⁹⁰

Assim, identifica-se que as metodologias primam por ou priorizar o gênero como uma generalização das propriedades formais de um texto (o que se chamou de abordagem formal) ou como uma categoria cultural, funcionando como ação em um contexto (abordagem pragmática). Miller concorda com Mittel (2004 apud MILLER, 2017, MILLER; DEVITT; GALLAGHER,

⁹⁰ “[...] textual features such as length, number of references, sentence length and syntax, and graphic features, as well as descriptive analysis of the organization and logic of the argument and its implied epistemology” (MILLER, 2017, p.10).

2018) no sentido de que o primeiro tipo de metodologia parece fugir à consideração de elementos externos, como a própria audiência, o momento histórico, econômico e tecnológico; de forma a dificultar a compreensão das relações que o texto mantém com o contexto e correr o risco de fazer falsas generalizações. O segundo tipo, de caráter mais fenomenológico, é o que satisfaz aos estudos de gênero do tipo retóricos.

Adicionalmente, comparando os estudos de emergência aos de evolução de gênero, Miller (2016A) relata que estudos de emergência de gênero tendem a ser mais fenomenológicos, relativamente à compreensão social de um fenômeno; enquanto que os estudos de evolução de gênero tendem a se apresentar diacronicamente, ou seja, em relação a fatores históricos.

Sobre a maior parte das metodologias de trabalho empregada nos estudos retóricos de gênero, Miller discorre que

Grande parte do trabalho nos ERG tem sido indutivo e externalista, geralmente usando métodos empíricos qualitativos, como observações de campo naturalistas de escritores e destinatários, entrevistas na comunidade de uso, dados de recepção (revisões e comentários), bem como várias estratégias de análise de texto extraída da crítica retórica e da lingüística. (MILLER, 2016, p.280, tradução nossa)⁹¹

Examinaremos a metodologia de três estudos de gêneros nos quais Carolyn Miller participou como autora ou co-autora: os estudos das declarações de impacto ambiental (em inglês, *environmental impact statement*, ou EIS), dos *blogs* e dos *blogs* políticos.

A análise das declarações de impacto ambiental nos Estados Unidos consistiu num estudo da evolução desse gênero, surgido como resposta a uma necessidade social. Este estudo foi realizado por Carolyn Miller em 1980, sendo parte de Dissertação para obtenção de grau de doutorado em Filosofia, na linha de pesquisa Comunicação e Retórica.

Movimentos de pressão política, científica e social, além de acidentes como o derramamento de óleo em Santa Bárbara, Estados Unidos, em 1969 formaram uma exigência legislativa. Então, em 1969 o *National Environmental Policy Act* (NEPA) veio para abrandar a crítica pública com a proposição de coordenar o tratamento -até então fragmentado- das questões ambientais; sendo as EIS uma dessas ações. Os EIS são Estudos de Impacto Ambiental requeridos para que se pudesse executar/financiar ações de possível impacto ambiental, demonstrando os efeitos da ação, sugerindo possíveis alternativas, e funcionando como

⁹¹ “Much of the work in RGS has been inductive and externalist, often using qualitative empirical methods, such as naturalistic field observations of writers and recipients, interviews within the community of use, reception data (reviews and commentary), as well as various strategies of text analysis drawn from rhetorical criticism and linguistics” (MILLER, 2016, p.280).

requisito para a tomada de decisão. Contudo, as EIS se mostraram ineficientes desde o começo. Um estudo primário de uma amostra de 200 EIS demonstrou que nenhuma ação foi abandonada por algum relato de impacto prejudicial no estudo, mas que em 127 casos foram relatados possíveis danos ambientais supostamente inevitáveis. A informação disponível nos EIS não satisfazia às exigências do NEPA, que parecia precisar de informações mais precisas e céleres para a tomada de decisão; satisfazia, apenas, a uma formalidade legal e para cultivar um espírito de transparência política (MILLER, 1980)

Miller (1980) estudou os cinco primeiros anos de atuação do NEPA; preocupou-se em verificar se os EIS constituíam de fato um gênero (apesar da previsão legal) e se estavam funcionando como gênero retórico, servindo à função para qual foram planejados. A autora selecionou intuitivamente uma grande amostra (não é especificado o número exato) em meio a um total de quase 10.000 estudos, e também levou em conta críticas feitas pela comunidade (cientistas ambientais, acadêmicos, estudantes de políticas públicas) para compreender o gênero retórico.

Miller (1980) fez uma primeira análise dos EIS utilizando um método racional para compreender o complexo da situação, a partir da exigência, da audiência, das restrições e dos retores, conforme modelo retórico proposto por Lloyd Bitzer. A exigência da situação envolveria a existência do NEPA; mais largamente a resolução de uma crise ambiental e, pontualmente, que um determinado projeto fosse ratificado pelo governo como ambientalmente seguro, para que recebesse patrocínio. A audiência da situação era composta por administradores públicos, cortes, o público e revisores científicos. As restrições da situação consistiam nas especificações do NEPA e da corte para sua aprovação, e na observação de formas retóricas de gêneros antecedentes, como documentos de planejamento, relatórios ambientais, etc. O retor, nesta situação, era um responsável federal, embasado em estudos de um time de consultores federais ou externos.

Em seguida, Miller (1980) fez um extenso estudo dos elementos que compõem a substância, a forma e o contexto nas EIS.

A autora analisou como elementos de substância: informações da ciência ambiental, dos requisitos previstos em lei e da natureza do julgamento conjunto do estudo, com base na ciência e na lei. A ciência ambiental foi retratada nos métodos e embasamento para identificar os efeitos das ações humanas sobre a natureza; foi, contudo, percebida pela autora nos EIS como imprecisa, fragmentada e repleta de juízo de valor, além de se dirigir a vários públicos, atingindo ao geral e ao técnico com uma mesma profundidade. Os requisitos legais utilizaram-

se de termos jurídicos e tópicos explicitamente requeridos pelo NEPA como partes constituintes dos EIS. E o julgamento de ambas matérias, último conteúdo dos EIS, era considerado denominador comum para decidir sobre a avaliação do impacto. Por fim, a autora percebeu que os EIS misturavam indiscriminadamente requisitos ambientais e normativos e pareciam desconsiderar a predição ambiental e se pautar mais no juízo do público para a tomada de decisão.

Os elementos de forma identificados relacionaram-se a uma necessidade de relatar objetivamente o conteúdo; de fazer uso padronizado de métodos quantitativos para mensurar os impactos; e a sujeição aos requisitos legais de apresentação. Na prática, a autora também encontrou uma confusão entre querer primar pela objetividade, mas oferecer razões pessoais para justificar uma ação que tenha impacto ambiental. A imparcialidade, segundo ela, poderia ser resolvida com o direcionamento do discurso para uma determinada audiência, com um conjunto de regras de validação bem definidas para que se pudesse avaliar objetivamente. A falta de clareza nos procedimentos também foi um problema presente neste tipo documental.

Como elementos de contexto identificados, evidenciou o EIS como mecanismo comunicativo e social, percebendo três padrões mais significativos: padrões usados na tomada de decisão burocrática; padrões de conceitos no ambientalismo e no sistema judiciário norte-americano, cada um contendo seus próprios valores, expectativas e normas. Miller (1980) encontrou conflito entre exigências do NEPA e as formas burocráticas; e o texto legal e algumas audiências a que se destina, dentre outras observações.

Assim, a autora verificou que não havia relação retórica significativa entre a produção daquele suposto gênero e o seu uso; de modo que não poderia ser considerado um gênero retórico. Miller concluiu que isto se devia

[...] porque não atingiu uma fusão racional de elementos - apesar de óbvias similaridades em forma e substância, e apesar de uma situação retórica recorrente que foi, de fato, definida por lei. Esses documentos não possuíam força pragmática coerente por dois motivos: primeiro, as formas culturais em que estavam inseridos forneciam contextos interpretativos conflitantes; e, segundo, não havia fusão satisfatória de substância e forma que pudesse servir de substância para formas e contextos de nível superior. Por exemplo, os julgamentos probabilísticos que são a substância da ciência ambiental conflitavam com os requisitos formais de objetividade e quantificação; além disso, os padrões de pensamento no contexto das burocracias administrativas criaram um conjunto de valores que divergem dos valores ambientais invocados pela legislação que exige declarações de impacto. No geral, a fusão imperfeita de elementos científicos, legais e administrativos impediu a interpretação dos documentos como uma ação retórica significativa. Essa conclusão foi, é claro, substanciada pelos problemas jurídicos e administrativos que as declarações de

impacto iniciais criaram e suas críticas frequentes na indústria, no governo e no movimento ambiental. (Miller, 1984, p. 164, tradução nossa)⁹²

Miller (2017) admitiu em publicação posterior que neste estudo de 1980 buscou critérios racionais para a definição de um gênero, e que se fosse realizar o mesmo estudo, procuraria ter uma visão mais voltada ao reconhecimento social do gênero e do atendimento a expectativas sociais. Verifica-se ainda, que neste primeiro estudo a autora utilizou uma metodologia básica e mais próxima do que se encontrava à época nos estudos de gênero; enquanto que em estudo posterior, dos *blogs*, viria a utilizar uma metodologia mais autoral.

Se um gênero tem uma função reconhecida de mediar a comunicação, os *weblogs* parecem ter assumido essa função rapidamente. Em 2004, Miller e Sheperd se propuseram a analisar o fenômeno dos *blogs*: a) caracterizar o contexto a partir do qual eles teriam surgido (*kairós*), estabelecer o blog como gênero, suas tendências e variações, meio de seu b) conteúdo, c) formas e d) ação retórica em atenção à determinada exigência, sobre a qual também se especulou. Para tanto, as autoras analisaram alguns *blogs* que receberam atenção especial e critérios de avaliação de comunidades de *blogs*. A abordagem das autoras foi definida como retórico-interpretativa. (MILLER, 2012)

Primeiramente, o método das autoras consistiu em analisar o *kairós* do blog; ou seja, aquele contexto tempo-espacial oportuno para o surgimento do gênero. Elas examinaram o final da década de 1990 nos Estados Unidos (que coincidiu com o surgimento dos *blogs*) enquanto momento cultural. As autoras verificaram a emergência de programas de *reality shows* e uma tendência de “democratização das celebridades”, que envolvia alçar pessoas comuns ao status de celebridades e vice-versa - como exemplo anedótico, elas abordaram o escândalo envolvendo Bill Clinton e Monica Lewinski. Ao mesmo tempo, discutiram um contexto de vigilância tecnológica *versus* privacidade das informações na rede e uma volta do *voyeurismo*, um movimento que expressa curiosidade pelos momentos privados dos outros, que estaria

⁹² “[...] because it did not achieve a rational fusion of elements—in spite of obvious similarities in form and substance, and in spite of a recurring rhetorical situation that was, in fact, defined by law. These documents had no coherent pragmatic force for two reasons: first, the cultural forms in which they were embedded provided conflicting interpretive contexts, and second, there was no satisfactory fusion of substance and form that could serve as substance to higher—level forms and contexts. For example, the probabilistic judgments that are the substance of environmental science conflicted with the formal requirements of objectivity and quantification; further, the patterns of thinking in the context of administrative bureaucracies created a set of values at variance with the environmental values invoked by the legislation requiring impact statements. Overall, the imperfect fusion of scientific, legal, and administrative elements prevented interpretation of the documents as meaningful rhetorical action. This conclusion was, of course, substantiated by the legal and administrative problems the early impact statements created and their frequent criticism in industry, government, and the environmental movement” (MILLER, 1984, 164).

sendo, desta vez, alimentado e mediado pelas redes de televisão em sua briga por audiência - não sem a contrapartida do também exibicionismo mediado. Também fez parte desse *kairós* uma insatisfação com a mediação proporcionada pela mídia jornalística tradicional, de modo que o grande público estaria à procura da informação real (“ver para crer”). Outro aspecto identificado foi a experiência compartilhada e simulada proporcionada pelas redes. Assim, o *kairós* do *blog* foi um momento cultural em que se encontrava tênue a fronteira entre o público e o privado, a experiência mediada e não mediada e o real e o simulado. (MILLER; SHEPERD, 2004; MILLER, 2012)

Em seguida, Miller e Sheperd se voltaram à compreensão do *blog* como gênero. As autoras usaram uma etnometodologia, partindo, na medida do possível, da percepção dos próprios blogueiros, para além do próprio *blog* individual, e ainda, as categorias como os *blogs* são organizados em sites hospedeiros. As autoras procuraram compreendê-los por meio de seu conteúdo semântico, sintático e seu valor pragmático como ação social.

Em relação ao conteúdo semântico ou substância dos *blogs*, Miller e Sheperd (2004) verificaram que, para a comunidade, eram a característica mais importante do *blog*, que refletia a liberdade de seleção e apresentação de assuntos. Miller e Sheperd identificaram pelo menos cinco formas de classificar os *blogs* por assunto e também alguns subgêneros, como *fotoblogs*, *videoblogs* e *audioblogs*. Algumas fontes também concordaram numa divisão não muito definida entre *blog* “filtro”, em que o blogueiro funcionava como editor de conteúdo que direciona para outros *sites*, e o *blog* pessoal, que servia principalmente para a autoexpressão, sendo uma espécie de diário. Dito isso, o *blog* do tipo diário pessoal foi apontado como o mais comum. A expectativa com relação ao conteúdo era com relação à não-ficção, sua apresentação cronológica decrescente parecia reforçar que o conteúdo era verdadeiro e atual. Ademais, era esperado que a personalidade do blogueiro estivesse afirmada no texto, assim, os *blogs* ofereceriam uma realidade enviesada e mediada.

Em relação à forma, foi identificado um conjunto de postagens datadas, começando pelas mais recentes, para gerar expectativa de atualização e imediatismo, e a presença de *links* para *sites* externos de interesse da comunidade e para uma página de comentários. Geralmente utilizava-se o tempo verbal presente nas comunicações, que eram breves e as atualizações eram de periodicidade frequente, com um intervalo médio de 5 dias (dados de 2004). (MILLER; SHEPERD, 2004)

Com relação à ação pragmática ou ação social tipificada que os *blogs* realizavam, Miller e Sheperd (2004) inferiram que tinha a ver com uma construção em curso do “eu” por meio da

exposição, ou uma forma de validação do eu. Na medida em que se autoexpressava, o blogueiro ia criando confiança a respeito de sua própria personalidade ou perspectiva de mundo. O blogueiro seria parte de sua própria audiência, mas também se reportaria aos leitores. O segundo tema onipresente em relação aos *blogs* seria a construção de uma comunidade. A administração do tráfego de acessos e a interação online manteria uma comunidade de leitores com propósitos de autovalidação e comerciais. O que pareceu ser realmente inovador nos *blogs* foi essa dualidade, de exercer a autoexpressão para construir uma comunidade ou construí-la para cultivar o eu.

Para responder à pergunta “De onde veio o *blog*?”, as autoras se propuseram a fazer um breve estudo de evolução do gênero, derivado de gêneros ancestrais. Segundo elas, os *blogs* possuem vários ancestrais. O mais imediato é o gênero *log* (registro diário), remetendo aos registros de funcionamento de um servidor *web*, gerados automaticamente, que, por sua vez, derivam dos *logs* (diários de bordo) das navegações marítimas. O primeiro a utilizar o termo *blog*, Jorn Barger, argumentou estar fazendo um registro diário de sua própria experiência, ressignificando o termo. A junção dos *links* remeteria aos gêneros clipagem (monitoramento de mídia), antologia e livro de citações, todos destinados a organizar e editar informação coletada de outras fontes para fins diversos. Foi percebida ainda a influência de gêneros do jornalismo, como a coluna de opinião, o editorial e os panfletos. Por fim, alguma afinidade também é reconhecida com as *homepages* e as *webcams* e, em outro ramo da árvore genealógica de gênero, com o diário pessoal. (MILLER; SHEPERD, 2004)

No que se refere à exigência motivadora dos *blogs*, Miller e Sheperd (2004) concluíram que se tratava de uma necessidade compartilhada de cultivar e validar o eu. O sujeito do *blog* estaria engajado numa autoexposição, num *kairós* de *vouyerismo* mediado, para consolidar uma elaboração reflexiva de sua identidade. Parecia, ainda, em meio a uma sociedade em que as relações são líquidas, um contramovimento de estabilização do eu frente a forças tendendo à sua fragmentação.

Cinco anos após este primeiro estudo, tendo identificado que o gênero *blog* continuava em mudança, as mesmas autoras determinaram haver uma pequena decadência dos *blogs* pessoais, alguns dos quais passaram a focar em aspectos políticos ou civis da vida. Neste sentido, fizeram estudo enfocando um subgênero emergente, os *blogs* públicos (*public affairs blogs*), e em especial os de cunho político. Miller e Sheperd (2009) utilizaram da mesma metodologia de análise dos *blogs* pessoais. As conclusões a que chegaram foram que o *kairós* ou contexto cultural que oportunizou os *blogs* públicos estaria relacionado a eventos mundiais,

políticos e desastres naturais, como o 11 de setembro em 2001, a invasão norte-americana ao Iraque em 2003, o Tsunami no Oceano Índico em 2004, dentre outros. Estes eventos motivaram a escrita de relatos crus e imediatos de cunho político, bélico e trágico. Adicionalmente, manteve-se um descontentamento popular com a mídia de massa, que contrastou com a procura de informações menos impessoais. Em particular, o *U.S. Telecommunications Act of 1996*, desregulou a propriedade sobre mídia de massa para favorecer a competição. O Ato tornou a posse de propriedade de mídia desinteressante ao mercado, o que reduziu o quadro de jornalistas e o investimento em tecnologias por parte dos grandes conglomerados. Essas tecnologias passaram a ser aproveitadas pelos blogueiros como uma resposta retórica à exigência informacional e de impotência política identificada. Os *blogs* públicos passaram a fornecer maneiras de o público se engajar, discutir e agir conjuntamente. Esta situação continua a mudar em velocidade acelerada, pois *blogs* privados já foram comercializados e os próprios conglomerados já teriam desenvolvido seus próprios *blogs*, de maneira tal que a distinção entre a mídia tradicional e os *blogs* independentes tende a ser quase inexistente, pelo menos entre os de cunho político.

Como conteúdo do gênero, as autoras identificaram que os *blogs* públicos mantinham notícias, artigos de opinião e chamados para ação. As formas se assemelhavam às dos *blogs* convencionais identificadas no estudo anterior, como a cronologia reversa, os *links*, comentários, a brevidade e o uso da forma verbal presente. Como exigência motivadora, as autoras identificaram um novo modo de consumir e comercializar notícias, perda de engajamento do público em relação à mídia tradicional, e um sentimento de impotência política. A ação retórica protagonizada pelos gêneros públicos é a exortação: o engajamento público e comunal nas questões políticas e civis. Neste caso, as autoras não fizeram estudo profundo dos gêneros antecedentes, porém citaram usos políticos e jornalísticos feitos pela mídia tradicional. (MILLER; SHEPERD, 2009)

Este último estudo verificou que os *blogs* potencializaram uma exigência social latente, que quando percebida, rapidamente ganhou adeptos e se desmembrou em vários estilos de *blogs*. Neste caso, o gênero *blog* político emergiu de uma estrutura maior, o *blog*, e mais um conjunto de recursos e oportunidades oferecidos pelo meio. As autoras por fim, dissertaram se o *blog* pessoal seria mesmo um gênero antecedente ou uma mídia tecnológica que suporta e a partir da qual proliferaram vários gêneros.

Há que se verificar, portanto, que as autoras não se limitaram à descrição objetiva das informações por elas verificadas, mas também tiveram uma abordagem interpretativa com relação à evolução do gênero.

6.2.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS SOBRE OS ASPECTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS DOS ESTUDOS RETÓRICOS DE GÊNEROS

Conforme se procurou apresentar nesta seção, o gênero como ação social em Carolyn Miller é um conceito que se refere a uma ação social retórica (alusiva ao discurso social) recorrente (no sentido em que suas características se repetem continuamente), situada em contexto específico, que se dá em resposta a uma exigência (ou motivação) social, a qual pode ser ou não consciente. Após apresentar recorrentemente os mesmos padrões de conteúdo e forma situados em contexto adequado para sua interpretação, diz-se que o gênero encontra-se tipificado. Assim, o gênero serve como meio comunicativo reconhecível e aceito por uma comunidade para fornecer respostas à exigência e também se apresenta como produto do contexto, de modo que seus traços revelam características da Estrutura em que estejam inseridos, num processo denominado estruturação. Uma vez reconhecíveis, estes gêneros geram expectativas sociais a respeito de forma e conteúdo, podendo ser usados como categorias do discurso para organizar a comunicação em uma comunidade discursiva com propósitos variados (como, por exemplo, organizar gêneros musicais e filmográficos em serviços de *streaming*).

Os gêneros revelam tensões internas no sentido de estabilidade *versus* mudança de gênero, sendo que a recorrência de elementos é uma força no sentido da estabilidade e a efemeridade dos processos comunicativos atuais é uma força no sentido da mudança, que pode resultar na evolução ou emergência de um novo gênero. Essa assunção de que o gênero é tanto estático como dinâmico também revela uma mudança epistemológica na Teoria de Gêneros e uma das grandes discussões atualmente na área. Outro conceito atrelado ao gênero e ao contexto por Miller é o de *kairós*, que se refere a um espaço-tempo oportuno em que é dada vazão a um gênero, para que a comunicação seja efetivada. Mais um aspecto focado por Miller é que no processo comunicativo mediado pelo gênero fluem intenções privadas e sociais, de modo que os ERG devem se focar na parte social do processo.

Como o gênero medeia uma situação comunicativa, é natural para Miller considerar os atores do processo (produtor e audiência) enquanto comunidade discursiva a ser identificada. A identificação da comunidade que interage com o gênero atende ao reconhecimento da base

fenomenológica do gênero. Outros elementos considerados na aplicação da ERG envolvem a análise profunda de conteúdo semântico e sintático, do contexto, da situação que tenha gerado a exigência à qual o gênero responde, do tempo histórico e de gêneros antecedentes. Diferentemente das teorias de gênero que se pautam nos elementos formais do gênero, os ERG compreendem um estudo do conjunto texto-contexto. Despontam, por conseguinte, como uma teoria que pode auxiliar a CI em uma perspectiva pragmática e social dos processos de geração e comunicação do conhecimento, na tendência de abordagens da informação mais específicas e direcionadas. O estudo do gênero como ação social tem, portanto, o potencial de permitir a compreensão da dinâmica social e assim identificar maneiras mais eficazes de agir conjuntamente

6.3 O LUGAR TEÓRICO E METODOLÓGICO DOS ERG NA AD

Esta seção se destina a apresentar a posição teórica-conceitual e metodológica ocupada pelos Estudos Retóricos de Gênero na Análise de Domínio a partir dos seguintes tópicos: Epistemologia Compartilhada (6.3.1.); A importância do contexto e a noção de relevância (6.3.2); Estrutura e Domínio enquanto sistema de atividade e o gênero como seu meio e produto (6.3.3); ERG como método para a Análise de Domínio (6.3.4); Limitações do uso da abordagem de ERG na AD (6.3.5); e Sugestões de uso da ERG como abordagem para a AD (6.3.6). Por fim, a subseção 6.3.7 traz um resumo de toda a seção 6.3.

6.3.1 EPISTEMOLOGIA COMPARTILHADA

Por meio dos conceitos e reflexões apresentadas nos capítulos anteriores, verificou-se que Birger Hjørland e Carolyn Miller propõem novo entendimento para domínio na CI e para gênero na Retórica, respectivamente, em uma série de publicações num período que vai de meados da década de 1980 até os dias atuais. Se pararmos para analisar o pano de fundo dos autores, considerando que ambos permeiam as ciências sociais aplicadas, verifica-se que existe uma tendência de se enfatizar o processo comunicacional dentro de uma perspectiva social.

Ainda que Hjørland e Miller nunca tenham citado um ao outro em suas pesquisas, ambos refletem o espírito acadêmico da época (ou *kairós*, para utilizar uma palavra do vocabulário de Miller). Neste sentido, ambos os autores propõem uma nova perspectiva para se analisar o domínio e o gênero, ancorada em pressupostos básicos de cada campo (Hjørland na CI e na OC,

e Miller na Retórica e na Comunicação), todavia, provendo elementos autorais e adequados para satisfazer ou compreender as necessidades comunicacionais identificadas pelos autores, que são dependentes de contexto.

Cabe fazer uma menção especial à abordagem de Miller, que prevê uma análise de gênero como sendo uma construção social, ativa e reativa em relação a uma exigência social, portanto se desvincilhando de uma noção de gênero clássica, que remete ao puro formalismo e ao estudo de estruturas internas ao texto. Da mesma forma, a autora também se afasta da noção retórica de gênero como uma criação persuasiva de uma determinada autoridade. Na realidade, o gênero em Miller consiste em uma ação social que muitas vezes não é consciente e não necessariamente assume esta intenção persuasiva; mais amplo do que isso: a função é comunicativa e reativa. Do mesmo modo, Hjørland faz um esforço teórico para mudar um paradigma em Ciência da Informação, por vezes sendo redundante em constantemente apontar falhas no paradigma cognitivo então vigente para reforçar a necessidade de mudança epistemológica e da complexidade do processo informativo, que iria além do conhecimento de mente e linguagem. O autor frequentemente reforça nas suas publicações que a CI só poderá evoluir como ciência se passar a adotar uma perspectiva mais social e pragmática do seu objeto de estudo.

Os autores se utilizam de termos diferentes para referenciar conceitos iguais ou muito próximos, como comunidade discursiva em Hjørland e comunidade retórica em Miller. Ou domínio em Hjørland e estrutura em Miller; assunto em Hjørland e conteúdo semântico ou substância em Miller. É interessante notar, ainda, que alguns conceitos também podem ser encampados por ambas as teorias (como exigência, recorrência e a atuação de forças centrípetas e centrífugas, em Miller, que não têm semelhante em Hjørland, mas que poderiam ser facilmente absorvidos na teoria do autor dinamarquês; e o conceito de círculo hermenêutico em Hjørland, que poderia ser absorvido pela autora norte-americana). Estabelece-se, portanto, a possibilidade de um diálogo frutífero entre os dois, com as devidas traduções e adaptações.

Assim, utilizando pacotes teóricos diferentes, Hjørland e Miller compartilham da ideia que a comunicação é um sistema aberto, permeado por diferentes atores, instrumentos, canais, linguagens, propósitos privados e outros socialmente reconhecíveis, além de elementos ontológicos, epistemológicos e sociológicos subjacentes. Hjørland, contudo, vai enfatizar o domínio, num panorama amplo, e Miller vai se debruçar sobre o gênero, que é a materialização das situações comunicacionais recorrentes no domínio, sendo assim um recorte daquele panorama mais amplo – o que justifica por si mesmo como o entendimento do recorte pode

auxiliar na compreensão parcial do panorama mais geral. Por considerar que a ERG toma a informação como social, justifica-se ainda, sua inserção na CI, em uma perspectiva de estudo do paradigma social.

Em determinado momento, há um denominador comum explícito entre os autores: tanto um como o outro fazem referência à Teoria da Atividade (*Activity Theory*), notadamente influenciados pelo trabalho do psicólogo russo Lev Vygotski (1896-1934), sobre como a cultura e a linguagem formam as capacidades humanas (MILLER, 2009, 2016; HJØRLAND, 1998, 2002b, 2005, 2013; ALBRECHTSEN; HJØRLAND, 1997).

A Teoria da Atividade está relacionada ao historicismo epistemológico, que afirma que o conhecimento é histórica, social e culturalmente determinado; que os conceitos não são primariamente definidos a partir de sensações individuais ou de critérios eternos, mas de aprendizado e influência cultural; que todas as experiências, mesmo as mais simples, só acontecem com base no entendimento da coerência em que os fenômenos fazem parte; que toda experiência acontece de uma certa perspectiva e em um determinado contexto histórico e social; que a explicação individualista do sistema cognitivo fornecida pelo empirismo e pelo racionalismo é vista como mentalmente estreita, porque não inclui a significação do papel da tradição e das comunidades sociais na aprendizagem e no desenvolvimento conceitual. (ALBRECHTSEN; HJØRLAND, 1997, p.139, tradução nossa)⁹³

A Teoria da Atividade compartilhada por ambos consiste em estudar a ação humana como não sendo biologicamente determinada, mas sim como uma resposta à interação linguística e social, numa perspectiva sócio-cognitiva, num processo que deve considerar atores, artefatos, objetos, instrumentos, divisão do trabalho, etc. Este sistema, que é tanto individual como coletivo, é um construto denominado sistema de atividade (*activity system*), uma unidade básica para a compreensão do comportamento humano. Não é preciso uma profunda reflexão para relacionar o sistema de atividade às noções de domínio em Hjørland e a compreensão de estrutura em Miller. A pesquisa científica conforme este paradigma epistemológico considera como aspectos relevantes a informação sobre objetivos e valores no sistema e considera como de baixa prioridade as informações alegadamente “neutras”. (MILLER, 2009, 2016; HJØRLAND, 1998, 2002b, 2005, 2013; ALBRECHTSEN; HJØRLAND, 1997).

⁹³ “Activity theory is related to epistemological historicism, which states, that knowledge is historically, socially and culturally determined; that concepts are not primarily defined from individual sensations or by eternal criteria but from cultural learning and influence; that all experiences, even the most simple, only happen on the basis of understanding of the coherence in which the phenomena form a part; that all experience happens from a certain perspective, and in a certain historical and social context; that the individualistic account for the cognitive system provided by both empiricism and rationalism is seen as narrow-mindedness because they do not include the signification of the role of tradition and social communities for learning and conceptual development” (ALBRECHTSEN; HJØRLAND, 1997, p.139).

Dessa forma, há uma corrente epistemológica que fundamenta ambos os autores, que em Hjørland (2013) é o Pragmatismo/Atividade Teórica; e segundo Talja, Tuominen e Savolainen (2005) seria um espaço fluido entre as Metateorias do tipo Coletivista (puxada principalmente por Hjørland e sua Atividade Teórica) e Construcionista (puxada por Miller, no sentido do estudo do discurso como objeto em construção constante, que categoriza o mundo e evidencia seus fenômenos). Cabe lembrar, que ambas as Metateorias são consideradas por Talja, Tuominen e Savolainen (2005) como perspectivas benéficas ao estudo da organização do conhecimento, então este diálogo parece salutar ao campo.

Por fim, infere-se ainda que tanto em Miller quanto em Hjørland, o reconhecimento dos padrões comunicativos é interpretado como um meio, sendo a finalidade a compreensão e melhoria na organização do sistema comunicativo, para benefício dos atores no sistema – seja por meio da análise do domínio, seja por meio do estudo de gênero.

6.3.2 A IMPORTÂNCIA DO CONTEXTO E A NOÇÃO DE RELEVÂNCIA

Tanto Hjørland como Miller defendem que seu domínio e gênero são vistos como dependente de contexto. O contexto no domínio Hjørlandiano vai ser apreendido por meio das dimensões do domínio, ontológica, epistemológica e sociológica. Segundo Miller, os gêneros também refletem questões ontológicas, epistemológicas e sociológicas da estrutura, sendo a faceta sociológica a que mais influencia na noção de gênero como ação social. E, nesse sentido, ainda em Miller, temos também o conceito de *kairós* (um determinante no tempo e no espaço), que fornece um cenário compreensível para os aspectos culturais e sociais do gênero.

O contexto fornecerá a perspectiva para compreensão dos significados que compõem o domínio e o gênero por uma comunidade. Trata-se de uma herança epistemológica da Teoria da Atividade, cujo sistema deverá considerar necessariamente os elementos do contexto. Ao mesmo tempo, a própria análise dos elementos constitutivos do sistema serão espelho do mesmo sistema.

For the critic, they [the genres] can be key to understanding cultures at some historical or geographical - or even generational - remove, they instantiate the exigences that motivate and the responses that satisfy. (MILLER, 2012b, p.142)

Neste sentido, dois conceitos adicionados por Miller que também estão estritamente vinculados ao contexto são o de exigência e recorrência. O primeiro, uma motivação que provoca a dinâmica social e o segundo, aquela característica que tornará as ações tipificáveis

(compreensíveis por analogia e semelhança) serão elegíveis para se tornarem gêneros (mecanismos classificadores da ação retórica). Pode-se inferir que estes conceitos preenchem algumas lacunas na teoria de Hjørland, visto que o primeiro vem identificar as motivações que movem (ou estagnam) o domínio e o segundo vem descrever que há um critério (a recorrência) para que se possa considerar elementos como de fato pertencentes ao sistema. Assim, nem todos os elementos que compõem um domínio são considerados pertencentes ao domínio, mas somente aqueles que são percebidos pelo domínio como recorrentes. Pode parecer um conceito óbvio, mas até então não havia sido explicitamente mencionado na teoria da Análise de Domínio.

Como o contexto fornece significado, será também determinante para que se fale sobre a noção de conhecimento de assunto e relevância de informação no sistema de informação ou comunicativo. Dentro do sistema de atividade na epistemologia da Atividade Teórica tem-se que o sistema construirá uma coerência própria, então a representação de assunto e a relevância serão interpretados com base nessa coerência que perpassa o conhecimento de assunto/substância/conteúdo semântico. Este parece ser um aspecto enfatizado por ambos autores. Ainda, se pensarmos a AD com a finalidade instrumental de organizar o conhecimento em um SOC e os ERG como mecanismo classificador, então haverá uma necessidade central de identificar assunto e o seu potencial informativo ou relevância do assunto para o sistema (e em Miller, especialmente para sanar uma exigência social). Toda a representação que seja realizada com a finalidade de organização do conhecimento em um sistema deverá estar adequada à linguagem e às tradições do domínio para que seja considerada adequada e que possa ser reinterpretada pelo próprio domínio. Viu-se, assim, que o potencial informativo de um gênero depende das dimensões ontológica, epistemológica e principalmente sociológica do domínio; e, no caso desta última, com notada ênfase nos aspectos linguísticos e estruturais.

Ambos os autores também fazem alusão à instabilidade de seus objetos de estudo (o domínio e o gênero), como sendo tão mutáveis quanto a dinâmica social em que se encontrem inseridos, sendo que sobre os objetos atuam forças centrípetas (de ordem) e centrífugas (de desordem). Com relação a essas forças, Miller faz a observação pertinente de que uma análise da dinâmica das forças pode revelar e antecipar situações de ruptura de padrões e inovação. Um analista de domínio pode se utilizar desta perspectiva de gênero para antever oportunidades de inovação no domínio.

6.3.3 ESTRUTURA E DOMÍNIO ENQUANTO SISTEMA DE ATIVIDADE E O GÊNERO COMO SEU MEIO E PRODUTO

Mais uma característica que advém da Teoria da Atividade são os conceitos de estrutura e domínio para se referirem a um mesmo construto, o de sistema de atividade.

Se em Miller, o gênero reflete por instanciação uma estrutura em que esteja inserido, e com estrutura se compreende uma ordem virtual e um acumulado de conhecimento de grupo que norteia padrões de reconhecimento mútuo; em Hjørland estas características serão atribuídas ao domínio. O termo instanciação usado por Miller também denota que o gênero é uma estrutura (ou domínio) numa proporção menor, corroborando para a compreensão de que se possa entender o domínio por meio do estudo do gênero. Podemos dizer, assim, que o gênero retórico se dá como uma resposta orgânica às situações retóricas recorrentes em um domínio. Há que se falar, portanto, em uma organicidade, característica de refletir a ação social para qual foi criado, tal qual um documento de arquivo reflete as atividades para as quais foi gerado.

Também há que se citar o conceito de círculo hermenêutico, aludido por Hjørland, em que a compreensão se dá ao mesmo tempo do todo para as partes e das partes para o todo. Neste sentido, as partes do domínio auxiliam na apreensão do todo. O gênero pode ser compreendido como parte do domínio a ser conhecido (perspectiva *bottom-up*) e o domínio como um todo necessário (pré-condição) para o estudo retórico de gênero (perspectiva *top-down*), considerando que o estudo retórico de gênero compreende fazer análises históricas, sociais e etnometodológicas que vão além do mero formalismo textual.

Desse modo, tanto podemos ver o gênero como uma parte do todo (num círculo hermenêutico) como um reflexo do todo (refletindo o todo por instanciação).

Devido à capacidade de refletir o domínio, o gênero também será tão dinâmico quando o domínio em que esteja inserido. Ou seja, as forças centrípetas e centrífugas que governam e negociam os significados e as intenções privadas e particulares no domínio estarão presentes no gênero em proporcional força, direção e intensidade.

Por consequência, o gênero funciona como meio e produto desse sistema de atividade. Meio, se o estivermos interpretando como elemento do sistema que liga texto e contexto e é um recurso para a ação comunicativa (numa relação de implicação, ou seja, um está contido em outro); e produto, se o estivermos olhando como artefato, uma criação do sistema (numa relação de identidade, em que as características do produto são semelhantes às do produtor). Talvez essa funcionalidade amorfa dos gêneros seja responsável por tornar o conceito de gênero tão

polissêmico, contudo, à medida que se compreende seu funcionamento como ação social vai-se racionalizando que essa dupla funcionalidade deve estar presente mesmo no conceito mais básico de gênero. Isto é, se nos limitássemos a tentar entender o gênero somente como meio, negligenciaríamos o seu aspecto como produto cultural; e se nos limitássemos a tentar entender o gênero somente como artefato cultural, negligenciaríamos a importância do gênero na mediação comunicativa.

Do mesmo modo, uma característica herdada da Teoria da Atividade é a intermediação entre o público e o privado. No gênero retórico, a entidade privada possui propósitos, mas só será publicizado como ação social (gênero) aquilo que tiver uma finalidade funcional de atender a determinada exigência, não sendo necessariamente compatível com os propósitos individuais de cada membro que compõe um domínio. É tornado público pelo gênero aquilo que contribui para o discurso e é socialmente perceptível. As questões individuais existem nos domínios tão somente como forças centrífugas, não chegando a formar situações retóricas recorrentes, mas pressões para a mudança social, sendo que para alguns domínios pode interessar o conhecimento de iminentes disrupções. Ainda sobre esta questão, ressalta-se que os membros que compõem um domínio também mantêm com ele relação de identidade que se dá no sentido da ordem (é força centrípeta). Quando há o embate dessas forças no âmbito dos domínios, pode haver como resultado a permanência ou a mudança do gênero, sendo que a mudança poderá ser a emergência de um novo gênero ou a evolução de gênero.

Assim, conclui-se que a questão do público e do privado nos domínios e, por instanciação, nos gêneros, envolve tanto as questões de mudança e permanência como também a noção de identidade. O membro do domínio é um indivíduo por si próprio, mas enquanto está agindo como membro, necessariamente haverá um vínculo identitário ontológico, epistemológico ou social, que pode ser uma ligação afetiva, profissional, política, tradicional, orientada a objetivos ou de outra ordem. Os estudos de gênero e a análise de domínio em geral se pautarão principalmente (mas não somente) nestas questões agregadoras.

Como já foi dito ao longo desta pesquisa, o domínio poderá ser dado ou construído. No sentido em que o domínio é dado, a ERG poderá funcionar como estratégia para conhecer o domínio. No sentido em que o domínio é construído, a ERG poderá funcionar tanto para conhecer como para ajudar a criar esta identidade, sendo o profissional da informação analista do domínio um agente ativo na construção desta memória coletiva. Em ambos os casos, o profissional da informação também estará democratizando o acesso à memória coletiva, portanto deve fazê-lo de modo a identificar os paradigmas ou aspectos epistemológicos

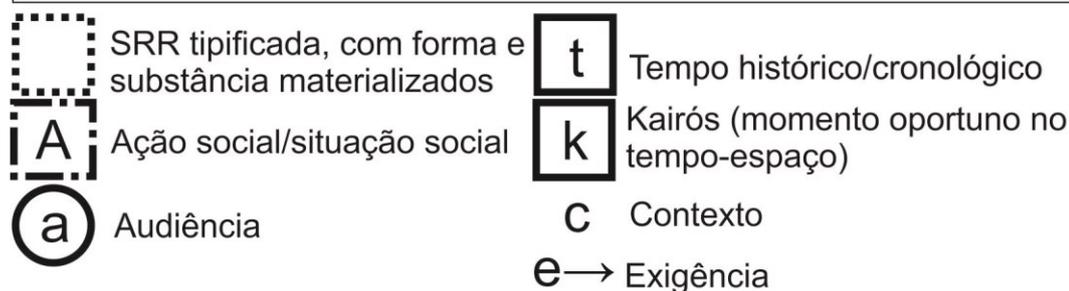
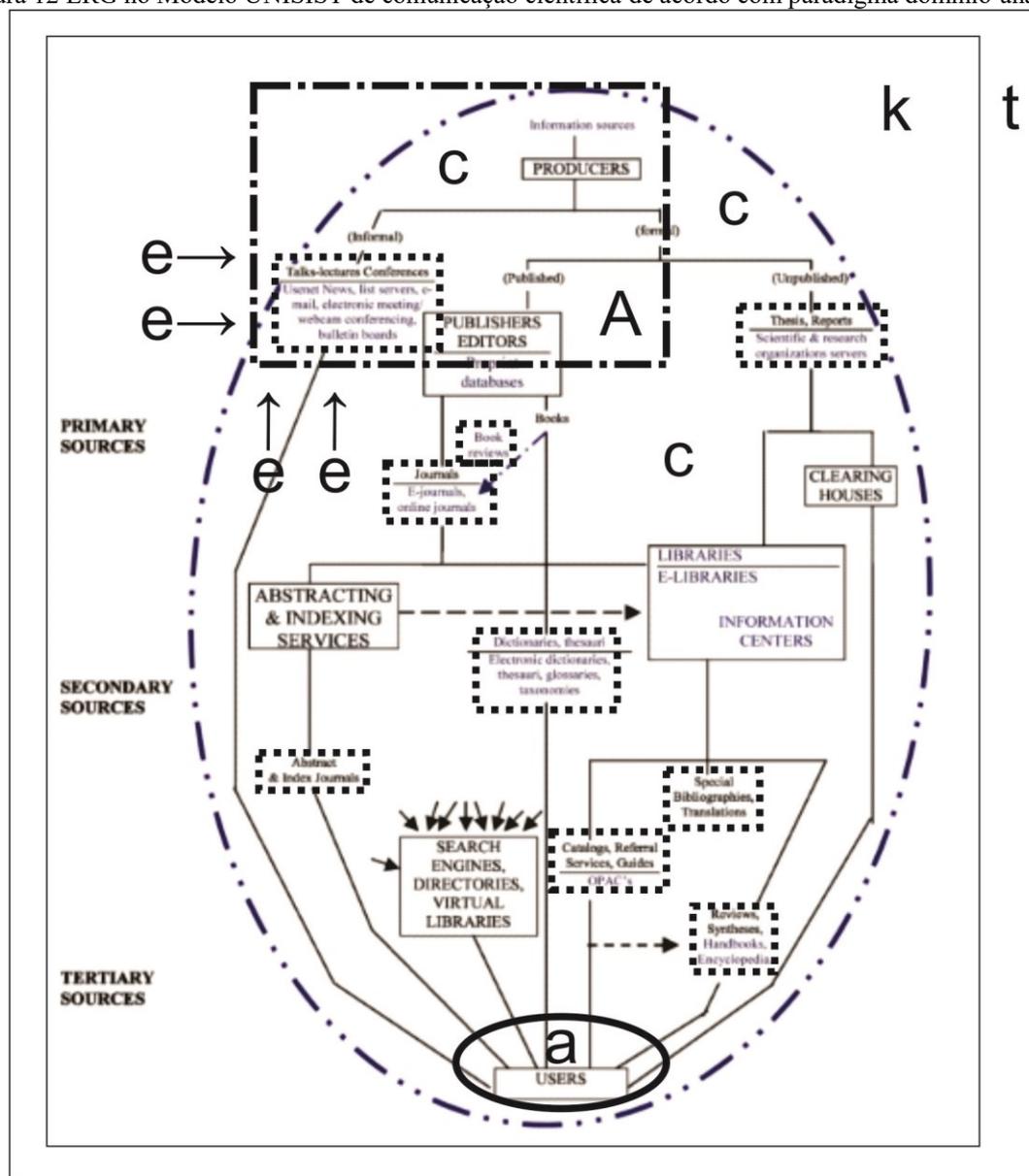
dominantes, mas também os marginalizados. Este conhecimento de domínio deverá ser tratado com compromisso ético e tendo-se em mente que o acesso à informação é um mecanismo modificador de realidades sociais, quando for o caso.

6.3.4 ERG COMO MÉTODO PARA ANÁLISE DE DOMÍNIO

Se um domínio é formado por atores, canais, fontes em um contexto, e o gênero é uma resposta a uma ação social que se dá em uma estrutura ou domínio, então é seguro concluir que o gênero é capaz de comportar evidências mínimas das motivações e das ações comunicativas que estimulam o domínio, por assim dizer. Essas evidências se fazem presentes no conteúdo semântico/substância ou assunto retratados, e no conteúdo sintático ou forma (tanto em termos de configuração física como em relação ao potencial metainformacional da forma). Sugere-se o seguinte exercício de pensamento: é possível analisar e compreender a comunicação dos jovens *millenials* na *web* a partir de um conjunto de gêneros retóricos formado por *blogs*, mídias sociais ou outro gênero de apelo semelhante? E é possível analisar a comunicação oficial na administração pública federal a partir das configurações de ofício, memorando, exposição de motivos e outros gêneros que o valham? A resposta para ambas as perguntas parece afirmativa. No primeiro caso, sendo alguns dos principais gêneros retóricos surgidos ou adaptados para o ambiente *web*, é possível identificar conteúdos mais abordados, opção por formas mais ou menos rápidas e intuitivas ou o nível de formalidade geralmente usado pelos jovens. No segundo caso, pode-se verificar possíveis necessidades sociais tipificadas de (des)burocratização e também o uso de formas mais simples ou sofisticadas ou ainda vocativos que reforcem autoridade ou que apresentem maior isonomia entre as partes, a depender do *kairós* identificado e das formas de poder atuantes.

Para fins didáticos, identificou-se no esquema UNISIST da comunicação científica de Hjørland as estruturas que são estudadas pelos ERG. Assim, tem-se a seguinte figura:

Figura 12 ERG no Modelo UNISIST de comunicação científica de acordo com paradigma domínio-analítico



Fonte: adaptado de Hjørland; Sondergaard e Andersen (2005, p.7), baseado na noção de Gênero como ação social de Miller (1984)

A figura acima permite localizar os elementos estudados pelos ERG em um domínio fictício em análise, de modo que se possa compreender o espaço ocupado pelos ERGS na AD.

Como os ERG não se limitam ao estudo das formalidades de gêneros, mas também focam no contexto, verificam-se elementos vindos de dentro e fora do domínio (vale lembrar que o domínio é considerado um sistema aberto que permite este relativo intercâmbio com o exterior).

Como elementos externos, verifica-se a análise do *kairós* (momento oportuno no tempo-espço); do tempo histórico/cronológico e das exigências que podem ser motivações internas ou externas (governamentais, por exemplo). O *kairós* se relaciona com o contexto, mas essa relação não é necessariamente de sinonímia, por isso a representação dos dois conceitos no esquema. Só para lembrar: o *kairós* seria uma espécie de pensamento social convergente no espaço-tempo, que se apresenta no contexto de uma comunidade e propicia que a ação social flua - o *kairós*, seria, portanto, uma graduação mais pontual e o contexto mais abrangente. Como elementos internos, identifica-se a própria composição formal e de substância dos gêneros que é objetificada e tipificada num gênero reconhecível, oral ou textual, a partir da recorrência de seus elementos. A ação social em si, (que tem potencial para se tornar gênero se as recorrências forem identificadas), aparece na figura como uma dinâmica que absorve a exigência (vinda do meio, da audiência e até mesmo do exterior do domínio) e a responde em forma de gênero (SRR), dentro de um determinado contexto de significados partilhados pelo domínio e de um *kairós* específico. Toda a produção do gênero se destina à audiência, que também é estudada de modo etnometodológico para a compreensão do gênero. Os ERGs, portanto, se ocupam de vários aspectos e dimensões do domínio, notadamente com alguma ênfase na parte superior do modelo UNISIST (figura 12), na qual estão os produtores de gênero, e em menor escala na audiência.

À medida que os estudos de gênero requerem que se compreenda conteúdo semântico, conteúdo sintático e contexto a partir dos movimentos retóricos, o estudioso de gênero será impelido a fazer um apanhado de assunto; de configuração física e um estudo histórico ou sociológico do *kairós*. É possível, assim, compreender pelos estudos retóricos de gêneros elementos que dizem respeito às dimensões ontológicas, epistemológicas ou sociológicas do domínio. Alguns elementos da dimensão ontológica e epistemológica, por exemplo, serão percebidos a partir da análise de substância, forma, conteúdo do gênero ou da própria audiência, quando se identificarem os objetos que compõem o domínio e as teorias ou paradigmas nos quais estes objetos estão dispostos ou por meio dos quais são conhecidos. Alguns elementos da dimensão sociológica, no entanto, serão percebidos (quando não explícitos na forma ou na

substância) na análise do contexto, da exigência, do *kairós*, do tempo histórico ou de outros gêneros antecedentes (nos casos de estudos de evolução ou emergência de gênero).

É válida uma observação: Hjørland (2002) menciona que a abordagem de construção de um tesouro seria uma atividade de análise de domínio por si própria, uma vez que compreenderia que se utilizasse outras abordagens de análise de domínio para que pudesse ser efetivado (como estudos históricos, sociológicos, e bibliométricos). Neste mesmo sentido, há elementos suficientes para inferir que os Estudos Retóricos de Gêneros podem, à semelhança da construção de tesouros, ser considerados uma análise de domínio em si mesmo ou, no mínimo, uma análise de domínio com um eixo de modulação superficial.

6.3.5 LIMITAÇÕES DO USO DA ABORDAGEM DE ERG PARA A AD

Se gênero retórico é uma ação social, conforme Miller, ele só pode existir ao considerarmos um contexto de discurso social, não sendo considerado um comportamento meramente reativo, contemplativo ou individualizado, ou seja, que não considere a existência do outro. Para a análise de um domínio ou comunidade muito específicos, como um departamento de uma empresa, por exemplo, a dinâmica profissional não gera necessariamente exigências/motivações sociais. Assim, se analisarmos a figura 10, esse movimento de uma pequena comunidade tende ao centro, portanto não é caracterizado como gênero enquanto ação social, mas como locuções ou atos de fala menos complexos. Portanto, não há que se falar em estudo retórico de gênero como abordagem para a análise de domínios com estas características. Para este fim, seria recomendável o uso de outra abordagem.

Igualmente haveria limitações para usar o estudo de gênero como abordagem para se analisar um domínio muito amplo, visto que os gêneros seriam demasiadamente pasteurizados ou genéricos, não sendo possível defini-los nos níveis superiores da hierarquia de níveis de significado demonstrada na figura 9.

Isto posto, há que se falar em uma limitação para os Estudos Retóricos de Gêneros que consiste na abrangência do domínio, não sendo recomendável a abordagem para domínios muito pequenos (como, por exemplo, o domínio das pessoas que se interessam pelo hobby tricô em determinada família) ou muito amplos (como, por exemplo, o domínio da sociedade oriental).

Outra limitação do ERG ser usado para a AD com finalidade instrumental, ou seja, para construir um SOC, é que, a sua metodologia atual não é prática para ser desenvolvida em larga

escala. As metodologias em ERG empreendidas por Miller que foram analisadas no *corpus* desta pesquisa analisam um gênero por vez, de modo muito profundo e verticalizado, o que talvez dificultasse sua aplicação prática pela CI e limitasse a capacidade de refletir um domínio. Seria necessário, portanto, fazer uma adaptação do método. Sugere-se que esta adaptação seja pautada na análise de um conjunto de gêneros relacionados a um mesmo *kairós*; e que o estudo fosse mais horizontal e menos aprofundado. Na figura 12, é possível verificar a existência de vários gêneros em um domínio, que compartilham de um mesmo contexto de produção e refletem conjugadamente a comunidade discursiva. Assim, é teoricamente possível e recomendável que seja feita uma análise de um conjunto de gêneros.

Substituir a profundidade do estudo por uma análise mais superficial do conjunto de gêneros também vai ao encontro de que os gêneros são dinâmicos. Ao contrário do que pensa Miller, sobre os estudos de gêneros não serem apropriados para pensar taxonomias porque estão em constante mudança, defende-se que é possível sim realizar um acompanhamento dessas mudanças a partir de estudos de gêneros contínuos. E devido à necessidade de realização contínua, justifica-se diminuir o aprofundamento. Defende-se que os gêneros serão tão dinâmicos quanto o domínio em que estejam inseridos e essa característica não deve ser uma desculpa para não usar os ERG na construção de SOCs, tendo em vista que a própria análise de domínio é usada na construção de linguagens e também é dinâmica.

6.3.6 SUGESTÕES DE USO DA ERG COMO ABORDAGEM PARA AD

Além de concluir que há escopo para utilizar a abordagem de ERG para realizar AD, e ainda que haja limitações a serem consideradas na sua aplicação, também se fazem necessárias sugestões para otimizar a análise que a abordagem tem a oferecer.

Como abordagem inserida no rol de metodologias para a Análise de Domínio, é natural que os ERG estejam subordinados às regras convencionais para a Análise de Domínio.

Logo, antes de mais nada, o analista de domínio deverá se preocupar em realizar uma análise preliminar do domínio; determinar o domínio a ser analisado, inclusive grau de especialização, e se o domínio é dado ou será construído a partir da análise. Em seguida, deve-se escolher as abordagens a serem utilizadas de acordo com a finalidade da análise, as fontes ou métodos disponíveis. Os ERG podem ou não ser eletivos para compor a análise.

É recomendado que os ERG sejam utilizados em conjunto com algumas das demais abordagens listadas por Hjørland (2002) ou ainda alguma abordagem externa. Como já foi visto,

os ERG têm um relativo potencial de retratar as três dimensões do domínio. Todavia, das três dimensões presentes a que menos parece ser retratável pela ERG é a epistemológica. Assim, é altamente recomendável que uma das abordagens utilizadas em conjunto com os ERG seja a de Estudos Epistemológicos e Críticos. Por outro lado, no tocante às abordagens a não serem combinadas com os ERG, verificou-se que não convém aliar o ERG à abordagem de estudos do discurso, estudos históricos e estudos de usuários, tendo em vista que os ERG já analisam o discurso, o desenvolvimento histórico do gênero e a audiência como padrão, podendo incorrer em aspectos redundantes.

É ainda recomendável que os ERG sejam conduzidos por um grupo de pessoas, seguindo orientação de Hjørland para realização da AD. A união de pesquisadores na realização da pesquisa contribui para que o domínio não seja analisado por uma perspectiva enviesada de um único analista, o que é especialmente relevante ser considerado quando se está falando de uma análise que fatalmente recai sobre fatores culturais, valores e tradições.

Ademais, como já foi sugerido anteriormente, os ERG deverão ser aplicados sobre um conjunto de gêneros, tendo em vista que o estudo de um único gênero não é suficiente para o conhecimento substantivo da comunicação no domínio, da assimilação de todos os assuntos, formas, agentes e contextos possíveis. Acredita-se que um estudo de conjunto dos gêneros permite uma melhor análise do domínio pela conjugação cumulativa de características e servindo a várias funções discursivas naquele domínio.

Devido a funcionarem como um terminal que permite o acesso dos membros do domínio à informação, o estudo dos gêneros retóricos se configura como uma área promissora para o campo da Organização do Conhecimento. Os ERG parecem especialmente relevantes para o estudo de domínios nos quais seja uma atividade-fim ou preocupação principal a organização de uma variedade de gêneros ou tipologias; como, por exemplo, domínios ligados a unidades de informação, tais como arquivos (no caso das tipologias documentais produzidas e recebidas no curso das atividades de uma determinada pessoa física ou jurídica) ou bibliotecas e domínios ligados à disseminação da informação cultural e jornalística.

Mais especificamente no que se refere à prática arquivística, os ERG podem também ser estudos complementares à função arquivística de planejamento da produção documental, visto que são aliados na compreensão da gênese documental, do ponto de vista social. Neste sentido, a análise da produção documental, que pode envolver o mapeamento de processos, a definição de formatos e padrões de produção de documentos, pode se beneficiar do conhecimento dos gêneros produzidos por um domínio, além de auxiliar na compreensão das

atividades às quais cada gênero está servindo, suas variações, grau de completude e atendimento às demandas (exigências) para as quais são criados. Por fim, entende-se que também a diplomática pode ser complementar aos estudos retóricos de gênero para compreensão de gêneros arquivísticos. Enquanto a diplomática se preocupa com os elementos notariais do direito, que devem constar *a priori* nos documentos arquivísticos para que funcionem como prova, os ERG se ocupam de todos os elementos socialmente atribuídos dentro dos limites diplomáticos (ou até mesmo, pressionando para a mudança dos requisitos diplomáticos).

6.3.7 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS SOBRE O LUGAR TEÓRICO E METODOLÓGICO DOS ERG NA AD

A partir desta seção concluiu-se que o principal teórico na Análise de Domínio, Birger Hjørland, e a pioneira na escola Norte-Americana dos estudos de gêneros, Carolyn Miller, compartilham de um mesmo pano de fundo teórico, com a epistemologia pautada principalmente na Teoria da Atividade (mas também fluindo entre o Construtivismo Social e o Construcionismo), que concebe o sistema de comunicação ou informação como um sistema de atividade, naturalmente aberto, no qual interagem atores que compartilham os mesmos canais, gêneros, serviços, intenções, dimensões ontológicas, epistemológicas e sociais. A partir desse denominador comum e das respectivas teorias, foi possível verificar que tanto Hjørland como Miller dão especial ênfase ao contexto na formação dos domínios e consequentemente dos gêneros usados como ação social pelo domínio. Do mesmo modo, as noções de representação e relevância de assunto são dependentes de um acordo informal que se relaciona ao contexto e sua coerência. Logo, não há grandes problemas em promover diálogos entre as teorias e intercambiar conceitos de um autor para outro.

A pesquisa tornou possível esclarecer a dinâmica de gênero como meio para a ação social no âmbito de uma comunidade discursiva interagente, ao mesmo tempo que, enquanto produto ou artefato cultural, herda características do discurso dessa comunidade, de forma que é possível estabelecer um círculo hermenêutico, no sentido usado por Hjørland, em que o gênero pode ser visto como parte de um todo (o domínio) e o domínio possa ser compreendido como a soma entre as partes (aí incluído o gênero como uma parte - o meio). A propriedade refletora que o gênero possui em relação ao domínio (ou estrutura, na teoria de Miller) o torna elegível para que possa ser utilizado como abordagem para a Análise do Domínio.

Como limitações do uso da ERG enquanto método para análise de domínio, identificou-se que a abordagem não é salutar para a aplicação em domínios de abrangência muito ampla, de modo que as características sociais se apresentem homogêneas, nem muito pequena, de modo que não haja espaço para o desenvolvimento de ações consideradas sociais. Também verificou-se que para um aproveitamento prático do método por unidades de informação é recomendável que se estude um conjunto de gêneros provenientes de um mesmo *kairós* em vez de um único; e que a análise realizada seja mais horizontal, de modo que possa ser realizada continuamente, dada a dinamicidade dos gêneros. Por fim, verificou-se a recomendação de os ERG, quando usados na Análise de Domínio, serem desenvolvidos por um conjunto de analistas de domínio e condicionados à aplicação conjunta de abordagens que, preferencialmente, tornem mais explícita a dimensão epistemológica do domínio. Por outro lado, não se recomendam as abordagens de estudos do discurso, estudos históricos e estudos de usuários, para o analista não incorrer em redundância, haja vista que os ERG já se ocupam de estudar aspectos dos discurso, do pano de fundo histórico e dos usuários e produtores de gêneros. Neste aspecto, verificou-se que os Estudos Retóricos de Gêneros podem ser considerados uma espécie de análise de domínio em si mesmos. É também identificado que os ERG podem ser de especial relevância para domínios que organizem uma variedade de gêneros ou tipologias, como aqueles ligados a unidades de informação ou à disseminação da informação cultural, jornalística ou para fins de entretenimento. Nesse sentido, os ERG podem ser aliados no estudo da gênese documental, em possível paralelo com a Diplomática.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa tornou possível evidenciar que apesar de os autores estudados terem utilizado pacotes teóricos diferentes, existem significativos pontos de proximidade conceitual e metodológica, de modo a reforçar os Estudos Retóricos de Gênero no rol de abordagens metodológicas para a AD. Desse modo, os aspectos teórico-conceituais e metodológicos compartilhados pelos Estudos Retóricos de Gênero e a Análise de Domínio, afirmam o pertencimento dos primeiros como uma abordagem para realização da segunda. O uso dos ERG como abordagem de AD pela CI também reitera a interdisciplinaridade entre a CI e a ciência Retórica ou Linguística, que são disciplinas igualmente relevantes para os propósitos da organização do conhecimento. Assim, para a CI, o trabalho tem a contribuição de trazer uma nova ótica para a Análise de Domínio instrumental, que corrobora com as aspirações da CI de

ser uma ciência social; e proporcionar para a Retórica e a Linguística um diálogo frutífero com a CI, para que a colaboração mútua possa beneficiar o desenvolvimento individual de todas estas ciências.

Ao longo das seções tratou-se de fazer considerações parciais a respeito de cada macroassunto discutido, que podem ser conferidas nos itens 6.1.4, 6.2.4 e 6.3.7. Todavia, apresenta-se na sequência três quadros que sintetizam os resultados por objetivo específico.

Quadro 9 - Síntese dos Resultados da Pesquisa relativos ao objetivo específico “a”

Considerações de ordem conceitual	<ul style="list-style-type: none"> •A abordagem domínio-analítica surge na CI em contraste a uma abordagem cognitiva e individual. A AD considera que as necessidades informacionais derivam de fatores culturais e sociais, e visam à resolução de problemas em torno dos quais já foi produzido algum conhecimento. A partir da AD, o profissional da informação torna-se estudioso do domínio com potencial para tornar-se sociólogo do conhecimento. <p style="text-align: center;">Domínio</p> <ul style="list-style-type: none"> •O domínio é um campo coletivo do conhecimento que pode ser uma disciplina, campo ou outro tipo de comunidade com coesão teórica ou social que os torne relativamente estáveis. •Tem característica dual, pois podem estar prontos ou serem construídos e dimensões epistemológicas (relacionadas às teorias fundamentais que fazem parte dos domínios e validam a comunicação e os resultados do domínio), ontológicas (relacionadas aos objetos e pressupostos do domínio) e sociológicas (pois incorpora conhecimento de cultura e diz respeito ao modo como o grupo de pessoas trabalha com objetos ontológicos utilizando abordagens sociológicas). •O domínio possui um objetivo ou problemática que é um elemento catalisador e agregador. Constitui uma unidade de análise dentro da CI e sua definição depende dos objetivos e do propósito da AD. •O processo comunicativo no domínio é, portanto, hermenêutico, sendo que a linguagem é considerada mediadora da percepção humana sobre a realidade, numa perspectiva pragmática. <p style="text-align: center;">Comunidade Discursiva</p> <ul style="list-style-type: none"> •Uma comunidade discursiva compreende membros com visões de mundo, vieses, critérios de relevância e estilos cognitivos próprios. •Numa comunidade discursiva, necessariamente ocorre um processo comunicativo, pois a AD considera que a linguagem traz consigo carga histórica e cultural e é o meio como o conhecimento é produzido e transmitido. Neste sentido, há ainda uma interação entre os níveis individual e social. •Espera-se que a comunicação seja motivada por uma necessidade de enunciar afirmações adequadas (relevantes) aos objetivos da comunidade. A preocupação da CI em assunto, portanto, deveria ser a relevância para o usuário, não a correspondência exata entre o conceito do indexador e os de fato presentes no documento. Os critérios de relevância de assunto advêm principalmente das estruturas epistemológicas, mas também da divisão social do trabalho, parcialmente responsável por uma divisão linguística do trabalho. Estes critérios definirão o potencial informativo dos textos e gêneros usados na comunicação do domínio. O conhecimento de assunto via AD também possibilita o avanço do conhecimento em diferentes domínios. •Há um sentimento de pertencimento dos membros em relação à comunidade discursiva; como também considera-se que pode haver heterogeneidade de ideias.
--	--

Considerações de ordem metodológica	<ul style="list-style-type: none"> •A AD deve começar como um estudo interpretativo de um assunto ou comunidade de interesse para se chegar a uma noção substancial do que compreende o domínio e quais suas fronteiras. •Como o domínio possui natureza dual (podem ser tanto dados como construídos), alguns domínios podem já ser existentes e sua análise consiste basicamente em descrevê-los. Outros poderão ser construídos com o analista de domínio. O conceito de espiral hermenêutica diz respeito a como o analista de domínio constrói o domínio em camadas, partindo de uma pressuposição e complementando-a com os resultados de sua pesquisa •Após conhecer, deve-se definir e delimitar o escopo do domínio por meio do nome e graus de especialização. •Após delimitar, deve-se escolher as melhores abordagens para estudá-lo, com base na finalidade da análise e complexidade do domínio. Recomenda-se combinar ao menos duas abordagens por vez. A variedade e flexibilidade das abordagens objetiva a substituição dos especialistas de assunto e permite cobrir um domínio por perspectivas quali e quantitativas, e sob diferentes aspectos. • A flexibilidade das abordagens também permite inferir que a AD tem o potencial de agregar diferentes práticas e métodos na CI. •Em nenhum momento Hjørland teria dito que a metodologia encontra-se pronta ou fechada.
--	--

Fonte: elaboração própria, baseada nos resultados da pesquisa.

Quadro 10 - Síntese dos Resultados da Pesquisa relativos ao objetivo específico “b”

Considerações de ordem conceitual	<p style="text-align: center;">Gênero como ação social</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gênero retórico é uma resposta retórica tipificada a uma situação retórica recorrente (a recorrência permite a assimilação), que é motivada por uma exigência (necessidade social objetificada, um problema que urge ser solucionado pela ação social) e se dá em contexto específico com coerência e adequação próprias (também chamado kairós). O gênero depende do contexto para ser compreendido e estabelece uma ponte comunicativa entre o particular e o social. •Dois modos de compreender o gênero: é posicionando-o numa hierarquia de níveis de significado (figura 9) e como uma fusão genérica de elementos substantivos, formais e contextuais (figura 10). •Os gêneros devem ser ao mesmo tempo flexíveis (para se adaptarem às novas exigências retóricas) e estáveis (elementos recorrentes para seu reconhecimento). •Se a recorrência é uma força no sentido da estabilidade, os elementos contextuais que fornecem alguma novidade ou descontentamento com a situação social anterior são forças no sentido da instabilidade •<i>Kairós</i> diz respeito a um contexto situacional, tanto temporal como espacial, que torna propícia a emergência ou manutenção de um gênero retórico. •Gênero retórico é também uma categoria do discurso baseada na tipificação de uma ação retórica. Um novo tipo é criado quando os anteriores não parecem adequados a caracterizar uma situação retórica recorrente. Por meio da linguagem os tipos são sedimentados; por meio das relações sociais, são validados e transmitidos para a posteridade e tornam-se matéria para a significância social. •A função mediadora do gênero pode ser compreendida pela Teoria da Estruturação de Giddens, segundo a qual estoques de conhecimento servem como recursos para performar e reconhecer ações sociais entre nossos pares. Estrutura é uma ordem virtual que conduz os agentes humanos no nível tácito para atuar sobre ela mesma (se retroalimenta). A reprodução da estrutura é análoga à recorrência de uma situação retórica. • Não se pode considerar um gênero se não houver como entendê-lo enquanto ação social, isto é, sem ser pragmático e sem corresponder a uma expectativa social. <p style="text-align: center;">Comunidade Retórica/Comunidade Discursiva</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Gênero é etnometodológico, isto é, compreende o mundo social a partir de como os atores desse mundo significam a realidade. O elemento fenomenológico é essencial para determinar como o gênero está fazendo sentido e se está funcionando como gênero, posto que é um processo interpretativo. • O Gênero serve como ferramenta da comunidade no processo comunicativo • O gênero fornece indícios dos elementos que mantêm a comunidade agregada, como práticas, valores, capacidades discursivas e sociais, permitindo até mesmo antecipar rupturas e identificar práticas de inovação, funcionando, assim, como artefato.
--	--

Considerações de ordem metodológica	<ul style="list-style-type: none"> • Grande parte do trabalho nos ERG tem sido indutivo e externalista, geralmente usando métodos empíricos qualitativos e estratégias de análise de texto. • Os ERG geralmente desenvolvem-se como estudos de evolução ou emergência de gêneros, analisados individualmente. • Os ERG desenvolvidos por Miller envolvem uma abordagem retórico-interpretativa e etnometodológica (a partir da comunidade de uso). Compreendem, em geral: <ul style="list-style-type: none"> • Caracterizar o contexto de surgimento do gênero ou análise do <i>kairós</i> (contexto tempo-espacial). • Compreender o gênero a partir de sua comunidade e a partir de interpretação própria, por meio da identificação de seu conteúdo semântico, sintático (forma) e valor pragmático como ação social como resposta a uma exigência, inclusive tendências e variações . • Compreender a evolução do gênero a partir de gêneros antecedentes.
--	---

Fonte: elaboração própria, baseada nos resultados da pesquisa.

Quadro 11 - Síntese dos Resultados da Pesquisa relativos ao objetivo específico “c”

Considerações de ordem conceitual	<p style="text-align: center;">Epistemologia Compartilhada</p> <ul style="list-style-type: none"> • Miller e Hjørland têm uma tendência de se enfatizar o processo comunicacional dentro de uma perspectiva social, do ponto de vista da comunidade em que ocorre. Ambos compartilham da ideia que a comunicação é um sistema aberto, que é tanto individual como coletivo, um construto denominado sistema de atividade (<i>activity system</i>) que decorre da Teoria da Atividade, de Lev Vygotsky. • Há uma corrente epistemológica que fundamenta Miller e Hjørland, relativamente ao Pragmatismo; e um espaço comum entre o coletivismo e o construcionismo. • Miller e Hjørland se utilizam de termos diferentes para referenciar conceitos iguais ou muito próximos como comunidade discursiva em Hjørland e comunidade retórica em Miller; domínio em Hjørland e estrutura em Miller; assunto em Hjørland e conteúdo semântico ou substância em Miller. • Tanto em Miller quanto em Hjørland, o reconhecimento dos padrões comunicativos é interpretado como um meio para melhorar a organização do sistema comunicativo. <p style="text-align: center;">A importância do contexto e a noção de relevância</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tanto Hjørland como Miller defendem que seu domínio e gênero são vistos como dependente de contexto. O contexto fornece a perspectiva para compreensão dos significados que compõem o domínio e o gênero por uma comunidade. • Os conceitos de exigência e recorrência em Miller preenchem algumas lacunas na teoria de Hjørland, visto que o primeiro vem identificar as motivações que movem (ou estagnam) o domínio e o segundo vem descrever que há um critério (a recorrência) para que se possa considerar elementos como de fato pertencentes ao sistema. <p style="text-align: center;">Estrutura e Domínio como Sistema de Atividade</p> <ul style="list-style-type: none"> • O gênero reflete a estrutura (ou o domínio) em que esteja inserido; portanto é uma estrutura em proporção menor, daí podendo ser usado para analisar o domínio. As forças centrípetas e centrífugas que governam e negociam os significados e as intenções privadas e particulares no domínio estarão presentes no gênero em proporcional força, direção e intensidade. • ERG podem ser usados para compreender a estrutura (domínio) ou para criá-la. • O gênero herda da Teoria da Atividade a mediação entre público e privado. • O gênero é uma resposta orgânica às situações retóricas recorrentes em um domínio. A compreensão se dá ao mesmo tempo do todo para as partes e das partes para o todo (conforme o conceito de círculo hermenêutico). • O embate entre o público e do privado nos domínios e, por instanciação, nos gêneros, envolve tanto as questões de mudança e permanência como também a noção de criação de identidade. Por consequência, o gênero funciona como meio e produto desse sistema de atividade.
--	---

Considerações de ordem metodológica	<p style="text-align: center;">Os ERG como Método para a Análise de Domínio</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os ERG não se limitam ao estudo das formalidades de gêneros (texto), mas também focam no contexto e podem identificar evidências das dimensões ontológicas, epistemológicas (a partir da análise de substância, forma, conteúdo do gênero ou da própria audiência, quando se identificarem os objetos que compõem o domínio e as teorias ou paradigmas nos quais estes objetos estão dispostos ou por meio dos quais são conhecidos) e sociológicas (análise do contexto, da exigência, do <i>kairós</i>, do tempo histórico ou de outros gêneros antecedentes)do domínio. • Há elementos suficientes para inferir que os Estudos Retóricos de Gêneros podem, à semelhança da construção de tesouros, ser considerados uma análise de domínio em si mesmo. <p style="text-align: center;">Limitações</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abrangência do domínio. • Para utilização com finalidade instrumental, ou seja, para construir um SOC, sua metodologia atual pode não ser prática para ser desenvolvida em larga escala, uma vez que se estuda um gênero por vez em profundidade. <p style="text-align: center;">Sugestões de uso</p> <ul style="list-style-type: none"> • Determinar se o domínio será dado ou construído. • Escolher as abordagens a combinar com os ERG, de preferência estudos epistemológicos e críticos. Evitar abordagens com métodos que já sejam contemplados pelos ERG (ex: estudos históricos e do discurso). • Substituir a profundidade do estudo por uma análise mais superficial do conjunto de gêneros, que também vai ao encontro de que os gêneros são dinâmicos, portanto precisam estar com constante atualização. • Ser conduzido por um grupo de pessoas e sobre conjunto de gêneros. • Especialmente relevante para unidades de informação com uma variedade de gêneros (especialmente para gêneros arquivísticos, pode atuar complementarmente à análise diplomática).
--	--

Fonte: elaboração própria, baseada nos resultados da pesquisa.

Com base nos resultados obtidos pode-se inferir que a presente pesquisa concluiu o objetivo de analisar os Estudos Retóricos de Gêneros como abordagem para a Análise de Domínio, e também validou o pressuposto de que o aprofundamento da temática é benéfico para as investigações conduzidas na CI. Chegou-se à conclusão de que é possível e recomendável a aplicação de desta abordagem pela CI, desde que verificadas suas limitações. Espera-se que a partir deste estudo os ERG recebam maior visibilidade dentro da Análise de Domínio e que tenham ficado claras algumas de suas potencialidades como método para a Organização da Informação e do Conhecimento pela CI e possibilidades de uso combinado com outras abordagens.

Outros estudos nesse sentido podem auxiliar a OC no enfrentamento dos desafios concernentes à informação, na sua atuação como agente provedor do acesso ao conhecimento por diferentes usuários, com implicações na ciência e no cotidiano dos usuários.

Sugere-se como temas de pesquisa futuros que seja desenvolvido e aplicado modelo de execução dos ERG para a análise de um conjunto de gêneros, visando padronizar e operacionalizar o uso pela CI, e que posteriormente este estudo seja considerado na criação de um SOC e demonstre outras questões de ordem prática que vierem a surgir. Sugere-se, ainda, que outras abordagens sejam analisadas em relação à Análise de Domínio, para que se verifique

com rigor científico suas capacidades informativas sobre o domínio e melhores combinações possíveis.

REFERÊNCIAS

- ALBRECHTSEN, H.; HJØRLAND, B. Information Seeking and Knowledge Organization: the presentation of a new book. **Knowledge Organization**, Frankfurt, Germany, v. 24, n. 3, p. 136-144, 1997.
- AMORIM, I. S.; CAFÉ, L. M. A. Análise de domínio hjørlandiana sob a luz da filosofia de Deleuze. *In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, 15, 2014. Belo Horizonte, **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.
- ANDERSEN, J. The concept of genre in information studies. **Annual Review of Information Science and Technology**, Maryland, United States, v. 42, n. 1, p. 339-367, 2008.
- ARAÚJO, C. A. Á. Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível. Brasília: Briquet de Lemos / São Paulo: Associação Brasileira de Profissionais da Informação (ABRAINFO), 2014b.
- ARBOIT, A.E. **O processo de institucionalização sociocognitiva do domínio de organização do conhecimento a partir dos trabalhos científicos dos congressos da ISKO.2014.** 285 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Marília, 2014.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.
- BORKO, H. Information Science: what is it? **American Documentation**, [Carolina do Norte, Estados Unidos], v.19, n.1, p.3-5, 1968.
- BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento? *In: ENCONTRO NACIONAL DA PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 9., 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2008.
- CAFÉ, L. M.A.; SALES, R. Organização da informação: Conceitos básicos e breve fundamentação teórica. *In: ROBREDO, Jaime; BRÄSCHER, Marisa (org.). Passeios pelo bosque da informação: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento.* Brasília DF: IBICT, 2010. Cap.6. p.115-129
- CAFÉ, L.; BARROS, C. M.; SANTOS, V. C. O conceito de organização do conhecimento nas revistas brasileiras de ciência da informação. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Colômbia, v. 37, n. 3, p. 201-214, 2014.
- CAMPBELL; JAMIESON. **Form and genre: Shaping Rhetorical Action.** Speech Communication Association, Falls Church, 1978.
- CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12., n.1, p.148-207, jan./abr., 2007.
- CARVALHO, G. Gênero como ação social em Miller e Bazerman: o conceito, uma sugestão metodológica e exemplo de aplicação. *In: MEURER, J.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (ed.). Gêneros: teorias, métodos e debates.* São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 130-149.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12, n.1, p.148-207, abr. 2007.

CRESWELL, J.C. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DAHLBERG, I. Knowledge organization: its scope and possibilities. **Knowledge Organization**, Frankfurt, Germany, v. 20, n. 4, p. 211-222, 1993.

DAHLBERG, I. Knowledge organization: a new science? **Knowledge Organization**. v. 33, n. 1, 2006, p. 11-19.

DAM CHRISTENSEN, H. Kunsten at vælge fra: Om bradfordsk materialevalg og vidensorganiseringens socialitet. **Dansk Biblioteksforskning**, [Dinamarca], n. 1, v. 3, 2007, p. 31-43.

DE CHAMPEAUX, D.; LEA, D.; FAURE, P. **Object-Oriented System Development**. 1993. Disponível em: <http://g.oswego.edu/dl/oosd/index.html>. Acesso em: 23 jan. 2019

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FREIRE, G. Ciência da informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 6-19, jan./abr. 2006

FUJITA, M. S. L.; DAL'EVEDOVE, P. R. Estudo sociocultural da comunidade discursiva do tratamento temático da informação em bibliotecas universitárias. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 23-50, 2013.

GARCÍA-GUTIERREZ, A. Una teoría de los conceptos. In: GARCÍA-GUTIERREZ, Antônio. **Epistemología de la documentación**. Barcelona: Stoneberg Editorial, 2011. p. 104-135.

GARCÍA-MARCO, F. The evolution of thesauri and the history of knowledge organization: Between the sword of mapping knowledge and the wall of keeping it simple. **Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends**. v.10, n. 1, 2016, p.1-11.

GARFINKEL, H. **O que é etnometodologia?** In: _____. *Studies in ethnomethodology*. Cambridge: Polity Press, 1996 [1967]. Cap. 1. p. 1-341.

GILCHRIST, A. Reflections on knowledge, communication and knowledge organization. **Knowledge Organization**, Würzburg, Germany, v. 42, n. 6, p. 456-469, 2015.

GNOLI, C. Ten long-term research questions in Knowledge organization. **Knowledge Organization**, Würzburg, Germany, v. 35, n. 2/n.3, p. 137-149, 2008.

GOMES, H. E. Marcos históricos e teóricos da organização do conhecimento. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 33-66, 2017.

GUIMARÃES, J. A. C. Análise de domínio como perspectiva metodológica em organização da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 41 n. 1, p.13-21, jan./abr., 2014

GUIMARÃES, J. A. C. Organização do conhecimento: passado, presente e futuro sob a perspectiva da isko. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 84-98, 2017.

GUIMARÃES, J.A.C.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; MARTINS, A.; GOMES, P. Análise de domínio em Ciência da Informação: uma análise da produção científica internacional. **Scire**, Zaragoza, Espanha, v. 23, n. 2, p.37-43, jul./dez. 2017.

HARTEL, J.; HJØRLAND, B. Afterword: ontological, epistemological and sociological dimensions of domains. **Knowledge Organization**, Würzburg, Germany, v. 30, n. 3/4, p. 239–245, 2003.

HJØRLAND, B. Concepts, paradigms and knowledge organization. *In*: GNOLI, C.; MAZZOCCHI, F. (ed.). **Paradigms and conceptual systems in knowledge organization: Proceedings of the Eleventh International ISKO Conference, 23-26 February 2010, Rome, Italy**. Würzburg, Germany: Ergon-Verlag, 2010, p. 38-42. (Série Advances in Knowledge Organization, v. 12)

HJØRLAND, B. Documents, memory institutions and information science. **Journal of Documentation**, London, United Kingdom, v. 56, n. 1, p. 27-41, 2000.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science - Eleven approaches - traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, London, United Kingdom, v. 58, n. 4, p. 422–462, 2002.

HJØRLAND, B. Domain Analysis in Information Science. *In*: DRAKE, M. **Encyclopedia of Library and Information Science**. 2. ed. Boca Raton: Taylor & Francis, 2005, p.129-135

HJØRLAND, B. Domain Analysis. **Knowledge Organization**, Würzburg, Germany, v. 44, n. 6, p. 436–464, 2017.

HJØRLAND, B. Domain Analysis: a socio-cognitive orientation for information science research. **Bulletin of the American Society for Information Science & Technology**, [Estados Unidos], v. 30, n. 3, p. 17–21, 2004.

HJØRLAND, B. Epistemology and the socio-cognitive perspective in information science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, North Carolina, United States, v. 53, n. 4, p. 257–270, 2002.

HJØRLAND, B. Knowledge organization. **Knowledge Organization**, Würzburg, Germany, v. 43, n. 6, p. 475-84, 2016.

HJØRLAND, B. Library and Information Science (LIS), Part 1. **Knowledge Organization**, Würzburg, Germany, v. 45, n. 3, p. 232–254, 2018.

HJØRLAND, B. Library and Information Science (LIS), Part 2. **Knowledge Organization**, Würzburg, Germany, v. 45, n. 4, p. 319–338, 2018.

HJØRLAND, B. 'Subject (of documents)', **Knowledge Organization**, Würzburg, Germany, v. 44, n. 1, 2017, p. 55-64.

HJØRLAND, B. 'The classification of psychology : a case study in the classification of a knowledge field', **Knowledge Organization**, Würzburg, Germany, v. 25, 1998, p. 162-201.

HJØRLAND, B. The socio-cognitive theory of users situated in specific contexts and domains. *In*: FISHER, K.; ERDELEZ, S.; MCKECHNIE, L.E.F. (ed.) **Theories of information behavior**. Medford, N.J: Information Today, 2005, p. 339-343.

HJØRLAND, B. Theories of Knowledge Organization: theories of knowledge. **Knowledge Organization**, Würzburg, Germany, v. 40, n. 3, p. 169- 181, 2013.

HJØRLAND, B. Towards a theory of aboutness, subject, topicality, theme, domain, field, content... and relevance. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, North Carolina, United States, v. 52, n. 9, p. 774–778, 2001.

HJØRLAND, B. What is Knowledge Organization (KO)?'. **Knowledge Organization**, Würzburg, Germany, v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008.

HJØRLAND, B. . The paradox of atheoretical classification. **Knowledge Organization**, Würzburg, Germany, v. 43, n. 5, 2016, p. 313-323.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science. *In*: DRAKE, M. (Ed.) **Encyclopedia of library and information science**. New York: Marcel Drekker, p. 1-7, 2004.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, North Carolina, United States, v. 46, n. 6, p.400-425, 1995.

HJØRLAND, B.; ANDERSEN, J.; SØNDERGAARD, TF. UNISIST model and knowledge domains. *In*: **Encyclopedia of library and information science**. New York: CRC Press, 2005, p. 129 – 135.

HJØRLAND, B.; CHRISTENSEN, F. S. Work tasks and socio-cognitive relevance: A specific example. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, North Carolina, United States, v. 53, n. 11, p. 960–965, 2002.

HJØRLAND, B.; HARTEL, J. 'Introduction to a special issue on domain analysis'. **Knowledge Organization**, Würzburg, Germany, v. 30, n. 3/4, 2003, p. 125-127.

HJØRLAND, B. **Research Outputs**. Disponível em:
[https://informationstudies.ku.dk/employees/?pure=en%2Fpersons%2Fbirger-hjoerland\(49cb277f-ba44-42cf-be19-c2833a3c9d85\)%2Fcv.html](https://informationstudies.ku.dk/employees/?pure=en%2Fpersons%2Fbirger-hjoerland(49cb277f-ba44-42cf-be19-c2833a3c9d85)%2Fcv.html) Acesso em 06 maio 2019.

JAMES, W. (1976). **Essays in radical empiricism**. Cambridge: Harvard University Press (Trabalho original publicado em 1912).

MILLER, C. R. **Gênero textual, agência e tecnologia: estudos**. Ângela Paiva Dionísio, Judith Chambliss Hoffnagel (org.). São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

MILLER, C. R. Genre as social action. **Quarterly Journal of Speech**, [Estados Unidos], v.70, n.2, p. 151-167, mai. 1984

MILLER, C. R. Rhetorical community: the cultural basis of genre. *In*: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (ed.). **Genre and the new rethoric: critical perspectives on literacy and education**. London: Taylor & Francis, 1994, cap. 6, p.67-78.

MILLER, C. **Vita**. 2018. Disponível em : https://english.chass.ncsu.edu/faculty_staff/get_document.php?type=vita&userid=crmiller. Acesso em 16 abr. 2019.

MILLER, C.R. Environmental Impact Statements and rethorical genres: an application of rhetorical theory to technical communication. 1980. 512 f. Dissertação (Ph.D. Communication and Rhetoric) – Rensselaer Ploytechnic Institute, Nova York, 1980.

MILLER, C.R. **Estudos sobre Gênero Textual, Agência e Tecnologia**. Recife, PE: Editora Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

MILLER, C.R. Gêneros evoluem? Deveríamos dizer que sim?. *In*: DIONÍSION, A.P.; CAVALCANTI, L.P. (ed.). **Gêneros na Linguística e na Literatura: Charles Bazerman: 10 anos de incentivo à pesquisa no Brasil**. Recife, Brasil: Editora Universitária UFPE e Pipa Comunicação, 2015. p. 23–61.

MILLER, C.R. Genre as Social Action (1984), Revisited 30 Years Later (2014). **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 31, n. 3, p. 56–72, 2014. (edição especial da IV SIELP conference)

MILLER, C.R. Genre as Social Action. **Quarterly Journal of Speech**, [Estados Unidos], v.70 , n. 2, p. 151-167, mai.1984.

MILLER, C.R. Genre Change and Evolution. *In*: ARTEMEVA, N.; FREEDMAN, A. (ed.). **Genre Studies around the Globe: Beyond the Three Traditions**. Edmonton, AB: Inkshed Publications, 2016. p. 154–185.

MILLER, C.R. Genre in Ancient and Networked Media. *In*: KENNERLY, M.; PFISTER, D.S. (ed.). **Ancient Rhetorics & Digital Networks**. Tuscaloosa, AL: University of Alabama Press, 2018. p. 176–204.

MILLER, C.R. Genre Innovation: Evolution, Emergence, or Something Else? **Journal of Media Innovations**, Oslo, Norway, v. 3, n. 2, p. 4-19, 2016

MILLER, C.R. New Genres, Now and Then. *In*: HULAN, S.; MCARTHUR, M.; HARRIS, R.A. (ed.). **Literature, Rhetoric, and Values**. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2012. p. 127–149.

MILLER, C.R. Where Do Genres Come From?. *In*: MILLER, C.R.; KELLY, A.R. (ed.). **Emerging Genres in New Media Environments**. London: Palgrave Macmillan, 2017. p. 1–34.

MILLER, C.R.; BAZERMAN, C. **Gêneros Textuais**. Recife, PE: NIG, 2011. (Série bate-papo acadêmico, v. 1)

MILLER, C.R.; DEVITT, A. J.; GALLAGHER, V.J. Genre: Permanence and Change. **Rhetoric Society Quarterly**, [Estados Unidos], v. 48, n.3, p. 269-277, 2018

- MILLER, C.R.; DEVITT, A.J. (ed.). **Landmark Essays in Rhetorical Genre Studies**. New York: Routledge, 2018.
- MILLER, C.R.; FAHNESTOCK, J. Genres in Scientific and Technical Rhetoric. **Poroi: An Interdisciplinary Journal of Rhetorical Analysis and Invention**, [Estados Unidos], v.9, n. 1, Artigo 12, 2013
- MILLER, C.R.; KELLY, A.R. (ed.). **Emerging Genres in New Media Environments**. London: Palgrave Macmillan, 2017. p. 1–308.
- MILLER, C.R.; KELLY, A.R. Discourse Genres. *In*: ROCCI, A.; SAUSSURE, L. (ed.). **Verbal Communication**. Handbooks of Communication. Berlin: DeGruyter Mouton, 2016. p. 269–286.
- MILLER, C.R.; SHEPERD, D. Questions for Genre Theory from the Blogosphere. *In*: GILTROW, J.; STEIN, D. (ed.). **Genres in the Internet: Issues in the Theory of Genre**. Amsterdam: John Benjamins, 2009. p. 263–290.
- MILLER, C. R.; SHEPHERD, D. Blogging as Social Action: A Genre Analysis of the Weblog. *In*: GURAK, Laura; ANNOTNIJEVIC, Smiljana. **Into the Blogosphere: Rhetoric, Community, and Culture of Weblogs**, Minesota: University of Minnesota Libraries, 2004, disponível em: <http://conservancy.umn.edu/handle/11299/172818> Acesso em: 07 out. 2019
- MILLER, C. Kairos in the Rhetoric of Science. *In*: WITTE, S. P.; NAKADATE, N.; CHERRY, R. D. (eds). **A Rhetoric of Doing: Essays on Written Discourse in Honor of James L. Kinneavy**. [s.l.]: Southern Illinois University Press, 1992, p.310-327.
- MIRANDA, M. L. C. A organização do conhecimento e seus paradigmas científicos: algumas questões epistemológicas. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 1999.
- NIELSEN, H. J.; HJØRLAND, B. Curating research data: the potential roles of libraries and information professionals. **Journal of Documentation**, London, United Kingdom, v. 70, n. 2, p. 221–240, 2014.
- NOVELLINO, M. S. F. **Informação e Informação**, Londrina, v.1, n.2, p.37-45, jul./dez. 1996
- NUNES, V. F. O conceito de gênero em três tradições de estudos: uma introdução. **Vértices**, Campos dos Goytacazes, RJ, v.19, n.3, p. 7-29, set./dez. 2017
- POMBO, O. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. **Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa**, Lisboa, Portugal, n.2, 1998. p. 19-33.
- RAMIRES, V. Panorama dos Estudos Sobre Gêneros Textuais. **Revista Investigações**, Pernambuco, v.18, n. 2, 2015. [28] p.
- SHAPER, D. Scientific theories and their domains. *In*: SUPPE, Frederick. **The structure of scientific theories**. 2. ed. Urbana: University of Illinois Press, 1977, p. 518-565.

SILVA, A. A . Por uma redefinição do conceito de gênero. **Percursos linguísticos**, Vitória, ES, v. 4, n.8, p.79-92, 2014.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, J. L. C.; FREIRE, G. H. de A. Um olhar sobre a origem da Ciência da Informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v .17, n.33, p.1-15, 2012

SMIRAGLIA, R. P. Epistemology of Domain analysis. *In*: SMIRAGLIA, R. P.; LEE, H.. **Cultural frames of knowledge**. Würzburg: Ergon, 2012, p. 111-24.

SMIRAGLIA, R. P. **The Elements of Knowledge Organization**. Cham: Springer, 2014.

SWALES, J. The concept of discourse community. *In*: SWALES, J. **Genre Analysis: English in Academic and Research settings**. Boston: Cambridge UP, 1990, p.21-32.

TALJA, S.; TUOMINEN, K.; SAVOLAINEN, R. "Isms" in information science: constructivism, collectivism and constructionism". **Journal of Documentation**, [S.l.], vol. 61 n. 1, p. 79-101, fev. 2005.

TENNIS, J. T. Com o que uma análise de domínio se parece no tocante a sua forma, função e gênero?. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 6, n. 1, p.3-15, 2012.

TENNIS, J. T. Two Axes of Domains for Domain Analysis . **Knowledge Organization**, Würzburg, Germany, v. 30, n.3/n.4 , p. 191-195, 2003.

THELLEFSEN, T. L.; THELLEFSEN, M. M. Pragmatic semiotics and knowledge organization. **Knowledge Organization**, Würzburg, Germany, v. 31, n. 3, p. 177-187, 2004.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva/ Max Weber**; trad. de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; 3ª ed. Brasília: Editoria Universidade de Brasília, 2000.

WHITE, H. D. Patrick Wilson. **Knowledge Organization**, Würzburg, Germany, v. 46, n. 4, 2019, p. 279-307.